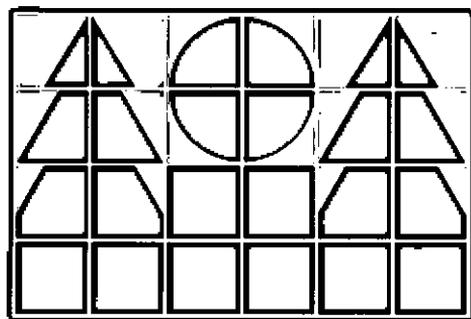




II ENCONTRO GOVERNO-SOCIEDADE



CIDADANIA E
MEIO-AMBIENTE

«Ressalto, especialmente, dois aspectos fundamentais do meu Governo: o cumprimento dos compromissos de mudanças do programa da Aliança Democrática e a superação definitiva das incertezas do passado que marcaram de forma profunda e dramática, o alheamento entre Estado e Nação, Governo e Sociedade, poder e cidadãos.»

Presidente José Sarney

**II ENCONTRO
GOVERNO-SOCIEDADE**

**CIDADANIA E
MEIO AMBIENTE**

**BRASÍLIA
1986**

Encontro Governo Sociedade, .2, Brasília, 05 de julho de 1986.

II encontro governo e sociedade; cidadania e meio ambiente. Brasília, Presidência da República, 1986.

xii, 190 p.

1. Economia — Brasil. 2. Cidadania — Brasil.
3. Meio Ambiente — Brasil. I. Brasil. Presidência da República. Gabinete Civil.

CDD 330.81

PROMOÇÃO DO II ENCONTRO GOVERNO/SOCIEDADE:

**Gabinete Civil da Presidência da República
Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
Secretaria de Planejamento da Presidência da República**

Colaboração:

**Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA)
Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico —
(CENDEC)**

Local: Auditório do Palácio do Planalto

Data: 05.06.86

Horários: 09:30 — 12:30 h
14:30 — 18:00 h

09:00 — Chegada do Excelentíssimo Senhor Presidente da República

09:10 — Abertura

Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel

Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz

Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, João Sayad

09:30 — Assinatura de atos

09:40 — Palavras do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney

10:00 — Debates

12:30 — Intervalo

14:30 — Apresentação do Ministro da Saúde, Roberto Santos

14:45 — Intervenções dos participantes

17:00 — Avaliação e encerramento

Ministro da Cultura, Celso Furtado

Coordenação dos trabalhos:

**Ministro J. J. Moscardo de Souza, Subchefe para Assuntos
Institucionais do Gabinete Civil.**

«O Governo tem absoluta certeza de que o Brasil, como uma nação jovem, não pode incorrer no erro das velhas nações que desprezaram o que se pode chamar de os direitos da Natureza.»

Presidente José Sarney

«O equilíbrio desejado entre cidade e meio ambiente é uma questão de coragem e consciência dos indivíduos, da comunidade e do Governo.»

Marco Maciel,
Ministro-Chefe do Gabinete Civil
da Presidência da República

«O Estado, sozinho, não conseguirá fazer uma política adequada de meio ambiente. Mais uma vez precisa ser o instrumento para a realização de programas que emanem, sobretudo, da sociedade.»

Deni Lineu Schwartz,
Ministro do Desenvolvimento
Urbano e Meio Ambiente

«Faz parte do conceito de Democracia o respeito ao cidadão, à vida e ao meio ambiente.»

João Sayad,
Ministro-Chefe da Secretaria
de Planejamento da Presidência
da República

APRESENTAÇÃO

Ao propor uma maior participação da cidadania no seu Governo, o Presidente José Sarney visa à obtenção de um comportamento mais aberto, mais responsável, conseqüente e operativo da Administração do Estado. Dentre os veículos para fomentar tal participação, desponta o da audiência pública, onde representantes dos diversos segmentos sociais têm oportunidade de manifestar-se sobre a Administração e proporcionar elementos de juízo valiosos para orientar as decisões políticas. Ao facultar aos participantes acesso direto e informal às esferas governamentais competentes nos assuntos de sua agenda, a audiência pública estimula, por outro lado, o sentido de responsabilidade e a consciência cívica dos cidadãos. Trata-se de processo participativo que induz a responsabilidade mútua de governantes e governados.

Desde o início de seu Governo, preocupava o Presidente José Sarney, com sua longa experiência de Deputado, Senador e Governador, a necessidade de superar o alheamento entre Estado e Nação, governo e sociedade, poder e cidadãos.

A recuperação do sentimento cívico é um fenômeno marcante no Brasil de hoje. A recente mobilização da sociedade em torno do Programa de Estabilização Econômica constitui notável demonstração do amadurecimento político dos brasileiros.

A série de Encontros Governo-Sociedade foi instituída como forma de dar continuidade à nova fase de relacionamento e diálogo com os diversos setores sociais, permitindo maior sintonia entre a agenda governamental e as preocupações, necessidades e anseios dos cidadãos.

Os encontros adotam o estilo de uma audiência pública e são coordenados pelo Gabinete Civil, por intermédio da Subchefia para Assuntos Institucionais, órgão que tem por atribuição principal assessorar o Ministro Marco Maciel em matérias relativas à promoção dos direitos dos cidadãos e à articulação entre governo e sociedade.

SUMÁRIO

- I — Apresentação
 - II — Abertura. Palavras do Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, do Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente, Deni Schwartz e do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, João Sayad
 - III — Discurso do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney
 - IV — Intervenções dos participantes
 - a) manhã
 - b) tarde. Palavras do Ministro da Saúde, Roberto Santos
 - V — Avaliação dos convidados especiais
 - VI — Encerramento. Ministro da Cultura, Celso Furtado
- Anexos:
- 1 — Lista de participantes e convidados especiais
 - 2 — Papeletas de participação
 - 3 — Cobertura de imprensa
 - 4 — Atos assinados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República
 - 5 — Conversa ao Pé do Rádio

**DISCURSO DO MINISTRO MARCO MACIEL
NO «II ENCONTRO GOVERNO-SOCIEDADE
— CIDADANIA E MEIO AMBIENTE»**

(Brasília, 05.06.86)

É com imensa satisfação que participo desta solenidade através da qual se dá cumprimento à diretriz do Presidente José Sarney no sentido de promover crescente sintonia entre a instituição governamental e as preocupações, necessidades e anseios da cidadania.

A recuperação do sentimento cívico é dos mais alentadores fenômenos no Brasil de hoje. Estimula-se a prática da democracia participativa, restauram-se a confiança nas instituições e o primado da lei.

Cumprindo agora à sociedade, que tem defendido o Programa de Estabilização Econômica do Presidente José Sarney, se conscientizar da igual necessidade de resguardar seu patrimônio ambiental a partir da constatação de que o País se encontra no limiar de nova etapa de desenvolvimento. Torna-se imperioso compatibilizar uma alta taxa de crescimento com a preservação do meio ambiente. A consciência ecológica, esta nova dimensão da cidadania, é que preservará tanto o desenvolvimento quanto o meio ambiente, constituindo-se em fator essencial de equilíbrio entre esses vetores.

Do empenho vigilante de uma sociedade mobilizada dependerá, em boa parte, a consecução desse equilíbrio. Ao Governo compete assegurar os meios a seu alcance para que os cidadãos se possam mobilizar.

Ao promover o presente encontro, o Governo do Presidente José Sarney reconhece o papel pioneiro das entidades ambientalistas no alerta e na conscientização sobre os riscos da degradação do meio ambiente para a vida humana. A participação de tais entidades, juntamente com outras associações da sociedade civil e representantes do meio acadêmico e da esfera governamental, conjuga o viver, o saber e

**PRONUNCIAMENTO DO MINISTRO DO DESENVOLVIMENTO
URBANO E MEIO AMBIENTE, DENI SCHWARTZ
NO SEGUNDO ENCONTRO GOVERNO-SOCIEDADE**

Em 05.06.86

Desde que o mundo foi criado coube ao homem recriá-lo, em função do seu próprio bem-estar: eis as concepções de meio ambiente natural e meio ambiente construído.

Sociedade e Estado não raro têm-se confundido no desempenho de suas funções, omitindo-se muitas vezes e permitindo que o meio ambiente, por natureza vivo, se transforme em elemento morto.

Em tese, todos compreendemos esta realidade. É tempo já de darmos um passo além. Esta compreensão teórica deverá ser transformada no entendimento prático, capaz de gerar medidas concretas, adequadas e viáveis, no sentido de corrigir os equívocos do próprio homem que, na ânsia incontida de construir o bem-estar, vem criando instrumentos que desservem aos seus interesses.

Mais do que teorização, faz-se necessária ação. E não é outro o intento de quantos aqui vieram. É o II Encontro Governo-Sociedade, debatendo agora o tema «Cidadania e Meio Ambiente». Trata-se, sem dúvida, de uma nova fase no relacionamento Governo e Sociedade.

Quando, neste encontro, procuramos captar o pensamento dos vários segmentos da sociedade, estamos procurando assumir o papel de instrumento na realização de seus legítimos anseios. Desencadeamos um processo de descentralização das decisões e, para garantir o seu êxito, continuaremos a ouvir as unidades federadas e os municípios, através de seus órgãos representativos. Temos a consciência nítida de que o Governo, ao longo dos anos, sempre tem repassado responsabilidades, sem jamais ter oferecido meios suficientes aos Estados e Municípios, para realização dos programas locais. O Governo Sarney, a partir de programas elaborados com base nas aspirações e necessidades das próprias comunidades beneficiadas, está disposto a oferecer os recursos necessários e possíveis para sua execução.

Dentro desta filosofia, inicia-se hoje o programa de ações básicas para defesa do meio ambiente, com recursos de Cz\$ 85.000.000,00 para vários projetos. Destes, o Ministério do Desenvolvimento Urbano repassará Cz\$ 45.000.000,00 a 21 órgãos estaduais do meio ambiente, para resolução dos problemas mais urgentes, viabilizando 42 projetos, do Rio Grande do Sul até o Amazonas; Cz\$ 10.000.000,00 serão repassados à Secretaria Especial do Meio Ambiente — SEMA, a serem utilizados na implantação de suas estações ecológicas e na Coordenação das Estações Estaduais de Controle Ambiental.

Os demais Cz\$ 29.000.000,00 serão destinados ao Ministério da Saúde, ao Ministério da Cultura e à SEPLAN, sempre com a finalidade de defender e preservar o meio ambiente.

Meus Senhores e Minhas Senhoras!

Estamos diante de proposta concreta do Governo, como início de uma caminhada.

Outros passos serão dados, mas é preciso reavivar-se, mais uma vez, a consciência de que o «Governo sozinho, como já o dissemos em outra oportunidade, não conseguirá fazer uma política do meio ambiente. Cumprirá o seu papel de instrumento para a realização de programas que emanem da sociedade».

Fortalecer o CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente — é estender suas ações até o nível municipal, permitindo que estas medidas se constituam numa via de duas mãos: é o sangue que vai pelas artérias e retorna pelas veias do organismo social.

No curso de suas ações em prol da preservação e construção de um meio ambiente saudável ao organismo humano, o Governo alimenta a expectativa de resposta da sociedade, princípio e fim da ação governamental. Faz-se necessário que esta sociedade assuma uma postura de sujeito do processo, organizando-se adequadamente para responder ao desafio que ora lhe é dirigido. Associações de moradores, entidades de classe, enfim, uma legião de voluntários deverá postar-se em posição de guardiães do interesse de todos, no que diz respeito ao meio ambiente.

Quando o Governo se preocupa com programas como o de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores, é preciso que a sociedade esteja convencida de que também ela deverá mobilizar-se.

Quando o Governo se preocupa com a proteção da saúde do cidadão urbano, protegendo o meio ambiente natural e revendo o meio ambiente construído, é preciso que a sociedade se comprometa, através de ações concretas, com os mesmos objetivos.

O povo que recebeu com entusiasmo as medidas na economia, saberá também responder ao chamamento do Presidente Sarney para fiscalizar o que de mais precioso temos: nosso patrimônio natural.

Palavras do Ministro-Chefe da Secretaria do Planejamento, João Sayad, na abertura do II Encontro, Governo-Sociedade: «Cidadania e Meio Ambiente».

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Senhores Ministros de Estado, Senhores Parlamentares e demais autoridades aqui presentes. Neste Dia do Meio Ambiente, é com muita alegria que nós comparecemos a este encontro que marca com muita clareza a diferença, a nova fase que a sociedade e a economia brasileira iniciam nestes anos. Estamos, sem dúvida, iniciando uma nova fase de prosperidade no País. Estamos crescendo e vamos crescer e construir a economia que possa reduzir as disparidades, as dificuldades que enfrentam todos os brasileiros, mas no momento em que se inicia essa nova fase de prosperidade, é fundamental que nós aprendamos com as lições do passado. Deste vez, nós queremos crescer com redução da desigualdade social. Nós queremos crescer reduzindo a parcela de brasileiros que vivem na marginalidade. Mais importante, no dia de hoje, queremos crescer preservando o patrimônio natural, as nossas riquezas naturais, o nosso País, para a nossa geração e para todas as gerações de brasileiros.

Não é possível que o processo de crescimento brasileiro seja novamente marcado por um desleixo, por uma falta de cuidado, pelo desperdício, pelo tratamento inadequado do patrimônio, que não pertence a qualquer brasileiro isoladamente, nem à nossa geração, pertence a todos os brasileiros.

Este é um reforço que se inicia agora, singelamente, com a demonstração simbólica, mas efetiva, do apreço e da atenção que o Governo Federal pretende dar à questão ambiental.

Daqui para a frente nós precisamos, em todas as nossas decisões de planejamentos, incluir cuidadosamente os efeitos ambientais do crescimento econômico. Será um falso crescimento econômico, será uma falsa prosperidade aquela que nós vamos obter, se não levamos

em conta o estrago, não evitarmos o estrago, o prejuízo que poderemos causar às nossas florestas, aos nossos rios, às nossas riquezas naturais.

Este trabalho se inicia aqui, com esses atos extremamente importantes que demonstram a importância do problema ambiental para todos nós.

Mas apenas se inicia aqui. O trato da questão ambiental requer, como tantas outras tarefas do Governo, um reencontro da Nação com o Estado. É necessário uma alteração dos nossos hábitos culturais, é necessário educação, é necessário participação de todos os cidadãos brasileiros nessa tarefa de preservação do meio ambiental.

Neste momento, é com muita alegria que tomo parte nesta cerimônia, neste encontro que, tenho certeza, marca essa nova atitude, esse reencontro do Governo com a sociedade, nesta tarefa fundamental de preservação do meio ambiente. Eu tenho certeza de que a construção da democracia, que todos os brasileiros desejam, exige atitudes, preocupações como estas que hoje estão aqui marcadas neste encontro.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY NA
SOLENIIDADE DE ASSINATURA DE ATOS SOBRE
PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE, NO PALÁCIO DO
PLANALTO, NO DIA 05 DE JUNHO DE 1986**

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Ao assinalar, com esta solenidade, a passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, o Governo da Nova República expressa o sentimento de que está ampliando aqui o significado corrente do termo *comemoração*. Bem mais do que isso, queremos que esta e este momento sejam acolhidos pelo povo brasileiro como um instante de reflexão a mais sobre a dimensão da questão ambiental, uma das mais relevantes do nosso tempo.

Desejo assinalar que o fato que inspira a política de meio ambiente que o País pratica é a reconquista da liberdade política. A questão ambiental é de tal ordem e extensão que o seu tratamento transcende de muito as fronteiras da atividade do Estado, para abranger a esfera da comunidade e do cidadão. Sem a liberdade de expressão e de participação, qualquer política — e a de meio ambiente em particular — representa, no melhor dos casos, tão-somente um fato técnico, esvaziado e empobrecido do seu significado de ser uma experiência da liberdade e da cidadania.

O Governo entende que a legitimidade de uma Política Nacional do Meio Ambiente, hoje um conceito legalmente instituído, decorre da participação da comunidade em sua formulação, não só porque a defesa do meio ambiente é uma forma de exercício da cidadania, mas porque é nesta instância — a da comunidade — que se encontra a informação imediata e genuína, sem a qual tal política não pode ser concebida.

Dessa convocação e dessa participação resultou, já no primeiro dia deste Governo, um fato concreto: a criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Um fato novo na história do planejamento, um capítulo do Primeiro Plano Nacional de Desenvolvi-

mento da Nova República é dedicado à Política Ambiental, dando-lhe um caráter supra-setorial e definindo linhas de ação prioritárias. A dimensão ambiental está incorporada desde o planejamento à execução das ações do Governo.

Todos esses atos e mais o diálogo que se abre com a sociedade traduzem o firme propósito de abrir nova dimensão aos assuntos relacionados ao meio ambiente.

Essa nova dimensão compreende três aspectos: o sentido social que deve presidir as preocupações conservacionistas; a forma integrada com que a questão ambiental passa a ser tratada e a indispensável participação da sociedade na obtenção de adequados padrões de comportamento ecológico.

A identidade de uma nação é refletida no patrimônio natural, e no patrimônio espiritual, a sua cultura. O estilo de desenvolvimento brasileiro há que basear-se nesses dois aspectos e refletir sempre a conexão que os associa.

O homem é o recurso mais importante da natureza. E isso não pode ser descuidado nas iniciativas do Governo. A utilização racional dos recursos naturais, a melhoria urbana e saneamento básico, a redução de doenças transmissíveis e o aumento da esperança de vida da população são prioridades inerentes à opção do Governo por um modelo baseado em crescimento e justiça social.

Devemos ter em mente que a degradação ambiental, seqüela do industrialismo, requer, para ser suprimida ou controlada, a criação de métodos novos, de novos comportamentos e de uma nova ética.

O Governo está ciente de que, para obter condições equilibradas de desenvolvimento, é indispensável esforço integrado dos seus e de todos os seus setores. Deve agir sempre solidariamente.

Tal coordenação não se extingue no âmbito federal. Precisamos juntar nossas mãos às dos governos estaduais e municipais, para trabalharmos em conjunto. Este o espírito que anima os convênios agora firmados.

Convoco a todos os brasileiros, não só na qualidade de fiscais da aplicação de uma política de governo, mas de titulares ativos da sua cidadania, a participarem em tempo integral da defesa do meio ambiente, seja na formulação de soluções, seja na aplicação de medidas concretas, pois essa participação, longe de ser um significado abstrato, será, sem dúvida, uma das mais genuínas formas da prática da liberdade.

A questão do meio ambiente sempre foi uma preocupação permanente minha. A minha vida parlamentar é marcada por vários pronunciamentos nesse sentido. Desejo recordar um que eu fiz em 20 de junho de 1972, no qual dizia o seguinte:

«A verdade é que a conquista espacial com o cotidiano das naves tripuladas, limitadas nas suas missões pela contingência de provisões esgotáveis, trouxe ao mundo a projeção do seu próprio exemplo: a terra nada mais é do que um navio espacial com recursos limitados e sujeitos às restrições do seu uso. E esta projeção passou a ser a base de algumas verdades filosóficas. A partir de então os homens desconfiaram que a Terra estava doente e que havia algo de novo embaixo do Sol.

«Os benefícios da civilização industrial começaram a ser vistos sob outra dimensão. Desenvolvimento econômico e expansão deixaram de ser sinônimos absolutos de progresso. E nascem as revisões de conceitos e as reflexões e dúvidas sobre o caminho certo ou errado. Citava eu o então Ministro Oichi, da pasta para a Preservação do Meio Ambiente, que delegava a Conferência de Estocolmo, dizia o seguinte: 'falou melancólico e saudoso de sua pátria, do Japão xintoísta, suas belezas naturais incorporadas à pessoa do próprio Deus, dos jardins milenares, das lagoas plácidas, das pedras reverenciadas, dos delicados musgos que cobrem os muros dos seus templos e, num ato de confissão, bateu no peito, comparou a seu país de hoje, com suas montanhas de detritos plásticos com o Jardim do Sol Nascente do passado e exclamou:

«O povo japonês começa a perguntar-se se a frenética busca do aumento do Produto Nacional Bruto tem alguma coisa a ver com a felicidade do homem.»

«O homem, que se julgava objeto da criação e fora da natureza, começa a duvidar de sua primazia, e antes de salvar-se ele sabe agora que precisa salvar a Terra. O que adiantaria o desenvolvimento, a alma imortal, a vida em si mesma, se ela não mais vai ter espaço para existir?»

«Esta é a raiz de toda a dúvida que está levando as nações a pensar na Natureza, não mais em termos de sua beleza, do usufruto de suas dádivas, de sua exploração. Mas, pensar na natureza em termos de que ela pode chefiar uma rebelião impossível contra o próprio homem, criando a antiexistência.»

«É neste ponto fundamental que as nações jovens não podem lavar as mãos para assistir ao incêndio, mas têm uma extraordinária autoridade para afirmar que se a Terra está doente, começa a dar sintomas de enfraquecimento, a culpa não é dos países em desenvolvimento, mas dos super-ricos que, na ânsia de exploração, se comportaram de maneira predatória.»

E para terminar, vou repetir a citação com que encerrei aquele pronunciamento sobre o meio ambiente, dizendo que o homem ainda é o principal predador da natureza. Sem que ele tenha uma consciência de sua preservação, nós faremos muito pouco.

Para alimentar nossas esperanças citemos, finalmente, Nance Newhall:

«De todos os recursos, o mais crucial é o espírito do homem. Não aquele espírito entorpecido, mas aquele espírito evoluído capaz de criar e de amar. O homem ainda é um caçador, embora sua caça possa ser uma esperança ou um mistério.»

Muito obrigado.

INTERVENÇÕES DOS PARTICIPANTES

Ministro Deni Schwartz:

Quero agradecer a presença de todos os senhores e até pedir desculpas, porque não temos lugares suficientes. Mas acredito que o sacrifício que os srs. estão fazendo, permacendo nos corredores, é bem menor do que o sacrifício que todos têm feito para defender o meio ambiente brasileiro. Quero também agradecer a presença dos Ministros que aqui estiveram, particularmente, no momento, o Dr. Roberto Santos, Ministro da Saúde, os parlamentares que nos ouvem, Governador Gustavo Krause, de Pernambuco. Isso demonstra que a integração é perfeita a nível de governo federal e a presença de ministros, autoridades estaduais e municipais e das sociedades ambientalistas deste país demonstram que realmente estamos dando o primeiro passo. Pode não ser na dimensão dos recursos que seriam necessários, mas é indiscutivelmente um passo importante.

Eu já falei do fazer fazendo. Fazer com os pés no chão, conforme determinações muito expressas do Presidente José Sarney. Quando anunciávamos há pouco, ainda, os recursos de 85 milhões, sempre é bom lembrar que isso representa quase 3 vezes, praticamente, os recursos totais da Secretaria Especial de Meio Ambiente para o ano todo. E são, isto é importante, recursos limpos, recursos líquidos, que passaremos a entidades estaduais, passaremos a Ministérios. Vamos ter, através da SEPLAN, que fique bem claro, um levantamento do Amazonas. O Brasil vai saber, através de levantamentos que serão efetuados pela SEPLAN, o que realmente acontece no Amazonas. Já se falou aqui dos estudos sobre a polícia para o pantanal, passo inicial para uma polícia de meio ambiente para este país.

Vamos, ainda, assinar aqui a resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente, fruto de uma discussão de 10 anos sobre a limitação da emissão de gases dos veículos automotores. Enfim, pretende-se com isso tudo, se atender do Rio Grande ao Amazonas, com recursos que,

se não são o suficiente, no setor de meio ambiente são relativamente grandes. Basta dizer que apenas dois estados, o Estado de São Paulo e o Estado do Paraná, têm em seus orçamentos, recursos acima de 85 milhões de cruzados para o meio ambiente. Temos ainda, infelizmente, estados que sequer possuem em seus orçamentos um centavo, temos estados que infelizmente não tem sequer um órgão para cuidar do meio ambiente. Mas temos, também, exemplos inúmeros de que o assunto está presente para todos e, para citar um apenas, saúdo a prefeitura de Vitória, no ES, que, já motivada por esta nova concepção de se tratar do meio ambiente, criou sua Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Os senhores todos são bem-vindos e eu passo a palavra para o Dr. Jerônimo, para que ele então informe as diretrizes que vão nortear este nosso encontro.

Min. Moscardo de Souza:

Minhas Senhoras e meus Senhores, Senhores Ministros de Estado.

Este Encontro Governo-Sociedade inspira-se na concepção do Presidente Sarney de que a melhor assessoria do governo é a própria sociedade. É o projeto chamado «Orelhão». A idéia é ouvir, não falar. A idéia deste encontro é ouvir a sociedade, não é que o Governo fale. Nós estamos sempre diante de posturas em que o Governo fala mais do que ouve. Mas aqui é o contrário. A idéia deste encontro é que a melhor assessoria do Governo é a própria sociedade.

Isto no Governo do Presidente Sarney não é uma frase de retórica. Antes de começar este Segundo Encontro, eu apresento rapidamente os resultados do Primeiro Encontro.

O primeiro Encontro foi sobre Governo e Cidadania, tendo como pano de fundo o Plano Cruzado. Os senhores têm à disposição o relatório completo do evento. Algumas providências sugeridas naquele primeiro encontro estão sendo implementadas pelo Governo. Uma delas, que eu permitiria citar, foi de uma dona-de-casa de Brasília, que deu a idéia da fixação dos preços dos produtos nas embalagens industriais. Foi uma sugestão acolhida e que está sendo implementada pelo Governo. A própria realização deste encontro sobre meio ambiente também nasceu de uma sugestão de um participante do I Encontro.

De modo que a idéia é que os senhores se ponham no lugar do Presidente e meditem sobre meio ambiente. A idéia é que aqui é um encontro não só do fazer, que seria o vetor governamental, mas do saber, que é o vetor acadêmico, e ainda do viver, que também constitui um grande saber, esse grande saber das entidades da sociedade civil aqui presentes. Esta solenidade até agora seria uma solenidade convencional em que os senhores ouviram o Governo falar. Ago-

ra o que distingue este ato é a reflexão que se vai fazer e conjuntamente. De modo que os senhores se ponham aqui no lugar do Presidente e vamos refletir sobre meio ambiente. A idéia é uma audiência pública. A idéia é que falem. Nós vamos ter microfones à disposição dos senhores.

Agora, eu pediria que o Dr. Ricardo Serran, que participou do I Encontro, fizesse uma breve reflexão sobre aquele evento, fazendo uma espécie de ponte entre o I e o II.

Dr. João Ricardo Serran:

Senhores membros da mesa, senhoras e senhores.

Há menos de 3 meses eu participei com muita emoção do I Encontro entre o Governo e Sociedade aqui mesmo neste local. Era a primeira vez que, como cidadão e como arquiteto, eu entrava no Palácio do Planalto e estou certo que, como eu, também, era a primeira vez para uma grande parcela de brasileiros que conosco formou esse I Encontro.

Naquela ocasião, se não bastasse a emoção de ver tanta gente junta no Palácio e saber que cada um representava diferentes segmentos da sociedade brasileira, eu fui surpreendido pelo honroso convite do Ministro Jerônimo Moscardo, coordenador do Encontro, para apresentar uma síntese do que eu havia aprendido na reunião. Felizmente o convite foi feito durante o almoço e não no início dos trabalhos.

Aparentemente isso é uma contradição, porque se eu tivesse sido informado desde o início estaria menos impactado. Afinal não é fácil para um cidadão comum entrar pela primeira vez no Palácio do Planalto, pelo que ele representa de todos os pontos-de-vista, ver-se ao lado de diversos ministros de estado, e hoje ainda, acrescido com a honrosa presença do Presidente Sarney, mais a imprensa, mais televisão. Era natural que a inibição surgisse. O que dizer naquele momento? Como se expressar? Contudo, o clima criado pelos responsáveis pelo primeiro encontro foi de tal informalidade. Tratava-se afinal, como insiste o Ministro Jerônimo Moscardo, de uma inédita audiência pública e não de um congresso, seminário ou um evento similar. E diante dessa insistência, a resposta dos presentes foi imediata. Não só dos presentes em termos de platéia, como da mesa. Conscientes do sentido histórico daquele primeiro encontro, as autoridades e os chamados debatedores convidados para a ocasião resumiram ao máximo suas falas e conclamaram o público a se manifestar livremente. Logo formou-se uma fila ao longo do microfone. Hoje eu fico imaginando como vai ser essa fila, porque os corredores estão também ocupados. E a sucessão de depoimentos ouvidos e registrados, como já acentuou o Ministro Moscardo, foi algo que dificilmente se esquece como um cidadão. Realmente foi algo emocionante.

Pois bem, ontem voltei a ser surpreendido pelo Ministro com um novo convite, ainda mais honroso, para servir de ponte entre os dois encontros na qualidade de veterano do primeiro. Vivemos num país em que existem veteranos de 3 meses ou 2,5 meses. Portanto, nesta singular situação de veterano de alguns dias, naturalmente eu estou menos inibido, embora ainda a emoção seja a mesma, ao verificar, entre outras coisas, que o Governo cumpriu a promessa de continuar realizando esses importantes encontros, e num ritmo bastante satisfatório. A cada três meses produzindo os anais, registrando. Isso é importante deixar claro para cada um de nós. O que foi dito e o que será aqui dito será registrado, divulgado e considerado pelo Governo. Para tanto a edição dos anais transcrevendo com uma grande fidelidade (este eu li ontem) o que foi dito no primeiro encontro. Portanto, cabe a nós da sociedade não só aprofundar o debate sobre o tema de hoje como num momento subsequente, reexaminar esses anais do primeiro encontro é mais adiante do segundo, para poder organizar a sociedade da qual nós participamos e cobrar do Governo, quando necessário — o Governo está mais rápido que a gente — cobrar tudo aquilo que foi compromissado aqui. De modo que diante disso só me resta cumprimentar o Governo brasileiro, na pessoa do Presidente José Sarney, pelo empenho em construir um governo democrático e sugerir a todos os presentes o máximo de franqueza e poder de síntese, para que o maior número de pessoas se possa manifestar.

Min. Moscardo de Souza:

Antes de iniciar o chamado «pinga-fogo» e a idéia, eu insisto, é ouvir e que o Governo fale o menos possível, eu daria a palavra ao Governador Gustavo Krause.

Governador Gustavo Krause:

Seguindo a orientação dos senhores, eu gostaria que a palavra fosse dada ao cidadão Gustavo Krause. É nesta condição que eu participo deste encontro. Então, não é o Governo que está falando, nem o Governo estadual. É um cidadão que sofreu, eventualmente, por ter exercido a função de Prefeito da cidade do Recife, todas as contradições que dizem respeito ao Deus Oculto do Crescimento, na palavra de Garodi, e quem vive lá na linha de frente tentando compatibilizar essas coisas.

Viria com muita desconfiança a este encontro se fosse um encontro setorial sobre meio ambiente. Mas se trata do II Encontro Governo-Sociedade. Então eu acho que isso delimita a questão do meio ambiente como uma questão de natureza eminentemente política ou seja, há uma correlação entre democracia e consciência-democracia

como gênero de primeira necessidade, porque é tão importante para o povo brasileiro como feijão-farinha-arroz e a questão do meio ambiente.

Então não vou fazer nenhuma referência à dimensão política porque acho que dimensão política é dada pelo próprio título do encontro e pela forma como o encontro está acontecendo. Agora, eu gostaria de dar alguns depoimentos dentro da dinâmica do encontro. E gostaria de dar esses depoimentos exatamente pelo sofrimento, pela cruz que um Prefeito carrega (e fico à vontade porque o Ministro Schwartz tem alma de prefeito) no exercício de um pequeno poder e que tem a obrigação de compatibilizar essas coisas.

Certo dia, logo no início da Prefeitura, a assessoria chegou e disse: para a semana é o Dia da Árvore, Prefeito, e o senhor vai ter que fazer uma solenidade em homenagem ao Dia da Árvore. Eu perguntei que solenidade e responderam que eu teria que plantar uma árvore. Eu comentei: depois que a gente devasta tudo eu vou ter que plantar uma árvore! Disseram: é o simbolismo. Concordei e lá fui eu, cumprindo aquele ritual que tende um pouco ao ridículo, com uma árvore na mão, enquanto um sujeito fazia um buraco e uma porção de meninos com bandeiras da escola municipal tocava não sei o quê. Pela minha cabeça, passava simplesmente o seguinte: eu plantava uma árvore enquanto Recife é a cidade de menor relação área verde, espaço verde por habitantes. É menor. Algumas pessoas imaginam que não é, porque, quando passam de avião, vêem uma coisa chamada fundo de quintal. A cidade arborizada. Mas é o fundo de quintal. Eu tinha que expiar meu pecado de plantar uma árvore numa cidade como essa. Aí chamei e encomendei ao pessoal um programa de preservação de fundo de quintal. Isto feito, fui a um determinado banco. Quando cheguei ao banco, lá estava um cidadão que felizmente agora mudou um pouco. Chegou, para mim e disse: o senhor quer o quê? Respondi: — dinheiro para área verde. Ele disse: o senhor quer estocar terra. Retruquei que não queria estocar terra. Queria preservar um fator escasso. Resultado: não consegui coisíssima alguma e hoje essas áreas estão sendo usadas para especulação imobiliária. Eram 17 áreas fundo de quintal que nós preservaríamos, não representaria muito para a relação espaço-verde.

Mas o que é que acontecia? Lá na ponta, lá na frente do Governo estava um cidadão carregando um fardo das grandes contradições. O sujeito faz a semana do meio ambiente. E sendo a semana do meio ambiente, eu vim meio desconfiado, porque parece véspera de Natal. Todo mundo dá presentes, todo mundo se abraça, todo mundo se beija, depois se esquece e fica brincando com o outro. É como semana do meio ambiente. Então vamos respeitar. Ruschi morreu, não sei o quê,

blablablá... e depois somos predadores, como disse o Presidente Sarney. Ele quis dizer o seguinte: o homem é um ser racional, mas é o menos razoável de todos os seres. Então essa é uma história.

A outra que eu anotei aqui é a questão da ocupação do espaço urbano. De repente o sujeito tem uma cidade dual, tem uma cidade bonita, cheia de coisas, favelada, fora do setor formal da sociedade — o sujeito não tem emprego, não tem prédio, o sujeito nada tem e o Ministro do Desenvolvimento Urbano e as pessoas que estão aqui conhecem muito bem isto. Aí, de repente, dizem: vamos fazer uma intervenção para urbanizar a favela. Aí dizem: não pode, porque não há uma lei de uso do solo urbano, Senhor Ministro.

A lei de uso do solo urbano. Falta um instrumento básico e, passem, esse elemento básico é uma lei de uso do solo urbano que está dormindo nas gavetas do parlamento brasileiro.

Então, Senhor Ministro, eu gostaria de ponderar que essa lei já é conservadora. Ela está atrasada no tempo e nos instrumentos. Não é possível se fazer coisa alguma em relação ao meio ambiente porque falta um mínimo de instrumento que garanta a legitimidade ad causa para o cidadão ir de encontro às monstruosidades que se perpetraram contra as cidades brasileiras. Que se dê às associações de moradores o direito de falar, mas falar pedindo uma prestação jurisdicional. Então isso é um outro exemplo que em todo o momento nós tivemos. De repente a gente se defronta com uma devastação e aí, Senhor Ministro, nós criamos uma coisa que é o programa de preservação dos sítios históricos — o PTSH. Tal programa preserva o entorno dos grandes monumentos arquitetônicos do Recife. Uma outra coisa: é preciso um programinha de abastecimento que recupere um rio que eu conheci jogando tarrafa nele e pescando e que hoje está morto. Por isso que o senhor hoje, e eu agradeço em nome do Estado de Pernambuco, assinou esse programa de vida ao Capibaribe, que também envolve o peixamento do próprio rio. O rio está lá morto, simplesmente morto porque o Planasa atendeu ao abastecimento d'água e não atendeu ao saneamento, por uma razão simples: é uma obra difícil, é uma obra que não sensibiliza os governadores, que não sensibiliza os políticos de um modo geral. E Recife, hoje, está na época de Saturnino de Brito. Primeiro, porque não há dinheiro, não existe vontade política e segundo porque não há coragem política para colocar dinheiro debaixo da terra e preservar a saúde das pessoas.

Gostaria de trazer outra questão, para encerrar, porque eu já passei do tempo, embora tenha muito mais fuxico para fazer da minha vida de prefeito, e acho que é preciso, os prefeitos precisam exatamente disso, chegar aqui e dizer o que é que sofrem e porque não se podem

incorporar à vontade de governo. Aliás, governo não pode ter vontade, o governo interpreta vontades. Por isso, eu acho muito importante este chamado «Projeto Orelhão».

O homem, a natureza e a cidade constituem um sistema integrado, absolutamente integrado. Então, não adianta tratar a natureza, tratar o meio ambiente, apropriar espaço verde e fechar os olhos para a questão social. Gostaria muito que o Ministro Sayad estivesse aqui, mas o senhor transmite a ele tais colocações. Eu falei que democracia era gênero de primeira necessidade e não há democracia política, não há engenharia política que resista à dívida social brasileira. Não há construção política. Daqui a 15 anos teremos um PIB equivalente ao da Inglaterra ou do Canadá e uma pobreza equivalente à do Paquistão e da Índia. Estaremos diante de um país que se poderá chamar o Brasilíndia. Então, no momento em que se quer preservar meio ambiente, vamos começar também pela questão social. Vou contar para os senhores um dos maiores dramas que tive na vida de prefeito. Foi quando nós quisemos fazer um aterro sanitário, financiado pelo Banco Mundial, e nós quase não podíamos fazer, porque existe uma figura do setor informal, chamado o catador de lixo, que é uma atividade econômica fortíssima no setor informal. Eu tive — vejam a que nível de contradições e que drama de consciência chega muitas vezes o homem que está no poder — que proteger, com a polícia, o lixo do Recife, para fazer o aterro sanitário e dar, tentar dar uma destinação econômica de subemprego àquelas pessoas que vivem do lixo mais rico, porque quanto mais pobre é o país, mais rico é o lixo.

Então, este é um depoimento que tem a ver com a questão social e somente acredito nesse resgate do meio ambiente, em termos de consciência política, de organização e de mobilização social. Durante toda esta semana, nós fizemos um programa intenso de defesa do meio ambiente e duas perguntas me foram feitas. Primeiro: como é que o senhor investe em meio ambiente, tendo outras carências? As pessoas dissociam a questão do meio ambiente das outras carências, como se fossem coisas isoladas. E a outra pergunta que me fizeram o tempo todo, inclusive ontem, quando nós assinamos a lei de proteção aos mananciais da região metropolitana, foi se essa lei não seria mais uma que não será cumprida. Então, nós temos que ter vontade política, instrumentos legais e financeiros. A SEMA é um órgão que tem que ser prestigiado, porque é um órgão tímido, financeiramente e politicamente tímido. É preciso ter vontade política, instrumento financeiro, consciência política e base social. Ou a gente investe na base social ou nada teremos que resista.

Para finalizar, diria o seguinte: diante dos verdadeiros desastres, ecológicos que eu tenho visto aí, pelo mundo afora, Senhor Ministro, digo com franqueza, nós homens não somos mortais não, gravemente mortais são as civilizações.

Min. Moscardo de Souza:

Com a palavra do Governador Gustavo Krause, do eloqüente depoimento que nos trouxe, como o cidadão Gustavo Krause, nós iniciamos agora o «pinga-fogo».

Dep. Paulo Furiati:

Como Presidente da Assembléia de Agricultura do Paraná, e falando em nome da Federação das Associações de Eng. Agrônomos do Brasil, eu quero aqui com toda esta boa perspectiva que traz o Governo, de discutir o meio ambiente, dizer que, entre os poluidores da natureza está o agrotóxico como o mais terrível, porque pega o solo, pega a água, pega os vegetais, pega a saúde humana, pega a saúde animal. Nós, do Paraná, temos uma lei estadual de agrotóxicos, assim como outros 15 estados. O Paraná teve 6.000 intoxicações nos últimos anos.

Esta lei, embora contestada pelas multinacionais, reduziu pela metade o número de intoxicações, associada à orientação técnica da EMATER. Somente nos últimos 3 anos, o Estado do Paraná teve 6.403 agricultores intoxicados e 257 mortes oficiais. Na questão de agrotóxicos em que temos trabalhado e temos condições de falar, o Governo tem sido muito mais um consorciado na penúria contra o meio ambiente do que ajudado, porque está instalada dentro do Ministério da Agricultura, há vários anos, uma verdadeira equipe de auxílio às multinacionais. Recentemente, o Presidente Sarney, numa missão corajosa, designou uma comissão que elaborou um projeto de lei sobre agrotóxicos. Esta comissão mandou ao Ministro, o Ministro mandou ao Presidente. Já foram três vezes os envios desse projeto à Casa Civil e três vezes ele voltou.

Mais recentemente, depois que o Ministro Íris Resende assumiu, ele mandou e depois retirou. Essa lei está dormindo nas gavetas. Uma lei séria de agrotóxicos. Agora, por que é que não mandam para o Congresso Nacional? Porque o debate no Congresso Nacional é impossível, o mesmo *lobby* lá se instala para impedir uma lei nacional de agrotóxicos. Um produto chamado U46, da Basf, composto pelo agente laranja que foi utilizado na Guerra do Vietnã, está sendo utilizado na Fazenda São Cristóvão, situada no Município de Bodoquena, no Mato Grosso do Sul. Produto proibido nos EUA está sendo usado aqui. Projeto de lei sobre a produção está engavetado. Nós estamos pedindo aqui o mínimo necessário, que os produtos, cujos testes em laboratórios tenham revelado propriedades carcinogênicas, mutagênicas, o que prejudica o processo reprodutivo, não sejam comercializados no Brasil. Mesmo assim as coisas estão correndo soltas no Ministério da Agricultura. E mais, recentemente fizeram uma portaria que abriu as portas para os registros no País. Então, companheiros, para finalizar

essa posição da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos no Brasil e da Assembléia Legislativa do Paraná, eu quero dizer que mais uma coisa deveria o Governo fazer: uma sindicância lá no Ministério da Agricultura para saber como é que estão funcionando os registros de produtos agrotóxicos, porque não entendo que a questão do meio ambiente seja um produto da vontade do homem, animal que é destruidor. A questão do meio ambiente, a destruição do meio ambiente, por trás dela está o poder econômico articulado, porque uma indústria articulada, uma multinacional articulada destrói milhares de vezes mais o meio ambiente do que o cidadão comum matando um pardal na esquina.

Então, é importante que deste encontro não saia a conclusão ingênua de que o homem é destruidor e de que nós precisamos mudar o comportamento do homem. Nada disso. Atrás da destruição do meio ambiente estão os lucros exorbitantes do poder econômico, e se o Governo se propõe a atacar essa questão do meio ambiente, o que eu acredito e por isto estou aqui, entendo que deve ser levado a sério esse processo. Além dos convênios, Senhor Ministro, e, com toda a sinceridade, são convênios em que se faz um acordo ecológico ali, um acordo ecológico aqui, proporciona um dinheirinho para entidades, essa coisa toda, nós não temos absolutamente nenhum motivo para lembrar ou comemorar a semana nacional do meio ambiente. No Paraná nós temos e em alguns outros estados. Temos uma lei estadual de agrotóxicos, à revelia da Federação, porque a Federação não tem. Temos um código do uso do solo e temos recursos aplicados em quantidades consideráveis. Agora, quanto à União, que hoje está fazendo isso e nós parabenizamos, se não encarar isso como uma questão política, o meio ambiente será tal como a reforma agrária. Ficará sendo protelada para não ser feita.

Alvamar Costa de Queirós

Sou Presidente da Associação dos Servidores da Secretaria Especial do Meio Ambiente e quero parabenizar o Ministro pelas decisões tomadas, alocando recursos para o meio ambiente. Quero também parabenizar o Dr. Paulo pelo seu esforço para a questão ambiental no Brasil. Mas não poderia deixar de falar aqui, Senhor Ministro e companheiros, sobre a questão dos servidores da SEMA. Então, nós servidores da SEMA fizemos esse documento que vou passar a ler:

«No momento em que se comemora no Brasil a Semana Nacional do Meio Ambiente e que a SEMA, como órgão central do Sistema Nacional de Meio Ambiente — SISNAMA, está prestes a completar 13 anos de existência, nós, os servidores da SEMA, enquanto cidadãos, sentimo-nos na obrigação e no dever de mostrar objetivamente para toda a sociedade as condições insuportáveis de trabalho a que fomos

levados, nos últimos anos, como prova do descaso com que muitas das ex-autoridades trataram os problemas ambientais em passado recente, muito embora o discurso oficial tentasse iludir a opinião pública com o oposto.

Com o advento da Nova República e a criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, acreditávamos que novos rumos fossem tomados. No entanto, apesar dos esforços feitos pelos funcionários dessa Secretaria, essa mudança até o momento não ocorreu.

Vale salientar, que parte deste documento já foi motivo de discussão. Todas as denúncias aqui aventadas foram entregues ao MDU nesta mesma data no ano passado. Realmente será lamentável se tivermos que repeti-las no próximo ano. Lamentável não só para nós, tocados diretamente pela questão, mas também para toda a Nação brasileira que cada dia mais vem sofrendo com o agravamento de todo esse quadro, vendo dia-a-dia deteriorar-se ainda mais a qualidade de vida. É preciso que o governo federal, através do MDU se posicione claramente quanto à posição política de dar ou não condições para que o Conselho Nacional do Meio Ambiente funcione adequadamente.

A SEMA, como Secretaria-Executiva do CONAMA está completamente desestruturada e abandonada. Cada vez mais o grau de desrespeito à natureza e à proteção de todo o seu ecossistema vem-se cristalizando no mundo inteiro como principal testemunha da efetiva evolução das sociedades. No Brasil, entretanto, nos últimos anos em especial, ao invés da SEMA concentrar seu trabalho exclusivamente no equacionamento dos complexos problemas técnicos ligados à coordenação da política nacional do meio ambiente, ela teve que concentrar seus esforços na busca de sua própria sobrevivência. Enquanto crescem as solicitações dos órgãos estaduais de meio ambiente, de muitas indústrias, de parcelas significativas da sociedade para que a SEMA se fizesse mais e mais presente, impedindo os abusos de toda ordem contra o nosso patrimônio comum, contra a nossa natureza, a SEMA se debate com cortes e mais cortes dos seus recursos orçamentários, como se tudo isso fizesse parte de um plano sinistro para anular por completo o trabalho daqueles que lidam com a vida nas suas mais elementares manifestações.

Desta forma, nós constatamos que hoje, mesmo com a criação de um Ministério específico para tratar dos problemas de meio ambiente no Brasil, a SEMA continua mais abandonada do que nunca, sem as mínimas condições de trabalho e o que é pior sem contar com a vontade deliberada do MDU...

Min. Moscardo de Souza:

A idéia deste encontro é a oralidade, quem tiver discurso que o entregue na secretaria, porque vamos dar o nosso recado telegraficamente, o senhor me perdoe eu interromper, mas a idéia é que a maioria fale e dê o seu recado telegraficamente. Por favor, não leiam discurso.

Alvamar Costa de Queirós

Eu trouxe aqui para ler por que aqui está a síntese das nossas reivindicações. Mas eu coloco para o senhor, eu entrego e vou sintetizar.

Bom, depois eu distribuo para quem tiver interesse a síntese das nossas reivindicações, mas eu quero aqui só sintetizar a situação de penúria que vivem os servidores da SEMA. Então, hoje, nós somos mais de 200 servidores sem condições de trabalhar, com salários extremamente achatados, a tal ponto de, a cada dia, a SEMA perder o seu quadro técnico, a cada dia a SEMA perde o seu quadro de pessoal da administração, e, daqui a alguns dias, a SEMA se tornará um órgão de estagiários, bolsistas e conveniados, porque os técnicos não suportam mais estar trabalhando naquele órgão com salários tão aviltantes, e ainda mais não ter condições de trabalhar. As pessoas ficam completamente paradas sem poder dar seguimento aos pedidos, muitas vezes sem dinheiro para passagem, muitas vezes sem dinheiro para viajar e atender às necessidades do Estado e muitas outras necessidades internas do órgão. A tal ponto que hoje a Secretaria Especial do Meio Ambiente se encontra parada, em sinal de protesto pelo descaso com os servidores.

Min. Moscardo de Souza:

Nós estamos aqui para servir à sociedade. Vamos evitar paroquialismo. Peço que continue o próximo e que se faça aqui um «pinga-fogo» em respeito à sociedade. O Governo quer ouvir, se nós burocratizarmos e ficarmos tratando somente de problemas da SEMA, não fazemos mais nada. A SEMA foi criada para servir à sociedade.

Raimundo Lares de Aragão:

Sou Presidente da Associação dos Moradores do Setor QNG de Taguatinga-DF, setor que atualmente abriga cerca de 30 mil habitantes. Associação que inclusive é a pioneira no DF, criada no ano de 1978.

Gostaria de dizer aos Exmos. Srs. Ministros e a todos os presentes que, quando do Governo da ditadura de 64, a nossa comunidade do Setor QNG de Taquatinga era mais bem tratada do que nos dias atuais, a partir do atual governo que temos no Distrito Federal.

Para os senhores terem uma idéia, aqui estão mais de 60 reivindicações encaminhadas pela Associação de Moradores, que representa legitimamente a nossa comunidade do setor. Cada papel rosa destes representa um ofício e, dentre eles, muitos encaminham mais de uma dezena de reivindicações e sequer recebemos pelo menos uma satisfação a qualquer uma dessas reivindicações até o presente momento.

E digo ainda que mais de 90% das nossas reivindicações estão intimamente relacionadas com o meio ambiente. É de se lamentar que, no DF, nós tenhamos um governo biônico, por força de dispositivos e leis casuísticas que estão aí e chegaram de pára-quedas e não dão nenhuma satisfação para nossa comunidade.

É verdade e caso levantem uma pesquisa de opinião pública, essa denúncia será veementemente constatada.

Há três anos e meio, com toda a comunidade do setor, inclusive com a participação de crianças, plantamos 2.000 mudas de árvores e elas hoje todas são árvores adultas. No dia 22 de outubro de 1986, estamos caminhando para um ano, encaminhamos um ofício pedindo 500 mudas de árvores e o adubo respectivo, e não recebemos satisfação.

Então, como é que nós vamos defender o meio ambiente se nós não temos um governo competente, sensível e capaz de executar ações de caráter altamente político?

Eu costumo dizer, minhas sras. e meus srs., que, por mais competente, por mais bem intencionado, por mais dinâmico que o administrador público possa ser, se ele não der as mãos ao povo, ele não vai conseguir resolver coisa alguma, porque quem tem capacidade e sabedoria é a comunidade e o governo está aí para escutar a comunidade e dar atenção e respeitar.

José Truda Palazzo Jr.

Sou Conselheiro da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza. Uma grande angústia que me trouxe a Brasília e ficou evidenciada, hoje, nesta reunião é a grande dicotomia de funções que ainda se observa nos órgãos federais encarregados da política de meio ambiente. Isso ficou bastante claro através dum conflito aparente entre SEMA-IBDF na área de preservação de ecossistemas. E essa dicotomia, no meu entender, leva a equívocos muitos sérios e muito lamentáveis. Dois deles ficaram evidenciados hoje nos atos que o Sr. Presidente da República assinou.

Um deles é a assinatura da criação de uma área de proteção ambiental, em Fernando de Noronha, a qual protege as ilhas principais do território e também se sobrepõe a uma reserva biológica já existente, administrada pelo IBDF. Uma sobreposição que só vai trazer dificuldades ao manejo e administração da área.

A outra é a pulverização de recursos que muito me surpreende. Eu considero um equívoco absolutamente lamentável que o Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes do IBDF não tenha sido contemplado com um quinhão desses milhões que estão sendo pulverizados por órgãos que lidam basicamente com saneamento e não com proteção de ecossistemas. Nós temos o maior respeito pela SEMA, mas achamos que é hora de se definirem funções no governo federal, de modo a que a SEMA fique com a área de poluição e saneamento urbano e se dê ao Departamento de Parques Nacionais ou um sucedâneo, seu, autônomo, que seria melhor, a administração de parques nacionais e reservas biológicas e áreas de conservação federal.

Em relação ainda à Fernando de Noronha, na qualidade de Coordenador Executivo do Comitê Pró-Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, que representa 100 entidades, com 100 milhões de associados em 18 países, é minha intenção registrar a nossa apreensão com a criação dessa área de proteção ambiental, que é um primeiro passo para a proteção efetiva de Fernando de Noronha, mas que nós achamos deve evoluir no sentido dos estudos que estão sendo encaminhados pelo IBDF para a criação de um parque nacional, onde a preservação seja aliada ao turismo ecológico, educativo. Causa-nos muita apreensão que a EMFA administre aquela área, mesmo em regime de área de preservação ambiental, já que o Sr. Ministro do EMFA, há pouco tempo, propalava nos jornais de circulação nacional os entendimentos com grandes corporações para desenvolver o turismo multimilionário em Fernando de Noronha.

Nós deixamos registrado que continuaremos nossa luta pela criação do parque nacional e esperamos que ele venha encontrar um sistema de unidades de conservação da natureza, unificado sob um único órgão, autônomo e com recursos suficiente para que não seja essa miséria, essa vergonha que nos leva às reuniões no exterior, dizer que o nosso sistema de parques nacionais, para sobreviver, tem que esmolar recursos que sobram do governo federal.

Carlos Eduardo Dolabela (apresentador)

Atenção. A sessão «pinga-fogo» deve dar oportunidade a todos para apresentarem as suas reivindicações neste encontro governosociedade.

Portanto, por uma questão de respeito a todos que devem ter oportunidade para falar, nós vamos conceder apenas 2 minutos a cada participante.

Vera Santana

Bom, eu não vou protestar porque acho que, quando alguma coisa deve ser dita, deve pedir a um homem, quando alguma coisa deve ser feita, deve pedir a uma mulher. E nós, mulheres, somos sucintas, e eu, mais uma vez participando do encontro governo-sociedade, vou ser sucinta, porque quero que alguma coisa seja feita.

Bem, é o seguinte: a menos de 500 metros da minha casa há uma quadra. Nessa quadra há casas que foram construídas com 30 metros quadrados. E eu sei que a maioria dos senhores aqui presentes nem conhece o que é uma casa com 30 metros quadrados. Então o que venho aqui dizer é que foi aprovada essa planta, com 30 metros quadrados, no governo passado, mas foi ratificada, e de maneira ainda mais indigna pela Nova República. Porque as casas estão sendo construídas agora, lá na minha quadra, e eu sei porque o Senhor Ministro esteve lá há dois dias, e ele viu. O meio ambiente é para o ser humano viver, Então eu venho e trago mais umavez uma sugestão ao Governo e espero ser atendida como dona-de-casa, que sou, Presidente da Associação das Donas-de-Casa de Brasília. Acho que deveria haver um Decreto do Governo, do Presidente da República, assim como teve um decreto do congelamento de preços. Um decreto em que fosse proibido terminantemente construir casas com menos de 60 metros quadrados.

José Pedro de Oliveira Costa

Sou Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Gostaria de cumprimentar os Senhores Ministros, Dr. Paulo Nogueira Neto, Embaixador Azambuja.

Em primeiro lugar, gostaria de trazer os meus parabéns a essa iniciativa da Presidência da República, do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de abrir o debate para a sociedade. Isto faltava e muito. Em segundo lugar, duas informações: nós tivemos ontem a felicidade de ver escrita, na Constituição do Estado de São Paulo, a necessidade da preservação da Floresta Atlântica do Estado de São Paulo, em particular, na área relativa à Serra do Mar. E isto eu trago como sugestão, inclusive, para a próxima Constituição.

Estou indo à tarde para o Paraná, onde, a exemplo de São Paulo, será tombada toda a extensão da Serra do Mar. E entendo que a Lei Sarney, encaminhada ontem ao Congresso Nacional, a Lei da Proteção dos Bens Culturais, poderá ser estendida também à proteção dessas áreas naturais, o que é muito oportuno. Gostaria de lavrar aqui a mi-

na sugestão, no sentido de mudanças profundas, radicais e produtivas, no Departamento de Parques Nacionais. Realmente, os parques nacionais brasileiros estão ao descaso e isto é o exemplo mais candente da necessidade de se fazer alguma coisa pela proteção de todos os nossos recursos naturais. Com relação aos parques nacionais, há necessidade de mudanças radicais. E reitero aqui o meu apoio constante, profundo, ao sistema de estações ecológicas da SEMA.

Dolabela (apresentador):

Mais uma informação aos participantes. Para comodidade de todos que não disponham de condução, informamos que haverá ônibus à disposição, no horário do almoço, para levá-los ao Conjunto Nacional, onde há um bom número de restaurantes. Os ônibus estarão em frente ao auditório às 12:30 e apanharão os interessados no Conjunto Nacional às 14:00 para retomada dos trabalhos.

Walter Pinto Costa:

Sou Presidente Nacional da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Meus cumprimentos, excelentíssimos Senhores Ministros, Dr. Paulo Nogueira Neto, pela realização deste encontro, que possibilita debate entre o governo e a sociedade muito dentro do espírito da prática da doutrina da Nova República. Nós da ABES trazemos para este encontro o documento, que está dentro do tema da cidadania e meio ambiente. Este documento foi elaborado pelo Comitê Permanente de Ecologia e Meio Ambiente da nossa Sociedade, ao longo de dois anos de reuniões, encontros e debates, entre os quais poderia citar nas memoráveis reuniões de encontro de ecologia e meio ambiente, em Campo Grande e em Cuiabá, em defesa do Pantanal Matogrossense. O documento foi referendado pelo 13º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, realizado em agosto do ano passado, em Macció, Alagoas, com a participação de 2.500 congressistas. O Ministro Roberto Santos e o Dr. Paulo Nogueira Neto nos deram a honra e o prestígio de participar. O documento consolida o ponto de vista, as recomendações da nossa Associação, as quais, vejo com muita satisfação, são convergentes com a política e a orientação adotadas pelo Governo. Eu quero fazer chegar este documento à mesa, e ao mesmo tempo comunicar que nós da ABES continuamos ao inteiro dispor do Governo nessa luta em prol da melhoria das condições de vida do povo brasileiro, e da defesa e preservação do meio ambiente.

Romeu Padilha de Figueiredo:

Sou Presidente da Embrater. Eu vou-me limitar basicamente à análise dos problemas na agricultura por força da própria função que eu exerço.

Lamento que o meio ambiente, embora muito bem entregue ao Ministro Deni Schwartz, esteja ligado ao Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, pois eu não vou pensar tanto no desenvolvimento urbano, mas no desenvolvimento rural e meio ambiente.

Nós estamos todos sendo chamados pelo Presidente Sarney e conclamados pela Nação a desenvolver a agricultura neste país. E, nesse sentido, vários planos, programas e projetos estão sendo lançados. Alguns deles, o Programa Nacional de Irrigação, o Programa de Irrigação do Nordeste, prevêm três milhões de hectares, fora alguns outros programas, de Desenvolvimento do Cerrado, quem sabe o Plano Nacional de Reforma Agrária. Nós queremos crescer rápido na agricultura deste país. Precisamos ter cuidado para não repetir erros já cometidos. Sabemos que as fábricas de tratores já não estão atendendo as demandas. Sabemos que o complexo industrial agroquímico também não. Não vamos repetir nesses grandes programas nacionais de desenvolvimento da agricultura deste país os mesmos erros de perda de solo, de mau uso e manejo incorreto do solo, da água, da planta, dos animais.

Portanto, é fundamental, quando se coloca crédito rural, quando se estimula a produção agrícola, seja a nível das regiões pioneiras, seja das regiões tradicionais, que haja uma preocupação muito grande em preservar o adequado manejo do solo, da água, das plantas e dos animais. Que isso faça parte, portanto, quando se tenha um grande projeto de crédito rural para um agricultor, um produtor, e que não se vejam somente os aspectos da rentabilidade bancária, ou da produtividade física, mas também o da sustentabilidade ecológica.

É necessário haver um maior esforço, maiores investimentos na área da pesquisa, da tecnologia e da técnica na agricultura deste país, de maneira que a gente possa ter processos menos predadores, menos tóxicos, de defesa animal e vegetal, para que tenhamos uma agricultura mais ecológica. E, finalmente, que haja, por parte do Governo, uma preocupação de que as sociedades e as instituições ambientalistas participem de comissões e conselhos, a nível destes programas regionais de desenvolvimento agrícola ou rural, de maneira que possam garantir e zelar pela preocupação ecológica.

Dirceu César Leite:

Sou geólogo e engenheiro, trabalhei 30 anos na Petrobrás, aposentei-me e venho-me dedicando ao meio ambiente há cerca de 1/4 de século. Quatro pessoas aí na mesa me conhecem — o Dr. Paulo Nogueira, o Ministro da Saúde e o Dr. Rômulo Almeida — há mais de 25 anos.

Recentemente, resumi minhas idéias num trabalho que enderecei direto ao Prsidente Sarney, e que foi parar na mão do Senhor Ministro

do Meio Ambiente. Eu tenho cópia aqui e preciso saber o andamento desse trabalho, cujo resumo eu faço rapidamente para o auditório. Nós estamos vivendo uma nova era na humanidade, a era da sobrevivência, e estamos passando por uma revolução total. O Primeiro Mundo é um mundo artificial, cuja condição essencial de vida, a temperatura, é artificial e vai faltar. Eles já descobriram que o Terceiro Mundo tem a solução, através da transferência do calor, por meio de hidrelétricas, de transformação hidrogênio etc. é um direito natural daquele povo de exigir as condições de vida que estão aqui. Isso tem que ser colocado na nossa Constituição, esse reconhecimento. Mas que a energia é nossa. Por outro lado, a circulação da energia através da chuva em todo o continente sul-americano, depende sobretudo da floresta amazônica, que pega água do oceano, e recicla no continente. Em todos os países que circundam o Brasil na parte oeste, os países andinos, a chuva chega lá através de um grande ciclo. Se quebrado esse ciclo, eles não terão condição de alimento, de chuva. O Brasil não tem direito de tirar aquele direito de vida daquele povo. Reconhecer isso na nossa Constituição, mas reconhecer que sem uma força maior do que a do poder econômico, que é a força da vida, do direito à vida, nada será feito. Então eu proponho isso. Que se estude a fundo o assunto da vida versus economia, ou a ecologia versus economia. Esse é um assunto magno, que tem que ser levado a sério. Com o desastre dessa usina nuclear na Rússia, a Rússia também vai se interessar em levar energia daqui. Com o desastre econômico na África, porque aquilo é uma colcha de retalhos e eu estou lendo dia a dia nos jornais, nas revistas, que a África se está tornando cada vez mais um deserto total, mais ainda importante se torna a posição do Brasil, porque é uma unidade toda com a América do Sul. Preservar esse grande meio ambiente, essa grande unidade ecológica para salvação do mundo. Agora, reconhecer que o direito à vida não é só nosso, mas a energia é nossa. Eu proponho que o Senhor Ministro, na oportunidade que tenha, me chame para conversar pessoalmente, porque eu tenho muitas informações, que eu venho estudando através da minha vida. Tenho muitas idéias que não foram publicadas, que ninguém tem. Idéias que a gente vai tendo lendo. Eu leio muito, tudo quanto é de grande autores e vou resumindo as idéias. Como geólogo, a gente tem uma capacidade imensa de correlacionar coisas.

Há oito anos, eu correlacionei a Amazônia com Itaipu, quando estavam construindo Itaipu, eu disse que o Rio Amazonas vai secar o Rio Paraná, porque esses afluentes que entram a água pelo centro do Brasil, pelo Planalto Central, essa água é reciclada do Amazonas. Isso tudo está sendo comprovado. As enchentes terríveis que têm havido do Paraná e em São Paulo, aquilo, infelizmente, não vai ter jeito. Porque o homem já destruiu demais. A natureza cobra muito caro. Uma das idéias é que não chove no deserto, a água vai do oceano e passa por

cima do deserto, pega uma montanha. Quando chove na montanha ela dissolve a montanha e carrega aquela água com fertilizante e joga na natureza para plantar as florestas. Ela fez isso. O homem está destruindo, ela está repondo. Essa é que é a minha proposta. Procurar um meio de conversar detalhadamente com o Sr. Ministro.

Dolabela (apresentador):

Voltamos a reafirmar a necessidade de se manter o prazo estipulado inicialmente de 2 minutos. Essas informações são depois coletadas num livro, que depois será distribuído a todos, no momento oportuno.

Vereador Ernesto Zwarg:

Eu sou de uma pequena sociedade ecológica. Pequena porque a cidade é pequena, no litoral de São Paulo. E membro do CONCEMA. Vou avocar aqui o testemunho do Dr. Paulo Nogueira Neto, que tem uma casa de veraneio em Itaim. Eu, além disso, sou vereador e venho aqui com vergonha de ver o que ocorre de destruição na natureza, os morros da minha cidade rebentados a trator, os mangues aterrados, em Cananéia ocorre grande agressão à natureza. As áreas de marinha, o permissivismo do STU está acabando com a paisagem ao longo de toda a costa brasileira. O STU tornou-se, por assim dizer, um balcão de imobiliária, retalhando a nossa costa.

Em Paruibe, foi entregue a um estrangeiro — eu sou um homem de idéias, internacionalistas, vamos dizer, recebo a todos bem — mas uma pessoa que mal fala Português conseguiu um istmo de pedra, uma península, e lá foi aprovada a construção de um grupo de casas geminadas, onde não há solução para esgoto. E o povo de Peruibe, e os turistas, que há centenas de anos lá freqüentavam, estão proibidos de passar para pescar. Estragaram uma das mais belas praias de Peruibe.

No Guarujá, uma praia, uma paisagem conhecida pelo Brasil inteiro, através dos livros de Geografia de Aroldo de Azevedo, o Costão das Tartarugas, está sendo destruído pelo permissivismo do STU, pelo financiamento que se dá às construtoras, que fazem prédios de quinta categoria, tirando recursos das moradias populares, prédios que tiram o sol da praia. Na Praia Grande não há mais sol na praia, porque o sol morre atrás dos prédios. Não há ventilação.

O que se faz em termos de financiamento a construtoras é um escândalo, e eu diria ao Senhor Ministro que pátria é a terra, e não em si o Estado. E a paisagem é o retrato da Pátria. Por favor, Excelência, estude-se um plano para fechar de vez o STU, ou então avoque ao vosso Ministério, ao vosso gabinete, para terminar com esses aforamentos, essas ocupações, porque deve haver um direito à paisagem. O art.

180 da Constituição diz que cumpre à União e ao Estado e aos Municípios a preservação dos locais de notória paisagem. No entanto, há um medievalismo nessa idéia de municipalismo. Eu sou vereador e sou contra esse feudalismo em que meia dúzia ou dez vereadores resolvem entregar conjuntos que são nacionais, paisagens que são nacionais, praias lindas, como a de São Lourenço, que está sendo fechada pelo muro da vergonha. E até o Governo do Estado permitiu fechar uma praia em Cananéia! Há lá um muro de um hotel que ninguém consegue abrir. Porque o STU permite tudo. Visitem a minha região. São Paulo está quase sem paisagem. O litoral norte dá dó no coração. E eu queria que estivesse aqui sua Excelência, o Senhor Presidente da República, para ver como o brasileiro chora as paisagens que perde. Que a Nova Constituição configure isso. Há um direito à paisagem. E anule-se o poderio do STU. É o que eu tinha a dizer.

Danilo Viana:

Sou da Sociedade de Preservação e Recursos Naturais e Culturais da Amazônia — SOPREN, não-governamental, que atua em toda a Amazônia clássica, fora do artifício político-geográfico da Amazônia legal, desde 1968.

Os cidadãos da Amazônia já cansaram de acreditar em promessas, mesmo que elas sejam triunfantes. É um hábito da minha terra, no dia de finados, no cemitério da Costa Atlântica, tocar funeral. O título é «Toque de Funeral para a Amazônia». E o fim: «Deus Salve a Amazônia».

Senhor Ministro, a minha intenção, determinação firme é entregar isso ao Presidente. Eu vou fazê-lo ao responsável por isto. Aqui diz: Antiecologia Amazônica — Alguns aspectos relacionados. De o Parlamento norueguês se retirando de Trombetas, por não ter naquela região de mineração do meu estado, nada, absolutamente nada, em relação ao meio ambiente. Destruímos o Batata. Eu não vou ler, Senhor Ministro, que a lei da SUDEPE, ou lá o que seja, Portaria, ou lá o que seja, trocou o nome do peixe, e proibiu em data errada a pesca do pirarucu no médio e no baixo Amazonas. É interesse levar, daqui dessa reunião, alguma coisa de concreto. Não percam as nossas esperanças. É o que nos resta.

São 24 itens altamente negativos. Por favor, corrijam.

Ivan Noriz de Brito:

Sou Presidente do Conselho Federal de Biologia e da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Seção Rio de Janeiro.

Pegando uma carona nas palavras do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, quando se reportou ao questionamento que o

povo japonês fez com referência ao desenvolvimento a qualquer custo em seu país, gostaria de lembrar aos senhores presentes que o Brasil optou por um desenvolvimento a baixo custo ecológico como filosofia de trabalho. Entretanto, desde 1973, com a Fundação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, o que nós temos visto e sentido durante o período é que o próprio governo federal não dá exemplo necessário. Então fica essa filosofia de desenvolvimento a baixo custo ecológico, dando a impressão de ser um assunto político e demagógico, um posicionamento político demagógico. É preciso que o governo federal, através das suas estatais, dê o exemplo primeiro do controle ambiental. Não se pode mais permitir o atraso dos programas de controle de poluição das grandes estatais federais. E para isso é preciso que se fortaleça a Secretaria Especial do Meio Ambiente. Que ela se sinta prestigiada, que ela tenha condições de exercer realmente seu papel, principalmente junto às empresas estatais, para que sirva de exemplo às empresas particulares. E dentro desse contexto, destaco como uma das formas de poluição mais concretas e de maior amplitude, o problema dos esgotos sanitários. As companhias estaduais fazem verter sobre os nossos rios, os nossos mares uma quantidade imensa de esgotos não tratados, contribuindo dessa forma para a degradação de uma maneira preponderante. É preciso que, na formação do futuro Banco Nacional de Desenvolvimento Urbano, se adote como filosofia a obrigatoriedade de uma formação de companhias autônomas para água e esgoto. Ao contrário da política adotada pelo BNH, que obrigava, praticamente, a formação de uma companhia única. E com isto a área de esgoto sanitário nunca era prioritária. Nunca era beneficiária. Qualquer administrador, com um mínimo de sensibilidade, verificará a necessidade de se dar prioridade à água. Porque, inclusive, sem água não há esgoto. Mas também não se pode, de forma nenhuma, esquecer do problema do esgoto sanitário.

Em todas as grandes metrópoles do Brasil, e mesmo nas cidades de menor porte, quando se faz modelo matemático para medir a poluição de nossos rios, de nossos corpos receptores, é sempre o esgoto sanitário o maior contribuinte. Ficam os órgãos ambientais preocupados com o controle na área de despejo industrial, esquecendo que, ao lado, às vezes, uma boca de esgoto lança muito mais poluição em quantidades muito maiores, degradando de forma muito mais preponderante os nossos corpos receptores. Portanto, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental do Rio de Janeiro traz aqui como proposta, primeiro, o fortalecimento da SEMA para que ela possa atuar realmente junto às estatais, no controle de poluição que estas realizam em nosso meio ambiente. E, segundo, que o BNDU, futuro Banco Nacional de Desenvolvimento Urbano, ou mesmo o BNH imediatamente, faça ver a necessidade da separação das companhias de águas e esgotos, para que futuramente nós possamos comemorar a Se-

mana do Meio Ambiente não mais como uma véspera de natal, como muito bem se reportou aqui o Senhor Governador do Estado de Pernambuco.

Pedro Ferreira Lino:

Sou da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo e da Sociedade Brasileira de Espeleologia. Espeleologia, eu tenho que explicar para quem não sabe, é o estudo de cavernas. A palavra é meio estranha.

Trabalhando com a questão ambiental, em órgãos governamentais, há cerca de 15 anos, eu queria trazer uma das questões que mais nos preocupa e hoje ainda se mostra, depois de muita análise, muita batalha, como um dos pontos básicos da questão ambiental em termos de Brasil. Às vezes pouco comentado. É o problema da mineração. A mineração está na base, praticamente, de todos os nossos grandes problemas ambientais. Um diagnóstico realizado pela SEMA, pela SECIRM também, sobre a nossa costa, mostra claramente a mineração como um dos problemas centrais na produção de um meio ambiente ruim. Dentre os casos de conhecimento nacional, temos o problema da mineração em terras indígenas, que não é somente ambiental, mas também social, cultural, até de soberania mesmo; a mineração no interior, dentro do corpo de nossas cidades; a mineração em parques nacionais, contrariando a legislação que é extremamente clara nesse sentido. Em termos do Estado de São Paulo, nós temos levantamentos claros, que estão à disposição, inclusive já foram enviados ao Ministério, ao DNPM, sobre mineração clandestina, com conhecimento do DNPM, que continua atuando dentro dos parques estaduais, contrariando a lei federal. Nós temos minerações destruindo cavernas, que são sítios arqueológicos e paleontológicos, em Minas Gerais é muito simples de se ver isso. Então esse é um dos lados. Agora, o problema maior que nós vemos é institucional. Ao longo desses anos, o DNPM, que é o órgão que tem competência exclusiva para dar os alvarás, requerimentos, alvarás de pesquisa de lavra, se transformou, infelizmente, não mais em um órgão público, que serve ao público, mas um sindicato patronal de mineradores. E isso tem que mudar. Nós reconhecemos a preocupação e as colocações do atual Ministério das Minas e Energia, que a gente inclusive acompanha as determinações do Ministério para o órgão de produção mineral. No entanto, na prática, nós podemos dizer que ainda continua sendo um feudo. A população brasileira não tem acesso às informações e quando as têm, mesmo quando elas sejam contra a lei, não consegue alterar esse quadro. É relativamente recente a resolução do CONAMA, sobre o relatório de impacto ambiental para esse tipo de atividade. Depois dessa resolução, o DNPM deu, do nosso conhecimento, 75 portarias de lavra, em ne-

nhum dos casos ouvindo e pedindo o relatório de impactos ambientais. Então eu pergunto: a quem nos recorreremos e como nós fazemos para cuidar das nossas áreas praianas, das nossas áreas costeiras, se nós temos um órgão que ainda é impermeável e que é um símbolo ainda, apesar de todos os esforços, da Velha República? Fica essa pergunta.

Aurélio Wander Bastos:

Sou professor universitário e pesquisador interessado no Poder Judiciário, especialmente na sua capacidade de proteção ao meio ambiente e a interesses sociais difusos. Eu, já de algum tempo, venho estudando as decisões judiciais sobre proteção ao meio ambiente. Há algum tempo o meu trabalho foi aprovado pelo 8º Congresso da Ordem dos Advogados do Brasil, com a colaboração do Professor Nilo Batista. Esse trabalho levanta toda a jurisprudência brasileira nos nossos tribunais, sobre proteção ambiental, identifica as linhas fundamentais de decisão dos nossos tribunais.

Fazemos algumas sugestões, principalmente na linha e na imprescindível necessidade de se tipificar e penalizar os delitos ambientais. Da mesma forma sugerimos nesse trabalho a ampliação e a viabilização de leis processuais, que permitam a agilização das demandas judiciais, no que se refere à proteção ambiental. E, por fim, o trabalho também defende a imprescindível necessidade de o Poder Judiciário ser modernizado para interferir e atuar na solução e encaminhamento dos problemas de nível ambiental. O nosso trabalho, como eu adiantei para o senhor, foi aprovado no Congresso da Ordem dos Advogados, no 8º Congresso, mas, em meu nome pessoal, eu peço licença para encaminhá-lo à mesa, e espero que o Ministério e a Secretaria possam observar.

Rafael Pinzon Pueda:

Sou Secretário da Associação dos Servidores da Superintendência da Borracha.

Eu vou falar da Amazônia, não como Amazônia «pulmão do mundo» e outras coisas poéticas, não. Eu vou falar da Amazônia porque está povoada e muito bem povoada por nações indígenas, especialmente pelos heróicos seringueiros, cujo meio ambiente é a floresta. E na medida em que estamos destruindo a floresta, nós estamos destruindo aqueles povos indígenas e estamos destruindo também os seringueiros. E nós servidores da SUDEVEA, temos uma proposta concreta que já encaminhamos inclusive ao INCRA, para ocupação dos seringais da Amazônia, mas infelizmente nos foi respondido que a preocupação da atual administração não era a Amazônia.

Entretanto, nós queremos mostrar que os seringais da Amazônia podem ser ocupados, desde que sejam preservadas três condições fundamentais: Primeiro, que se permita a continuidade do extrativismo, responsável por 80% da produção nacional de borracha, atividade necessária, a médio prazo, até se conseguir a produção dos seringais plantados. Segundo, que assegure renda suficiente aos atuais seringueiros. E terceiro, que a exploração dos seringais seja de forma racional. Este projeto, nós gostaríamos que, ao final dos trabalhos, talvez fosse encaminhado ao Ministério da Reforma Agrária, porque esta proposta deveria fazer parte das medidas urgentes a serem tomadas na reforma agrária. Antes que aumentem as áreas de conflito e sejam retalhados totalmente os seringais. Inclusive o próprio INCRA tem contribuído muito para essa retaliação dos seringais, porque a maneira de colonização é absolutamente geométrica de polígonos regulares, sem respeito nenhum às seringueiras.

Vemos, portanto, que há condições para, a custos baixos, oferecer solução a uma faixa de cidadãos que precisam do seu meio ambiente próprio: os seringueiros. É uma questão de decidir e optar pelo homem e seu meio ambiente ou pelo capital e a pata do boi. Como Associação que congrega os interesses de quantos, em nome do governo, trabalham com o produto borracha, apenas queremos alertar as esferas decisórias, deixando o nosso testemunho, para que a posteridade não nos acuse de não termos enxergado verdades cuja evidência ofusca qualquer cidadão comum. A ASSEB — Associação dos Servidores da Superintendência da Borracha, que conta com técnicos trabalhando nesse momento em inúmeros seringais nativos, acredita que a solução de combinar a exploração nativa e o plantio de culturas perenes, respeitando a atual estrutura econômica do seringal, é a maneira mais racional de ocupar os seringais, porque valoriza o homem e conserva o seu meio ambiente.

Paula Francinete Lins Duarte:

Pertenço à Secretaria da Associação Paraibana de Amigos da Natureza — APAN, João Pessoa.

Minha participação nesta solenidade prende-se, basicamente, a uma defesa que é a nossa grande luta. A defesa pela preservação das baleias no continente nordestino.

Bem, eu iniciaria por uma denúncia. O projeto do Deputado Gastone Righi estava com o requerimento de urgência já aprovado pela assembléia federal e deveria ser discutido agora pelo Senado. Segundo a imprensa, por instância dos Senadores paraibanos, esse projeto saiu de pauta e foi entregue às comissões de estudos. Deus sabe quando ele será julgado novamente. Nesse ínterim, o Senhor Guilherme Rabai, que é o representante brasileiro na Copesba, empresa de caça e

pesca da baleia na Paraíba, foi indicado pelo Governo paraibano como um dos representantes da Paraíba numa reunião que ocorre hoje na Inglaterra para rediscutir a questão. Ao mesmo tempo, essa mesma empresa continua insistindo na caça por 400 exemplares de baleia para fazer pesquisa. Este é o furo do Decreto do Presidente Sarney, que proíbe essa caça durante 5 anos. Dá uma moratória de 5 anos, corroborando o acordo que o Brasil assinou junto à CIB, mas só diz «pesca comercial». Então a argumentação agora, é uma caça para pesquisa. Imaginem os senhores: 400 baleias para pesquisa!

Temos ainda outras lutas fundamentais em nossa João Pessoa. A distância é muito grande, e exatamente por isso eu vou aproveitar o final desta intervenção para entregar ao Senhor Ministro algo que trouxemos escrito, porque talvez o correio não deixe chegar aqui. Bem, as nossas lutas são, principalmente: — efetiva implantação da reserva ecológica de Mamanguape, a única reserva ecológica, mata atlântica, com vários ambientes que existem na Paraíba, e que ainda não teve regulamentada a sua implantação. Enquanto essa regulamentação não é feita, já houve uma investida do Governador Wilson Braga junto ao Ministério, no sentido de que aquela área fosse doada para reforma agrária. Nós temos que ter muito cuidado com essa reforma agrária, porque as áreas da reserva estão em franco perigo. Muito perigo! Isto foi denunciado. Nós paraibanos — eu seu professora da Universidade Federal da Paraíba — nos unimos e temos tido um apoio grande da imprensa paraibana. Colocamos a questão e mandamos a nossa repulsa àquela solicitação. E nós soubemos já de uma resposta do Ministro dizendo que o pedido estava sendo estudado.

A outra questão é a criação da reserva biológica da Mata do Buracinho. É o único estado brasileiro que tem um resquício de mata atlântica a 15 minutos do centro da cidade. Neste espaço está a sede física do IBDF, mas ainda não é regulamentada como reserva biológica. Então nós estamos solicitando criação desta reserva.

Sobre a preservação da orla marítima da Paraíba, outro companheiro falará. Criação do Parque Nacional do Cabo Branco, também outro companheiro falará. E, finalmente, voltando à preservação da baleia, o importante do projeto do Deputado Gastone Righi é que ele amplia esta preservação, ele amplia para cetáceos de um modo geral. E nós sabemos que o boto cor-de-rosa da Amazônia também está em extinção. Então, esse projeto é importantíssimo e ele precisa ser aprovado. Ajudem-nos.

Finalmente, gostaria de registrar que hoje está sendo assinada às 16:00, na barraca da APAN, na feira ecológica que nós estamos promovendo como uma das atividades da Semana do Meio Ambiente em João Pessoa, a criação do COMEIA — Conselho Municipal de Meio

Ambiente. Esse projeto a APAN fez, encaminhou ao prefeito de João Pessoa, foi aceito e é bastante representativo dos segmentos da sociedade paraibana. Fica o registro dessa criação.

(Trecho truncado, orador não identificado, pronunciando-se acerca do complexo portuário da SUAPE):

... da ilegalidade de empreendimento. Doze anos de ilegalidade e ninguém fala nada. Eles intervieram num terreno de propriedade da União, desmatando 1.500 manguezais, 1.500 hectares de manguezais, depois de só em dezembro passado, depois (...) da república é que eles fizeram o pedido de cessão da área. Agora, eles não podem obter o pedido de cessão da área, porque os manguezais estão defendidos por uma lei que nem o Presidente Sarney poderia. Agora, eles vão encontrar um «jeitinho», naturalmente, a politicagem deles de conseguir esta aprovação. Estou aqui com toda a documentação e gostaria de entregar à mesa para que isto não aconteça, para que seja parado esse crime (...).(*)

Lauro Eduardo Bacca:

Estou aqui representando a Assessoria Especial do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Blumenau — Santa Catarina.

Quando nasce uma criança e o pai e a mãe recebem os parabéns eu costumo dizer que esse parabéns não é merecido porque a criança nasceu. O parabéns deve ser hipotecado por uns 20 anos. E depois de 20 anos, o que foi feito dessa criança, aí vale um «parabéns». Da mesma forma, em questões ambientais, estamos cansados de ouvir falar em leis que são criadas, parques nacionais temos aqui criados por Jânio Quadros e até anteriores a ele e que até hoje estão entregues às praças. Por isso, eu quero trazer o testemunho de uma Assessoria que foi criada há 9 anos e que está funcionando. Não que estejamos funcionando bem. Talvez mereçamos uma nota 3 ou 4 e sejamos por isso reprovados num exame de eficiência e funcionalidade. Mas, em Blumenau, hoje, não se corta árvores sem que antes o fiscal vá lá e marque a árvore para que ela seja cortada, qual é a árvore que é cortada. Em Blumenau não existe sala de aula do município que não seja visitada, pelo menos uma vez, a regra geral é duas vezes por ano, por técnicos, biólogos da Assessoria que vão apresentar palestras acompanhadas de audiovisuais, etc. Não existe, da lavanderia nova até uma nova unidade da companhia Hering, para citar uma empresa enorme, empresa que se instale no município sem antes ser analisada pelo município. Não que tenhamos corpo técnico para fazer a análise profun-

(*) A documentação citada já foi entregue ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

da, mas, pelo menos, apreciamos, fazemos uma primeira apreciação, porque a análise profunda é feita pelo órgão estadual. Tudo isso acontece no município que já tem uma Assessoria Especial do Meio Ambiente há tanto tempo.

Era esse o testemunho que eu queria trazer e o convite para que conheçam a nossa Assessoria. Não que busquemos elogios. Como eu disse, ainda merecemos nota 3 ou 4, mas é importante a municipalização, a delegação de poderes, e a nova Constituinte está aí para isso, para que estados e municípios também controlem o meio ambiente. E nesse sentido estou citando Blumenau como exemplo, embora seja suspeito para falar, mas está funcionando mais ou menos a contento, e não é cabível que na Constituição de hoje, questões importantes como florestas, caça, pesca, mineração e outras, sejam de competência exclusiva da União.

Amador Abdalla:

Recentemente fundamos em Anápolis a Secretaria do Meio Ambiente Municipal. E recentemente criamos em Anápolis a Associação de Proteção ao Meio Ambiente do Estado de Goiás e de Anápolis. Também criamos a policultura municipal e o Parque da Rosa. E não nos tem faltado, em nenhuma hora, as nossas correspondências enviadas ao Senhor Ministro e ao Dr. Paulo Nogueira Neto, aos senhores, para que tomem as providências necessárias junto a meu estado e à minha cidade.

Eu quero fazer aqui um só pedido aos senhores, Senhor Ministro, e ao Dr. Paulo Nogueira Neto. Que se institua em todos os municípios, que os senhores diretores de Parques e Jardins não poderão mais ser analfabetos. Porque eles fazem as podas indiscriminadas, e para não dizer, também, decepando as nossas próprias árvores, esquecendo os nossos filhos do futuro e dos nossos netos, e da nossa juventude de 2.000.

Cícero Penteado da Silva:

Senhor Ministro, povo do meu querido Brasil. Eu sou advogado, com a honra de representar a ASINPRAS — Associação dos Inquilinos e Proprietários do Guará — entidade recém-criada com essa abertura maravilhosa do Brasil à fala do povo.

Venho aqui, pois, trazer a minha palavra em dois sentidos. Um na defesa do inquilino pobre do Guará, e também das cidades-satélites de Brasília. Outro em defesa do povo pobre do querido Brasil. Nas proximidades do Guará I, está-se construindo atualmente o setor residencial Lúcio Costa. (...) e, pasmem senhores, projetados por Lúcio Costa, apartamentos de 30 metros quadrados. Para quem morar?

Trinta metros quadrados num apartamento que o Senhor Lúcio Costa, construtor de Brasília, projeta para o povo de Brasília, para a classe média morar. Vera Santana, a quem eu tenho o prazer de assessorar, na Associação das Donas-de-Casa de Brasília veio aqui e protestou contra as casas de 30 metros quadrados. E eu aqui trago o meu protesto contra os apartamentos de 30 metros quadrados.

Senhor Presidente José Sarney, por favor, faça um decreto exigindo, pelo menos, 60 metros quadrados para que um ser humano possa morar.

No Guarará I, onde eu tenho a felicidade de morar, há pouco tempo, fez-se a extensão, já neste governo, na QE 38. Quem foi para lá? Os invasores do Plano Piloto, da CEUB, os invasores das proximidades dos ricos. Para que levar para lá? Para proteger os pobres invasores? Não. Para construir os apartamentos para os ricos. E levou-se para o Guarará a população sem condição de pagar as poucas prestações, trazendo mais inquietude para nós, os guaraenses, aumentando o número de pedintes e de roubos. Infelizmente é a verdade. Agora se estão projetando as quadras 42 e 40, no Guarará I. E nós aqui reivindicamos, que mesmo essa miséria de apartamentos de 40 metros quadrados, para cada cidade-satélite onde se construir um conjunto residencial popular, pelo menos metade seja para os inquilinos daquela própria cidade-satélite. Os nossos jovens do Guarará que se estão casando estão indo morar na Ceilândia, na Cidade Ocidental porque os seus pais têm sua casa, mas essa nova família não tem onde morar. E os conjuntos residenciais construídos são para os invasores. Na 38, já 70% não pertencem mais aos adquirentes originais, mas sim aos que já compraram. E vão ser novos invasores.

No âmbito nacional, aqueles que se tornam os principais responsáveis pelo êxodo para as grandes cidades, deixando a enxada e vindo naquela ilusão de que vai receber uma casa e ganhar mais dinheiro do que se trabalhar o resto da sua vida na enxada. Aquele «bicho-papão» da época da ditadura ainda continua na Nova República: o BNH — Banco Nacional da Habitação. O povo brasileiro vem exigir a extinção desse «bicho-papão», desse polvo do povo brasileiro. E criar o polvo nacional da Associação dos Moradores. Senhor Presidente José Sarney, o senhor só pode resolver o problema de moradia, só pode diminuir o êxodo rural quando entregar ao próprio povo, às associações do povo brasileiro o problema. Um banco dirigido, constituído pelos presidentes e pelas diretorias das associações de moradores do Brasil inteiro. E não soluções de cima para baixo. Soluções de tecnocratas, que não conhecem o problema do povo, que não conhecem um pouco da miséria e da fome. Depois da fome e do desemprego, o maior problema do Brasil é o da residência. E somente de baixo para cima e não de cima para baixo poderá ser resolvido o problema da residência e do povo

sofrido. O povo da classe mais baixa não tem condições de pagar nem apartamento nem casa. Mas que se dê a ele o uso gratuito do terreno e que se financie o material de construção, e que por sistema de mutirões seja construída então a casa do povo de baixa renda. Porque ele não tem emprego, ele não tem dinheiro de pagar juros e enriquecer as companhias intermediárias entre o povo e o Banco Nacional de Habitação. Crie, Senhor Presidente, o Banco Nacional de Associação de Moradores e o problema da moradia no Brasil será resolvido para o pobre e para a classe média, que são os massacrados. Muito obrigado, e que Deus proteja esta República, Deus proteja o Sr. Ministro, Deus proteja o povo brasileiro, Deus proteja José Sarney, e que Deus proteja também a reforma agrária justa e boa para o nosso povo.

Viva o Brasil!

Aldo Rebouças

Sou Presidente da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas. A nossa associação ainda é jovem, recente, e tem-se pretendido proteger o recurso que é vital para o País, porque é água de beber. 70% da nossa população consomem água subterrânea, que é essa água invisível, que está agora circulando sob os nossos pés. E os sistemas atuais de desenvolvimento implantado no Brasil estão usando o subsolo para o que quer, para o que der e vier. Aí injetam águas usadas, altamente perigosas, aterram resíduos sólidos industriais, altamente perigosos, sem qualquer controle, sem qualquer fiscalização. Os postos são abandonados e transformam-se em foco de poluição. E tudo isso é feito à revelia porque não existe no País legislação que controle esse recurso. As águas de superfície são controladas porque geram kilowatts. As águas subterrâneas não têm controle porque geram a vida. Então nós queremos é que, neste fórum, que é ambiental, se inclua o subsolo, sobretudo ao nível dos seus mananciais vitais como a água subterrânea. Porque, da forma como está sendo feito hoje, nossa política ambiental está sendo a política de decoradores. Só se varre o lixo para debaixo do tapete. Enterramos aquilo que nos fere a vista, sem preocupação com os resultados que daí decorrem. A Europa hoje se debate com problemas que foram gerados na guerra, quando foram estourados depósitos de combustível e complexos industriais. Esses recursos, esses depósitos, esses produtos químicos, migram lentamente, a centímetros por dia, e hoje atingem rios, atingem mananciais de captação, e os problemas são irreversíveis a curto prazo, a nível até de uma geração.

Então a política ambiental tem que sair um pouco do contexto de plano de governo. Tem que sair a um plano de nação, de população. Nós temos uma lei de águas subterrâneas enviada ao Congresso, a qual, lamentavelmente, foi totalmente mutilada. Porque a nossa lei vi-

sa a uso e proteção. E ela está sendo encaminhada apenas como uma lei de exploração, que procura regulamentar privilégios na exploração desse recurso, que está sendo engarrafado, vendido, como água mineral. Muitas vezes é simplesmente uma água de mesa, que não mereceria o rótulo de água mineral. E 95% das indústrias de São Paulo abastecem-se de poços. Todo o setor privado dá o poço como fonte principal de abastecimento porque tem uma importância econômica. Embora o recurso do poder público prefira as obras faraônicas de barragens, de estações de tratamento e outras coisas que dão fotografias. O poço é uma obra invisível. Muito elementar, feita dentro do quarteirão na própria cidade, não precisa de adutora. Então tudo isso gera uma espécie de desperdício de um recurso que é vital. A proteção do meio ambiente deve incluir esse recurso vital, que é a água subterrânea, e nós esperamos contar com a colaboração desse fórum para que a nossa lei — já voltamos a reapresentá-la — seja considerada e aprovada como a lei de uso e proteção da água subterrânea. E não somente uma lei de exploração da água subterrânea como recurso mineral, que é um recurso que vai gerar impostos e outras formas de remuneração para o poder econômico. Ela é fundamentalmente um recurso vital e como tal deve ser encarada.

Artur Resende

Senhor Ministro Deni Schwartz, no início da sua fala o senhor cumprimentou Vitória pela criação da Secretaria do Meio Ambiente. Sou jornalista e Secretário do Lazer, Turismo, Desporto e Meio Ambiente de Goiânia, a cidade a apenas duzentos quilômetros daqui. Há questão de duas semanas, amanhã completada, um mês de gestão, estivemos em seu gabinete acompanhando o Prefeito Daniel Antônio de Oliveira e sensibilizando quanto ao interesse da República de ajudar Goiânia a preservar os seus três pulmões verdes. Nós saímos de lá acreditando que conseguimos o intento. Sensibilizando não quanto à importância solicitada, que era de 13 milhões, mas conseguindo a sua ajuda e a sua promessa de nos dar 5 milhões para recuperação e a preservação do Jardim Botânico, e dos Bosques dos Buritis e do Botafogo. Nós queremos dizer ao senhor que o Prefeito Daniel Antônio de Oliveira, de Goiânia, está muito preocupado com essa manutenção do verde em Goiânia. E pediu que houvesse uma intervenção nossa, nesta oportunidade, lembrando-o de que senhor nos prometeu 5 milhões, que nós queremos os 5 milhões. E que esses 5 milhões, Senhor Ministro, nós faremos tudo para transformá-los em 13 milhões, adequando-o às propostas, aos três jardins botânicos e bosques de Goiânia.

Antigamente era muito fácil transformar 13 milhões em 5. Hoje, com criatividade, nós pretendemos transformar os 5 milhões que o senhor nos prometeu nos 13 de que nós vamos precisar.

A respeito de Goiânia, eu gostaria ainda de agora me dirigir à plenária e fazer um convite. É uma cidade de apenas 52 anos, universitária, e muito próxima daqui — são apenas 200 quilômetros. Que vocês dessem um pulinho até Goiânia. É uma cidade gostosa, limpa, bonita, e que acolherá vocês tão bem quanto Goiás acolhe Brasília e como Brasília está acolhendo a todos neste momento. Tem uma vida noturna boa e também é considerada como a cidade das mulheres mais bonitas do País. Quem duvidar que confira.

E, finalmente, Sr. Ministro Deni Schwartz, e Senhor Ministro do Meio Ambiente Paulo Nogueira, a nossa primeira investida foi no MDU, a segunda será na Secretaria Especial do Meio Ambiente e para lá contamos com o apoio do Dr. Antônio Garcia, que é o Superintendente da SEMAGO, da SEMA de Goiás.

Luciano G. da Hora

Sou Presidente da Associação Profissional das Empresas de Pesca do Estado de Pernambuco.

Eu aqui me dirigi para tratar de um único problema relativo ao meio ambiente, mas terei de tratar de dois. Primeiro, é que há cerca de três anos houve um derrame de 2 bilhões e 500 mil litros de vinho-to no curso dos rios Ipojuca e Ipirapama, que envenenou o mar, desde Suap (?) até Pitumbu, na Paraíba. Em decorrência deste desastre, todas as empresas pesqueiras do Estado de Pernambuco que se dedicam à pesca de lagostas e também os pescadores, há mais de dois anos, estão exercendo as suas atividades ao norte do Rio Grande do Norte e até no Ceará com graves ônus e prejuízos. Isso ocorreu com o derrame de 2 e meio bilhões de litros, e agora, ao que consta, dos setores competentes, nós temos armazenados nos açudes de acumulação mais 13 bilhões de litros de vinhoto. Porque para cada litro de álcool que se produz, há uma produção de 14 litros de vinhoto. E no inverno que se aproxima, que já se prenuncia rigoroso, se por acaso houver um extravasamento desse vinhoto, o desastre será sem qualquer precedente. No exercício do nosso direito, nós vamos pleitear as medidas judiciais acautelatórias cabíveis, mas fica aqui a denúncia, e o alerta, para que no futuro se saiba que, em tempo útil, os poderes públicos foram alertados para esta possibilidade.

O segundo assunto é que eu quero propor à Sua Excelência o Ministro da SEMA, Dr. Paulo Nogueira Neto, que patrocine um encontro específico entre as organizações conservacionistas e os sindicatos dos trabalhadores na indústria de Pesca e Extração de Óleo de Baleia na Paraíba, porque eu aqui assisti ao eco que produziu o pronunciamento da Professora Paula Francinete. E vejo que o assunto cala profundamente no coração generoso, na índole generosa do povo brasileiro, porque matar baleia é tão cruel como matar boi, matar qualquer

espécie de gado. Então, o pressuposto que se tem é de que as baleias estão ameaçadas de extinção. Entretanto, cientistas da Comissão Internacional da Baleia e cientistas da própria FAO declaram que a baleia que se explora no Brasil, da espécie mink, está com seus estoques robustos, e nada justifica a interrupção... (protestos da platéia) Não sou eu que estou dizendo, eu estou apenas repetindo declaração de cientistas, eu tenho papel da FAO. Eu estou propondo um encontro dos setores competentes, para que as duas partes sejam ouvidas, afim de que se esvazie o conteúdo emocional que está inspirando este assunto no País. O fato é que a baleia é responsável pela sobrevivência de um município, o Município de Lucena. Com inverdades nós não chegaremos a ponto nenhum...(novos protestos)

Ministro Deni Schartz

— Eu peço que com o mesmo respeito com que foi ouvida a opinião da professora, seja ouvida a opinião de quem está falando, uma vez que nós estamos aqui, nós autoridades do Governo Federal, para ouvir a opinião da nossa sociedade.

Luciano G. da Hora

Agradeço a Vossa Excelência e o que eu quero dizer é que com informações equivocadas nós não vamos chegar a coisa alguma. Dizer-se que o Município de Lucena tem uma população de 300 pessoas é uma violência intelectual. Todas as empresas brasileiras são obrigadas a entregar ao Governo Federal um documento que se chama RAIS — Relação Anual de Informação Social. E esta empresa entregou, lá está consignado que, de empregos permanentes, a empresa, naquele ano, empregou 458 pessoas. Sem falar nos empregos transitórios e indiretos que sustentam uma população de todo o Município, que retira 82% da sua renda tributária dessa atividade. A população do Município recebe assistência dentária, médica e ambulatorial dos sindicatos dos trabalhadores na indústria de pesca e extração de óleo de baleia de Lucena. Então o que eu estou pedindo não é que se continue matando baleia ou não, porque a pesca da baleia já está proibida por decreto presidencial. O que eu estou pedindo é que se faça um encontro específico para que a verdade venha à tona. É que se esvazie o conteúdo emocional. Porque com emoção a gente pode conseguir que as crianças escrevam ao Presidente, mas não vamos conseguir que a verdade perdue.

Antônio Gordim

Sou natural do Rio Grande do Sul, residente em Foz do Iguaçu desde o ano 50. Eu trago aqui um resumo do espaço livre da Zero

Hora de Porto Alegre, que fala sobre o deserto que se estendeu no Rio Grande do Sul, criado por grandes bancos de formigas. E encontrei aqui na *Zero Hora* o pacote ecológico que o nosso Presidente e os Senhores Ministros lançaram hoje, graças a Deus.

Então, diante disso, eu voltei a Curitiba, e com o apoio do Senhor Secretário da Agricultura e Governador do Estado, estou aqui em Brasília hoje, graças a Deus, apresentando um modesto trabalho sobre o meio ambiente, e um trabalho que diz «A nova era da recuperação nacional». Nele falo de diversos aspectos: credibilidade do Governo em relação ao povo — já comprovado —; reforma agrária; e assim por diante, inclusive sobre a violência no Brasil e a necessidade que nós temos de conseguir irmanar as nossas forças armadas junto aos estados, para conseguir manter mais ordem em nosso País.

Voltando agora ao assunto «meio ambiente», ele deve partir da família da gente. Deve partir de casa. Sem meio ambiente não há saúde, não há vida. Eu quero dizer aos senhores que, em Foz do Iguaçu, nós temos um grande parque nacional, ligado à divisa, separada apenas pelo rio Iguaçu com a Argentina. E lá temos uma árvore que se chama ipê roxo, tem 7 metros e 20 centímetros de circunferência. Na minha volta foi ver o diâmetro dessa árvore. Então, eu agradeço imensamente aqui, porque muita gente falou muita coisa, um pouquinho de cada um, nós vamos acertar as coisas. Vou entregar meu trabalho à mesa.

Dolabela (apresentador)

Ao meio-dia e meia esta sessão «pinga-fogo» será suspensa, e retornaremos às 14:30, com os mesmos participantes, com a presença de todos que estão neste momento aqui. E comunico mais umavez que, para comodidade de todos, haverá ônibus para transportá-los até o Conjunto Nacional, onde existem restaurantes de boa qualidade. Os ônibus irão depois, às 14:00, buscar todos aqueles que foram para o almoço.

Nós vamos dar uma espécie de senha para quem está na fila de espera até 12:30. Os números estabelecerão a ordem do reinício da sessão.

Maria do Carmo C. de A. Melo

Uma questão de ordem. Eu gostaria de saber, dentro dessa colocação, se a mesa à tarde teria a mesma composição de agora de manhã. Porque há pessoas que teriam interesse em fazer suas colocações perante essa mesa, como está composta.

Ministro Deni Schwartz

A previsão é a seguinte: na segunda parte, após o «pinga-fogo», estarão presentes o Senhor Ministro da Saúde, o Ministro da Cultura. Eu tenho alguma coisa a dizer aos senhores, após, naturalmente, os senhores exporem os seus pontos-de-vista. Enquanto houver «pinga-fogo» eu estarei presente. Não sei se poderei ficar durante as exposições dos outros dois Ministros. Mas enquanto houver as proposições, as reclamações, eu estarei presente.

Maria do Carmo C. de A. Melo

— Quer dizer, o «pinga-fogo» seria interrompido e reiniciado à tarde.

Ministro Deni Schwartz

Exato. Nós vamos continuar, mas aquelas pessoas que não se puderam manifestar ainda terão direito na retomada dos trabalhos e na ordem que estejam aí nas fichas. E eu estarei presente durante o «pinga-fogo».

José Fernando M. Gomes

Sou Presidente da Sociedade Brasileira de Ciências do Solo. Nós, da Sociedade, temos uma preocupação muito grande com o solo. O solo está sendo degradado nas condições que lhe se encontra atualmente. Queremos dizer que entendemos que a degradação do solo não é um processo que se inicia por si só. O solo só é degradado após a cobertura vegetal ter sido retirada, muitas vezes de maneira irracional. Quando essas duas coisas acontecem, a cobertura vegetal é retirada e o solo é degradado, outros dois recursos naturais vão sendo também inviabilizados, quais sejam a fauna e a água, porque nós estamos com a degradação do solo e com a retirada da cobertura vegetal inviabilizando a recarga do lençol (...).

Preocupa-nos muito, não só a degradação do solo urbano, mas principalmente, a do solo rural. E da maneira como o solo rural vem sendo tratado, com uma discriminação tão grande, é um motivo de desprazer e de repudiar as coisas como elas vêm sendo feitas e como vem acontecendo. Ainda recentemente, no início deste ano, todos os meios de comunicação do Brasil puderam levar ao ar uma voçoroca (?) imensa que foi formada entre o Plano Piloto e a Cidade Satélite de Ceilândia. Uma voçoroca que estava prevista ser um teatro de arena do senhor Oscar Niemeyer, e que, infelizmente, dada a degradação a que foi submetida pela erosão, talvez inviabilize mais esse projeto. E o que nós estamos vendo é que para o tratamento desta voçoroca (?), o governo do Distrito Federal requisitou 75 milhões de cruzados, criou

uma secretaria específica de combate à erosão urbana naquela voçoroca (?), e, em contrapartida, nós estamos vendo toda a área rural, em volta de Brasília, que tem as mesmas características, sendo degradada sem que nada seja feito. Nós não podemos assumir que, porque junto à cidade exista a pressão do voto, as zonas rurais sejam marginalizadas e não tratadas dignamente.

E, para finalizar, eu gostaria de dizer que é necessário que o governo federal arrume uma maneira de coordenar a ação de todos os organismos que cuidam dessa área ligada ao meio ambiente, que cuidam de todos os recursos naturais, independente de que sejam solo, água, flora e fauna, porque o que nós estamos assistindo é que órgãos específicos estão pulverizando recursos por todo esse país sem que nada seja resolvido.

Eu gostaria de, finalmente, deixar aqui um lembrete: num país que não cuida dos seus recursos naturais, que não maneja adequadamente o seu solo, não pode ficar pensando que merece uma existência presente, porque ele já está decretando a sua falência futura.

Isabel Assarco Baiache

Represento a Sociedade Ecológica Abarebebê, de Peruíbe, Abarebebê, em guarani, significa Padre Voador.

A gente tem observado, na região do litoral sul e Vale do Ribeira, uma série de ações depredatórias, realizadas por mineradoras e madeireiros, com a autorização do DNPM e dos órgãos de competência no que tange à política florestal. Eles estão devastando toda a nossa área. A única reserva de 3% do Estado de São Paulo. As mineradoras utilizam de uma forma irracional o subsolo, o solo e expulsam os moradores de suas regiões. Utilizam dos mecanismos legais, criados na Velha República, para poder ocupar o solo indevidamente. Pedimos qui a interferência do Governo Federal na área, *in locum*, para que tome as devidas providências.

Outra questão que eu quero ressaltar aqui é em relação à Estação Ecológica da Juréia. É de conhecimento do Dr. Paulo Nogueira Neto, que na ocasião da assinatura do Decreto esteve presente conosco. Esse Decreto foi assinado pelo Governador Franco Montoro, mediante a mobilização da sociedade civil, das entidades preservacionistas e órgãos também ligados à Secretaria do Meio Ambiente. Agora a gente está esbarrando em um problema muito sério, para a efetivação dessa Estação Ecológica da Juréia. A Juréia é uma região que ainda detém todas aquelas vidas primitivas, do Estado, do Brasil. Na ocasião um padre holandês disse que nunca viu uma região mais bonita no mundo. É uma região muito bonita realmente, integra todo um ecossistema perfeito. E a gente esbarra em um problema sério, ali na região, o qual

está muito ligado à questão fundiária. Essa região da Juréia está numa área onde, em 1930, o Senhor Roncat fez uma falcatrua. Foi registrada, nos livros de registros imobiliários e livros fiscais de Iguape, uma sesmaria denominada «Carvalho Gago», de 90.000 alqueires. Os documentos que temos comprovam essa falcatrua. Esse senhor foi condenado devidamente na época. E pedimos novamente, agora na Nova República, a interferência do Poder Federal, do Judiciário, para que reveja essa ação. Porque é injusto que o Estado pague por desapropriações numa área que é sua. A legitimidade é do Estado, então não é justo que ele pague, por 90.000 alqueires, a particulares, a grupos econômicos, que são contra os interesses da população local. Porque eles se utilizam disso também para expulsar os posseiros. O índice de conflitos lá é muito intenso. Então, quando fala de ecologia, a gente sempre coloca também a questão fundiária, que é uma questão presente lá, onde morreram já duas pessoas no ano passado. Infelizmente ainda não temos acesso à grande imprensa. Dois lavradores foram mortos dentro dessa região, que está dentro da Estação Ecológica da Juréia. Então pedimos aqui a interferência do Poder Federal nessa região em particular. E também a fiscalização dessas mineradoras na região.

Eu trouxe aqui um documento que reúne uma série de artigos que foram publicados nos jornais locais, evidenciando as denúncias da sociedade em relação a essas depredações, devastações, e com prazer eu o entrego ao Ministro Deni Schwartz.

Maria do Carmo C. de A. Melo

Pertenço à Secretaria Especial do Meio-Ambiente. Eu gostaria de parabenizar o Governo do Presidente José Sarney, no momento em que desenvolve um programa, dando oportunidade a que o cidadão venha e coloque os seus anseios e as suas preocupações. Então nós estamos considerando que é um crédito do cidadão, que o cidadão dá ao Governo, no momento em que vem aqui para colocar as coisas que sempre falou sem ser ouvido e que achava que não valia mais à pena falar. Então no momento em que é dado esse crédito e nós estamos colocando os anseios da população aqui, aguarda-se que isso não fique apenas na retórica e que haja respostas concretas ao que aqui foi colocado neste momento.

Com relação ao meio ambiente, foi criado inclusive o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e as colocações que vão ser feitas vão exigir atuações concretas desse Ministério, acrescido do que a própria legislação que vem sendo promulgada, os decretos e outras ações do Governo vão desencadeando. Eu gostaria de lembrar que a ação do Ministério deve ser através do seu órgão operacional, no caso do meio ambiente, a Secretaria Especial do Meio Ambiente, que,

além das atribuições normais que já vem arcando, tem também as atribuições de Secretaria Executiva do Conselho Nacional do Meio Ambiente. As próprias resoluções do CONAMA têm aumentado as atribuições e as responsabilidades da SEMA. Então, tem-se que dar condições de realmente a SEMA, como órgão operacional, desenvolver essas atividades que não cabem ao Ministério, porque é competência precípua dela, na qualidade de órgão operacional e central do sistema nacional do meio ambiente.

Outra colocação que eu gostaria de fazer aqui, com relação ao meio ambiente, é lembrar que quando um assunto realmente é política prioritária de governo, adotam-se todas as medidas necessárias. Nós estarmos aqui, acredito que seja já um grande passo, e gostaria de contar, rapidamente, uma situação que houve com relação ao BNH, no fim da década de 60, em 69. Eu sou oriunda da SUDENE. E o General Euler Bentes Monteiro, na época, atendendo à colocação de que o BNH estaria financiando casas a baixíssimo custo para plano A, B e C, arrematou todo o seu pessoal para que fossem distribuídas casas para todos os escalões da SUDENE. Em determinado momento, quando já havia um número de inscrições que atenderia inclusive a níveis mais baixos de renda, o BNH mudou sua política, sustando o plano C — eu não sei se o C ou o A — mas o plano que permitiria a esses funcionários adquirirem sua casa própria. E, naquela oportunidade, o Superintendente da SUDENE veio a Brasília, questionou o problema, dizendo que se tinha criado inclusive um problema social, tinham criado na população anseios justos, e que, apenas com uma decisão de gabinete, se estava justamente arrasando com essa perspectiva. Continuando a posição de que não poderia, ele tornou a vir aqui, fez reuniões com esses funcionários, conseguiu que fosse mudado. E foi criada uma exceção para a SUDENE na época, e no Brasil o plano foi mantido apenas para os servidores da SUDENE na época. Por um emprêho pessoal do Superintendente. Então, da mesma maneira que se pode abrir essa exceção, eu acredito que se podeira decidir destinar uns planos exatamente para esa classe. Acredito que é o que deve e está sendo feito. Inclusive, em homenagem ao General Euler Bentes de Monteiro, a Vila da SUDENE hoje leva o nome dele. Então esperamos que várias dessas atitudes que estão sendo tomadas pelo Presidente venham a permitir que vários empreendimentos possam levar em homenagem a sua atitude de brasileiro, e como grande Presidente da República, que atendeu aos anseios do povo.

Min. Moscardo de Souza:

— Encerramos a primeira parte da nossa seção de hoje — Cidadania e Meio Ambiente — do II Encontro Governo-Sociedade. Este é o momento do almoço. Na segunda parte, prevista para as qua-

torze horas e trinta minutos, o «pinga-fogo» continuará, com a presença do Ministro Deni Schwartz e todos os integrantes da mesa. Obrigado.

Ministro Deni Schwartz:

Prezados companheiros. Nós vamos reiniciar este encontro, com a seguinte programação:

— Dr. Roberto Santos, nosso Ministro da Saúde, vai fazer uma exposição. Depois nós voltamos ao «pinga-fogo», com aquelas pessoas que estão inscritas. Posteriormente, será feita uma avaliação pelo Dr. Rômulo de Almeida, Dr. João Ricardo Serran, Dr. Paulo Nogueira, Dr. Piquet Carneiro, Embaixador Azambuja. E às 16:30h. nós teremos o encerramento com a palavra do Professor Celso Furtado, que já está aqui entre nós. Nós limitamos esse tempo porque muitos dos senhores nos solicitaram que limitássemos, face à necessidade de viagens e ao horário dos viajantes. Então, com a palavra o Ministro da Saúde, Dr. Roberto Santos.

Ministro Roberto Santos:

Excelentíssimo Senhor Ministro Deni Schwartz, Excelentíssimo Senhor Ministro Celso Furtado, prezado amigo Dr. Rômulo de Almeida, Dr. Paulo Nogueira, Ministro Jerônimo Moscardo, Embaixador Azambuja, Senhoras e Senhores.

Fiel à própria concepção dos Encontros Governo-Sociedade, segundo a qual os representantes do governo estão mais para ouvir do que falar, eu serei breve. Entre as múltiplas razões, de extrema relevância, que levaram os homens a preocupar-se com o seu meio ambiente, importam especialmente ao setor do governo, que tenho a honra de representar, as referentes à preservação e à restauração da saúde humana. A satisfação das mais elementares funções, como a respiração e o uso essencial da água, com as mais variadas finalidades, requerem do homem cuidados de longa data conhecidos, em vista dos possíveis riscos e comprometimento da saúde. A vida dos grandes conglomerados urbanos, assim como a crescente e variada atividade industrial, historicamente, geraram fatores de poluição, que se acrescentaram, nos últimos séculos, ao que de mais tempo poderia pôr em risco a saúde do homem.

Ao manipular a natureza, visando ao seu próprio benefício, viu-se o homem levado a precaver-se contra efeitos maléficis, por vezes imprevistos, dessa manipulação. Impunha-se então estabelecer medidas de proteção contra os malefícios, ora evitando, ora corrigindo consequências adversas que porventura ocorressem. Tornou-se necessário calcular o risco de exposição do homem a determinados ambientes e

criar sistemas de vigilância, para alertá-lo contra possíveis acidentes agudos e contra a elevação paulatina e gradual dos níveis de riscos, a ponto de ser ultrapassada a faixa de segurança.

No Brasil, tendo em vista o seu imenso território, as notórias diversidades regionais e o ritmo acelerado da atividade econômica, envolvendo intervenções do homem sobre a natureza, vêm-se acumulando problemas que exigem ação rigorosa da parte do poder público. O Governo do Presidente Sarney, pelas diretrizes que imprimiu à sua atuação, decidiu enfrentar a questão, pela única via capaz de assegurar eficácia aos programas neste campo, convocando legítimas representações da comunidade, abrindo debate, identificando as aspirações populares para transformá-las nas prioridades mais altas da ação governamental.

Simultaneamente, pelo reconhecimento de problemas mais prementes, Sua Excelência o Senhor Presidente da República propiciou apoio, mediante ato hoje assinado, a uma série de estudos na área da saúde, que estão assim agrupados: estudos de locais de avaliação da exposição humana a poluentes ambientais, incluindo a implantação de um serviço de documentação técnica sobre os efeitos nocivos do ambiente em relação à saúde humana; Programa Nacional de Segurança das Substâncias Químicas, incluindo investigações epidemiológicas e toxicológicas que permitam aferir as conseqüências adversas do emprego de substâncias químicas; vigilância da qualidade da água para o consumo humano; proteção ao ambiente de trabalho, com implantação de um registro nacional que permita diagnosticar e conhecer adequadamente a magnitude das doenças geradas no ambiente de trabalho.

O Presidente Sarney, desde os seus primeiros tempos de governo, tem insistido na ênfase sobre os programas sociais. A par do impulso dado ao desenvolvimento econômico, é natural que este governo atue na faixa do desenvolvimento econômico preocupado com a preservação da natureza, com a preservação da saúde humana, atribuindo à dignidade do cidadão, pela mera condição de criatura humana, a prioridade mais alta na sua ação, representando a comunidade no poder público.

Ministro Deni Schwartz:

Bom, agora já devidamente acompanhado pelos dois Ministros que aqui estão, vamos continuar nosso «pinga-fogo», porque eu estava apanhando sozinho. Então agora, já com a companhia dos ilustres dois companheiros de Ministério, nós reabrimos o «pinga-fogo», dentro das mesmas normas do que ocorreu pela manhã, só que agora, tal qual fila do INPS, vamos chamar o número 1. Nós numeramos, para

esclarecer, a fila estava muito grande e nós demos uma senha para que não perdessem a vez aqueles que já estavam inscritos. Então, nº 1.

Luis Roberto Morais:

Estou aqui representando o Grupo Ambientalista da Bahia, o Gambá. Tenho em minhas mãos e gostaria de passar às mãos do Ministro um documento intitulado Carta de Porto Seguro, que foi tirado de um encontro realizado por todas as entidades ecológicas e ambientalistas do Estado da Bahia, que em número de 18 compareceram à cidade de Porto Seguro, em 19, 20 e 21, discutiram as questões e colocaram. E tem recomendações aqui, que são recomendações que nós já ouvimos algumas pessoas hoje colocar aqui. Mas eu gostaria de destacar alguns pontos para os senhores.

Gostaria inicialmente de endossar completamente o que foi colocado aqui pelo primeiro falador da manhã, o Deputado Furiati, em relação ao encaminhamento para o Congresso Nacional e à apreciação e votação, em regime de urgência, da Lei Nacional de Agrotóxicos. Infelizmente, depois de uma grande pressão popular, com participação das entidades populares do Estado da Bahia, nós conseguimos elaborar uma lei, e com todas as dificuldades impostas, estávamos começando a engatinhar a nível da implementação da Lei Estadual de Agrotóxicos. Infelizmente derrubada, no último dia 13 de maio, pelo Supremo. Então, reforçamos aqui, a necessidade da aprovação de uma legislação a nível nacional. E esse projeto que foi elaborado por uma comissão instituída pelo próprio Presidente José Sarney, discutido com representantes da sociedade civil, nós pedimos que ele seja retornado ao Congresso Nacional e votado em tramitação de urgência.

Gostaria também aqui de abordar uma questão, que foi rapidamente colocada pela manhã, em relação à integração, ou à importância do saneamento como medida para saúde da comunidade, e sua grande relação com o meio ambiente. Especificamente, entendido saneamento como abastecimento de água, como esgoto sanitário, como o destino final dos resíduos sólidos, como a drenagem urbana, como o controle da poluição, o controle de endemias, e por aí lá vai. Estamos aí hoje convivendo — o Ministro da Saúde está presente aqui — com a questão do dengue, e se nós tivéssemos situações sanitárias melhores, poderíamos até evitar. Porém, hoje se processa no País uma discussão em relação à reformulação do Plano Nacional de Saneamento, elaborado também por uma comissão por parte da sociedade civil, e puxado o debate a nível nacional, em todos os estados do Brasil, através das sessões estaduais, da Sessão Brasileira de Engenharia Sanitária Ambiental. E nós aqui então queremos reforçar ao Senhor Ministro, porque está afeto à pasta dele, do Senhor Ministro de Desenvolvimento

Urbano e Meio Ambiente, que efetivamente sejam tomadas todas as providências para a aprovação dessa reformulação do Planasa e a sua urgente implementação. A sociedade brasileira vem, há muito tempo, querendo participar dessa discussão. Tendo a oportunidade, pediríamos então que fosse aprovada essa reformulação, muito embora seja uma luta muito difícil e haja muitos interesses envolvidos no jogo, mas que efetivamente nós sentimos a necessidade da aprovação dessa reformulação, baseada no próprio documento elaborado pela Comissão designada pelo Ministro de Desenvolvimento Urbano, discutido e agora incorporado às sugestões da sociedade civil, nesse grande debate que houve a nível nacional.

Gostaria também aqui de colocar uma questão, para ser levada para a Constituinte, que é a questão do direito que o cidadão deve ter à informação sobre o meio ambiente. Canais devem ser criados, mecanismos devem ser criados, para que toda a população brasileira tenha direito às informações. Hoje nós, enquanto sociedade civil, não temos essas informações. A cidade de Salvador dispõe exclusivamente de 13% de sua população esgotada ou ligada ao sistema de esgoto sanitário. Todo o restante do esgoto de Salvador se dirige para as praias de Salvador. Todas as praias da Cidade Baixa de Salvador se encontram completamente poluídas, consideradas como praias impróprias. As da Cidade Alta, algumas delas também, e nenhuma informação é repassada à população de Salvador. Nenhum anúncio é colocado nas praias, nada. Completamente negada a informação à população. E isso acontece com todos os problemas ambientais. Então essa é uma questão do direito à informação ambiental. Isso tem que ficar explícito na nova Constituição.

Gostaria também de retornar ao que o companheiro «Bujão» (Raimundo G. dos Santos) * colocou de manhã quando entregou ao Senhor Ministro a areia e a água de Abaeté. E solicitar a todos os presentes que se encontram na plenária, principalmente aos Ministros de Estado presentes aqui, e ao próprio Presidente da República, que encaminhem telegramas, telex, que façam gestões junto ao Governo do Estado para aprovar, o mais rápido possível, o tombamento da área de Abaeté. Por causa de uma luta desenvolvida por nós, sociedade civil da Bahia, nós conseguimos que o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado recebesse uma proposta nossa e essa proposta, trabalhada por ele, foi encaminhada ao Conselho Estadual de Cultura, que numa primeira instância aprovou o tombamento da área. Infelizmente esse processo está praticamente engavetado ou encontrando sérias dificuldades pelas pessoas que se opõem a ele. Então eu gostaria aqui de solicitar a todos vocês, como representantes de entidades, e co-

Nota: Não ficou registrado. A intervenção em apreço foi em prol da preservação dos terreiros de candomblé e da Lagoa de Abaeté, ameaçados por diversos projetos de construção.

mo pessoas físicas, que encaminhasssem, porque Abaeté é um patrimônio do Estado, Abaeté é um patrimônio brasileiro, e a gente tem que defender aquilo dali. É triste quando a gente chega hoje em Abaeté e vê uma degradação daquele nível.

Francisco Anselmo Gomes de Barros:

Sou da Fundação para Conservação da Natureza do Mato Grosso do Sul, vim parabenizar ao Ministério do Meio Ambiente pelo encontro, e também fazer as observações do nosso grupo de trabalho em benefício do Pantanal mato-grossense. Como o senhor sabe, o Pantanal é uma área quase do tamanho do Estado de São Paulo, foi criada a guarda florestal e muito bem-vinda, mas não vai resolver o problema porque a área é muito grande. É preciso que haja uma reformulação no conceito de Segurança Nacional das Forças Armadas. Há a área de fronteira, há o contrabando, há o tóxico. Tudo quanto é contravenção está passando por lá, pelas duas fronteiras, onde nós temos destacamentos do Exército, nós temos o comando, e o Exército, a Marinha e a Aeronáutica nada podem fazer porque não é competência das Forças Armadas. Era preciso que houvesse um pedido do Presidente ou um pedido do Ministro-Chefe do EMFA, para que mudasse esse conceito, reformulasse essa lei. Porque o Estado não tem condição de fazer a vigilância do Pantanal.

Outra coisa que nós queríamos deixar claro é que o Ministério do Meio Ambiente foi criado, nós vimos com uma certa apreensão, principalmente porque foi ligada ao Ministério do Desenvolvimento Urbano. Bom, mas se ele tiver um apoio político, então achamos que pode ser bem-vindo e o trabalho pode ser bem-feito. Porque até agora nós nada vimos em matéria de meio ambiente. Primeiro porque o orçamento da SEMA, Dr. Paulo aí sabe, era de 3 quilômetros de asfalto o orçamento que era dado para a SEMA. Então isso já mostra...

... Outra coisa a lamentar são todos os ministros que não estão presentes, porque todos os ministérios são correlatos na depredação do meio ambiente. O nosso medo é que amanhã o Senhor seja engolido pelos outros órgãos que façam pressão, porque, como é dito nas entidades governamentais, o Ministério não é um ministério classe A, e amanhã o Senhor pode ser engolido se não houver uma postura e uma decisão presidencial a esse respeito.

Ministro Deni Schwartz:

Você vai-me permitir um comentário. A decisão é presidencial ao criar um ministério e ao estar aqui. É a primeira vez que um presidente sai a público para tratar de um assunto que é tão polêmico. E eu faço questão de ressaltar agora, eu que fui Deputado e sou Deputa-

do da oposição há muito tempo. Talvez poucos dos senhores tenham percebido onde os senhores estão. Os senhores não estão apenas no Palácio do Planalto. Os senhores estão no auditório do Conselho de Segurança Nacional, o que demonstra que o Brasil, hoje, fardado ou à paisana, está reencontrando o seu grande caminho. Quando o senhor interveio, solicitando a presença das Forças Armadas, essa sugestão, com todas as demais que estão sendo gravadas, serão levadas àquelas autoridades. O Presidente Sarney, ao vir aqui, avalizou a ação, não do Ministério do Meio Ambiente, que é pequena, mas a ação de todos os senhores que fazem de fato a política de meio ambiente do próprio País.

Renato Paes da Cunha:

Sou Representante do Grupo Ambientalista da Bahia — Gambá. Eu gostaria primeiro de me reportar à questão da Constituinte e do processo que existe hoje no País para a Assembléia Nacional Constituinte. Nós achamos que, como já foi falado em várias outras explicações, se deve enfatizar a questão ambiental dentro da próxima Constituição brasileira. Nós endossamos e achamos que é fundamental esta questão. Mas nós estamos sentindo que o processo da Constituinte está criando determinadas dificuldades. Inicialmente pela própria Constituinte já ser congressual, com grande pressão do poder econômico na próxima eleição, o que vai dificultar em determinados momentos a entrada e a participação de pessoas mais ligadas às causas populares.

Mas, apesar disto, eu acho que temos que nos unir como um movimento ecológico para que as nossas teses possam ser levadas e consideradas dentro desse processo constitucional. Também gostaria de me reportar à questão de todo esse esforço que o Governo está fazendo hoje, como foi falado pelo Ministro João Sayad, para que a variável ambiental esteja dentro do processo de planejamento. Mas, em contrapartida, a gente ainda encontra hoje o próprio Governo, através de suas empresas estatais, como um grande depredador e poluidor. Nós vemos desde usinas hidrelétricas, grandes usinas, a própria usina nuclear até outros programas mais setoriais. Em Salvador, por exemplo, a gente tem um projeto de valorização da orla marítima de Salvador que descaracteriza completamente aquela beleza natural, sem que se processe um debate com a sociedade. Esse debate sempre é reivindicado pelas entidades que representam um movimento ecológico e algumas associações de moradores, como a Associação de Moradores de Itapuã que está aqui presente.

Então, achamos que essa política governamental também tem que mudar nas suas empresas, para que projetos e empreendimentos sejam realmente colocados como uma variedade ambiental. Ontem mesmo a gente estava lendo no Correio Braziliense uma matéria referente à Usi-

na Hidrelétrica de Tucuruí, que dizia que a Usina estava defendendo a natureza, com a criação de determinados centros de pesquisas, quando na verdade se trata, pelo que deu para entender na matéria, de projeto para proteger as turbinas e não para proteger a natureza.

Outra questão importante que algumas pessoas já colocaram é o problema dos parques nacionais e reservas ecológicas da área do IBDF. Pelo que a gente sentiu, o IBDF e toda a sua estrutura não foram agraciados com algum recurso ou não está dentro do sistema do Ministério de Meio Ambiente.

Na Bahia, por exemplo, a gente tem um parque nacional criado exatamente há um ano atrás, por um decreto do Presidente Sarney, o Parque Nacional da Chapada Diamantina, que até hoje não pôde ser implantado por falta total de recursos. Então a gente acha que esses atos assinados hoje e outros tantos parques nacionais que existem aí que não têm condições de serem protegidos em sua plenitude por falta de recursos, por falta de um diálogo com a comunidade que vive dentro da área do parque como em suas vizinhanças. Achamos que só o decreto que regulamenta e determina a sua perimetral não adianta. O importante é que, além disso, você tenha participação da comunidade e que sejam dados os recursos financeiros adequados a esta implantação.

Finalmente, eu, apesar de morar na Bahia, sou gaúcho e a minha cidade natal é Rio Grande. Rio Grande é uma cidade que me tem preocupado bastante. Não sei se todos têm conhecimento, é uma cidade considerada hoje, depois de Cubatão, a mais poluída do Brasil, com vários casos de crianças nascendo sem cérebro etc. Preocupa-nos essencialmente uma instalação de grande usinas, grandes indústrias de fertilizantes, que estão colocando aquele ambiente da cidade de Rio Grande, um porto marítimo, com condições precárias de vida, com a qualidade de vida bastante degradada.

E, finalmente, a gente gostaria de se solidarizar com todas as manifestações com relação ao Abacté, que achamos que deve ser realmente preservado como patrimônio natural não só do Brasil, mas da própria humanidade.

Não identificada

Senhores Ministros, companheiros de luta das entidades civis e demais pessoas que aqui estão com vontade realmente de compatibilizar desenvolvimento e meio ambiente.

Eu queria iniciar lamentando aqui a ausência de algumas pessoas, porque, em todas as falas dos Srs. Ministros e do Sr. Presidente da República, ficou clara a preocupação de todos eles pela questão ambiental. No entanto, não continuam aqui no Plenário o Ministro João Sa-

yad, o próprio Presidente da República, o Dr. Aureliano Chaves, quer dizer, são pessoas chaves desta questão que no entanto não ficaram aqui para nos ouvir. Eu acho que esse é um dos grandes problemas que nós enfrentamos como sociedade civil. É como exercer a nossa cidadania, porque a gente não tem, muitas vezes, a quem recorrer. E quando a gente encontra as pessoas que nos ouvem, são aquelas que não têm poder, aquelas que não têm verbas. Aqueles órgãos que são criados, justamente, para tampar o sol com a peneira e dar a impressão de que existe uma política de meio ambiente séria. E a gente sabe que, infelizmente, isso aqui e agora não tem sido verdade.

Eu acho que para a gente exercer a nossa lei de cidadania é preciso ter a quem recorrer e saber que as nossas recorrências serão ouvidas e discutidas e, se justas, serão entendidas. Porque, se não ficamos falando no escuro, sozinhos e passamos, no máximo, por emotivos. Não queremos discutir as coisas a sério. Somos muito emocionais. Eu gostaria que este encontro significasse que meio ambiente no Brasil vai ter que se reduzir (?), como o falecido, o nosso querido Augusto Ruschi, que faleceu agora. Uma vez ele tinha ido esperar o Governador do Espírito Santo à bala, porque ele queria patrocinar a destruição da reserva de Santa Tereza. Tomara que a gente não tenha que defender as nossas reservas à bala, porque inclusive isto vai frontalmente contra a luta ambiental(*sic*).

Agora, o que é que nós queremos? Eu acredito que o que a gente quer é, primeiro que não se confunda poluição com a questão ambiental. A questão ambiental é muito mais ampla do que a poluição industrial. A questão ambiental é muito mais a questão de usar os recursos naturais de forma racional. Nós temos ameaças tão ou mais graves que a questão industrial. A questão industrial se resolve. Agora espécies extintas, não se resolve, rios poluídos, gasta-se muito mais. Então é uma questão muito mais ampla do que a questão industrial.

Queríamos que os órgãos oficiais, federais, municipais, respeitassem as leis ambientais, porque é difícil acreditar neles, que eles vão realmente exigir das empresas poluidoras o respeito às leis se eles mesmos não as respeitam. Empresas estaduais e federais são as primeiras a desrespeitar as leis ambientais. Haja vista as Petrobrás da vida, Acesita, Usiminas e outras mais.

Eu queria perguntar se tem alguém do IBDF aqui no plenário que possa responder uma pergunta. Alguém do IBDF? Eu não queria talvez cometer uma injustiça, queria fazer uma pergunta. Alguém poderia informar-me. Eu tive uma informação de que o Atol das Rocas já é uma reserva biológica.

Dolabela (apresentador):

Atenção. Eu vou fazer uma intervenção para lembrar à nossa prezada senhorita o limite dos 2 minutos. Há uma fileira de pessoas para falar.

Não identificada

Tudo certo. Eu só queria lembrar ao Sr. que na parte da manhã as perguntas não foram lembradas no final. Tudo bem.

Ministro Moscado de Souza:

A idéia aqui não é este diálogo. Por favor, isto é uma audiência pública. É preciso entender o espírito desta reunião. Os 2 minutos que estão sendo desrespeitados. Nós temos uma fila e não vai ser possível atender a todos se nós estabelecermos o diálogo entre duas pessoas.

Paulo Roberto Bretas:

Sou Representante do Depto. de Economia da Pontifícia Universidade Católica de MG e eu gostaria de fazer algumas intervenções, porque na Católica nós criamos talvez o primeiro grupo de economistas que está estudando a questão do ecodesenvolvimento e tentando incorporar à economia toda essa nova forma de visualizar o mundo. Toda essa leitura do mundo que tanto enriquece a economia e vem a partir da ecologia.

Então, eu gostaria, em primeiro lugar, de sugerir que houvesse maior apoio para os projetos universitários, principalmente os projetos que nós estamos desenvolvendo dentro da Universidade Católica, que querem desenvolver técnicas, que querem desenvolver metodologias para se tratar da questão ecodesenvolvimentista brasileira.

É uma preocupação muito grande nossa, que estejamos importando tecnologia e não observemos o nosso ecossistema tropical. A nossa agricultura está ainda deficiente de técnicas de plantio tropical. Outra coisa que muito nos aborrece é a falta de acesso público a estudos de impacto ambiental ou mesmo de tecnologias de análise de impacto ambiental que deveriam ser exigidas de todos os grandes projetos. Há total falta na área de planejamento ambiental, para não dizer falta de planejamento para o Brasil como um todo. É preciso traçar uma política de desenvolvimento ambiental. É preciso que se consiga conciliar a taxa de crescimento econômico com a taxa de crescimento ou de reposição da natureza. É preciso, portanto, controlar o consumo. O que é que está ameaçando hoje o plano de estabilidade? É o excesso de consumo, é o consumismo que é totalmente antagônico ao ecodesenvolvimento. Então, é preciso tomar medidas no sentido de controlar

o consumo exacerbado, porque o consumo exacerbado significa gastar as energias, significa que uma minoria vai consumir tudo e uma maioria nunca vai ter acesso às coisas.

Outra coisa é a questão da autonomia e da cidadania. Eu acho que o ecodesenvolvimento traz a questão da autonomia e, portanto, a distribuição de poder tem que ser de baixo para cima. Porque o cidadão tem mais controle na esfera municipal do que na esfera estadual. E mais na esfera estadual do que na esfera federal. Então, eu acho que para a Constituinte a gente tem que levar esta preocupação: de que o indivíduo tem que escolher se ele quer ter uma usina nuclear lá no seu terreno, lá na sua cidade ou não. Se ele quer ter uma usina poluidora ou não. O cidadão tem que ter o direito de escolher. Porque existe o engodo de aumentar o emprego, mas há, por detrás disto, toda a deterioração da cultura local, toda a deterioração ambiental.

Acho ainda que deve haver uma preocupação muito grande em conciliar as políticas estadual, municipal, federal, na área do meio-ambiente. O DNPM desrespeita totalmente o IBDF. Eles funcionam como órgãos completamente autônomos. Então, é preciso preocupar-se com tudo isto.

Dolabela (apresentador)

Atenção: mais uma recomendação para o bom andamento dos nossos trabalhos. Eu vou marcar 2 minutos no relógio para que sejam cumpridos os dois minutos reais. Se ultrapassar, nós vamos interromper a exposição.

Leonardo Fares Menhem

Represento também a Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente — órgão não-governamental.

A nossa prática na luta ambientalista em Minas Gerais, especificamente em Belo Horizonte, nos últimos 7 anos, tem demonstrado o seguinte: não existe política ambiental que vingue sem mobilização popular. Por outro lado, hoje, a ação da justiça já seria um tripé muito importante para a luta ambientalista, se nós pudéssemos contar com ela.

A realidade tem-nos demonstrado, muito dolorosamente, que a justiça brasileira é totalmente dependente do Poder Executivo. Todas as vezes em que a gente entra a gente perde, além de gastar uma fortuna, porque tem despesa com isto, despesa com aquilo e perda de tempo. Então, a primeira proposta vai na questão da Constituinte. É fundamental, a nosso ver, que a justiça brasileira seja resgatada como um poder autônomo que tenha a capacidade de definir seus próprios recursos, que tenha poder político para definir.

Outra questão, também relativa à Constituinte, é a da reforma agrária. Preocupa-nos muito trocar a reforma agrária por expansão de fronteira agrícola, como nós estamos vendo acontecer. Quer dizer, em vez de discutir a distribuição de terras, que é uma questão fundamental para o desenvolvimento do País, estão falando em expandir fronteira agrícola, em cima, inclusive, de reservas florestais. Isso nós não aceitamos.

Finalmente, outra coisa que eu gostaria de falar, ainda dentro da Constituinte, é a questão do crescimento das cidades. É fundamental que se tenha um plano para conter o crescimento das cidades. As cidades européias estão trabalhando para chegar ao ano 2.000 reduzidas, as brasileiras estão trabalhando para chegar maiores. Isso também é um negócio que não tem solução. Não há recurso que chegue para resolver esse problema.

Finalmente, na área específica do MDU, todos nós que estamos aqui sabemos, estamos carecas de saber, que o problema das bacias hidrográficas urbanas é um dos graves problemas urbanos do País, haja vista o que está acontecendo em São Paulo, onde existe a proposta de se fazer uma grande reforma urbana ao redor de um rio, porque emparedaram os rios. Evidentemente que já cometeram esse erro lá e já cometemos alguns como esse anteriormente. Não acho razoável que se gaste dinheiro público para continuar cometendo esse erro. É o que nós estamos assistindo em Belo Horizonte hoje. Por exemplo, o MDU está financiando as obras de canalização de uma série de rios, sabendo que isto terá conseqüências que podem inviabilizar o desenvolvimento da cidade no próximo século. Eu acho uma tremenda incoerência, quer dizer, o mínimo que se poderia fazer é exigir que obras como essas fossem revistas.

Sérgio José Gros

Sou Presidente da Associação dos Proprietários e Moradores do Valparaíso II, aqui no entorno do Distrito Federal.

Senhores, eu me ateno mais ao problema do BNH, ao problema de moradia da nossa região, principalmente no entorno de Brasília, em que está ocorrendo o maior êxodo da história.

Nós sabemos, por exemplo, da importância que o Ministro pretende dar ao novo BNH. Agora queremos deixar no ar uma sugestão para acabar com a fábrica de invasão existente no nosso entorno. Hoje, 80% dos mutuários do BNH estão inadimplentes. Sr. Ministro, por que estão inadimplentes? Porque a fábrica da falência, hoje, é vender chaves de casas. Você recebe a casa hoje, dentro de 2 meses você vende a chave desta casa por tal importância. Nós não podemos expulsar o invasor dessas casas do BNH hoje, porque vai gerar um problema social maior do que o que está. Então, o que se faz desse

invasor-proprietário, já que o proprietário legítimo abandonou esta casa, deixou de pagar? Em vez de pagar uma prestação de CzS 700, 800, que ele pague 500, 400; em vez de 25 anos, que ele pague 30. Mas pelo menos ele está pagando uma área que é dele, ele passa a ser invasor e preservador da área onde ele está morando.

Jacqueline Pitangui

Sou Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e nós temos uma preocupação específica com a questão da reprodução da vida. O aumento da infertilidade pela presença de metais pesados na atmosfera. O aumento do número de más-formações congênitas, de abortos, de nascidos abaixo do peso, pela presença da poluição atmosférica. Nós estamos tratando não apenas da questão da perenidade, mas também da reprodução. E neste sentido considero que seria fundamental que se garantissem, a nível constitucional, os parâmetros legais deste encontro que está sendo realizado aqui, a fim de que a comunidade tenha, de fato, acesso à informação e à participação em decisões que afetam questões ambientais graves.

Carlos Roberto Fonseca de Andrade

Represento a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico na cidade do RJ. A minha vinda aqui é no sentido de confirmar a V. Exa. que a sociedade está mobilizada. Os ambientalistas estão atentos a todos os movimentos praticados pela Nova República. O Plano Cruzado, com seu êxito, realmente desvendou e essas questões serão seriamente discutidas, por gente capaz e por gente competente e de boa fé que quer, certamente, encontrar o melhor.

É fundamental que sejam criados os mecanismos de acesso dessas pessoas que por aqui passaram e do outro tanto que virá para que eles não cansem e para que falem. Que seja discutida a questão do controle da natalidade. As cidades não suportam, não há equipamento urbano que suporte a explosão demográfica. É uma questão que tem que ser enfrentada sem tibieza, independentemente de qualquer reação que venha, de onde venha, inclusive da Igreja. É importante que V. Exas. saibam que temos, nós do RJ, um bairro do Jardim Botânico, onde temos o Jardim Botânico, abandonado, ainda, lutando tremendamente com escassas verbas, temos um Parque Lage, temos vestígios da mata da Floresta da Tijuca, original, e temos problemas terríveis da falta absoluta do planejamento urbano.

Certamente, esperamos muito deste encontro e recomendo a V. Exas. muita paciência porque nós temos tido muita paciência.

Emb. Nestor dos Santos Lima

Sou Presidente da Associação Potiguar de Amigos da Natureza, de Natal, onde estávamos tranqüilamente quando recebemos a circular da SEMA, pedindo-nos para estudar o assunto do meio ambiente e a Constituinte durante a Semana do Meio Ambiente.

Já estávamos com o programa adiantado. Já estávamos com 15 dias, mas nós tivemos que atacá-la. Trazemos aqui a nossa contribuição e uma crítica.

Eu vou fazer a crítica logo. Não gostei que só houvesse araucária aqui (no programa). Eu gostaria de ter um coqueiro também, porque estendia mais ao Brasil essa reunião.

Eu quero falar de um assunto desagradável, a poluição ambiental pela miséria em face da Constituinte, porque me parece que não haverá política de meio ambiente sem combate à miséria nacional, que se expressa por quase 80% da população, sem ter um lugar onde caírem mortos e mais a renovação dessa miséria invadindo as cidades. É o encontro do analfabetismo rural com a sofisticação urbana. Está incomodando todo mundo.

Parece-me que a oportunidade para discutirmos esse assunto é a Constituinte e a Constituição é o documento que poderá liminar, orientar o País, levar para dentro, sugerir, corporificar certos sonhos, é o documento onde se podia fazer constar certos tópicos que teriam impacto na miséria urbana, na miséria geral e na poluição ambiental pela miséria.

É preciso que na próxima Constituição exista um capítulo dizendo mais ou menos em outras palavras: o parlamento definirá uma política nacional de controle da natalidade, preservando — atenção — a liberdade da família, e tendo em vista — muita atenção agora — dividir igualmente, entre os sexos masculino e feminino, o ônus de frear o crescimento populacional. Até agora o ônus cai sobre as mulheres. É preciso dividi-lo.

Quanto à angustiada situação dos 80% da população que não têm onde caírem mortos, haveria que iniciar-se uma política brasileira. Essa política brasileira poderia partir de um artigo na Constituição que dissesse: todo brasileiro tem direito a um lugar para construir a morada de que necessitar. Não se vai dar a ninguém nada, a morada de que necessitar. Os governos estaduais e municipais facultarão os espaços necessários, onde serão permanentemente reservados locais para os brasileiros desvalidos que os solicitarem. Os lotes serão intransmissíveis e outorgados em caráter precário, nas condições estabelecidas em lei.

Finalmente, é preciso haver um texto na Constituição que dê cobertura a essas nossas preocupações tópicas, mas a Constituição não diz ainda e precisa dizer a que vem o futuro do Brasil e como ela vai mol-

dar a realidade brasileira daqui para diante. Poderia ter um artigo assim: a defesa do meio ambiente em todos os seus aspectos será objeto da atenção permanente dos governos federal, estadual e municipais, que expedirão as leis necessárias à implementação da política nacional adotada dentro de suas jurisdições respectivas.

Finalmente, convém um artigo dizendo que os princípios da ecologia e do ambiente serão introduzidos nos currículos da escola do I Ciclo.

Min. Deni Schwartz:

Eu estou proibido de fazer intervenções aqui, mas eu quero solidarizar-me com o ilustre potiguar sobre as araucárias. Ela foi colocada aí, sob protestos, por um cearense em homenagem a esse paraense. Foi o Dr. Jerônimo que me fez essa homenagem, mas eu me solidarizo com o senhor, falta palmeira mesmo.

Simone Teixeira:

Eu faço parte do Movimento pela Vida de Maceió, queria falar, ainda, do pólo cloroquímico de Alagoas que é o nosso grande problema e que está realmente sendo instalado e nada está sendo feito para impedi-lo. Então eu pergunto aos srs., pergunto ao pessoal da plenária, se nós vamos continuar caindo no mesmo erro de deixar que se instale esse pólo em um lugar bellissimo, pondo em risco a população e tirando empregos de uma série de pessoas. Uma base de 150 mil famílias que vivem ali.

Eu acho que já está na hora de a gente para de cometer os mesmos erros. Já foram instalados pólos e várias outras coisas. A gente já sabe que não funciona. O pólo hoje em dia é um complexo que realmente não funciona economicamente, é provado isto também. Então, como é que a gente vai permitir que continuem a ser instaladas essas indústrias dessa forma, sem poder aproveitar a mão-de-obra que ali vive, expulsando as pessoas que ali vivem, vivem daquela região, que é uma região muito fértil, com um grande estuário, cheio de peixes, sururu, camarão. Por que não aproveitar isto, o que o recurso natural pode dar em vez de instalar um pólo que vai acabar com toda essa riqueza natural?

Outro problema da gente de Maceió é a Salgema que faz o cloro, que vai ser utilizado por essas indústrias do pólo cloroquímico e os tanques Atlantic, que existem no centro da cidade e há duas semanas explodiram, colocando em risco a população, porque estão situados em um bairro residencial.

É preciso realmente tentar modificar essa exploração do ambiente, usar as tecnologias que a gente tem e precisa ter, de uma forma racional, e que não ponham em risco nem o meio ambiente, nem a população, nem as pessoas, o que é o mais importante.

Dolabela: (apresentador)

Outro aviso aos participantes. As inscrições já estão encerradas. Apenas as pessoas que estão na fila terão oportunidade de se manifestar. É necessário que ainda sobre tempo para outros trabalhos deste Encontro, inclusive o processo de avaliação que deve começar hoje. E relembro, mais uma vez, a questão dos dois minutos.

José Cândido Mello Carvalho:

Falo aqui, em nome da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza, cujo Presidente no momento está em Londres, defendendo a causa da baleia.

Eu sou um veterano de Estocolmo e na conferência da bioesfera de Paris, há trinta anos, já ouvia o que ouvimos hoje aqui e tudo decorre de uma análise das coisas no tempo e no espaço. Reconheço que o Brasil progrediu extraordinariamente na área de meio ambiente. Nós que fomos taxados em Estocolmo por um jornal de *Brazil welcomes pollutions*, hoje temos uma atitude inteiramente diferente em relação ao meio ambiente.

Preocupam-me como cidadão alguns pontos. O ponto principal é a condição institucional do meio ambiente no País. Anos atrás defendíamos o meio ambiente no Ministério do Interior. Depois verificamos um conflito muito grande, aparente, entre SEMA, IBDF e SU-DEPE. Presentemente, temos o meio ambiente no MDU. De modo que eu, como cidadão brasileiro, espero um dia que o meio ambiente tenha sua posição bem definida, que possa atuar perante todos os ministérios, e não como órgão de um ministério especificamente do assentamento urbano.

Preocupa-me sobretudo o esquecimento do sistema de unidades de conservação, que reputo uma das coisas melhores que achei neste país. Gastaram-se milhares de contos de réis, de pessoal e de tempo para esse plano diretor dos parques nacionais, plano de uso público e que hoje, aparentemente, se acha relegado ao esquecimento. Chamo a atenção do Governo para esse ponto, porque é um trabalho muito grande que não pode ser perdido.

Lembro aqui a necessidade de nós apoiarmos por todos os meios o monitoramento da cobertura vegetal do País. É um instrumento que nós temos para controle físico da Nação. É um trabalho fundamental e essencial para a proteção do meio ambiente como um todo. Lembro,

vários mencionaram aqui, o problema da Constituinte. Há três anos já havia dado ao Chanceler Afonso Arinos a Constituição russa, que, no artigo 67, diz: é dever de todo o cidadão proteger o meio ambiente e conservar seus recursos. É obrigação, não é dever. É obrigação do cidadão proteger o meio ambiente e conservar os seus recursos. Portanto, a Constituição brasileira, terá, fatalmente, que sofrer uma sensível melhoria daquele artigo que mandava apenas proteger os objetos artísticos, arqueológicos e naturais e notáveis, que a gente não sabe nem o que significa.

Fundamental a formação de pessoal em todos os níveis. Isto nós praticamos hoje, felizmente, mas ainda em níveis mais baixos. Fundamental a política florestal para a Amazônia. Há seis anos nós preparamos essa política e até hoje ela honra os gabinetes. Há qualquer coisa que atole, que não permite a aplicação desta política que é fundamental para o País.

As florestas nacionais de uso múltiplo, os parques nacionais, as reservas indígenas manterão grande parte da Amazônia com sua cobertura permanente, eu espero.

Fundamental um serviço de recursos da fauna. O Brasil não tem. O Brasil já teve um departamento de caça e pesca, serviço de caça e pesca, modelar para o País. Bem ou mal, ele atuava. Hoje não há o serviço de recursos da fauna, a fauna está em terra de ninguém, jogada ao léu. É fundamental a educação em todos os níveis, sobretudo para políticos e homens do Legislativo ou do Judiciário.

Nós sabemos que são os políticos e o Judiciário que decidem as grandes paradas. Há pouco tempo, em São Paulo, indagamos sobre 48 processos de infração florestal. Nenhum havia sido punido. Constumamos até elogiar juizes que tomam atitudes corretas neste caso. Um ou outro caso que tenha acontecido. De modo que julgo fundamental essa educação em todos os níveis, sobretudo dos políticos, que nós podemos, por vários meios, forçar, ajudar, tentar e do Judiciário brasileiro que, a meu ver, ainda não está bem atuante na área de meio ambiente.

Arnaldo Paschoalino:

Sou Presidente da Sociedade Ecológica Abarebebê de Peruíbe, no litoral sul de São Paulo.

A polêmica IBDF é um caso muito sério para nós da nossa região. A primeira sugestão é que se faça um levantamento mais severo quanto às guias de fornecimento para extração de madeira, na minha região, que é o litoral sul, no vale do Ribeira. A implantação de 80 serriarias numa região onde está o que resta da mata atlântica do Estado de São Paulo é um caso muito sério. E para maior aberração, ainda,

nós temos o Parque da Serra do Mar, onde está havendo uma luta para segurar aquela situação lá. E existe uma serraria autorizada pelo IBDF exatamente em cima do Parque, com a seguinte pretensão: desmatar 600 hectares de matas naturais e fazer o reflorestamento. Ora, é um contra-senso violento. Isso tudo a gente está falando com muita prova.

Outra coisa que está acontecendo no nosso litoral é o problema do manguezal, que está sendo destruído com a complacência e a ajuda do BNH. Isto está acontecendo em São Vicente. Estão destruindo o maior manancial de camarão e de peixe que existe na nossa região. Fazendo com que os pescadores artesanais não tenham mais condições de pesca com os seus pequenos barcos. Isso é um problema sério que eu peço que alguém providencie. Por outro lado, as prefeituras e as câmaras aprovando projetos enormes quando não têm um pingão de infra-estrutura naquelas cidades.

Isso é conhecido em Santos, São Vicente, Mongaguá, Peruíbe, etc. E nossas praias estão-se tornando cada dia mais poluídas, trazendo conseqüentemente a doença, a infecção, nas pessoas.

Alguna culpa cabe também ao SPU, que, na nossa região, tem dado liberdade às prefeituras de retirarem areia da praia para fazer exatamente a cobertura destes lixões em cima de manguezais. São dois crimes paralelos. Essa acusação eu trago para os senhores e pediria, só mais um pedido, por favor, que na Constituinte se falasse na participação das sociedades preservacionistas não-governamentais, que elas fossem consultadas desde que essas sociedades fossem constituídas de técnicos, elementos que trabalham na área, cada um na sua região, para depois tomarem certas decisões.

Paulo Afonso Lima Machado:

Sou Presidente da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente.

Quero colocar a questão da eficiência e da independência da administração ambiental no País e Angra dos Reis. Parece, quando oportunamente se concedem empréstimos ou mais(?) se conveniam com as entidades públicas estaduais para a melhoria do meio ambiente, é preciso refletir sobre a natureza da administração pública ambiental no País. Porque nós sofremos uma verdadeira privatização da administração pública no País na reforma de 1967 e 1969. Então é preciso pensar quem é que está dando dinheiro, porque é preciso lembrar, tanto no domínio do ambiente quanto no domínio da cultura, que a maioria dos empregados públicos não tem independência porque não tem o estatuto da função pública. Podem ser demitidos a

qualquer momento, porque são regidos pela CLT. Ora, é impossível fazer uma política ambiental sadia com essa ausência de independência.

E em segundo lugar, por que não dizer que em muitos estados se faz um verdadeiro clientelismo eleitoral, não se praticando o dever moral, inclusive constitucional, do concurso público à função da administração ambiental?

Então, é preciso uma reforma da administração pública ambiental no País, sem o que a política ambiental fica de fachada e em segundo plano. O problema de Angra dos Reis vem realmente chamar a atenção da população brasileira, neste momento em que no exterior se verifica um acidente nuclear, sobre o direito à informação ambiental. Então, eu acredito que deve ser feita, a partir deste encontro, uma conclamação para que o governo brasileiro abra realmente um debate com a sociedade brasileira sobre a questão de Angra dos Reis, porque, no âmbito judiciário, aplicando em boa hora a Lei 7.347, de 85, nós esperamos que o promotor de justiça, nosso colega do Rio de Janeiro, leve à justiça, o problema de Angra dos Reis.

José Mário Marques Vieira:

Represento a Fundação de Amparo à Tecnologia e Meio Ambiente de Fátima, SC, um dos menores estados da Federação. Detém apenas 1,1% da superfície do Brasil, 3,3% da população nacional, mas é ao mesmo tempo o 5º produtor nacional de alimentos e o 7º parque industrial, com 20.000 indústrias de transformação e 250 mil propriedades agrícolas, caracterizadas principalmente pelo minifúndio. Maior produtor nacional de frangos. Maior produtor nacional de têxteis e no ramo de toalhas, segundo de malhas, maior produtor de motores elétricos, maior produtor nacional de geladeiras, tem um parque nacional diversificado e distribuído por todo o seu espaço. Uma das maiores densidades demográficas da Nação. No entanto, tem uma poluição infelizmente equivalente. É, sem sombra de dúvida, um dos estados mais poluídos do Brasil. É o maior produtor nacional de carvão e é o estado que tem a maior poluição mineral do País.

2/3 dos mananciais estão completamente mortos pela poluição do carvão. Temos poluição de metais pesados no Sul, na região do Rio do Peixe tem os mercúrio e na região de Joinville, na Bamberga, temos cromo, níquel, cádmio. A situação do abastecimento de água é dramática. Nós temos a poluição dos pesticidas pela nossa pujança agrícola. Temos a poluição industrial e temos a poluição das cidades. Apenas 2 cidades têm sistemas de tratamento de esgoto em implantação.

Eu quero enaltecer aqui a posição do governo federal, a posição invulgar do Exmo. Sr. Presidente da República, a posição destemida do Ministro Deni Schwartz, em recente reunião do CONAMA, e quero

sugerir, apenas, para finalizar, que na repartição dos tributos federais, o meio ambiente tenha uma parcela que seja devolvida aos estados e municípios. Uma cota de participação, principalmente na extração de recursos naturais e na industrialização, para que os estados e municípios possam praticar a política nacional de meio ambiente.

João Pedro Cuthi Dias — Engenheiro Agrônomo — MS

Sou Engenheiro Agrônomo, de Mato Grosso do Sul. Primeiro, lamento a pequena presença do Ministério da Agricultura numa reunião tão importante igual a esta, inclusive órgãos como o IBDF, que aqui não se encontram presentes e têm um papel ou deveriam ter um papel fundamental na proteção do meio ambiente no Brasil.

É num país como o nosso, estamos usando um modelo agrícola totalmente incoerente, modelo agrícola que agride a natureza ao invés de beneficiar essa natureza e está levando à formação de desertos, à destruição do solo. Solo é um patrimônio não-renovável, que nós não podemos, de maneira alguma, aceitar que seja destruído. E o senhor, Senhor Ministro, que vem de um estado onde há um trabalho concreto, em termos de conservação de solos e de águas, um trabalho de conservação de solo e microbacias, pedimos ao senhor que leve as experiências do Paraná, a todo o País. Que envolva o ministério correspondente, o Ministério da Agricultura, para que ele encampe esse trabalho de conservação de solos e águas, mas de maneira concreta, real e não apenas no papel e não apenas em mais um programa nacional.

Quanto à questão dos agrotóxicos, não depende apenas de instrumentos legais. É um elemento importante a existência de uma lei atualizada, que dê poderes aos estados e municípios para que controlem o uso de agrotóxicos, mas também, Senhor Ministro, precisamos usar os nossos cientistas, os nossos pesquisadores para que gerem uma tecnologia tupiniquim, adequada às condições tropicais do Brasil, para que nós independamos do uso de produtos agroquímicos. Nós temos condições e a prova é o quanto já avançamos na questão do controle biológico de pragas. Nós precisamos usar a alopatia, usar a cobertura, usar a matéria orgânica no solo para que nós possamos produzir alimentos saudáveis, biologicamente equilibrados, e abandonar o uso de agrotóxicos que tanto mal causam à saúde humana e ao meio ambiente.

Luiz Van Beethoven B. de Abreu:

Eu sou um jardineiro de Brasília. Eu vou tentar, nestes dois minutos, dar um testemunho, apresentar uma denúncia e fazer um apelo.

O testemunho se refere a modificações, a improvisações e mutilações no plano original de Brasília, com o imprescindível prejuízo do meio ambiente e dos recursos naturais. Refiro-me, inicialmente a uma rodovia que ligaria, a cidade à residência de um governador ou prefeito, na ocasião. Essa rodovia resultou em dividir o espaço da estação, da reserva biológica das Águas Emendadas em duas partes, tornando quase impossível o manejo daquela unidade de conservação.

Refiro-me, também, à necessidade de ligar a estrada que vinha de Goiânia àquela que vinha de Belo Horizonte, quando foi conseguido um projeto que destruiu completamente a mata do Parque do Gama. Uma mata de grande importância mencionada por cientistas que visitaram aqui Brasília. Refiro-me também, necessidade de construir uma barragem...

Raimundo Gonçalves dos Santos:

Eu peço desculpas a quem está coordenando os trabalhos, mas eu vou falar pela segunda vez, porque eu dividi em duas etapas a minha colocação, já que dois minutos é muito pouco para a gente se colocar.

Uma coisa que me motivou a falar mais uma vez foi a presença do Ministro da Cultura, porque a questão de Itapoã, ela está ligada ao desenvolvimento urbano, está ligada ao meio ambiente, está ligada à cultura. E eu queria nesse momento, inclusive, aqui de público, solicitar do Ministro da Cultura uma audiência lá, ou na associação, para que nós possamos entregar a ele um documento que nós fizemos em 84 criando o acervo cultural de Itapoã. Vocês sabem que Itapoã tem importância histórica muito grande para o Brasil e lá nós temos pessoas com 80 ou 90 anos que ainda nos conseguem passar, nos contar a história lá do bairro. E essa coisa tende a sumir, as pessoas estão morrendo e nós não temos um lugar, um acervo para Itapoã. E essa questão do desenvolvimento urbano passa por um acervo cultural, por um pequeno museu no bairro, porque acreditamos que o museu vai garantir a infra-estrutura natural do bairro. Porque como o companheiro da Bahia colocou, existe uma tentativa muito grande de horizontalizar a orla marítima, conseqüentemente a? em Itapoã. Verticalizar a orla marítima, desculpem-me. Verticalizar. E Itapoã vai ser altamente depredada. Em vista disso nós propomos ao Ministério da Cultura, ao MDU, uma ação conjunta, uma intervenção imediata para que nós possamos criar em Itapoã um acervo cultural e conseqüentemente nós possamos garantir essa mensagem poética, que as pessoas tanto conhecem, que é através dos cantores e poetas que escreveram no País inteiro.

E outra coisa para encerrar, é que eu tenho aqui, são poucos, um documento da campanha «Isto É Abaeté — O Brasil inteiro empunha esta bandeira». Eu tenho um número de 10 mais ou menos, vou passar

para os Ministros e queria passar para algumas entidades a nível nacional que detêm este trabalho ambiental para poder guardar como acervo do nosso trabalho.

Uma outra coisa para encerrar, que não tem muito a ver com o Encontro, mas a presença de Jacqueline Pitanguí aqui me motivou, é fazer uma denúncia pública, neste local, de segurança nacional, de um ato que aconteceu em setembro, em Salvador, terrível, e que eu sinto muito em ter que me reportar aqui agora. É que um sargento da Base Aérea de Salvador, no mês de setembro do ano passado, levou uma companheira, uma mulher, lá da Associação a entrar no seu apartamento, no 3º andar e lá tentou forçar a transar com ele. Não riam não, o caso é sério. E essa senhora, que tem dois filhos, estava à procura de emprego. Ao se negar... ao não ter condições de evitar a força do companheiro ela se jogou do 3º andar. Essa mulher, hoje, está parálitica, não anda mais, já fez 4 operações, já esteve até fora do Brasil, já foi mordida de rato. Inclusive eu quero lamentar que o Hospital Roberto Santos está entregues às baratas, porque até rato mordeu essa mulher. Uma mulher pobre que não pagava INPS. A Associação lutou, conseguiu pagar o desconto do INPS para ela e agora ela foi isolada com lepra. Isso contraído pelas dificuldades, pela precariedade do serviço médico. Estou aqui em Brasília também para aproveitar o momento para ir amanhã ao Ministério da Aeronáutica, para levar isso ao conhecimento do Ministério da Aeronáutica, porque inclusive em Salvador fomos maltratados pela Base Aérea, pelo Subcomandante, que eu não sei o nome agora porque não estava presente na reunião com ele, e pedir que a Aeronáutica tenha uma ação concreta. Primeiro, ver se conseguimos ainda, que eu acho que está muito difícil, fazer essa mulher ressuscitar, porque ela está quase morta, e depois a gente ver como essas crianças dessa mulher, sem pai, vão ficar no mundo, perdidas, em função de um pessoa que é graduada, um Sargento da Aeronáutica é um cidadão graduado.

Neste sentido eu coloco aqui este apelo, esta denúncia, e espero que também o Ministro da Saúde se empenhe conosco em tantar alguma forma de ressuscitar essa mulher que está quase que morta.

Dolabella: (apresentador)

Atenção! Nós temos até 16:00 horas o prazo do «pinga-fogo». Portanto, faltam quinze minutos. A meia hora seguinte será destinada à avaliação dos assuntos tratados aqui e, depois, teremos o discurso do Ministro da Cultura. Então, temos que tornar esta reunião bem compacta para que cheguemos às 16:00 horas ao final do «pinga-fogo».

Robson Alvarenga:

Presido atualmente a Associação dos Moradores do Guará e também participo de outras associações comunitárias. Venho aqui fazer um relato de uma situação que igualmente nos preocupa, a da existência de diversas lagoas de oxidação, o que inclusive é do conhecimento de V. Exa., Senhor Ministro do MDU, que, se não me engano na última terça-feira, nos fez uma visita para que pessoalmente fosse tomar conhecimento daquela situação que aflige dezenas de famílias. Refiro-me mais especificamente à existência das lagoas de oxidação. Inclusive, não muito recentemente, foi apresentado, através de nossa diretoria especial de assuntos de meio ambiente e habitação, uma sugestão ao executivo local para que tratasse da despoluição daquelas lagoas, vinculada à despoluição do Lago Paranoá, a fim de que fossem, gradativamente, transformadas em viveiros de peixes, para que evitassem a especulação imobiliária, para que preservassem o micro clima daquela região. Nossa entidade ainda não recebeu qualquer esclarecimento, qualquer informação a respeito da viabilidade dessa proposta.

Portanto, trago aos Srs. para que, possivelmente, numa audiência — que também aqui solicito ao Sr. Ministro do MDU — a gente possa, um pouco mais, conversar a respeito dessa sugestão, que inclusive teria uma finalidade social extramamente importante, no que diz respeito ao atendimento de diversas entidades beneficiárias, uma assistência social à clientela dessas entidades assistenciais. De modo que seria importantíssimo, pois a medida poderia melhorar um padrão alimentar, dar emprego e preservar essas lagoas.

Não muito fugindo a este assunto, quero também dizer aqui que vamos trabalhar no sentido de que, ainda que tardiamente, seja prestada uma homenagem ao nosso companheiro, por assim dizer, cientista Augusto Ruschi, que faleceu recentemente, como é do conhecimento de todos, para que eventualmente, numa consulta à comunidade, dê também seu nome ao parque recreativo onde se localizam essas lagoas.

Joaquim de Castro Feitosa:

Faço parte da Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente. O que foi dito aqui, de certo modo, serve para o Ceará. Não em termos de algumas críticas, porque eu não concordo. Mas em termos conservacionistas.

Uma questão importante para o Brasil que está sendo relegada a plano secundário é a perda de solo anual. Num cálculo exploratório, são 750 milhões de m³ carriados para o mar. Nós, se continuarmos assim, vamos entulhar o oceano rapidamente.

Para sintetizar, eu escolhi uma árvore nossa, símbolo, e fiz um poemete chamado «Outro Juazeiro», mas podia ser também «O Pau-Brasil».

O machado acionado pelo braço rusco do campôneo,
A mando do patrão desalmado,
Corta célere o juazeiro amado.
Desaparece na voraz do progresso
Esse expoente máximo do nosso mundo vegetal,
Causando a todos um inominável mal,
Deixando sem proteção
a rica aluvião
Que de queda em queda caminha para entulhar os açudes e o
mar,
Causando, assim, a liquidação das terras boas do sertão.
Nos tempos de seca,
Quando reina o braseiro,
Morre de fome o gado faminto
Pela falta da rama do nutritivo juazeiro.
Ele sempre viveu na coroa, no baixio, no vale e na serrania.
Hoje praticamente morreu,
deixando o sertão em agonia.
O antigo rameiro ficava contente
Quando, na labuta rude e insistente,
Encontrava um «deus» chamado Juazeiro
Para nutrir o gado com uma rama chamada batuta.
Sob o sol escaldante derramado sobre a caatinga,
Como sofria o viadante quando não encontrava
a copa sempre verde de um juazeiro amigo para livrá-lo do calor
inclemente.
A insensatez humana comandada pela corrida, desgastando
com gana a roupagem da terra, deixando-a nua, deserta,
enfraquecida e sem desejos,
Está arruinando para sempre a vida do sertanejo.
Quando assassinares o último juazeiro,
Terão destruído também a reza do romeiro
E o destino do nordestino.

José Jatobá Lins:

Sou do Ministério da Administração, administrador, engenheiro e professor universitário. Em um termo que foi dito aqui pelo Ministro Marco Maciel, pela manhã, eu achei que a solução para todos esses problemas; uma vez que o problema do meio ambiente é um problema tão amplo e inesgotável, é a democracia participativa.

Eu acho que as soluções do País estão justamente na construção desta Nova República, com base nessa democracia participativa e na fundação de um estado social, um estado do pleno emprego que proíba na sua Constituição, terminantemente, o desemprego. Que assegure ao homem o emprego.

Com essa segurança do emprego, evidentemente já estão garantidas a sobrevivência do homem, saúde e uma série de fatores importantes e principais, como seja o exercício do trabalho.

Eu acho que essa democracia participativa foi tentada, ela começou no Brasil com a revolução nacional feita em 1920 por Vargas e ainda não foi concluída. Ao fechar esta quinta república, talvez consigamos conceituar, assegurar na Constituição o princípio da democracia participativa e com isto estejamos concluindo a obra do Getúlio Vargas. E com isso aí nós poderemos, assim, redividir esse trabalho nacional, reorganizar o País, criar novos ministérios, porque o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente é muito pouco para isso, o Brasil é muito grande, tem muitos problemas. É necessário que tenhamos um ministério de desenvolvimento urbano, e o ministério do meio ambiente porque os problemas são muitos.

Só no desenvolvimento urbano temos todo o interior do País, com cidades quase mortas, despovoadas, e seus habitantes procurando empregos nos grandes centros, foragidos pelo capitalismo que invadiu o campo, criou o êxodo rural e assim trouxe sérios problemas para o trabalhador brasileiro, para a sociedade brasileira. Então, eu acho que devemos ter a coragem de criar uma nova administração, uma administração participativa, um planejamento participativo onde nós tenhamos ampla participação das massas em todas as decisões na direção do País, no desenvolvimento, na administração em geral, com isso aí estaremos solucionando uma série de problemas e não só da ecologia física, da ecologia do ambiente, mas muito mais daquele elemento mais importante. Da ecologia social, do problema do homem. Este é o grande problema, é o problema central que a Nova República deve resolver a todo custo.

Dolabela: (apresentador)

Atenção! Já são 16:00 horas, portanto nosso prazo já está quase terminado. Eu pediria aos que restam que não gastem mais de 2 minutos. Gastem apenas 1 minuto, se possível. E quero avisar que há um micro-ônibus, chapa 2429, à disposição dos participantes que desejam viajar às 17:00 hs e devem seguir para o aeroporto. Este micro-ônibus estará à disposição logo aqui na entrada do auditório.

Roberto Teixeira de Freitas:

Fui o primeiro Diretor do Parque da Ilha Grande. O único que morou na Ilha Grande. E dessa experiência de morar na Ilha Grande, dessa experiência de fazer o Parque da Ilha Grande, eu tenho um problema grave que eu acho deve ser enfrentado pelas autoridades. Só criar parques nacionais e parques estaduais, se houver dotação orçamentária, se houver um quadro de funcionários, tanto de nível médio quanto de nível superior, que fiquem no parque e que a direção do parque seja sempre tirada dessa equipe de nível superior que trabalhe no parque permanentemente. Porque, caso contrário, os parques voltam sempre ao abandono, como é o caso de todos os nossos parques nacionais ou da maioria deles, como é o caso do Parque de Itatiaia, que passou 20 anos com o Dr. Vander??. Ele saiu de lá e hoje o Parque está em abandono. Como é o caso do Parque de Teresópolis, que teve com o Dr. Elevalde lá, 20 anos também, quer dizer, era um parque exemplar. Ele saiu e hoje, também, o Parque se encontra em situação de crise e de crítica.

Eu, como trabalhava no sensoriamento remoto, visitei Roraima e lá eu pude assistir a um assentamento rápido, que eu posso chamar indigenização do colono. Então, já que se vai fazer o rompimento da fronteira agrícola, levar a fronteira agrícola adiante, que se leve em associação, quer dizer, que o colono seja assentado, mas que ele seja assentado associado, para que ele possa, então, ter os beneméritos de uma cooperativa. Então, o colono deve ser assentado numa fronteira agrícola como cooperativado. E aí a gente tem uma solução, pelo menos uma melhora, para essa coisa.

Iara Ferraz:

Sou antropóloga, do Centro de Trabalho Indigenista e da Associação Brasileira de Antropologia.

Eu gostaria de salientar aqui alguns aspectos que dizem respeito à implantação dos chamados grandes projetos na Amazônia. Em especial, o Polonoroeste e o programa grande Carajás. Esses programas, concebidos em escala internacional e financiados pelos bancos multilaterais de desenvolvimento, têm como exigências impostas por estes bancos, a proteção às populações indígenas e ao meio ambiente.

É necessário enfatizar que essa concepção de desenvolvimento embutida nesses programas necessita ser redimensionada a partir de uma perspectiva do planejamento regional, da participação efetiva mesma, na definição desses programas, das populações indígenas, ribeirinhas e camponesas, cuja situação atual atesta a inadequação, a incompatibilidade desses programas para a Amazônia.

José Zanine Caldas:

Sou Presidente da Fundação Centro de Desenvolvimento das Aplicações da Madeira.

Eu vim pedir só uma coisa: acesso a vocês que têm capacidade para organizar, a fim de botar à disposição de vocês toda a capacidade do DAM, que é fácil de comprovar e eu trago aqui uma parte para entregar a vocês. Somente isto.

Celso A. Petrillo:

Faço parte da Assembléia das Entidades Ecológicas do Estado de São Paulo.

Eu queria colocar uma questão relacionada à Usina de Angra dos Reis e às outras usinas atômicas. Eu acho que todos conhecem as posições do movimento ambientalista, que são bastante claras com relação a isto. Os ambientalistas são realmente contra a existência de usinas nucleares no Estado de São Paulo. Nesse sentido, nós temos sempre uma esperança de que se reveja o projeto nuclear brasileiro. E com relação ao Decreto que foi assinado pelo Presidente da República, nós consideramos que há uma intenção de manutenção dessas usinas, e nós queríamos lembrar que um outro decreto colocava a estação da Juréia, no Estado de São Paulo, como dotada de 5 milhões de cruzados, se não me engano, de verba. E essa estação, de São Paulo, ainda tem pessoas que trabalham na Nuclebrás, lá dentro.

Então nós queremos saber se a intenção dessa estação ecológica é a mesma da estação ecológica de Angra dos Reis. Se o programa nuclear brasileiro vai ter continuidade ou vai parar nessas três usinas.

Uma outra questão que nós queremos colocar (que nós consideramos uma questão ambientalista, e não de segurança nuclear) é a das armas nucleares. Como muitos sabem, o Brasil não ratificou o Tratado de Tlatelolco, assinado no México, se não me engano, no Governo do Presidente Geisel, juntamente com outros países, Argentina e Chile. Nós queríamos que o atual Governo se posicionasse com relação a isso. E só concluindo: que o Ministério da Indústria e Comércio discutisse um código de ética da produção industrial, se realmente é correta a produção industrial de armas, colocando os trabalhadores brasileiros a serviço de guerras que não nos dizem respeito.

Fernanda Colagrossi:

Eu já falei hoje de manhã, mas achei importante falar uma outra coisa.

Queria fazer um preâmbulo de que nós achamos necessário e compreendemos que o Brasil tenha que fazer importações para fazer

face a alguns *lobbies* nos setores da agricultura, que teimam, impatrioticamente, em não aceitar o Plano Cruzado. Mas, ligados que somos a entidades civis ambientalistas, nós temos que mostrar a maior preocupação com a importação de carne, anunciada nos jornais, neste ano, de 90.000 toneladas da Comunidade Econômica Européia.

Mais preocupados ficamos ainda com as declarações do Diretor da CACEX, saídas numa coluna Panorama Econômico, de «O Globo», do dia 19, em que ele diz literalmente que, ao que tudo indicava, as conseqüências da nuvem radiativa não eram expressivas e que a definição da compra de cereais pelo País estaria prevista apenas para o último trimestre deste ano.

Respeitosamente, nós pediríamos que o Governo reconsiderasse a decisão de comprar produtos alimentícios na Europa, mesmo em países que não sofreram radiação como Portugal e Espanha, por causa do repasse. E se essa solicitação for de todo impossível, nós gostaríamos de enfatizar a necessidade de uma minuciosa detecção de radiatividade antes do embarque e depois do embarque, chegando os produtos alimentícios ao Brasil, ainda mais que nós temos o Instituto de Radioproteção e Dosimetria.

Samuel Braga:

Sou Vereador de Fortaleza. Farei, nesta oportunidade, duas denúncias das mais graves.

A primeira refere-se à aprovação de um prédio na orla marítima, no Município de Fortaleza, em 84, autorizado pela SEMA. Pelo menos no parecer que a SEMA concedeu, ela concordou com a construção do citado edifício. Onde a maré bate na base do prédio, a praia está privatizada, é uma praia particular dos privilegiados moradores e, naquela oportunidade, depois de esgotarmos os nossos esforços na luta, no âmbito do Município de Fortaleza, resolvemos apelar para a Capitania dos Portos local. A Capitania dos Portos embargou a obra por 7 meses. Sofrendo as pressões dos coronéis do Estado, o Capitão dos Portos enviou o processo para a CIRME — Comissão Interministerial de Recursos do Mar, para que a CIRME decidisse. A CIRME solicitou parecer da SEMA e a SEMA deu o seguinte parecer: «O prédio de 18 andares a ser construído na orla marítima, em Fortaleza, no Bairro Praia de Iracema, trará sérios danos ambientais ao município, inclusive impedirá o prolongamento da avenida Beira-Mar, mas se o proprietário fizer um aterro no mar, de 35 metros, nós concordamos com a obra.» E o proprietário já construiu o prédio e o aterro não foi feito. Talvez tenha sido menos ruim sem o aterro, porque não houve qualquer estudo de marés, correntes e açoreamento para que o órgão do meio ambiente desse um parecer que eu considero dos mais irresponsáveis.

A segunda denúncia é a seguinte: o Ministério da Irrigação vai construir no Estado do Ceará a barragem de Castanhão e, até o momento, o Ministério não apresentou ao órgão estadual de meio ambiente local o relatório de impactos ambientais que é exigido, inclusive pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Portanto, como vemos, são os próprios órgãos do Governo ou do meio ambiente que não cumprem a lei e que poderiam dar bom exemplo.

Randau Marques:

Sou jornalista e membro da Comissão de Problemas Ambientais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em São Paulo.

Senhores Ministros, desde cedo aqui neste auditório, o que temos testemunhado não é propriamente uma reunião, um encontro ambientalista, um encontro governo-sociedade. É mais uma corte de justiça em cima do palco ouvindo um povo sequioso de justiça, carente, realmente, do mínimo e dos mais comezinhos princípios de punição, recompensa, castigo. O reino da impunidade que vigorou durante a longa noite que se abateu sobre o Brasil trouxe como seqüelas esses casos. Hoje, falamos de tudo, menos do atacado. Todos vieram com seus problemas específicos, isolados, pontuais. Não se falou do atacado, não se discutiram os grandes problemas, as linhas mestras que hoje comecem a sacudir o País tal como a Constituinte.

No entanto, permito-me lembrar que, neste exato momento, no Hotel Maksoud Plaza, está havendo uma reunião promovida pela Câmara Americana, sobre a instituição do *lobby*. Querem institucionalizar o *lobby*. As empresas multinacionais o consideram uma arma muito útil e um instrumento, inclusive, das democracias como dos EUA. Até aí nenhum reparo. No entanto, ainda nos estamos livrando dos grillhões. Estamos em pleno processo de alforria. E é fato significativo que o Ministério responsável pelos órgãos que mais dizem respeito ao meio ambiente, como é o caso da agricultura, não esteja presente entre nós. Caso contrário, teria que se ver às voltas com problemas seriíssimos.

Os *lobbies*, nessa longa noite, agiram diretamente junto aos governantes que já se foram na memória do povo. Agora, querem um espaço institucional, muito justo. Mas, no entanto, eu defendo a instituição do *lobby* do povo. Eu solicito aos representantes do Presidente Sarney que, a partir deste primeiro encontro com a comunidade ambientalista no Palácio do Planalto, realizem essas audiências com maior freqüência e promovam a instituição do *lobby* do povo.

O CONAMA, que é o Conselho Nacional do Meio Ambiente, não contém sociedade civil. É um órgão onde o poder do Estado é hegemônico. Gostaríamos de contar, nós, opinião pública, sociedade civil,

com um instrumento onde pudéssemos denunciar, por exemplo, o que nessa longa noite se fez contras gerações que estão aí e que ainda estão por nascer. Como, por exemplo, os *lobbies* atacando a política nacional do meio ambiente e impedindo a criminalização dos crimes cometidos contra o meio ambiente.

Por exemplo, os *lobbies* boicotando sistematicamente a atuação de instituições de técnicos, de instituições como o IBDF, assim como solicito anistia para a SEMA, anistia para o IBDF, anistia para que nós possamos ter os nossos parques nacionais realmente preservados.

Por último, uma dúvida pessoal minha.

Não entendi direito a criação de uma APA na reserva biológica do Atol das Rocas. Não sei se a criação dessa reserva, dessa APA elimina a reserva ou o próprio território de Fernando de Noronha. Respeito — e muito — os intuits que levaram o Presidente Sarney a assinar essa lei, mas não a considero tão feliz quanto foi a oportuna lei de proteção aos interesses difusos e o diploma exarado ontem sobre a questão cultural.

Gostaria, por último, apenas de uma lembrança. Que Cubatão é uma metástase, é uma célula que se está repetindo em todas as partes, com a construção prevista e programada de usinas, como Xingó, que vai inundar 4.000 de madeira, de mata amazônica, nós teremos novos pólos industriais. É necessário, portanto, antes que os *lobbies* industriais, das multinacionais, se imponham, arrebatando do povo o direito de votar livremente, manipulando a opinião pública, que o Governo promova, primeiro, a instituição desse *lobby* do povo com a conscientização ambientalista da comunidade nacional.

(Palmas)

Cláudio Losquesi:

Sou Vice-Presidente de uma associação de caça, a Associação Brasileira de Caça, sediada em São Paulo.

Eu já esperava essa ... mas, enfim, talvez seja justamente por este tipo de manifestação que eu gostaria de pedir um espaço, que não será neste momento, que o meu tempo é curto, um espaço dentro do Brasil, a fim de que este problema seja discutido de uma forma objetiva, uma forma prática, e eu acredito que nós estamos numa nova república, num regime democrático, e eu espero, mais ainda, democracia para o futuro.

Eu não tive ainda. Os direitos dos animais não têm sido respeitados. Não têm sido. Eu não quero fazer disso um debate. Eu pedi um espaço para o futuro. O tempo é limitado.

Eu gostaria de dizer, aqui e agora, que nós tentamos, humildemente, fazer uma proposta concreta de usufruto dos recursos naturais

renováveis brasileiros. Essa proposta está sintetizada num livro que se chama *Caça e Conservação* e que eu gostaria de submeter à crítica e ao debate da sociedade brasileira, dentro do maior e mais profundo espírito democrático.

Acredito que eu tenho, neste livro, alguma coisa de muito interessante com relação a soluções para o problema e é do que nós precisamos hoje, não simplesmente debates inócuos que dão voltas e voltas e não saem do mesmo ponto.

De qualquer jeito, o trabalho está aqui, aberto à crítica.

Dolabela (apresentador):

Senhores e senhoras. Neste momento, inicia-se o processo de avaliação.

AVALIAÇÃO

Dr. Rômulo de Almeida:

Realmente esta é uma reunião sob o signo da mudança. A mudança em termos de participação e em termos de apoio do Governo a esta conscientização social sobre os problemas do meio ambiente.

Não há 20 anos, uma equipe de que participava fazia restrições a um projeto industrial importante, cujos dejetos iriam poluir uma linda praia, sugerindo a exigência de investimento complementar para evitar esse efeito. A resposta de um dos mais lúcidos técnicos governamentais da ocasião foi uma interrogação: — «Vocês querem desenvolvimento ou querem praia?».

O surto da consciência ecológica é recentíssimo. Creio haver sido pioneira a concepção do Centro Industrial de Aratu, no final dos 50 e começo dos 60, como um projeto de desenvolvimento urbano que fixasse indústria sem pressionar com destruição e poluição a velha estrutura de Salvador.

Uma das manifestações de selvageria do capitalismo ainda não superado no País está na pilhagem da natureza — resquício da apropriação primitiva.

Essa característica, ao lado da velha ilusão de que as reservas naturais são inesgotáveis, bem como a psicologia do exílio europeu no trópico, que marcou nossa colonização, geraram uma atitude cultural de desapareço do patrimônio natural. Por outro lado, o mimetismo modernizante e colonialista desvalorizou nossa cultura material, salvando-se a música popular.

Euclides da Cunha denunciou o veso dendroclasta da nossa civilização, e Alberto Torres, a destruição das «fontes da vida» no Brasil. E isso foi em época muito anterior à devastação maciça das florestas, à aração profunda e à remoção de montanhas através de máquinas gigantescas. Ainda em tempo remoto, salvó engano na década do centenário da Independência, houve quem apontasse o «custo nacional»,

não computado na formação do preço do café, e expresso no aprofundamento do lençol freático e queda de fertilidade no Paraná.

A outra face do capitalismo selvagem é a marginalização da população rural e da urbana, aquela sem condições de fixação, em patrimônio seu, na terra, para amá-la e conservá-la, esta expulsa para áreas distantes, inóspitas ou sem proteção ambiental; nos dois casos conduzindo à deterioração do ambiente. A miséria é poluidora. O espetacular problema do saneamento nas aglomerações pobres, inclusive as lixeiras nauseabundas e pestilentas, constituem as maiores expressões da «poluição da pobreza».

Isso é conseqüência do uso anti-social da propriedade fundiária, e da especulação imobiliária urbana, de que resulta ser a paisagem estropiada, desprezada a memória social, desrespeitadas as perspectivas dos monumentos a estes mesmos diretamente.

O recente surto de uma nova atitude preservacionista — e até de partidos «do verde» — em grande parte não passou do discurso. Ainda falta o enraizamento. Não se fundiu como uma profunda reeducação. Não se traduz numa consciência maior de comunidade e de futuro. Basta observar o espetáculo de sujeira nas praias e outros lugares de uso comum.

Enquanto isso, a militância conservacionista, providencial na advertência contra as agressões à natureza e ao patrimônio cultural, transborda-se numa exacerbação estorvante de projetos de produção indispensáveis ao atendimento da demanda da população e à superação da pobreza (esta superação requer emprego e o crescimento do produto que possibilite uma política de distribuição de renda). Apesar de todos os desastres ecológicos, a expectativa de vida ao nascer — o melhor indicador social — correlaciona-se menos com a poluição industrial do que com o produto per capita.

Sem levar em conta o meu protesto, nossa cultura é hedonística, imediatista e consumista. Conseqüência ou não dos padrões capitalistas, da revolucionária tecnologia do consumo, que se projeta entre nós, e dos prodígios da comunicação que levam de roldão as resistências culturais, nossa sociedade quer repetir o estilo das mais ricas. O ambiente sofre um alto custo. O desgaste que isso implica nos recursos naturais, inclusive paisagem, e na memória histórica, é potencializado pela poluição da pobreza, e pelo fato de que a poupança que resta de um consumo voraz (dos que consomem) é insuficiente para uma ação direta de defesa do patrimônio natural e cultural.

Ora, é raro o projeto industrial e difícil o projeto agrícola que não resulta em algum custo ambiental. Este é minimizado por investimentos específicos e administração adequada dos projetos, bem como compensado pela capacidade de valorizar a natureza e o patrimônio cultural graças ao capital gerado no sistema produtivo. Essencial é,

por um lado, evitar tecnologias e desenhos predadores ou agressores e corrigir com as tecnologias disponíveis os efeitos maléficos sobre o ambiente, e, por outro lado, desenvolver a pesquisa tecnológica de conservação ecológica e cultural.

Dessa forma, não se pode ter uma atitude radical e maniqueísta na preservação da pureza primitiva, a não ser que a sociedade seja completamente transformada por uma revolução cultural que nos devolva à vida mais simples — o que parece irrealístico no estado atual da competição tecnológica no mundo. Certamente se superássemos, na escala mundial, a guerra fria dos impérios, poderíamos quanto menos reduzir a ameaça nuclear mesmo nos usos pacíficos, através da substituição do ritmo acelerado de expansão quantitativa pelo desenvolvimento qualitativo e espiritual.

Tanto é importante a nova consciência ecológica, quanto é irrealista e problemático o ecologismo imobilista.

Portanto, há que considerar-se o *trade off* entre produzir mais, com custo ecológico, mas gerando efeitos sobre emprego, acumulação de capital e possibilidade de distribuição de renda, e, de outro lado, a defesa direta do meio ambiente. A sociedade tem que fazer prevalecer o interesse coletivo e do futuro sobre a ganância e o imediatismo dos interesses privados. Tem ela que exercer uma demanda social em competição com a demanda individual. Para resolver o conflito, é mister haver projetos sociais de preservação ambiental e cultural, financiado pelos tributos ou pelo crédito público. E nos projetos de desenvolvimento deve ser atribuído um custo — sombra aos valores ecológicos e culturais afetados, os quais não são computados ordinariamente pelos empreendedores privados e mesmo públicos.

Em outras palavras, a sociedade deve atribuir uma valoração econômica ao patrimônio natural e cultural, tendo em vista preservar o que pertence à coletividade e ao futuro.

Para isso não basta, embora seja essencial, estabelecer restrições ao uso do direito de propriedade, sujeitando-o a um novo tipo de «hipoteca social», para usar a expressão do Papa João Paulo II. Não basta, porque o proprietário não é obrigado a fazer o que dirá que não pode, e é difícil policiá-lo nos acidentes e sinistros que ele promove, estimula ou não previne, para que o objeto tombado se destrua.

Ao mesmo tempo, não se pode confiar apenas no setor público. É preciso que o compromisso com a preservação do patrimônio natural e cultural seja do grande público e do empresariado, através da educação e conscientização.

Estímulos especiais devem ser estabelecidos para induzir a iniciativa e a responsabilidade do setor privado. Entre eles, a isenção e redução de impostos para a utilização conservacionista ou valorativa dos

bens a preservar, bem como a disponibilidade ampla de crédito e certo subsídio neste, para a preservação e a adaptação ao uso digno do patrimônio histórico, artístico e paisagístico.

O projeto do Presidente Sarney e do Ministro Celso Furtado, de estímulos fiscais para a promoção cultural, constitui um passo importante, mas é preciso completá-lo com a concessão de crédito subvencionado em favor de entidades públicas e pessoas privadas que desejem conservar o patrimônio cultural e natural, dando-lhe uso adequado.

O BNDES vem atribuindo crescente importância à preservação do patrimônio natural e cultural nos projetos que financia, tanto em caráter preventivo, como no corretivo. Para isso, além de exigências específicas nos critérios de concessão de crédito ou de participação societária, concede uma redução de juros para estimular a propensão conservacionista dos mutuários.

Entretanto, um dado da realidade é que os recursos nacionais para conservar e valorizar o patrimônio natural e cultural são muito reduzidos, pela baixa prioridade face a outras demandas imediatas da sociedade. Os estímulos ajudam. Mas é preciso encontrar outros caminhos, pois o ritmo de destruição é alarmante.

Assim, para contornar o problema, numa fase histórica em que a acumulação é limitada e em que a sociedade ainda não valoriza suficientemente o que pertence a todos e ao futuro, sugere-se que talvez o caminho mais eficiente seja o de associar o programa de turismo com o da defesa do ambiente e da cultura.

Turismo é importante para economizar e produzir divisas. Tem apelo econômico direto. O País precisa ampliar as atrações para o turismo interno, reduzindo o turismo externo passivo — o dos brasileiros para fora —, e para o turismo externo ativo. A chamada «indústria» turística tem, portanto, possibilidade de competir com outros projetos de desenvolvimento, na ótica econômica imediatista. Entretanto, no processo das promoções espontâneas do setor, o turismo pode ter efeitos negativos para o ambiente, por representar uma pressão excessiva e predadora do patrimônio natural e cultural. Já alguém advertiu que «o turismo é corruptor». Ele é tendente à contrafação cultural. Ora, seja pelo propósito de corrigir esta tendência, seja pelo empenho de encontrar uma justificativa econômica atual para os investimentos em preservação e valorização do patrimônio natural e cultural, parece conveniente a orientação de associar este objetivo ao desenvolvimento do turismo. Isto se pode efetivar tanto condicionando os projetos diretamente turísticos a exigentes requisitos de preservação ecológica e cultural, prevendo-se recursos adicionais subvencionados para este fim, quanto através de projetos públicos visando diretamente à defesa do patrimônio natural e cultural, complementados por investimentos turísticos privados que asseguram àqueles taxa de retorno convincente.

Finalmente, é preciso, meus srs., que nós estejamos embuídos de que há bens que são de todos, que são bens do futuro e que nós não podemos, portanto, prejudicar esses bens e prejudicar os nossos filhos e os nossos netos.

Dolabella: (apresentador)

Atenção Srs. e Sras. neste momento usará da palavra, Dr. João Ricardo Serran.

Dr. João Ricardo Serran:

No I Encontro, eu procurei observar que o nosso compromisso maior com o cidadão era para com a construção da democracia brasileira. E sendo o Brasil um país essencialmente urbano, era indispensável o exercício da gestão democrática nas cidades, cujo primeiro passo concreto em nosso país tinha sido dado com o Plano Cruzado e os fiscais do Presidente Sarney.

Relebrando essa intervenção, eu gostaria agora de acrescentar outras idéias complementares, aproveitando o tema deste II Encontro e o convite para que contribuísse para essa tentativa de síntese desses trabalhos.

Antes de mais nada, eu gostaria de dizer que lidar com a questão ambiental é, acima de tudo, assumir uma postura eminentemente subversiva, no sentido de uma atitude revolucionária, principalmente quando a gente associa esse tema do meio ambiente ao tema da cidadania no sentido positivo.

Ao pensarmos, por exemplo, na relação meio ambiente e cidadania, creio ser possível avançar um pouco mais num sentido mais profundo da expressão cidadania e tentarei justificar. Em uma primeira aproximação, a cidadania (e isso já é alguma coisa do passado) foi confundida apenas com o respeito aos direitos do homem, expressos na Carta das Nações Unidas.

Vimos no I Encontro que cidadania era um pouco mais do que isso, envolvendo, por exemplo, a necessidade de participação do cidadão na definição de prioridades e formas de atendimento de suas necessidades. Agora, aqui neste II Encontro, poderíamos avançar um pouco, aduzindo à noção de cidadania algo que poderíamos chamar de respeito a um habitat adequado, à sobrevivência e ao desenvolvimento das potencialidades do ser humano. Isto é o respeito ao meio natural e ao meio cultural. O respeito ao equilíbrio ecológico, o respeito principalmente às diferenças, à heterogeneidade num mundo em que se procura homogeneizar tudo. O respeito à experiência, ao erro e ao acerto, à transformação, o respeito ao aperfeiçoamento permanente. Se, no I Encontro a palavra-chave, pelo menos para mim, era

«participação», acho que a palavra-chave deste II Encontro devia ser «respeito». Respeito à natureza, respeito ao próximo, respeito ao Governo, que nos respeita, ao nos convocar para esse debate.

Muitas foram as manifestações críticas ao atual Governo e aos anteriores, principalmente, com as quais eu concordo em sua grande maioria. Contudo, creio não ser bastante formularmos críticas para nos tornarmos cidadãos. Enquanto membros conscientes da sociedade, devemos tomar as nossas críticas e sugestões numa ação mais efetiva e de cunho político, participando de um partido político, qualquer um, elegendo governadores e parlamentares à Assembléia Nacional Constituinte, comprometidos com os nossos ideais.

Esta é a parte que nos cabe na divisão de responsabilidades que estamos construindo em termos de democracia brasileira. É muito fácil que nos encastemos em determinadas entidades — eu tenho esta experiência — e permanentemente criticar e achar que a ação política é alguma coisa que não tem a ver conosco. Então, os políticos vão sendo eleitos, vão virando prefeitos, governadores, presidente, ministros etc., e a gente não toma qualquer medida nesse sentido e passa a criticar. Eu gostaria que nós pensássemos que é preciso, o quanto antes como sociedade, conquistar-mos parcelas efetivas de poder, seja participando efetivamente das decisões e responsabilidades, como representantes de vários segmentos da sociedade, seja fazendo campanha dos candidatos que entendemos mais adequados, dos mais preparados, ou tentando mesmo um mandato popular. Afinal, o que me preocupa hoje, fundamentalmente, e parece claro para todos é que existe uma grande defasagem entre as máquinas partidárias e a organização da sociedade. E eu falo isto como membro de um partido, presidente de um diretório, não vou falar qual o partido, não tenho qualquer segredo, não, mas para não fazer proveito.

Assim é que vejo o sentido maior da cidadania que estes encontros estão permitindo construir. Se, em cada ecossistema do País, não houver algum representante, ou alguns representantes, eleitos com grande intimidade com a complexidade deste ecossistema, não será possível, nem a este nem a qualquer outro governo, levar a bom termo o controle da poluição e o controle ambiental. Lutar por estas bandeiras significa lutar pela descentralização, pela democratização do poder, em outras palavras, aumentar a carga de responsabilidade de cada cidadão.

Eram estas as palavras que eu gostaria de apresentar à guisa de síntese e eu agradeço o convite e a oportunidade.

Dolabella (apresentador)

Em seguida, teremos as palavras do Dr. Paulo Nogueira Neto, da SEMA.

Paulo Nogueira Neto:

Acabo de chegar de uma viagem. Cheguei ontem do Canadá. E nesta viagem houve uma série de reuniões da Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Comissão esta da qual eu faço parte. E na Colúmbia Britânica, ao lado da Escócia, em Quebec, fizemos reuniões como estas, que nós chamaríamos assim de audiências ambientais, para saber quais eram os principais problemas daquelas regiões e quais as soluções que eles nos apontavam, a exemplo do que essa mesma comissão havia feito em São Paulo em fins de outubro do ano passado.

Para mim é muito grato ver aqui os resultados desta reunião, porque coincidem muito com aquilo que tive ocasião de ver no Canadá. É claro que os problemas locais variam. Mas a preocupação é exatamente a mesma. Todos estão preocupados com o futuro da humanidade, com o futuro dos seus pólos, com o bem-estar das pessoas, de como proteger o meio ambiente, como lutar a favor da qualidade ambiental.

Então, nós estamos vendo aqui mais um elo de uma corrente que, na realidade, se estende pelo mundo todo. E uma das preocupações dessa comissão das Nações Unidas é como encontrar um elemento que seja a síntese geral no mundo das aspirações ambientais. E nessas discussões estamos caminhando para o conceito do desenvolvimento auto-sustentado, porque só o desenvolvimento auto-sustentado pode ter uma base ecológica, uma base ambiental sadia. Não se compreende uma forma de desenvolvimento sustentado, portanto um desenvolvimento não-predatório, a não ser que ele leve em consideração na formulação das decisões todas as variáveis ambientais. Então esse é um conceito que está tomando forma no mundo e nós vimos aqui nesta reunião que a preocupação também é esta. Encontrar formas de desenvolvimento, ninguém é contra o desenvolvimento, porque ser contra o desenvolvimento é ser a favor da miséria. Ninguém pode ser a favor da miséria. O que nós precisamos é que o desenvolvimento seja um movimento sustentável, auto-sustentado, que não deprede os recursos naturais, que não se faça à custa da destruição das condições ecológicas porque a destruição destas tiraria a base de auto-sustentação do desenvolvimento.

Feitas estas considerações de ordem geral, eu creio que, pelo muito que ouvimos aqui, tivemos a ocasião de aprender coisas interessantes, de receber sugestões muito válidas, muito oportunas, e certamente vamos aprofundar o exame destas questões e elas constituem uma contribuição muito positiva. Apenas eu quero referir-me a dois casos concretos, que necessitam de um esclarecimento.

Em relação ao aterro, ao qual a SEMA deu parecer favorável, mandando que se fizesse um aterro de 35m em frente a um prédio que

está sendo construído junto ao mar, lá em Fortaleza, quero esclarecer que nós encontrávamos uma situação que não comportava simplesmente outro tipo de solução. As associações ambientais, no caso, já haviam recorrido à Justiça e a Justiça não acolheu o que elas pediam. Elas pediam a revogação do alvará de construção da Prefeitura. E a Justiça negou esse mandado de segurança. Por outro lado, não se tratava sequer de um terreno de marinha, porque a linha da praia média de 1835 passava a 100 metros de distância mar adentro. Então, nós estávamos numa situação em que não havia outra maneira de se proteger o acesso do público em relação ao mar, a não ser prolongando um aterro que já havia nas proximidades e que, pelo menos é a minha opinião firme, nós estamos seguros de que não vai trazer qualquer problema ecológico. Vai trazer, certamente, um benefício à população, que terá essa área do aterro à sua disposição para finalidades recreativas, turismo, e o direito de ir e vir, extremamente importante, ao qual se referiu aqui o nosso companheiro de lutas conservacionistas de Itanhaém, o vereador e professor Ernesto Zwarg.

Outro problema ao qual eu me quero referir rapidamente é o do Atol das Rocas. Realmente o Atol das Rocas, várias pessoas indagaram a respeito, é uma reserva ecológica do IBDF, mas as áreas de proteção ambiental podem e até devem ter no seu interior áreas de proteção integral, sejam elas parques nacionais, reservas nacionais, estações ecológicas, porque cada área de proteção ambiental deve ter um núcleo onde o meio ambiente não seja, de maneira alguma, perturbado. Então, o Atol das Rocas está perfeitamente dentro deste conceito e o IBDF continuará sendo a entidade que vai zelar, como zela hoje, pela integridade do Atol das Rocas. Esse é um esclarecimento muito importante, porque evidentemente uma área frágil ecologicamente como aquela, extremamente importante como criadouro de aves e tartarugas, não pode ser perturbada por atividades turísticas. Mas ela certamente valoriza a área de proteção ambiental estando no seu interior, representando, como ela representa, uma área extremamente importante sobre o aspecto ecológico.

Finalmente, dados esses esclarecimentos, eu queria, para terminar, dizer que ficou bem claro aqui nesta reunião que só é possível cuidar bem do meio ambiente com o apoio das populações locais e da população nacional de um modo geral.

Então, nós precisamos de que reuniões como estas se repitam, para que elas possam integrar todas as preocupações ambientais, todos aqueles que lutam a favor do meio ambiente, porque só assim é que os órgãos governamentais terão condições de levar avante os seus programas de defesa do meio ambiente.

Dolabela (apresentador)

Atenção, tem a palavra o Senhor Embaixador Marcos Azambuja.

Embaixador Marcos Azambuja:

Para o Itamaraty é utilíssimo esse exercício. Eu sou muito grato a todos pela contribuição, porque enriqueceram a nossa capacidade de formular uma política externa que seja conseqüente e reflita bem o sentimento nacional. Estas audiências têm para quem formula a política exterior uma utilidade manifesta. Eu agradeço muito também a brevidade com que cada um expõe o seu ponto de-vista e a minha reciprocidade será procurar ser igualmente breve.

Essencialmente, eu creio que se pode dizer que não há boa política externa sem uma boa política ambiental. A política ambiental bem conduzida faz amigos, consolida vizinhos, cria uma área de distensão e de harmonia em torno do País. Uma política ambiental ruim é fonte interminável de desavenças e dificuldades. De modo que o Brasil, que não é um país insular, que não é um país arquipelágico, que é um país, pelo contrário, cercado de amigos e de vizinhos, tem que ter uma política ambiental extraordinariamente sensível não só e sobretudo, naturalmente, às exigências da sua sociedade, mas sensível também às expectativas dos vizinhos, que, nesse caso, são rigorosamente vizinhos. Uma fronteira pode não ser economicamente viva, ela pode ser comercialmente inativa, mas ela ecologicamente é fronteira. Os fatos ocorrem dos dois lados. Em suma, a dimensão ecológica da vida internacional trouxe um desafio e um complicador da vida política internacional. Não é possível mais um país fechar-se numa ficção de soberania absoluta, manter-se de certa maneira distante, porque o fato ecológico pressupõe que ele não se esgote na fronteira política, na fronteira física.

De modo que essencialmente o esforço de cada um dos senhores, dos grupos que representam, das comunidades que aqui falaram, somado, leva o Brasil a poder ter uma política sensível, útil para com seus vizinhos. E eu não me refiro agora aos vizinhos imediatos, territoriais. O Brasil cada vez mais se interessa pelo Atlântico Sul, de modo que passa a haver uma vizinhança ribeirinha africana importante. O Brasil começa a agir na Antártida e aí há outro desafio ecológico delicadíssimo. O Brasil passa a ter uma política espacial, de modo que é uma área em que o Brasil tem que ter cuidado. O Brasil começa a pensar em atividades nucleares em caráter comercial, outra dimensão. Então, por todos esses elementos, a política ambiental reflete de maneira imediata e sensível sobre os vizinhos. O que eu comemoro também, além da presença e da participação dos senhores, é que parece que se esgota um período de desencontros entre o Brasil e a sociedade internacional em matéria de meio ambiente.

Quer dizer, quando se deu Estocolmo, o Brasil vivia um desenvolvimentismo simplista e um pouco triunfante e a sociedade internacional dos países industrializados, o primeiro desencanto pós-industrial e não havia muito diálogo. Os dois falavam coisas de tal maneira opostas que não parecia haver grande capacidade de conciliação. Agora creio que houve um amadurecimento recíproco. No movimento ecológico internacional, houve um afastamento daquele reducionismo simplista e catastrófico dos primeiros dias e, da parte do Brasil, uma percepção muito mais rica, muito mais madura, de que o desenvolvimento tem toda uma dimensão social, humana, ecológica, que não pode ser desrespeitada sob pena de sofrimento e castigo para o próprio país infrator. De modo que há aí uma aproximação que os anos trouxeram e que é muito bem-vinda.

Eu anotei cerca de 64 participantes que falaram. Breves, todos tratando de assuntos concretos, todos trazendo uma contribuição mesmo quando o assunto era muito tópico. O que surgiu de tudo isso foi um grande mosaico de percepção da realidade brasileira. Um dos expositores teve uma frase que me ficou gravada pela eloquência. Disse que «a paisagem é o retrato da pátria». E eu creio que nós tivemos hoje, extraordinariamente, uma paisagem da preocupação brasileira com a nossa própria ecologia, com o nosso próprio meio ambiente. Eu creio que esta paisagem, como toda que nós fazemos, real de nós mesmos, não é nem desvanecedora, nem pessimista. Ela reflete uma sociedade ativamente à procura de novas soluções e eu creio que esses exercícios, mesmo para um Ministério que tem a responsabilidade não de jurisdição interna, mas de refletir para fora, enriquecem e facilitam o trabalho e dão condições de ser, mais rigorosamente, intérprete da vontade nacional.

ENCERRAMENTO

Celso Furtado:

Senhores Ministros, autoridades da mesa, minhas senhoras e meus senhores.

Pode parecer algo deslocado que o Ministro da Cultura apareça encerrando um debate rico como o presente sobre meio ambiente, mas existem afinidades profundas entre a nossa problemática e a problemática que aqui foi tratada. É que não pode haver uma política de cultura, uma política cultural consistente, se não existe de antemão uma visão clara e construtiva dos problemas do meio ambiente.

Eu diria que aqui aprendi algumas coisas. Em primeiro lugar, que o passo essencial a dar nesta direção está no plano da conscientização, da mobilização das forças sociais. É porque alcançamos esse nível de percepção dos problemas que aqui estamos, em um governo participativo, desafiando alguns dos tabus de toda a dogmática do desenvolvimento.

Em segundo lugar, uma pergunta muito ampla que é sobre a insuficiência ou suficiência do equipamento legal de que dispomos. Os instrumentos legais são, evidentemente, hoje, insuficientes e houve referências explícitas ao direito à informação (creio que marcaram essa reunião) e à insuficiência de legislação concreta sobre problemas como o uso de agrotóxicos.

Em terceiro lugar, o outro eixo de reflexão que é a insuficiência, também, do instrumental administrativo. Daí as amplas críticas ou as perguntas, algumas vezes parecendo advertências a órgãos que se dizem responsáveis ou aplicando uma política voltada para o meio ambiente.

Mas, sabendo que temos cada um dois minutos, me permitiria utilizar os meus últimos momentos de palavra para avançar uma reflexão de que é aí onde se colam os dois temas ou as duas problemáticas da política cultural ou da reflexão sobre a cultura e sobre o meio ambiente. É que o homem é essencialmente um agente transformador de si mesmo e do mundo. É o *homo faber*.

Ele está aí para agir. Seria uma ilusão imaginar, como sonho mesmo, diria, um mundo quietista, um mundo onde o homem aceitasse como havendo já alcançado a plena realização de todas as suas potencialidades e de todas as suas virtualidades. O homem é uma interrogação. Portanto, ele continuará agindo sobre o mundo. Mas se pode detectar uma certa diferença entre dois eixos da ação humana. Existe aquilo que os economistas chamam uma criação de valores materiais. O homem age sobre o mundo produzindo valores materiais. E existe a ação do mundo produzindo valores espirituais. São dois campos e dois horizontes onde se retratam as necessidades profundas do homem e é exatamente na conjunção desses dois espaços que se reflete o perfil de uma civilização. A nossa esteve profundamente orientada para a produção de bens materiais. Ora, hoje em dia já sabemos que toda produção de valor material implica de alguma forma uma destruição do mundo físico. Isso não é uma questão apenas de que os recursos são renováveis ou não-renováveis. É que a ação do homem sobre o mundo como agente produtivo de valor material significa, em realidade, aumentar a utopia do universo, isso num sentido muito amplo. Dizendo mais simplesmente, é aumentar, digamos, é dispersar, por exemplo, energia, que ele só pode utilizar quando esta energia é disponível, não está dispersa, é na verdade cobrar um custo à natureza. Portanto, a nossa civilização, por definição é uma força destruidora do mundo.

Isso os economistas ignoraram por muito tempo, mas hoje já ninguém pode ocultar. Ora, é a reflexão sobre esse problema que está no fundo da crítica ao modelo de desenvolvimento. Não somente aos modelos do tipo do nosso, que são uma quase caricatura de desenvolvimento do que verdadeiro desenvolvimento. São modelos onde o custo social, a dívida social que se acumula, muitas vezes é maior do que aquilo que se produz para satisfazer as necessidades humanas, se adotamos referências justas para medição. Mas, o que se observa no homem, na medida em que ele compreende que é um agente destruidor do mundo, é que ele passa a valorizar as outras dimensões de si mesmo e que ele observa que as suas verdadeiras necessidades, as permanentes, essas são de natureza espiritual e que essas necessidades ele satisfaz produzindo sem destruir o mundo. Essa, em verdade, é a grande novidade da teoria moderna do desenvolvimento. É que se pode conceber uma satisfação crescente de necessidades, na medida em que nos

orientarmos para a descoberta do homem naquilo que tem de mais nobre que é a sua própria vida espiritual.

Assim já se pode imaginar uma utopia moderna em que as sociedades se orientariam para a satisfação de suas necessidades materiais até o ponto em que se dão, há que dizer, não cheguem a ferir os desequilíbrios essenciais da natureza e, a partir daí, as sociedades valorizariam a permanente descoberta das potencialidades do homem que estão no seu próprio mistério, que é a sua permanente descoberta de si mesmo, que é a sua vida espiritual. E nesse momento o desenvolvimento já não seria mais predatório e aí os ecologistas haveriam obtido a vitória final. E eu vejo que esta é a lição que sai desta reunião.

Ministro Moscardo de Souza:

Este encontro já foi caracterizado no início como uma reunião dos vetores do viver — que é a sociedade, do fazer — que é o governo, e do saber. Nós presenciamos aqui neste encontro extraordinário como a inteligência brasileira, através da presença do Senhor Ministro Celso Furtado, dos Senhores Ministros da Saúde e do Desenvolvimento Urbano, do Professor Rômulo de Almeida, Embaixador Marcos Azambuja, interpretou e valorizou a grande contribuição da sociedade. Nós não pusemos aqui para receber essa contribuição tecnocratas, mas expressões de inteligência de nosso país, em respeito à cidadania brasileira. E nada será feito em termos de meio ambiente se não com o concurso da cidadania. O Governo não sabe, por isto está aqui para se assessorar junto à sociedade. E para partir para a ação, necessita do concurso da cidadania. Está aqui, então, o grande auxílio que vem trazer a inteligência brasileira à obra do Governo.

Ministro Deni Schwartz:

Com os agradecimentos do Governo Federal, nós declaramos encerrado este encontro. Muito obrigado.

PARTICIPANTES

Abel Costa de Oliveira — Sec. Meio Ambiente de Mato Grosso e Chefe de Pesq. Agropecuária do Pantanal — EMBRAPA.

Adauto Fernandes de Lima

Adelina Bitelli Dias Campos — Promotora Publ., Curadora do Meio Ambiente — São Paulo (SP).

Aderito José Nogueira — Conf. Maçonaria Simb. do Brasil.

Adhemar Faria de Moura — Lions Clube de Brasília.

Alberto da Costa de Paula — Dir. Div. Parques Nacionais do IBGE.

Alfredo de Sá Earp Hertz — Apande — Petrópolis (RJ).

Almir Bressan Junior — Dept. de Ações Ambientais — Sec. de Estado da Saúde — Vitória (ES).

Almir Fernandes — Min. Desenvolvimento Urbano.

Almte. *Aristides Gonçalves Leite* — Repres. do Governo do Amazonas.

Amador Abdalla — Presid. Associação Meio Ambiente — Anápolis (GO).

Antônio Bordim.

Antônio Carlos Anacleto.

Antônio Carlos Correia Almeida — Presid. Ass. Moradores Asa Norte.

Antônio Carlos Garcez — Prog. Nacional de Mel da Cana-de-Açúcar.

Antônio Nilson Craveiro Holanda — Soc. de Estudos Regionais — Brasília (DF).

Antônio Nóbrega — SUDEC — Superint. do Desenv. do Ceará.

Antônio Pereira de Oliveira — Ass. Moradores do Cruzeiro.

Antônio Renato Lima Aragão — Superintendência do Desenv. do Estado do Ceará.

Arnaldo Paschoalino — Soc. Ecológica Abarebebe de Peruíbe.

Arthur Roihman.

Audir Loureiro da Cruz — CODEAMA — Centro Desenv. Pesq. Técn. do Estado do Amazonas.

Augusto Sérgio P. da Silveira — Cons. Estadual Meio Ambiente do Estado de Rondônia.

Aurélio Vander Chaves Bastos — Delegado do Min. da Educação.

Ben Hur Luttembarch Batalha — Assessor Esp. para o Meio Ambiente — Min. das Minas e Energia.

Benedir Gomes — Prefeitura Municipal de Criciúma (SC).

Benedito Menicagle — Superintendente de Meio Ambiente da COSIPA.

Benjamin Sicsu — Coord. p/ Assuntos Meio Ambiente do GDF.

Briane Elizabeth P. Bicca.

Camillo Martins Vianna — Soc. Preservação Recursos Naturais e Culturais da Amazônia (SOPREN).

Carlos Alberto de Oliveira Roxo — Inst. Brasileiro de Siderurgia.

Carlos Alberto Piano Rocha.

Carlos Augusto de Zavedo Schinner — Ultrafértil S/A.

Carlos Calia Boscolo — Secret. do Trabalho e Desenv. Social — Cuiabá (MT).

Carlos Fernando de Moura Delphim — Fund. Nacional Pró-Memória.

Carlos Roberto Fonseca de Andrade — Ass. dos Moradores e Amigos do Jardim Botânico.

Carmem Dolores Paranhos Sampaio — Coord. de Planejamento da SEMA.

Carmo Joaquim da Silva.

Celso A. Petrillo — APADEMA — Assembl. Permanente em Defesa do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Celso Ferreira — Ministério da Saúde.

Celso Luiz Claro de Oliveira.

Cícero Penteado da Silva.

Clara de Andrade Alvim.

Cláudio da Cunha e Silva — Confed. da Maçonaria Simb. do Brasil.

- Cláudio Losquesi* — Vice-Presidente da Ass. Bras. de Caça.
- Cláudio Valladares Padua* — CPRJ/FEEMA — Centro de Primatologia do Rio de Janeiro.
- Clayton Ferreira Lino* — Conselho Est. do Meio Ambiente.
- Cledir Clemente Farias* — Min. do Trabalho.
- CMG *Antônio Carlos de Assis Pacheco* — Subchefia da Marinha — GMPR.
- Cristina Helena Augustin* — Instituto de Geociências da UFMG.
- Dalva Castro* — Ass. dos Moradores do Setor QNH — Taguatinga (DF).
- Delia Maria dos Santos Fernandes* — CMA/SEPLAN/RN — Coord. Meio Ambiente.
- Delvo Ferreira Leite* — Grande Loja Maçônica de Brasília.
- Dep. *Walmor Paulo da Luca* — Câmara dos Deputados.
- Dep. *Paulo Furiati* — Presid. da Comissão de Agricultura da Ass. Legislativa do PR.
- Deusmar Pereira Santos*.
- Dinorá Moraes Ferreira* — Diretora-Geral do Depto. de Imprensa Nacional.
- Dirceu Cesar Leite* — Grupo Ambientalista da Bahia Gamba.
- Donaldto Ferreira Moraes* — Instituto do Açúcar e do Alcool.
- Dr. *Afrânio Pinho dos Santos* — Chefe Div. de Eng. de Segurança e do Meio Ambiente — PETROBRÁS.
- Dr. *Airton Pompeu Reis* — Sec. Segurança do Int. do Est. Paraná.
- Dr. *Cleverson Vitorio Andreoli*.
- Dr. *Crodowaldo Pavan* — Pres. do Cons. Nac. de Des. Científico e Tecnológico — CNPq.
- Dr. *Eduardo Delamonica Freire* — Reitor da Fund. Univ. Fed. Mato Grosso.
- Dr. *Èvandro Rodrigues de Britto* — Cia. Est. de Água e Esgoto — CEDAE.
- Dr. *José Truda Palazzo Jr.* — Fund. Bras. p/conservação da Natureza — Porto Alegre (RS).
- Dr. *Jair Sarmiento da Silva* — Diretor da Divisão Nacional de Ecologia Humana de Saúde Ambiental, Ministério da Saúde.
- Dr. *José Márcio Marques Vieira* — Fatma-Fund. Amp. Técn. Meio Ambiente — Florianópolis (SC).

Dra. Eliana Ferreira Lopes Pimentel — Delegada Estadual da Fundacentro.

Edgar Henrique Klever — Sec. de Ecossistemas da SEMA.

Edis Milare — Procurador da Justiça — Coord. de Proteção do Meio-Ambiente — São Paulo (SP).

Edison Sauguellis.

Edmundo Calhau Filho — MIC — Sec. de Coordenação.

Elezer Puglia — Esc. do Gov. Estado de São Paulo.

Eliane Thereza Silveira de Lemos Veloso — Amagavea — Rio de Janeiro (RJ).

Elizeu Menezes de Oliveira — Igreja Evangélica Ass. de Deus.

Elson Cascão — Rotary Club — Brasília (DF).

Emb. Nestor dos Santos Lima — Ass. de Amigos da Natureza — Natal (RN).

Eng. Eustaquio Mendes — Cia. Vale do Rio Doce.

Stanislau Monteiro de Oliveira — Dir. do Depto. de Adm. da SEMA.

Eury Pereira Luna Filho — Diretor Soc. Bras. Direito do Meio Ambiente — Brasília (DF).

Everardo de Almeida Maciel — Subchefe p/acomp. Ação Governamental Gabinete Civil.

Fábio de Freitas — EMBRATUR.

Fernanda Colagrossi — Presidência da Appande — Rio de Janeiro (RJ).

Fernando Antonio Lima de Freitas — Repres. do Território de Roraima.

Fidia de Miranda — C. S. Belgo Mineira.

Francisco Anselmo Gomes de Barros — Fund. p/ Conservação da Natureza — Mato Grosso do Sul.

Francisco Barbosa de Aquino — Sind. dos Trab. Rurais de Xapuri (AC).

Francisco Mirto Florencio da Silva — Ass. Nac. Fabr. de Veículos Automotores.

Gabriel Antemes Marinho — Min. do Interior.

Geraldo Batton Mascarenhas — DNPM 3 Distrito.

Geraldo Jordão Pereira — Dir. do Jardim Botânico do RJ.

Gervásio Cardoso de Oliveira Filho — Sec. Exec. Conselho Nac. Desenv. Urbano.

- Geysa Toresan* — APANDE — Ass. dos Amigos Petrópolis.
Guido Mondim — Liga de Defesa Nac. e União Escoteiros do Brasil.
Guisepe Baccaro — ASPAN — Olinda (PE).
Harlen Inácio dos Santos — Sec. de Planej. da SEMA.
Hermano José Guedes.
Hugo Furquim Werneck — Centro Mineiro p/Conserv. da Natureza — Belo Horizonte (MG).
Humberto Sanchez Claros — OMS/OPAS.
Iara Ferraz — Ass. Brasileira de Antropologia.
Iara Verocai Dias Moreira — FEEMA — Fund. Est. Eng. Meio Ambiente — Rio de Janeiro (RJ).
Icaro Aronovich da Cunha — SEPLAN.
Idair Ceccatu Guancino — Coord. de Assuntos Parlamentares.
Irvando Mendonça Pires — BNH — Rio de Janeiro (RJ).
Isabel Assako Kobayashi — Soc. Ecológica Abarebebe — Cubatão (SP).
Ivan Antunes — NUCLEBRÁS.
Ivan Barreto de Carvalho Filho — CRA — Centro de Recursos Ambientais — Salvador (BA).
Ivan Carlos Maglio — SUDELPA — São Paulo (SP).
Jaire Perez de Vasconcelos — União dos Escoteiros do Brasil.
Joaldo Bezerra da Costa — Secretaria Especial do Meio Ambiente.
João Alvear Fagundes.
João Barros Rache de Almeida — SODEPAN — Soc. Defesa do Pantanal.
João Batista Andrade Monsan — SEMA.
João Bosco da Silva — Companhia de Aços Especiais de Itabira.
João Carlos Fernandes Cardoso — Secretaria-Geral do CSN.
João José Bigarella — Presidente da Associação de Defesa e Educação Ambiental — Curitiba (PR).
João Pedro Cuthi Dias.
João Tadeu Gonçalves.
Joaquim de Castro Feitosa — Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e Meio Ambiente.
Joaquim Gonzaga da Silva — Presidente da Associação dos Moradores do Cruzeiro.

Joel Antonio da Silva — BNH.

Joel Monteiro Bentim — Assessor Téc. da Rep. do Gov. Est. Acre.

Johannes Eduard Schlupp — Rotary Club Brasília.

Jorge Guilherme Francisconi.

Jorge O. de Carvalho Armando — GEIPOT.

José Anchieta Batista — Associação dos Moradores da QND — Taguatinga (DF).

José Augusto Hielse — Prefeitura Municipal — Criciúma (SC).

José Belfort dos Santos Bastos — Diretor-Geral do DNPM.

José Calisto Ramos — Presid. Conf. Nacional Trabalhadores.

José Cândido Mello Carvalho — Fund. Bras. p/ Conserv. da Natureza.

José Carlos de Carvalho — Presidente IEF — Belo Horizonte (MG).

José Cláudio Junqueira Ribeiro — COPAM — Belo Horizonte (MG).

José Colombo de Souza Filho — PRODIAT — Brasília (DF).

José Edson Arruda — Fundação C. de Pesq. Soc. Piauí.

José Isabel Vargas — Ministério das Minas e Energia.

José Jatobá Lins — Ministério da Administração.

José Maria Duarte — Rotary Club — Brasília (DF).

José Maria Whitaker de Azevedo.

José Mendo Mizael de Souza — Secretário-Executivo do Instituto Brasileiro de Mineração.

José Pedro da Silva — Rep. do Gov. do Território do Amapá.

José Vieira Nascimento — Confederação Nacional da Indústria.

José Walter Nunes — Fundação Nacional Pró-Memória.

José Zanine Caldas.

Katia Maria Nagrini Pachione — Fund. Zoobotânica do DF.

Lanince Caldas — DAM — Brasília (DF).

Laura Rossetti — Secretaria de Saúde — Belém (PA).

Lauro Eduardo Bacca — Ass. Esp. do Meio Ambiente — Prefeitura Municipal de Blumenau.

Lauro Guedes de Melo.

Laury Pereira Barcellos — Sec. Exec. Cons. Nac. dos Trabalhadores.

Leonardo Fares Menhem — AMDA — Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente.

Leonardo Froes.

Leontina Dias Vieira — Associação dos Moradores da QNH — Taguatinga (DF).

Libia Mara Aragão Macedo — Min. Reforma e Desenv. Agrário.

Lourdes Maria Ferreira — IBDF.

Luciano G. da Hora — Ass. Prof. das Emp. de Pesca de PE.

Lucrecia Santos — SEMA — Coord. Com. Social.

Luis de Toledo Filho — IBDF.

Luiz Antonio Cordeiro — Administrador da Planvasf, BSB/DF.

Luiz Antonio Prado de Oliveira — Presidente da FEMA — Rio de Janeiro (RJ).

Luiz Carlos B. Molion — INPE — Instituto de Pesquisas Espaciais — São José dos Campos (SP).

Luiz Dal Farra — Prefeitura Municipal de Criciúma (SC).

Luiz Emydio de Mello Filho — Depto. de Botânica do Museu Nacional — Rio de Janeiro (RJ).

Luiz Lobo — Rede Globo — Fundação Roberto Marinho.

Luiz Roberto Santos Moraes — Grupo Ambiental da Bahia — Gamba.

Luiz Serifiteli Dutra — Conf. Nac. dos Trab. no Comércio.

Luiz Van Beethoven Benicio de Abreu.

Manoel Marcos Madureira — ANFAVEA — São Paulo (SP).

Marcelo Barreto Vianna — ALCOA — São Paulo (SP).

Marcelo Guimarães Mello — Secretaria de Tecnologia Industrial.

Marcia Moreira — Gabinete do Ministro da Aeronáutica.

Marcio Villas Boas — Universidade de Brasília.

Marco Antonio Almeida de Souza — Universidade de Brasília.

Marcos Aurélio Fontana — Sup. Recursos Hídricos SEMA.

Marco Aurélio S. Rodrigues — Associação Brasileira de Caça — São Paulo (SP).

Marconi Edson de Jesus Mendes — Prefeitura Municipal de Barcelos (AM).

Maria Alice Siaines de Castro.

Maria Aparecida Barulli — Ass. dos Servidores da SUDHEVEA.

Maria Aparecida Zurlo — Univ. Fed. de Ouro Preto (MG).

- Maria Augusta Gomes* — Sec. do Meio Ambiente de São Paulo.
Maria Celeste Guimarães da Costa — SEMA.
Maria Dalci Ricas — Ass. Mineira de Defesa do Ambiente.
Maria de Fátima Faria dos Santos — CNPq — Analista de Desenv. Científico.
Maria de Lourdes Davies de Freitas — CVRD — Rio de Janeiro (RJ).
Maria do Carmo Campelo de Albuquerque — SEMA/MDU.
Maria Ester de Carvalho — Ass. de Assuntos Parlamentares — Ministério da Saúde.
Maria Ieda de Resende Dantas.
Maria José de Castro Silva — Associação de Moradores — Taguatinga (DF).
Maria Tereza Jorge Pádua — Chefe do Esc. da CESP em Brasília.
Mário F. Figueiredo — Sec. de Est. do Interior do Paraná.
Mário Negrão Borgonovi — CVRD — Rio de Janeiro (RJ).
Mario Ricardo — Presidente da Associação dos Moradores de Sobradinho.
Marlene Fernandes — MDU.
Mary Allegretti — Conselho Nacional dos Seringueiros.
Maurício Dutra Garcia — Presidente Ass. dos Eng. Agrônomos do DF.
Mauro Castro — SEMA — Instituto de Desenvolvimento Florestal.
Mercia Maria Diniz da Silva — SEMA/MDU.
Michal Anthony Kain.
Modesto Carvalhosa — SEPLAN.
Mucio Piragibe — Sec. da Comissão de Cartografia.
Nadia Lopes Pereira — Ministério do Interior.
Nancy Alessio Magalhães — Fund. Nacional Pró-Memória.
Nicolas Behr.
Nilson Barros.
Octavio Luiz Leite Carneiro — Ministério do Interior.
Olympio Bandeira da Silva Cascaes — CODEVASF — Brasília (DF).
Oswaldo Viegas — Coord. do Meio Ambiente — Maceió (AL)
Otaviano Ramos Santos — Diretoria da PLANVASF.

Otávio Mello Alvarenga — Soc. Nac. de Agricultura — Rio de Janeiro (RJ).

Othon Pio de Abreu — Rotary Clube — Brasília (DF).

Paulo Affonso Leme Machado — Presidente da Sociedade Brasileira do Meio Ambiente — Piracicaba (SP).

Paulo Bastos Cruz.

Paulo Frossard Portilho — Rotary Club — Brasília (DF).

Paulo Guedes — Empresa de Assistência Téc. e Extensão Rural — Brasília (DF).

Paulo José Barbosa.

Paulo Leite — CMA — Min. do Interior.

Paulo Roberto Moreira.

Paulo Roberto Paixão Bretas — SEPLAN/MG.

Paulo Sérgio Moreira da Fonseca.

Pedro Ferreira Lino — Sec. Est. do Meio Ambiente e Sec. Comis. Interministerial p/ os Recursos do Mar.

Pedro Wilson Leitão Filho.

Perminia Dias Carneiro — Min. do Interior.

Peter Koenz — Representante do Programa das Nações Unid. para o Desenvolvimento.

Priscila Siqueira.

Prof. Aberlado Gomes Pires — EMFA.

Prof. Aldo da Cunha Rebouças — Pres. da Ass. Bras. Águas Subterrâneas — São Paulo (SP).

Prof. Carlos Celso Amaral e Silva — Faculdade de Saúde Pública da USP.

Prof. Célio Valle — Universidade de Minas Gerais.

Prof. Daniel Joseph Horgan — Univ. de Campinas (UNICAMP).

Prof. Leopoldo Magno Coutinho — Chefe do Dept. de Biologia do Inst. Biociências da USP.

Prof. Aristides Rocha — Doutor em Meio Ambiente — Professor da USP.

Prof. Heitor Gurgulino de Souza — Conselho Fed. de Educação.

Prof. José Maria de Almeida Jr. — Universidade de Brasília.

Prof. Olimpio Trindade Serra.

Prof. Paula Lins Duarte — Univ. Federal da Paraíba.

Prof. Paulo Bretas — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Prof. Uriel Duarte — Inst. de Geociências da USP.

Rafael Pinzon Rueda — Associação dos Servidores da Superintendência da Borracha.

Raimundo Gonçalves dos Santos — Associação dos Moradores de Itapuã.

Randau Marques — União dos Defensores da Terra (Oikos).

Raquel Milano — IBDF.

Regina Gualda — SEMA — Min. do Desenvolvimento Urbano.

Regina L. Sampaio Souza — Gabinete Civil — Subch. Rel. Intergovern.

Renato Pegas Paes da Cunha — Grupo Ambientalista da Bahia.

Rita Teles Souza — Ass. dos Moradores da QNDs — Taguatinga (DF).

Roberto Alves Monteiro — SEMA.

Roberto Carrilho Padula — Divisão de Segurança e Meio Ambiente da PETROBRÁS.

Roberto Costa Teixeira de Freitas — Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Roberto Messias Franco — Secretário-Geral Adjunto do Min. do Desenvolvimento Urbano.

Robson Alvarenga — Presid. Ass. dos Moradores do Guará (DF).

Rodolfo José da Costa e Silva.

Romeu Padilha de Figueiredo — Presidente da EMBRATER.

Rosa Cristina de Itapema Cardoso — CETESB — Superint. de Impacto Ambiental.

Roscana Duarte Trein — SEMA.

Rosemary S. P. Ishii Zamataro.

Rubens Nunes da Cunha — Assoc. dos Criadores de Mato Grosso do Sul.

Russel Wid Coffin — Prod. Submarinas Ltda.

Samuel Braga — Câmara Municipal de Fortaleza.

Samuel Murgel Branco — CETESB — Diretor — São Paulo (SP).

Sandra Charity — CESP — Brasília (DF).

Sergio Alexandre Beccheli — Sec. de Saúde e Meio Ambiente do RS.

Sergio Brant Rocha — Dept. de Parques Nac. e Reservas Equiv. — Brasília (DF).

Sérgio José Groff — Apromova/GO.

Severino Bezerra da Silva — Ass. dos Moradores do Setor «P» Sul — Ceilândia (DF).

Sid Fonseca — Câmara Municipal de Natal.

Simone Teixeira — Movimento pela Vida — Maceió (AL).

Sônia Maria Pereira Wiedmann — IBDF — Dept. Parques Nacionais.

Sônia Paiva — União Nacional de Defesa da Ecologia — Brasília (DF).

Suely Monteiro Galvão de São Martinho — SEC — Esp. de Meio Ambiente.

Valmira Vieira Mecenas — Sec. Recursos Naturais, Técn. e Meio Ambiente — Estado do Maranhão.

Venceslau Brás de Freitas Barbosa — Grupo de Espeleologia da Amazônia.

Vera França e Leite — Assessora Parlamentar — Câmara dos Deputados.

Vera Lucia Imperatriz Fonseca — Universidade de São Paulo.

Vera Santana — Ass. das Donas-de-Casa de Brasília.

Vereador Ernesto Zwarg — Soc. de Ecologia e Turismo de Itanhaém.

Vicente de Paula Filho — Ass. dos Moradores da QNH — Taguatinga (DF).

Vitoria Maria Bulbol Coelho — SEMA.

Vladimir Ortiz da Silva — Diretor do Dept. do Meio Ambiente do RS — Porto Alegre (RS).

Waldinar Pinheiro Lima — Ass. do Meio Ambiente de Anápolis, GO.

Walfrido Mares Guia — Sec. de Ciência e Tecnologia de MG.

Walter Pinto Costa — Pres. Ass. Bras. de Engenharia Sanitária — Rio de Janeiro (RJ).

Zelia de Azevedo Campos — Chefe de Gab. Sec. de Meio Ambiente.

CONVIDADOS ESPECIAIS

Dr. *Gustavo Krause Sobrinho* — DD. Governador do Estado de Pernambuco.

Embaixador *Marcos Castrioto Azambuja* — Ministério das Relações Exteriores.

Dr. *Paulo Nogueira Neto* — Secretário Especial do Meio Ambiente.

Dr. *João Ricardo Baptista Serran* — Presidente do Diretório do PMDB — 18ª Zona Eleitoral — Rio de Janeiro (RJ).

Dr. *Rômulo de Almeida* — Diretor do BNDES.

Dr. *Otávio Elísio Alves de Brito*.

Dr. *João Geraldo Piquet Carneiro*.

MINISTROS DE ESTADO PRESENTES À ABERTURA:

Embaixador *Paulo Tarso Flecha de Lima* — Relação Exteriores (interino);

Roberto Figueira Santos — Saúde;

Antônio Aureliano Chaves de Mendonça — Minas e Energia;

Ronaldo Costa Couto — Interior;

Celso Monteiro Furtado — Cultura;

Deni Lineu Schwartz — Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;

Gen. Bda. *Rubens Bayma Denys* — Gabinete Militar;

Marco Antônio de Oliveira Maciel — Gabinete Civil;

Alm. Esq. *José Maria do Amaral Oliveira* — Estado-Maior das Forças Armadas;

João Sayad — Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

PAPULETAS DE PARTICIPAÇÃO

1. NOME/ENDEREÇO: Antonio Renato Lima Aragão — Rua Gilberto Studart, 500 — Fortaleza — Ceará.
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: DRN-SUDEC.
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que as polícias militares, tenham, como já aconteceu com o trânsito (Batalhão de Trânsito), Batalhões Ecológicos.*
1. NOME/ENDEREÇO: Antonio Renato Lima Aragão — Rua Gilberto Studart, 500 — Fortaleza — Ceará.
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: DRN-SUDEC.
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *O Sistema Telebrás destina 1 telefone de 3 dígitos, para denúncias dos crimes ecológicos.*
1. NOME/ENDEREÇO: Antonio Renato Lima Aragão — Rua Gilberto Studart, 500 — Fortaleza — Ceará.
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: DRN-SUDEC.
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que o DSPU — deixe o Ministério da Fazenda — quer dizer: deixe de ser um órgão arrecadador e passe para o MDU ou Ministério da Reforma Agrária.*
1. NOME/ENDEREÇO: Abel Costa de Oliveira (SEMA/MG) — Nilson de Barros (Embrapa/CPAP-MS).
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Secretário do Meio Ambiente do M.S. Chefe do Centro de Pesquisa Agropec. do Pantanal. Repres. da Sociedade de Defesa do Pantanal — SODEPAL.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *1) Regulamentação das Estradas Parques (Federal), com a participação efetiva da comunidade regional, oferecendo condições ao desenvolvimento científico e educacional, além de proporcionar oportunidade econômica e turística à população. 2) Os órgãos governamentais deveriam dar ampla divulgação aos projetos «em fase de elaboração», relacionadas ao Meio Ambiente.*
1. NOME/ENDEREÇO: Abelardo de Gomes Pires — SQS 314 — Bloco G — Apto. 206 — CEP 70333 — DF — Tel.: 245-1758.
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Estado-Maior das Forças Armadas — EMFA/SUBTEC.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1) *Que esses Encontros não pereçam no sonho e permaneçam de interesse mútuo governo/comunidade. Parabéns!*
2) *Não há crítica que se formule diante de um ambiente salutar e democrático. Parabéns!*
Observ.: Talvez fosse interessante melhorar a parte administrativa que se encarregou do controle dos trabalhos!

1. NOME/ENDEREÇO: *Antonio Carlos Correia de Almeida — SHCG/N 714, Bloco «O» — Apto. 303 — BSB-DF.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação de Moradores da Asa Norte (AMORSAN).*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Deverão ser realizados encontros sobre meio ambiente a nível estadual, patrocinados pelas unidades federativas.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Aurélio Wander Chaves Bastos — Fone: 240-7543 ou 240-7044.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *MEC — Delegacia Regional do Rio de Janeiro.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Publicação dos debates em geral. Publicação das Conferências. Publicação das Conclusões dos trabalhos aprovados por entidades civis encaminhadas à mesa.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Antonio Bordim Juca Bartolomeo de Gusmão — Ecologista — N.º 480, Caixa Postal 711.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Santa Casa Monsenhor Guilherme de Foz do Iguaçu — Estado do Paraná.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Parabéns, Presidente José Sarney, pelo importante Pacote Ecológico, reiteração de todos os brasileiros na hora certa e oportuna.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Adhemar Faria de Moura*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Lions-Clube de Brasília — Taguatinga — QSA 2, Casa 8 — Taguatinga-DF.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1) *Preservação dos acidentes geográficos característicos. (Ex.: Serra do Curral, em Belo Horizonte, que está sendo demolida por uma companhia de mineração);*
2) *Proteger as matas das nascentes e marginais dos cursos d'água, além de providenciar o reflorestamento, com espécies naturais, daquelas desmatadas (conforme legislação já existente);*
3) *arborizar, com árvores frutíferas, as faixas de terra que margeiam as rodovias federais e estaduais;*
4) *orientar os municípios no sentido de construir estação de tratamento de esgoto sanitário, bem como do lixo doméstico, transformando-os em adubo, evitando-se a poluição de rios e terrenos;*
5) *implantar programa escolar motivando os alunos quanto à preservação da natureza, promovendo o plantio de bosques, arborização de logradouros públicos, etc.;*
6) *coibir, através educação e repressão, a poluição sonora do comércio de discos, serviços de autofalantes fixos e volantes, veículos desregulados, etc.;*
7) *proibir a construção de moradias (principalmente apartamentos) com área incompatível com a dignidade da pessoa humana (há apartamentos financiados pelo BNH, cujo «quarto» de casal mal comporta a cama);*

8) coibir o abuso de programas televisados que apresentam situações e comportamentos pessoais completamente divorciados da nossa realidade social (principalmente «novelas») exercendo incontestavelmente maléfica influência junto às famílias e à juventude; destruindo sistematicamente todo um passado, um legado de recato, pudor, comedimento e respeito.

1. NOME/ENDEREÇO: Arnaldo Paschoalino — Rua Benedito O. Lacerda, 89 — CEP 11750 — Peruibe-SP.

2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Sociedade Ecológica Abarebebé (SEA).

3. SUGESTÕES: Transferir para a SEMA a responsabilidade de conceder autorizações para desmatamentos e fiscalização, que hoje é atribuída ao IBDF.

Não permitir financiamento do BNH para loteadores, que estão aterrando manguezais na Baixada Santista, destruindo uma cadeia alimentar de grande importância.

Desativar todas as Serrarias localizadas no Litoral e Vale do Ribeira, conseguindo, com isso, terminar com a retirada de madeira da região.

Parabenizar S. Exa., o Presidente José Sarney, pela oportunidade de dar ouvidos às Soc. Ecológicas.

Isto é Democracia!

1. NOME/ENDEREÇO: Adelina Bitelli Dias Campos — Rua das Figueiras, 851, Sto. André, São Paulo — Rua Riachuelo, 115, 6º andar, Centro, São Paulo.

2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Ministério Público de São Paulo — Secretaria de Obras e Saneamento de São Paulo.

3. SUGESTÕES CRÍTICAS: Ampla divulgação da legislação ambiental, principalmente da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

1. NOME/ENDEREÇO: Amador Abballa

2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Presidente da Associação do Meio Ambiente de Anápolis — Goiás.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Criação de Secretaria do Meio Ambiente em todos os Municípios.

Fazer com que os Senhores Prefeitos declarem de utilidade pública todas as áreas verdes do perímetro urbano.

Criar estações ecológicas ou áreas de lazer nos Municípios

Que as árvores não sejam decepadas através de podas indiscriminadas.

1. NOME/ENDEREÇO: Benjamin Sicsú — SHIN QL 9, Conj. 3, Casa 17 — Tel.: 577-116A

2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Coordenação de Assuntos do Meio Ambiente do DF.

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1) Criar o «Título da Dívida Ambiental» para desapropriar as áreas de preservação necessárias à manutenção do ecossistema. Os recursos gerados com os resultados das pesquisas e estudos feitos nestas áreas que através de manejo e uso racional econômico dos recursos naturais descobertos nestas áreas permitirão o pagamento dos títulos.

2) Que todos os recursos ambientais sejam considerados «Bens da União».

3) Que todos os Estados e Municípios tenham no mínimo 20% do seu território com «Áreas de Preservação Permanente», patrimônio das futuras gerações.

1. NOME/ENDEREÇO: *Carlos Alberto Piano Rocha — Endereço da Entidade: Rua Diamantina, 287 — Joinville-SC — Caixa Postal 947 — Tel.: (0474) 26-0647 — CEP 89200.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação de Preservação e Equilíbrio do Meio Ambiente.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que o governo dimensione a assistência técnica ao produtor rural, às reais necessidades apresentadas. Dessa forma, seria resolvido ou amenizados, os seguintes problemas: a) Poluição por agrotóxicos; b) Erosão; c) Baixa produtividade das lavouras; d) desmatamentos; e) Secas e Enchentes, porque a recuperação e conservação do solo, eleva a capacidade de armazenamento da água, que concorre para a estabilização da vazão dos rios. Sugiro também, a criação, implantação e manutenção das unidades de conservação, apropriadas a cada paisagem natural, que ainda não tenham sido beneficiadas pela proteção de lei, definidos por critérios técnicos, de forma a abranger todas as áreas, que possuam valores científicos, geológicos ou paisagísticos.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Carlos Roberto Fonseca de Andrade — Rua General Tassio Fragoso, 17 — Cobertura — Jardim Botânico — Rio de Janeiro.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico — Rio de Janeiro.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Criação urgente de mecanismos de acesso do cidadão aos organismos públicos — fortalecimento do Município nas questões ambientais e dos conflitos urbanos a partir de uma visão nacional e geograficamente adequadas. Desenvolver sim, mas antes, a questão ambiental.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Carmo Joaquim da Silva — Avenida Souto Soares s/n — Rio de Contas — Bahia — Tel.: 073-475-2019.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Arraiais de Barra de Brumado e Bananal do Município de Rio de Contas.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *A barragem do Rio Brumado construída pelo DNÔCS tem causado o estrago da água dos arraiais (até a água de beber), tem inudado as roças e tem causado a falta de terra, porque as melhores terras foram tomadas. Precisamos de condições para o povo continuar na terra.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Cícero Penteado da Silva — QE 19, Conj. D, Casa 06, Guará II — Tel.: 568-2846.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *ASSINPRA — Associação dos Inquilinos e Proprietários do Guará — Tel.: 568-7479 — Edif. Couser, sala 323, Ent. Q. 31/33 — Guará I.*
 3. SUGESTÕES CRÍTICAS: *Fazer mais Encontros. Extinguir o Banco Nacional de Habitação e criar o Banco Nacional das Associações de Inquilinos e Moradores.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Cledir Clemente Farias — Esplanada dos Ministérios — Ministério do Trabalho-Anexo — 3.º andar — Ala B.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho — Subsecretaria de Segurança do Trabalho.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que o MTb, através de seu órgão participe também de manciara específica através da SSMT de ações junto com demais órgãos governamentais da luta pela manutenção da integridade do trabalhador, peça fundamental do engrandecimento da pátria.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Cristina Helena R. Rocha Augustin — Instituto de Geociências — Universidade Federal de Minas Gerais. Campus — Pampulha — Belo Horizonte-MG — CEP 30000.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Instituto de Geociências — Universidade Federal de Minas Gerais.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que estes encontros se transformem em reuniões de grupos de trabalho, vindo de vários estados e entidades, que possam discutir diretrizes sobre ou de uma política ambiental. O meio ambiente envolve uma questão mais ampla do que a ecológica: envolve a perspectiva futura de crescimento econômico do país, como tal deve ser tratada num conjunto mais amplo de preocupações; a do crescimento urbano e ao desenvolvimento econômico agropecuário. E o MDUMA deveria levar avante estes encontros em conjunto com os setores agrícolas do país.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Ediz Hilaré — Rua Domingos Fernandes, 700 — Apto. 123 — CEP 04509.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Ministério Público do Estado de São Paulo.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Além de se plantar, no terreno constitucional, o direito de todos a um meio ambiente rígido, bem como o dever de o preservar, de mister provar-se instrumentos para sancionar aqueles que violarem tais direitos. E esses instrumentos necessariamente desaguardariam em se criar uma ação judicial gratuita, que teriam como legitimados para agir o cidadão, o Ministério Público e as associações preservacionistas.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Elézer Puglia — SQN 206 — Bl. «J» — Apto. 102 — Tel.: (061) 273-8476 — CEP 70844 — Brasília-DF.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Escritório do Governo do Estado de São Paulo — EGESP.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que se efetive com urgência a regionalização deste encontro, se possível até a nível de cidades com 500 mil habitantes e mais.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Édison Sauguellis — SCS — Edifício Serra Dourada, Sobreloja 17 — Brasília-DF — Tel.: 225-8555 — Telex (061) 1226.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *General Motors do Brasil — Conselho Federal de Prof. de Relações Públicas — MTb — Conselheiro Presidente da Comissão de Relações Governamentais e Representante do CONFERP na Câmara dos Deputados.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *A constante realização de encontros governo-sociedade abordando os mais variados temas ou aspectos desse complexo inter-relacionamento que necessita, cada vez mais, ser aberto, permanente, elucidativo e participativo.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Evandro Rodrigues de Britto — Av. Beira-Mar, 216, 11.º and. Centro — Rio de Janeiro.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Conselho Federal de Biologia e Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental — Seção Rio de Janeiro.*

3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *1. Fortalecimento da SEMA para que seja exercido efetivamente seu papel no controle de poluição, principalmente junto às grandes companhias estatais que jamais poderão realizar cortes orçamentários no Programa de Controle da Poluição.*
2. Recomendar ao BNH (ou ao futuro BNDU) que os problemas de águas e esgotos sejam resolvidos por companhias autônomas, evitando desta forma que os problemas de esgotos sejam sempre relegados a segundo plano.

1. NOME/ENDEREÇO: *Ernesto Zwarg Júnior — Av. Rui Barbosa, 308 — Itanhaém-SP — CEP 11740 — Tel.: 92-1202 (0132).*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *CONSEMA do Estado de São Paulo, Sociedade de Ecologia de Itanhaém e vereador à Câmara M. de Itanhaém.*
3. SUGESTÕES: *A palavra «desenvolvimento» adquiriu um significado semântico de ufanismo impensado. E numa análise, talvez até cartesiana, se não da primeira impressão, desenvolvimento urbano é um desplanejamento da ordem natural, se houvermos que, de certa forma, as cidades são anomalias originadas do êxodo forçado das áreas rurais. Fale-se de desenvolvimento da Nação ou de lavoura que respeita a ecologia, fale-se de desenvolvimento industrial e principalmente cultural. Mas... desenvolvimento urbano? Não bastam as absurdas urbes como São Paulo e Rio? Equacionamento urbano, viabilização ante o acúmulo demográfico, sim, são necessidades que exigem um Ministério. Agora, desenvolver ainda mais as urbes parece incongruente, resultando, assim, na denominação de um Ministério, uma aparente tentativa de harmonizar hábitos centenários de «antropologia». O diético «Ordem e Progresso» já nos causou muito mal, mercê do ufanismo canhestro que retrata! Mas, confiamos na S. Excia. o Ministro, de que não haverá um incentivo a desenvolvimento urbano mas, pelo contrário, campanha oficial de volta ao campo. Brasília, 5 de junho de 1986.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Eliana Ferreira Lopes Pimentel — SQS 316 — Bloco «A» — Apto. 201.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho — Fundacentro/DF.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Na posição de técnica na área de Segurança do Trabalho que conhece as dificuldades que passam o nosso trabalhador brasileiro, sugiro que, a exemplo do que está fazendo o governo na área econômica, estabeleça um plano de ação que vise melhorar a saúde do trabalhador em seus vários aspectos. Como sabemos, somos 130.000.000 de habitantes e 50.000.000 desses habitantes são os trabalhadores que produzem e contribuem para o crescimento da nação. Porque não existe por parte dos órgãos federais uma mentalidade mais eficaz com relação aos instrumentos que devem ser utilizados para garantir ao trabalhador brasileiro um ambiente de trabalho seguro e sem a poluição dos agentes químicos muitas vezes absorvidos pelos trabalhadores sem menor respeito pela sua saúde por parte dos empregadores. Continuamos sendo os campeões em acidentes do trabalho no mundo, como também carregamos o privilégio de sermos portadores de graves e irreversíveis doenças ocupacionais. Essas questões envolvem aspectos diretamente ligados ao meio ambiente. Represento um órgão no DF que, sendo vinculado ao MTb, atua na área de estudos e pesquisa sobre Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, mas que por falta de recursos financeiros não consegue desenvolver os projetos necessários, pois neste país se gasta 99% do seguro de acidentes do trabalho com o tratamento do acidentado e 1% com a sua prevenção. Esta é a questão que coloco para uma solução.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Heitor Gurgulino de Souza — Av. W3 Norte — Quadra 513 — Edifício Bittar, Sala 114 — Brasília-DF — CEP 70760.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Conselho Federal de Educação.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Promoção de um próximo encontro Governo-Sociedade sobre o tema «Cidadania e Educação».*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Hermano Guedes de Melo — Av. Campos Sales, 3697 — Bessa — Tambau.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Paraíba.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Evidencia-se que as leis Estaduais e Municipais não têm condições de defender nosso patrimônio natural e ambiental uma vez que as autoridades administrativas estão sob pressões econômicas e políticas. Se hoje um governador legisla em defesa desse patrimônio, amanhã o critica e revoga tudo. Como aconteceu agora na Paraíba, quando o governador Wilson Braga destombou a área reservada para o Parque Cabo Branco, e os decretos em defesa da orla marítima. Somente uma lei maior poderá deter esse processo constante de destruições dos nossos bens culturais e naturais. Que seja proibido o desmatamento nordestino para fornecer energia às pequenas indústrias como os padarias. Uma tarifa elétrica baixa para essas indústrias resolveria o assunto.*
Sugestões: Assim como já existem leis que defendem florestas, lagos e rios, também uma que defenda a ambiência marítima. Taremos que encontrar meios que evitem as degradações da orla marítima, como já aconteceu nas grandes metrópoles em caráter irreversível.
Com a densidade demográfica, a ambientação marítima torna-se da maior importância para o lazer. Pelas suas características o mar é insubstituível para essas atividades. Mas, sua poluição vem sendo observada em muitas áreas do país, com visíveis conseqüências predatórias.
É necessário que isto venha a ser feito com brevidade antes que aconteçam erros sem correção.
-
1. NOME/ENDEREÇO: *José Maria Gonçalves de Almeida Jr. — Laboratório de Evolução e Ecologia Humana — Instituto de Ciências Biológicas/UnB — C. P. 153081 — Brasília-DF — CEP 70919 (Tel.: 274-3750).*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *UnB e SBPC/DF.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Sugiro seja imediatamente criada pelo Governo Federal uma Secretaria Especial para Assuntos de Ecologia e Desenvolvimento, no âmbito da Presidência da República, ligada diretamente ao Presidente da República e aos Gabinetes Civil e Militar, com a tarefa (ainda não exercida por qualquer dos órgãos de meio ambiente existentes) de coordenar toda uma política nacional de ecologia e desenvolvimento que conduza, entre outras, às seguintes ações: (1) Amplo programa de estudos e pesquisas, em todas as regiões do País, com ênfase nas áreas críticas (exemplos: Amazônia, sobretudo região do Programa Grande Carajás; pantanal mato-grossense; Serra do Mar, sobretudo região de Cubatão; Distrito Federal; etc.), sobre compatibilização de atividades desenvolvimentistas e proteção ambiental. (2) Zoneamento (macro e micro) de regiões e microrregiões, sobretudo de áreas críticas (v. exemplos anteriores). (3) Planejamento ambiental, com base nas ações anteriores, inclusive planos de manejo, monitoração e conservação. (4) Programas especiais a níveis nacional, regional e comunitário sobre, entre outros temas, educação ambiental, inovação tecnológica, ação comunitária e Direito Ambiental. (5)*

Avaliação e replanejamento de projetos, sobretudo os de grande impacto ambiental, à base de análise de custo/benefício ecológico X custo/benefício sócio-econômico (inclui-se aqui o político).

Essa agenda de trabalho é o que deve ser feito, de imediato, com autonomia, com coragem e determinação política. Fora disso, tudo o mais será retórica ou meramente paliativo, como tem sido até agora.

1. NOME/ENDEREÇO: *José Jatobá Lins.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Ministério da Administração.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Em virtude da nova «Ciência dos Sistemas», «Análise de Sistemas», «Engenharia de Sistemas» nenhuma atividade humana ou não se dá isoladamente. Daí a questão «meio ambiente» ser política, urbana, administrativa, econômica, ecológica, humana, social, etc. Proponho então que planejamento, execução e controle de situações relevantes e localizadas se façam por comissões interministeriais e inter-secretarias e, multidisciplinarmente. Em Pernambuco, no Município de Maraial, as usinas de açúcar poluem os rios com as caldas, plantam toda a terra até a porta do morador, pagam pessimamente ao trabalhador, causando a fome, subnutrição e doença e desolam a natureza, que mostram brejos e rios de baixo volume de água de má qualidade, diferentes daqueles que contemplávamos anos atrás. Vemos aí um problema do IBDF que deve delimitar áreas verdes mínimas para regiões e localidades, um problema ecológico, um problema trabalhista, um problema educacional, um problema social, etc. Daí, em certos projetos, o «meio ambiente» deve convidar outros setores. Não esquecer ainda que a «democracia participativa» é fundamento da nova república e incentivar as entidades sociais a participar, amplamente, do planejamento, execução e controle.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Jaire Perez de Vasconcellos — SQS 303 — Bloco «B» — Apto. 105 — CEP 70336.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *União dos Escoteiros do Brasil.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Implantação de campanha em nível nacional orientando a população, especialmente a da zona rural, sobre animais peçonhentos — especialmente serpentes — cartazes mostrando os tipos de cobras e espécies venenosas existentes no Brasil, cuidados preventivos no contato com tais espécies. Estes cartazes seriam afixados em escolas, comércio, estabelecimentos públicos, zonas rurais. Nas escolas oficiais seria criada uma matéria sobre o assunto visando orientar e conscientizar os alunos sobre o assunto.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *João Baptista Andrade Monsan — SQS 109, Bloco «B», Apto. 112 — CEP 70372.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Secretaria do Meio Ambiente — Assessoria Fundiária — Av. W-3 Norte, Quadra 510 — Ed. Cidade Cabo Frio — CEP 70750.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Fazer do Encontro Governo/Sociedade o ato oficial de todos os anos, abertura da semana do meio ambiente.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *José Anchieta Batista — QND 58 Casa 38 — Taguatinga — Tel.: 562-8745.*

2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Presidente da Associação dos Moradores das QNDs.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Sr. muitos estamos de parabéns que com este mutirão que vamos construir dia 6 de julho, para aquelas famílias carentes de nosso setor QNDs — e ao mesmo tempo, agradecer à SHIS pelo seu trabalho e carinho que teve com nosso povo na sua entrega de documentos.*
1. NOME/ENDEREÇO: *José Edson Arruda — Rua Miosotis, 608 — Joquei Clube — CEP 64000 — Teresina-PI.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí — Superintendente.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que o MDU e Meio Ambiente crie ou ajude a criar a Companhia de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Parnaíba, para evitar sua destruição.
Que o MDU ajude a F. CEPRO a adquirir o arcabouço institucional que lhe empreste poder de polícia necessário à luta preservacionista.*
1. NOME/ENDEREÇO: *José Márcio Marques Vieira — Praça Pereira Oliveira — 16 — 6º andar — Florianópolis-SC.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente — FATMA (Órgão Oficial de Controle Ambiental-SC).*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *1) Instituir, a nível constitucional, cota de participação dos estados, destinada exclusivamente a ações de controle ambiental, nos tributos federais incidentes sobre a extração/utilização de recursos naturais e sobre a produção industrial, ocorrida no estado.
2) Manter a política nacional de meio ambiente como prioridade nacional.
3) Instituir Programa Nacional de Educação Ambiental envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, a SEMA e o Ministério da Educação.
4) Instituir Programa Nacional de Tratamento de Resíduos Urbanos (lixo) para orientar tecnicamente e financiar a implantação, pelas Prefeituras, de sistemas adequados de tratamento/confinamento.
5) Transferir a competência do SPU (Serviço do Patrimônio da União) relativas ao deferimento de ocupação de terras de marinha ao Ministério do Des. Urbano e Meio Ambiente ou ao M. da Justiça.
6) Transferir a fiscalização de flora e fauna para a SEMA.*
1. NOME/ENDEREÇO: *Joaquim Gonzaga da Silva — Quadra 03, Bloco «B», Casa 15 — Cruzeiro Velho-DF.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação dos Moradores do Cruzeiro — AMC-DF.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Para ser implantado no Brasil o Programa, «Defesa ao Meio Ambiente e Ecológico», é fundamental que o Congresso Nacional aprove e regulamente uma Lei, para que assim a Sociedade tenha respaldo e possa preservar a Natureza.*
1. NOME/ENDEREÇO: *José C. de Melo Carvalho.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Vice-Presidente da Fundação Brasileira Preservação da Natureza.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Repetir o Encontro mais vezes.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Maria de Fátima Faria dos Santos.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *CNPq/MCT (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Ciência e Tecnologia).*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que o governo da Nova República, a partir do pacote ecológico considere a questão do controle ambiental com maturidade, entendendo que procurar resolver os problemas das áreas críticas de poluição no Brasil e prever os futuros impactos ambientais dos novos projetos econômicos (ex.: Carajás) significa aproveitar o grande «gancho» dos problemas ambientais para o efetivo desenvolvimento científico e tecnológico e conseqüentemente econômico-social do país. O desenvolvimento econômico e social não pode estar dissociado da preocupação com o meio ambiente e o controle ambiental dos processos produtivos. Esse é o caminho do desenvolvimento seguro e responsável. E é mobilizando e conscientizando a população em todos os níveis, principalmente ao nível municipal, que se torna o caminho certo, pois os problemas ambientais são regionalizados e suas soluções se dão regionalmente, com o apoio da União. E para que as soluções dêem certo é necessário mais apoio à pesquisa de CPT nacional.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Maria José de Castro Silva — QNG 03 Lote 05 — Taguatinga Norte-DF.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação de Moradores.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que haja mais facilidade de orientação e meios para que o povo possa dar mais conforto em relação aos seus menores. Relação a salário que competisse com a qual seu trabalhador e que seja como esta competindo com a inflação.*
Escola: existe uma forte quantidade de crianças na faixa de 6 a 7 anos que estão sem professores. Segundo a secretaria escolar a fundação não inscreve os professores enquanto as crianças estão paradas. Senhores, veja se isto é levada em conta. Acho que para melhoria dos colégios podia também ter uma contribuição de cada pai de aluno, por pequena que seja a ajuda já é ajuda de melhoria de cada um de seus estudantes. Desculpe pela maneira de expressar.

1. NOME/ENDEREÇO: *Múcio Piragibe Ribeiro de Bakker — Av. W-3 Norte — Q. 513 — Ed. Imperador — 2.º Andar.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Comissão de Cartografia — COCAR — Ministério da Ciência e Tecnologia.*
3. SUGESTÕES: *A função ecológica das áreas costeiras, como ambiente gerador de toda cadeia nutricionista marinha, requer que tais áreas sejam ocupadas racionalmente. Assim, é de capital importância que seja aprovada a lei que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Marco Aurélio S. Rodrigues.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação Brasileira de Caça — Rua Campo Alegre 60, 6.º andar, Cj. 63 — São Paulo-SP — CEP 05424.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Propostas de usufruto racional dos recursos naturais renováveis. Apresentação do livro — «Caça e Conservação» — Ass. Bras. de Caça, 1985.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Mario Negrão Borgonovi — Res.: Rua Maria Angélica 451, Apto. 101 — 22470 — Rio de Janeiro-RJ — Esc.: Av. Graça Aranha 26/20.º A — 20030 — Rio de Janeiro-RJ.*

2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Companhia Vale do Rio Doce.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: 1) *Inserir no curriculum escolar do 1º e 2º graus, bem como nos cursos de formação de professores, a disciplina meio ambiente (recursos naturais e poluições);*
2) *instituir um prêmio ao cidadão que mais se destacou na luta para preservação do meio ambiente. O prêmio deverá ser exclusivamente voltado à trabalhos técnico-científicos;*
3) *As florestas por muito tempo, foram consideradas um impedimento à produção agrícola, industrial, etc., (donde surgiu o termo «Limpeza do Terreno», o desmatamento foi e é empreendido muitas vezes para provar a posse da terra.*
Que se considere, na implantação da reforma agrária, um conceito atual, que a floresta não é um obstáculo, mas uma riqueza natural e que deve ser preservada nos locais adequados e explorada racionalmente se a vocação do local assim indicar.

1. NOME/ENDEREÇO: *Márcia Moreira — AOS 7 Bloco «D», Apto. 303 — Octogonal — Brasília-DF.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Ministério da Aeronáutica.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que os meios de comunicação social sirvam realmente de instrumento de conscientização da população e não apenas sirvam à tirana função de massificar uma idéia: a morte do verde, o fim da natureza não é uma idéia a ser massificada pelos veículos ao povo — trata-se de um estado de coma! Não adianta encaminhar as coisas como o «Plano Cruzado» — Quando a Rede Globo deixa de falar no assunto, ninguém fiscaliza preço nem fecha supermercado. E os abusos continuam. Por outro lado, desconfio de debates e encontros. Sim, é importante fazer o povo falar sobre meio ambiente, abrir um espaço para denúncias. Aqui estamos nós, debatendo — mas o que acontecerá depois? Criar expectativa e não atendê-las? Chama-se a população, e ela atende e fala. Então, por favor, que seja ouvida e atendida em suas súplicas! Porque há bastante tempo tem gente implorando pelo verde, em vão: ninguém nunca fez nada! Basta de Decretos! Ação, a começar pelas favelas — a grande vergonha ambiental do Brasil!*

1. NOME/ENDEREÇO: *Maria Leda de Resende Dantas — SHIN — QI 02 — Conj. 8 — Casa 3 — Tel.: 577-1915.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *MINC — Assessoria de Cultura e Envelhecimento.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Para uma participação mais efetiva não só nos eventos como seus desdobramentos a nível de ação ministerial, seria muito útil receber a agenda, ainda que provisória dos eventos previstos.*
Excelente trabalho. Parabéns!

1. NOME/ENDEREÇO: *Maurício D. Garcia — Ed. Palácio do Comércio s/904 — SCS — Brasília-DF.*
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação dos Eng. Agrônomos do DF.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Causa-nos estranheza a não convocação do Min. Agricultura na discussão do Meio Ambiente, talvez por falha dos organizadores do Encontro ou por omissão do próprio M. Agricultura. Será que as questões afetas aos solos, florestas e agrotóxicos, não se relacionam ao Meio Ambiente?*

Será que os 50km de peixes mortos nos rios do Pantanal-MT, cansados por pulverizações aéreas de agrotóxicos e grandes queimadas dos pastos nativos não fazem parte do Meio Ambiente?

Na verdade Sr. Presidente, a categoria profissional dos Eng. Agrônomos sente sua discriminação na participação dos assuntos relativos à «terra», meio ambiente e à própria política agrícola neste país. Temos uma colaboração a dar, queremos ser ouvidos, através de nossas entidades representativas.

Obs.: Na coletânea de Leis apresentada neste Encontro, não apresenta as relativas ao Min. Agricultura. é necessário vencer o imobilismo que lá se instalou, e determinar a cada segmento do executivo cumpra com sua obrigação precípua sem superposição de tarefas. A própria constituição da mesa neste Encontro demonstra isso.

1. NOME/ENDEREÇO: Nilson de Barros — Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal — Corumbá-MS.
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal — EMBRAPA.
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *É oportuno, necessário e indispensável a participação da comunidade, desde a elaboração de planos, programas ou projetos até a sua aplicação. «A participação comunitária é fundamental para a preservação ambiental.»*

1. NOME/ENDEREÇO: Embaixador Nestor dos Santos Lima — Av. Café Filho 505 — Praça do Meio — Natal-RN — CEP 59080.
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: 1) Associação Potiguar Amigos da Natureza; 2) Associação dos Amigos e Moradores da Ala Litorânea Metropolitana.
3. SUGESTÕES CRÍTICAS: 1) *institucionalizar a obrigação do governo de executar uma política de defesa do meio ambiente introduzindo os seus princípios básicos na futura Constituição.*
2) *institucionalizar a cooperação da Força Aérea (FAB) com as Secretarias de Meio Ambiente na identificação de infrações das leis do meio ambiente.*
3) *destinar recursos para pesquisas de soluções para problemas do meio ambiente, a serem levados a efeito por entidades ambientadas correção governamentais; legalmente organizados e com mais de um ano de funcionamento.*
4) *ampla divulgação dos recursos eventualmente destinados aos órgãos estaduais municipais ou a outros recipiendários quaisquer que sejam.*
5) *reforçar as secretarias do meio ambiente dos estados com assessores, cumprir e conceder-lhe recursos para projetos de preservações de meio ambiente e eliminação de práticas abusivas contra o patrimônio ambiental do cidadão e do país.*

1. NOME/ENDEREÇO: Profa. Paula Frassinete Lins Duarte — Depto. de Sistemática e Ecologia — CCEM — UFPE.
2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: APAN (Associação Paraíba dos Amigos da Natureza).
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Apoio a eventos e lutas populares pela preservação ambiental, de uma forma bem concreta e desburocratizada, sabendo-se que estes movimentos são efetuados por grupos ambientalistas ou associações de moradores. Colocaria aqui, as preocupações fundamentais dos ambientalistas da Paraíba.*
 - *efetiva implantação da Reserva Ecológica de Maranguape — Rio Tinto. (Projeto na SEMA).*
 - *criação da Reserva Biológica da Mata do Buraquinho (Projeto do IBDF).*

- preservação da orla marítima da Paraíba.
 - criação do Parque Nacional do Cabo Branco, ponto mais oriental das Américas.
 - preservação da baleia, com a suspensão de sua caça.
 - ajuda na implantação das alternativas para os trabalhadores da caça à baleia.
1. NOME/ENDEREÇO: Paulo Roberto Paixão Bretas — Praça Nova York 18 Apto. 204 — CEP 30033 — Belo Horizonte-MG.
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais — Secretaria de Estado do Planejamento e Coord. Geral de Minas Gerais.
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Deveríamos poder marcar «papos» mais prolongados com a assessoria dos ministros. O Governo deveria prestar contas de público quanto ao cumprimento ou não das sugestões e denúncias levantadas no encontro.
1. NOME/ENDEREÇO: Paulo Roberto Moreira — Ministério da Cultura — Ed. Central — Brasília, 5º andar — Tel.: 214-6192/91 e 242-2461.
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: Ministério da Cultura — Coordenador da Cultura e Gerações e da Cultura e Portadores de Deficiência.
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: Sugestão: que o Gabinete Civil me convoque para sugestões de um trabalho conjunto sobre as questões dos Portadores de Deficiência e sobre as gerações (criança, jovem e velho).
1. NOME/ENDEREÇO: Paulo Menezes Guedes — Eng. Agrônomo — Assistente Técnico Estadual de Fruticultura e Defesa Sanitária Vegetal.
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: EMATER-DF.
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: É impossível deixar de pensar, mesmo que seja um assunto específico, nos efeitos que os agrotóxicos têm feito negativamente ao Meio Ambiente.
Muito já discutiu-se sobre legislação e não há necessidade de argumentar sobre sua importância. Como integrante da equipe que elaborou o anteprojeto de lei sobre agrotóxicos, criada por decreto em outubro/85, equipe essa muito representativa da sociedade brasileira, venho demonstrar minha preocupação com a morosidade na tramitação e envio ao Congresso, visto ser sem dúvida o anteprojeto mais bem elaborado e abrangente já apresentado até o momento.
1. NOME/ENDEREÇO: Paulo Sérgio M. Fonseca — Rua Oliveira Rocha 34/303 — CEP 22461 — Rio de Janeiro/RJ.
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: COA/RJ — Clube de Observadores de Aves/RJ. FBCN.
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: No Rio de Janeiro, está localizada a maior vergonha nacional de desprezo pela prova que é a Feira de Caxias, onde são livremente comercializados animais de todo o país, inclusive os mais ameaçados de extinção. O IBDF e a Polícia são totalmente omissos e ainda, são comercializados primatas oriundos da Amazônia (macaco de cheiro, macaco brigando e outros) pessimistas de área onde a febre amarela é endêmica. Este fato conjugado com a existência do mosquito vetor da febre amarela na região torna potencial a eclosão de epidemia na região. Feira de Caxias — Vergonha Ambiental.
1. NOME/ENDEREÇO: Rubens Nunes da Cunha — Rua Bodoquena, nº 30, Apto. 201 — Campo Grande-MS — Tel.: 624-6670.

2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul — Sindicato Rural de Aquidauana-MS.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Solicitamos efetivo apoio:*
 - 1) *Alteração legislação penal, para punir com rigor os predadores da natureza, (coureiros, predadores em geral).*
 - 2) *Apoio ao Ministério do Exército para instalação destacamento já programado na barra dos rios Nabileque e Paraguai (para sajutá) na divisa com o Paraguai.*
 - 3) *Apoio para organização do Batalhão Florestal, da PM de MS.*
- 4) *Apoio ao INAMB-MS para equipar-se e poder cumprir seus objetivos.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Rita Teles de Sousa*

2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação de Moradores do Setor QNDs — Taguatinga.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Se cada uma de nós somos responsáveis por um pardal que se mata na esquina e por uma árvore queimada na nossa fogucira junina, a quem cabe a responsabilidade Angra dos Reis com as suas usinas nucleares???*

1. NOME/ENDEREÇO: *Russel Wid Coffin — Dr. Luiz Palmier, 280 — Niterói-RJ.*

2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Coordenador Nacional do Comitê Pro Parque Marinho p/ Fernando de Noronha — Conselheiro da Fundação Brasileira p/ a Conservação da Natureza.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *O Departamento de Parques Nacionais e reservas equivalentes do IBDF deveria ser um órgão independente e autônomo. Na situação atual ela é muito desprestigiada. As estações ecológicas do SEMA deveriam ser subordinadas ao Depto. de Parques Nacionais. Deveria ser declarado um Parque Nacional Marinho para Fernando de Noronha.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Raimundo Gonçalves dos Santos — Rua Cajueiro 17, Itapuã — Salvador-BA — Tel.: 249-3694.*

2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação dos Moradores de Itapuã — Comissão Técnica de Avaliação do Abaeté.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *É necessário uma imediata intervenção do Governo Federal em Itapuã. O Abaeté está sumindo.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Simonne Teixeira — c/o Artur Frassy — Tel.: 223-5025 — Trav. Diegues Júnior, 39 — Poço — Maceió — Alagoas — CEP 57000.*

2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Movimento pela Vida.*
3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Que as leis não permaneçam no papel, que elas possam dar um resultado concreto e real a toda população. Que sejam criados meios de a população saber o significado e o seu patrimônio para que ela mesma possa fiscalizá-lo e utilizá-lo. É preciso tornar todos conscientes da responsabilidade sobre a vida, a nossa, a de nossos filhos!*
Podemos até usar um lema, criado pela Nova República: «Tem que dá certo!» Mas para isso problemas concretos devem ser resolvidos com a máxima seriedade e rapidez. No caso de Maceió: A retirada dos tanques da Atlantique da Pajussara — bairro residencial e turístico (explodiu a 2 semanas atrás...), a retirada da Salgema, de bairro também residencial e a realocização do Polo Cloroquímico de Alagoas. Estes três graves problemas que alligem Maceió, não só atenta com a natureza, mas contra as vidas humanas, e deve ser considerado um crime a permanência destes.

1. NOME/ENDEREÇO: *Sérgio Brant Rocha*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *IBDF — Depto. de Parques Nacionais.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *O nível dos problemas que o País enfrenta, que inviabiliza reformas institucionais profundas nos órgãos públicos, por não haver recursos disponíveis, torna fundamental que se fortaleça os órgãos existentes que cuidam da conservação da natureza, ao invés de se criar novos. Em 1987 o Brasil comemorará o cinquentenário de criação do seu primeiro Parque Nacional. Nada mais justo que esta data marque uma mudança na conduta do governo com relação a essas áreas. A sensibilidade demonstrada pelo Presidente Sarney para com os problemas da conservação da natureza torna o momento propício para esta mudança de atitude. Fortalecer o IBDF, dotá-lo dos meios necessários para que cumpra a função para a qual foi criado, da qual muitas vezes se desviou à revelia de seus funcionários, é o primeiro passo, dentro da conjuntura que o País vive, para se atingir este objetivo.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Sergio José Grofe — Q. 23, Casa 06 — Valparaíso II — Luziânia-GO. — CEP 77221.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *APROMOVA — Assoc. Prof. e Moradores do Valparaíso II.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *1 dia só é muito pouco para debater tema tão complexo e o pinga-fogo não tem como Sugiro que seja feito um encontro com duração de 3 dias.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Severino Bezerra da Silva — QNP 28 — Conj. J — Casa 32 — Ceilândia-DF.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação dos Moradores Setor P Sul — Ceilândia-DF.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *E que o Senhor Presidente da República não abra mão do projeto que ele estabilizou em fevereiro de 86, este é meu voto.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Vicente de Paula Filho*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação dos Moradores do Setor QNH — Taguatinga Norte-DF.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Queremos que o Sr. Ministro do Meio Ambiente Deni Schwartz, tome uma providência à família carente da nossa comunidade.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Vera Sant'Anna — QE 34 — Conj. «C» — Casa 40 — Guará II.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação das Donas de Casa de Brasília e do DF.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *1) Para que faça parte do «curriculum» escolar a orientação de defesa do meio ambiente. 2) Decreto governamental para que sejam construídas casas no mínimo de 60m². É impossível uma dona de casa como eu viver com sua família em «gaiola» com 30m² sem banheiros, sem cozinha. Consideramos isto como crime contra o ser humano e contra nós as donas de casa, e que deveria ser punido, pelo menos não permitindo que fossem construídas mais.*

1. NOME/ENDEREÇO: *Walter Pinto Costa — Av. Beira Mar, 216 — 13º Andar — Rio de Janeiro-RJ.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental — ABES — Presidente Nacional.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Entregar documento da Associação sobre o tema do Encontro.*
-
1. NOME/ENDEREÇO: *Waldinar Pinheiro Lima — Rua Engenheiro Portela, 222, 3º andar — Edf. Caixa Econômica Federal — Anápolis-GO.*
 2. INSTITUIÇÃO OU ÓRGÃO QUE REPRESENTA: *Associação do Meio Ambiente de Anápolis — Goiás.*
 3. SUGESTÕES/CRÍTICAS: *Criação urgente de Delegacias Especializadas no combate aos crimes ecológicos.*



Francisco Anselmo Gomes de Barros

Passadas mais de duas décadas de um silêncio intrigante para os defensores da natureza no Brasil, só agora começa a reativação das mentes responsáveis pelos destinos desta terra, no que se refere ao grave problema Meio-Ambiente. Isso porque, apesar dos obstáculos, a Nova República surgiu colocando entre as suas principais prioridades, esse assunto e a prova disso tiveram os ecologistas de todos os recantos brasileiros, ao verem as portas do Palácio do Planalto escancaradas para um debate altamente democrático nesse sentido, ou seja, a realização do II Encontro Governo-Sociedade ocorrida no "Dia Nacional do Meio-Ambiente".

Foi sem dúvida um encontro, onde frente-a-frente com o Governo federal ficaram defensores da Natureza do Rio Grande do Sul ao Amazonas. Todos tiveram oportunidade de se pronunciar no "tribunal da inquisição", conforme observou galhofeiramente o nosso companheiro do jornal "O Estado de São Paulo", Randau Marques porque estávamos no Auditório do Conselho de Segurança Nacional, até então, nunca aberto para um acontecimento desse vulto.

Para nosso deleite, ocorria naquele dia, uma inversão na história do Brasil dos últimos 22 anos, pois enquanto a reunião se desenvolvia defendendo o povo brasileiro, em São Paulo, juntava-se o "lobby" das multinacionais para decidir como

Governo Federal avança na defesa do Meio Ambiente

poderia comprar nossa democracia, através da eleição dos parlamentares da futura Assembleia Nacional Constituinte, exatamente como se manifestou Randau Marques, para depois pedir ao presidente José Sarney, que se criasse o "lobby" do povo.

Quanta ironia que não passou em brancas nuvens, foi a decoração do ambiente com arbustos e palmeiras artificiais, feitas com fibras sintéticas, possivelmente querendo mostrar que o homem não tem poderes para competir com a obra divina. Também, surgiram as notas destoantes como sugestões para regularização da caça e outra de um cidadão preocupado com os quase 300 empregos diretos e indiretos de uma empresa japonesa que explorava a pesca da baleia no litoral brasileiro e foi atingida pelo decreto presidencial proibindo essa prática.

De patriotas desse quilate, o Brasil está cheio e muitos ainda estão hibernando para ver no que vai dar o atual Governo, contudo os testas-de-ferro mais destemidos, e com a cara-de-pau, teimam em não aceitar a nova realidade. Isso porém, não tirou o mérito do encontro, onde o presidente Sarney como autoridade máxima esteve com o primeiro chefe prestigiando o encontro e ouvindo as vozes representativas da sociedade brasileira, nas suas denúncias sobre a questão ambiental, bem como na indicação de soluções.

Certamente, a nossa evolução espiritual, tenha oferecido a cada um dos presentes ali, a certeza de que o presidente não fez na ocasião, mais um discurso político puro e simplesmente. Ele falava com o coração, e isso nos deu a certeza de podermos agora, Governo e Sociedade contar com um canal aberto para o Planalto, e assim, sem sombras de dúvidas faremos prevalecer os interesses maiores do povo, em detrimento de interesses escusos, de grupos ou pessoas isoladas.

A nossa confiança, dessa forma, foi grande e possivelmente como mortal que foi Tancredo Neves não fizesse melhor, e talvez as suas boas intenções esteja lá em cima ajudando Sarney que já declarou ter sido Deus que lhe deu a missão, porque jamais imaginou o desfecho que todos nós sabemos como aconteceu. Nós representantes de boa parte dos brasileiros, estamos conscientes da verdade dita pelo presidente José Sarney.

Estamos dispostos a dar-lhe o apoio necessário na defesa do Meio-Ambiente, como também com a mesma disposição, fazer-lhe as devidas cobranças. Resta-nos entaltec o engajamento do ministro Marco Maciel nessa luta, que certamente junto com o ministro Deni Schwartz, com o ministro Jerônimo Moscardo de Souza, saberão conciliar a política desenvolvimentista do nosso País, com a coerência da preservação.

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

▶▶▶ com esse, não é? Das regiões do mundo, o Brasil não é exceção. Não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

Em 30 anos, a mudança é muito grande. Uma mudança em parte por vezes precarizada. Se em 30 anos não há uma casa mudada, não há um bairro, não há um bairro, não há um bairro. No Estado de São Paulo, a situação é muito preocupante. Os moradores radicalmente a favor de florestas urbanas, grandes áreas de florestas urbanas, grandes áreas de florestas urbanas, grandes áreas de florestas urbanas...

Então, uma região grande, como São Paulo, não é exceção. Não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

Quis quem derrubar as florestas e há quem preservá-las. Então o policial não quer ter a ideologia, mas não extremada.



SAVAD — O problema de proteção ambiental não é um problema que se distinga pelo nível de desenvolvimento econômico, social e político. É uma preocupação de todos. Desde a pré-história, o homem viveu em equilíbrio com o meio ambiente. O que não interessa. O que não interessa é o crescimento, o que não interessa é o crescimento, o que não interessa é o crescimento...

SAVAD — Sim. Foi nas épocas de crescimento econômico, social e político que se distinga pelo nível de desenvolvimento econômico, social e político. É uma preocupação de todos. Desde a pré-história, o homem viveu em equilíbrio com o meio ambiente. O que não interessa. O que não interessa é o crescimento, o que não interessa é o crescimento...

SAVAD — Sem permitir que a degradação ambiental seja feita sem controle. É preciso garantir que o desenvolvimento econômico, social e político seja feito de forma sustentável, sem prejudicar o meio ambiente. É preciso garantir que o desenvolvimento econômico, social e político seja feito de forma sustentável, sem prejudicar o meio ambiente...

Não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Trata-se de mostrar que a política ambiental não é uma questão de moda, mas sim uma questão de sobrevivência. É preciso garantir que o desenvolvimento econômico, social e político seja feito de forma sustentável, sem prejudicar o meio ambiente. É preciso garantir que o desenvolvimento econômico, social e político seja feito de forma sustentável, sem prejudicar o meio ambiente...

SAVAD — Trata-se de mostrar que a política ambiental não é uma questão de moda, mas sim uma questão de sobrevivência. É preciso garantir que o desenvolvimento econômico, social e político seja feito de forma sustentável, sem prejudicar o meio ambiente. É preciso garantir que o desenvolvimento econômico, social e político seja feito de forma sustentável, sem prejudicar o meio ambiente...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

SAVAD — Sem a participação da sociedade, não há quem não esteja preocupado com o meio ambiente. Desde 1980 a 1986, o que foi travado por causa das estradas. A. então, as populações de São Paulo e do Rio...

Agenda do Presidente

O presidente José Sarney assinará hoje, durante solenidade a se realizar no Anexo do Palácio do Planalto, atos relacionados com a proteção do meio ambiente. As 10 horas, ele despachará com o chefe do SNI, ministro Ivan de Souza Mendes; às 10:30, com o chefe do Gabinete Militar, ministro Ruben Bayma Denys; e, às 11 horas, com o chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Maciel. As 11:30 horas receberá o procurador geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence.

As 15 horas, o presidente despachará com o ministro João Sayad, do Planejamento; e, às 15:45 horas, com o ministro Dilson Funaro, da Fazenda. As 16:30 horas, receberá o ministro Aldo Fagundes, do Superior Tribunal Militar; às 16:50 horas, o ex-ministro Angelo Calmo de Sá; às 17:15 horas, o presidente do PFL do Rio de Janeiro, Sergio Quintela; e, às 17:35 horas, o sr. David Primo Lates.

JOSÉ

JORNAL
DA
SEMANA
INTEIRA

®

BRASÍLIA-DF — ANO X — Nº 515 — PÁGINA 3

10 ASSESSORIA Sarney e a opinião pública

O Governo está conseguindo romper, mais do que qualquer outro Presidente, o fosso natural das relações da Presidência da República com a população — os encontros Governo-Sociedade (já se realizaram dois) atraem ao Palácio do Planalto líderes comunitários, professores e personalidades públicas para discutir assuntos determinados com funcionários do Governo.

O organizador desses encontros Governo-Sociedade é o diplomata Jerônimo de Souza, Subchefe da Casa Civil da Presidência.

O Presidente Sarney que participou do segundo desses encontros (dedicado ao problema do meio ambiente) descreveu-os no seu programa "Conversa ao pé do rádio", de sexta-feira, 6 de junho, às seis da manhã. Disse que os encontros duram um dia e colocam numa mesma mesa autoridades e líderes populares e permitem a prática de uma teoria ditada por sua experiência política a melhor assessoria do governo é a do povo, direta, sem intermediários.

Ambiente será fiscalizado

Ontem de manhã, o presidente Sarney convocou mais uma vez seus fiscais. Só que dessa vez eles irão fiscalizar o meio ambiente e a qualidade de vida. O convite foi feito durante a abertura do II Encontro Governo-Sociedade, Cidadania e Meio Ambiente, por ocasião do Dia Nacional do Meio Ambiente.

Ecologia

O II Encontro Governo-Sociedade na Nova República será realizado no dia 5 de junho, no auditório do Palácio do Planalto, tendo como tema “Cidadania e Meio-Ambiente”. Os promotores são os ministros Marco Maciel e Deni Schwartz. Não será surpresa se o Presidente Sarney — que abrirá o encontro — anunciar um “pacote ecológico”.

Luiz Orlando Carneiro é diretor do JORNAL DO BRASIL em Brasília.

Um novo pacote, o “ecológico”

O presidente José Sarney anunciou ontem as medidas que fazem parte do “pacote ecológico” do governo, em que serão gastos Cz\$ 85 milhões: transformação do Atol das Rocas, ilha Fernando de No-

ronha e os Penedos de São Pedro e São Paulo em áreas de proteção ambiental. As medidas foram bem recebidas pela maioria dos presentes ao debate “Governo-sociedade sobre o meio am-

biente”, mas, durante a reunião, os preservacionistas mostraram-se desconfiados em relação à possibilidade de o Atol das Rocas ser explorado por empresas de turismo.

Página 10

O povo agora será ouvido

JOSE HELDER DE SOUZA

A mitologia grega tem um herói — Anteu — cuja invencibilidade e força vinham de seu permanente contato com sua mãe Terra, ou, o que se pode dizer em linguagem popular, tinha sempre os pés na terra. Tanta era a força adquirida toda vez que tocava o chão de onde provê-lo, que Hércules, seu inimigo, para sufocá-lo e matá-lo, teve que erguê-lo no ar, tirá-lo do chão, o que vale alienar.

O Presidente José Sarney, em sua atuação política, tem um tanto de Anteu.

Na sua vida parlamentar, em mais de vinte anos, sempre que lhe faltavam forças, revigorava-se indo às chamadas bases, percorrendo a terramãe do vale do Pericumã e demais terras molhadas do chão maranhense. Voltava para a tribuna com o discurso renovado e enriquecido, ao mesmo tempo que apoiado nas aspirações do seu povo. Por isso foi sempre consagrado nas urnas, e, com esse modo de agir legitimado pelo povo, conseguiu liquidar o vitorinismo, política coronelista e cruel comandada pelo Senador Vitorino Freire.

Na Presidência da República José Sarney, embora por outros caminhos, continua a procurar contato o mais íntimo possível com a terra de onde provém sua força política, sua popularidade e a licença do povo para suas realizações.

Apoiado na competência do Ministro Jerônimo Moscardó de Souza, subchefe do Gabinete Civil para Assuntos Institucionais, tem procurado o salutar contato como o povo brasileiro através de seminários realizados no Palácio do Planalto para os quais têm sido chamados dirigentes de entidades de classe e de outras personalidades representativas da comunidade.

Inicialmente foi realizado com muito sucesso o Seminário Cidadania e Governo. Depois, com mais repercussão ainda, Cidadania e Meio Ambiente. No mês de julho próximo será realizado o terceiro, dentro de um tema de grande interesse para todos nós: Cidadania e Justiça. Dele poderá, inclusive, resultar a criação da Ouvidoria Geral.

Todos sabem hoje da dificuldade de os cidadãos conseguirem justiça. Ir aos tribunais não somente pedir justiça para crimes contra a pessoa, delito hoje a afligir todos os brasileiros na atual onda de violência como também para qualquer outra causa, custa caro e as decisões judiciais fazem-se lentamente. Esbulhados, escorçados, roubados ou humilhados e ofendidos pela violência, os brasileiros têm mil dificuldades de chegar a quem os possa defender. A Ouvidoria, como existiu outrora, pode ser uma solução. Ouvidores espalhados pelos recantos do País encaminhariam as causas populares de toda ordem.

O Anteu José Sarney quer se encostar na comunidade, pisar o chão para saber do povo com quem se deve solucionar esta grave questão para a qual um governo realmente democrático deve ter sempre voltados os seus olhos.

E o povo brasileiro está convencido de que enfim tem na Presidência da República um defensor de seus mais legítimos interesses, o que José Sarney tem demonstrado em vários setores, a começar pelo econômico. Com seu Plano Cruzado e os ajustamentos que vem fazendo à medida que a conjuntura os reclame, o Presidente deu aos brasileiros um novo alento, preservando o poder aquisitivo dos salários. E com a ouvidoria os rendimentos serão mais preservados ainda, pois haverá justiça rápida para os necessitados.

Sarney lança programa para meio ambiente.

O presidente José Sarney lançou ontem, no "Dia Nacional do Meio Ambiente", em Brasília, o Programa de Ações Básicas para a Defesa do Meio Ambiente, através do qual o governo federal vai repassar Cz\$ 85 milhões para projetos de 21 órgãos estaduais, da Sema (Secretaria Especial do Meio Ambiente) e dos Ministérios da Saúde e da Cultura. A verba representa menos de um sexto dos recursos da Cetesb (Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental) para este ano, de Cz\$ 594 milhões. O juiz Nicolau Cassiano Neto, de Angra dos Reis (a 154 km do Rio), proibiu ontem o reacionamento do reator da usina nuclear Angra 1, previsto para 15 de junho, até que a população da cidade receba mais informações sobre planos de evacuação em caso de acidente na usina. A Furnas Centrais Elétricas tem quinze dias para recorrer.

Sarney culpa países ricos pela poluição

O presidente José Sarney responsabilizou, ontem, os países ricos pela ação predatória contra o planeta Terra. Sarney fez a observação ao abrir o encontro Governo e Sociedade, que debateu a questão ecológica, comemorando o Dia Mundial do Meio Ambiente.

O Presidente voltou a convocar o povo para exercer as funções de fiscal, desta vez na defesa do meio ambiente, "em tempo integral", e determinou a criação de novas áreas de preservação ambiental. Também o ministro Marco Maciel referiu-se à necessidade da sociedade ser vigilante em relação à questão ecológica.

A ilha de Fernando de Noronha, o Atol das Rocas e os penedos de São Pedro e São Paulo foram considerados como áreas de proteção ambiental e seus recursos naturais deverão ser preservados, com a proibição de atividades poluidoras. Angra dos Reis também terá uma estação ecológica (Página 5)

Sarney quer fiscais para o meio ambiente

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um verdadeiro "pânico ecológico" em que serão despendidos C\$ 85 milhões, foi lançado ontem pelo presidente Sarney, ao abrir, no Palácio do Planalto, o debate "Governo-sociedade sobre o meio ambiente". Entre as medidas está a transformação do Atol das Rocas, Ilha Fernando de Noronha e os Penedos de São Pedro e São Paulo em áreas de proteção ambiental.

A plateia assistente, composta em sua maioria por preservacionistas, a princípio aplaudiu a medida, mas em seguida, durante os debates que se prolongaram durante o dia inteiro, passou a tratá-la com desconfiança. Pelo decreto presidencial, o Atol das Rocas pode ser explorado por empresas de turismo, embora o governo tenha alertado para a necessidade de compatibilizar essa atividade comercial com a preservação dos recursos naturais.

Sarney criou ainda, através de atos assinados, e comissão para implantar o Estação Ecológica de Angra dos Reis, onde se encontram as usinas nucleares brasileiras, e aprovou programas estaduais para controle e preservação do ambiente, destacando a cidade de Cubatão, em São Paulo, e Recife, Pernambuco, nesta última para despoluir o rio Capibaribe.

A responsabilidade pelo meio ambiente, segundo o presidente, é de toda a sociedade. Ele responsabilizou os países super-ricos, a estrutura industrial irracional do homem, de adocetarem o planeta Terra: "Convoco a todos os brasileiros, não só na qualidade de fiscais da aplicação de

uma política de governo, mas de titulares ativos da sua cidadania, a participarem em tempo integral da defesa do meio ambiente, seja na formulação de soluções, seja na aplicação de medidas concretas".

Dos C\$ 85 milhões, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente repassará C\$ 45 milhões a 21 órgãos estaduais para questões mais urgentes. Espera-se, com isso, viabilizar 42 projetos — C\$ 10 milhões serão repassados à Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) para serem utilizados na implantação de estações ecológicas. O restante — C\$ 29 milhões — será destinado aos Ministérios da Saúde, da Cultura e do Esporte, que desenvolverão programas de controle e preservação ambiental.

Em alguns Estados mais industrializados serão realizados estudos de avaliação do impacto das companhias metalúrgicas e siderúrgicas sobre o ecossistema. Algumas áreas em desmatamento da floresta amazônica também estão em estudo. Para o pantanal Mato-grossense foi criada uma polícia florestal para reprimir a ação de depredadores da fauna e da flora — os "construtores", que vivem do contrabando de peles de jacaré e outros animais silvestres.

Os governos de São Paulo e Paraná, através de convênio, de acordo com os projetos, deverão tomar providências para preservar a Serra do Mar, onde em alguns locais o desmatamento ameaça romper o equilíbrio ecológico.

Seis ministros compareceram à solenidade. O ministro do Planejamento, João Sayad, afirmou que o Brasil vive uma nova fase de desenvolvimento, capaz de harmonizar o

crescimento econômico com o respeito à natureza. "Aprendemos com o passado", acrescentou Sayad, "que não vamos eliminar a pobreza destruindo o maior patrimônio do País".

O ministro Dens Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, no entanto, foi obrigado a ouvir do representante dos funcionários da Secretaria Especial do Meio Ambiente que a boa vontade manifestada pelo governo não basta para solucionar os graves problemas do setor, que começam na própria estrutura do órgão. Segundo o representante, "a Sema está desestruturada e abandonada, sua principal luta atual não é em defesa de rios e florestas, mas sim pela própria sobrevivência". O protesto foi interrompido pelo ministro Jerônimo Moscarido, subchefe para assuntos institucionais do Gabinete Civil. Assistiram à cena os ministros Ivan de Souza Mendes, do Serviço Nacional de Informações; Bayma Dentz, do Gabinete Militar; Marco Maciel, do Gabinete Civil; Roberto Santos, da Saúde; e Aureliano Chaves, das Minas e Energia.

Orelhão

A ideia original do governo, que ganhou o nome de "Projeto Orelhão", era ouvir a sociedade sobre o tema. Acabou reunindo mais de cem propostas que na verdade não inovaram em nada os dispositivos legais já existentes para o controle ambiental. O deputado estadual Paulo Euritoli, do PMDB do Paraná, destacou dois pontos a defender a aprovação da lei sobre o uso do solo, que vem sendo retardada pelo Congresso Nacional. O governador de Pernambuco, Gustavo Krause, revelou que o acúmulo de lixo na cidade do Recife

deu origem a uma nova categoria profissional — a de "catadores" — e agora vive o dilema de ter que conviver com a sujeira para não criar um novo problema de desemprego.

Um dos assistentes defendeu o aproveitamento da energia do "terceiro milênio" e a "força cósmica" existente no Amazonas. A presidente da Associação das Dozas-de-Casa do Distrito Federal, Vera Santana, reclamou o fato de sua vizinha possuir uma mansão cuja sala é maior do que a sua própria casa. "Isso é um crime contra o meio ambiente, deviam proibir construções de casas com mais de 60 metros quadrados", protestou ela.

No âmbito dos Estados, as denúncias eram feitas principalmente contra as companhias de água e esgotos. Na Paraíba, porém, segundo Paula Francinette, da associação local dos amigos da natureza, o poder público é um forte aliado dos grupos privados para desperdiçar normas de preservação. Ela denunciou o governo paraibano de estar burlando o decreto do presidente Sarney que proíbe a pesca da baleia. A burla — explicou — consiste num requerimento da Cooperativa de Pesca (Coopelca), subsidiária de uma empresa japonesa, pedindo autorização ao governo federal para pescar, "com fins de pesquisa", 400 baleias no litoral brasileiro.

O balano Raimundo Gonçalves, presidente da Associação dos Moradores de Itapiká, fez um protesto simbólico: entregou ao ministro Dens Schwartz uma garrafa cheia de água e um recipiente de areia da lagoa de Abasté, cujas dunas estão sendo usadas na construção civil.

Juiz proíbe reabertura da usina de Angra I

Segurança é deficiente, afirma a liminar concedida no dia nacional do meio ambiente

GAZETTES



NA ABERTURA DO ENCONTRO GOVERNO-SOCIEDADE, SAYÃO PAGA CONSCIENTIZAÇÃO

AURELIANO de Mira, e Fábio de Almeida Soares, diretor-geral da Angra I, o juiz titular da comarca de Angra dos Reis, Carlos Roberto de Almeida, esclarecimento do plano de segurança e evacuação em caso de emergência, será discutida e cumprida.

Fernes Central Elétrica, subsidiária da Eletrobras operando no sistema que recorre da li-
maner concebida pelo Iuz de Angra. O monitorador, com 645 megawatts, MW, de potência, está paralisada desde dezembro de 1984, devido a uma falha de refrigeração e recarga de combustível com a utilização de água de resfriamento. O Iuz sobre a segurança do programa nuclear brasileiro, reunido em Brasília em 22 de maio de junho, quando Angra voltaria a operar, se tomassem medidas emergenciais, reconhecendo que não há plano de emergência no Iuz.

Logo a falta de planos, não há "deser" o plano atual do Iuz. O valor, a volta dos 645 MW de Angra ao sistema interligado ao sistema brasileiro, não é o plano mais que, por enquanto, se os próximos centros de consumo, no Rio de Janeiro, em maio, 1.600 MW, que sejam tratados de mais que 1 mil km de distância, a população de Angra, a 187 do consumo de energia elétrica na região sudeste.

Peterson avoca deficiências de segurança como razão suficiente para a proibição da reabertura da usina, que estava prevista para o próximo dia 15. Angra I não pode voltar a funcionar até que a segurança seja garantida e, se confirmada a decisão tomada, finalmente pelo Iuz, só voltará a funcionar se forem atendidas 6 promotorias, que a população de Angra não se sabe como agir em caso de um acidente nuclear.

Os ecologistas e simpatizantes da luta em defesa da natureza, que se organizaram em uma comissão interclassista para a preservação do meio ambiente, uma manifestação em frente à usina, em 20 de maio, exigiu a energia nuclear. O Partido Verde organizou um show no Morro da Urca também em homenagem aos 100 dias de funcionamento da candidatura do Iuz, e a comissão interclassista realizou uma sessão estadual pelo partido em colação com o P.V.

Os ecologistas e simpatizantes da luta em defesa da natureza, que se organizaram em uma comissão interclassista para a preservação do meio ambiente, uma manifestação em frente à usina, em 20 de maio, exigiu a energia nuclear. O Partido Verde organizou um show no Morro da Urca também em homenagem aos 100 dias de funcionamento da candidatura do Iuz, e a comissão interclassista realizou uma sessão estadual pelo partido em colação com o P.V.

Governo anuncia medidas de defesa do meio ambiente

BRASILIA — Hoje, durante a comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, o Presidente José Sarney criou um novo órgão no âmbito do Ministério do Planejamento: a Comissão de Meio Ambiente, que vai centralizar e gerenciar as ações governamentais em defesa do meio ambiente com o problema ambiental. O Presidente também elevou de C\$ 23 milhões para C\$ 80 milhões as recursos financeiros a serem aplicados no Programa de Ação Básica para a Defesa do Meio Ambiente, elaborado pelo Ministério do Planejamento e do Desenvolvimento Urbano.

Para esse programa, que será destinado aos C\$ 80 milhões, dos quais C\$ 42 milhões serão aplicados, através de repasses aos Estados, municípios e ao Distrito Federal, Sarney criou uma nova comissão ambiental. Entre elas estão o controle da poluição atmosférica e acidental em Caballo (São Paulo), no Polo Científico de São Carlos, no Estado de Minas Gerais, no Estado de São Paulo, Camacari (Bahia) e nas minas de carvão de Santa Catarina.

O Ministério da Saúde também se-
rá contemplado com recursos de or-
çamento para o Programa de Ecologia
Humana e Saúde Ambiental, que vai

realizar o estudo de cabuleto sobre a situação ambiental de cada Estado, o trabalho, aumentar a vigilância epidemiológica de invertebrado por agrotóxicos, e melhorar a qualidade de água nos grandes centros urbanos.

"Também serão criados dois novos órgãos, o Conselho Nacional de Meio Ambiente, que defenderá os bens culturais de que os colônias de Deus". Esta frase, que ele proferiu quando já estava próximo das eleições, foi usada pelo estudante de Arquitetura, que participou da reunião que criou a Assembleia Legislativa do Espírito Santo às 10 horas, foi lido ontem para que a população se conscientizasse sobre a situação e o planejamento da Câmara Municipal. Durante todo o dia chegaram centenas de telegramas de parabéns, um dos quais do Presidente Sarney.

Na mensagem de hoje, o Presidente Sarney vai afirmar que "o desenvolvimento econômico não pode prescindir de um aproveitamento racional dos recursos naturais". No dia 17, será instalada em Belém uma comissão para discutir uma política florestal para o País. Segundo Ruyvan Brito, da Comissão de Meio Ambiente, a comissão na Amazônia é uma luta entre interesses divergentes e conflitantes num campo de força desigual".

População do Espírito Santo dá adeus a Ruschi



No velório, milhares de pessoas se reuniram para despedir-se de Ruschi.

tória seja em Santa Teresa, e há rumores de que também não virá para o enterro, porque não se conforma com a decisão do governador. O governador chegou à Câmara Municipal, onde se reuniu com os líderes das três escolas da pequena cidade e apresentou um relatório — assinado por ele e por seus quatro filhos de infância, Marilindo, Douglas e Alexandre — sobre a situação em. Augustin Ruschi Júnior, não compareceu ao velório, seja em Vi-

tória seja em Santa Teresa, e há rumores de que também não virá para o enterro, porque não se conforma com a decisão do governador. O governador chegou à Câmara Municipal, onde se reuniu com os líderes das três escolas da pequena cidade e apresentou um relatório — assinado por ele e por seus quatro filhos de infância, Marilindo, Douglas e Alexandre — sobre a situação em.

Sarney e Brizola mandam telegrama

BRASILIA — O Presidente José Sarney e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, mandaram telegramas de despedida ao naturalista Augusto Ruschi. Sua íntegra do telegrama:

"Assobido ao sentimento nacional de pesar pela morte de Ruschi, expressamos a todos os brasileiros, e a você em particular, as nossas mais sinceras condolências e a nossa eterna lembrança. O Brasil não esquecerá o seu trabalho e o seu caráter".

O governador do Rio de Janeiro, Leone Brito, também enviou telegrama a você. Era sua mensagem: "A todos os brasileiros, e a você em particular, expressamos as nossas mais sinceras condolências e a nossa eterna lembrança. O Brasil não esquecerá o seu trabalho e o seu caráter".

O governador do Rio de Janeiro, Leone Brito, também enviou telegrama a você. Era sua mensagem: "A todos os brasileiros, e a você em particular, expressamos as nossas mais sinceras condolências e a nossa eterna lembrança. O Brasil não esquecerá o seu trabalho e o seu caráter".

Sarney convoca povo a fiscalizar o meio ambiente

BRASILIA — Ao classificar a degraded ambiente ambiental como seqüela do desenvolvimento econômico, o presidente Sarney convocou o povo a fiscalizar o meio ambiente em suas atividades cotidianas. Em um discurso, o Embaixador Aires Ararajó — um dos oradores principais na abertura do Palácio da Cidadania — pediu ao povo que fiscalizasse a aplicação de uma Política Nacional do Meio Ambiente, bem como a participação em tempo integral da preservação da natureza.

O Governador anunciou que a legislação ambiental deve ser aplicada com a participação da comunidade em sua formulação. — Esporou o Presidente para uma prática de mais de 300 milhões de brasileiros, disse Sarney, e para as casas e cidadãos preocupados com a questão ambiental.



Comandante por Osmar Sarney, Sarney explica a política do Governo para o meio ambiente

No Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado ontem, o Presidente José Sarney assinou decreto de criação do Programa Emergencial de Controle do Meio Ambiente.

Cit 35 milhões, que será executado por 21 Estados, cinco Ministérios e Prefeituras das principais cidades. Sarney assinou o decreto na abertura do I Encontro Governo e Sociedade.

Em outros decretos assinados ontem, Sarney instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial para criar e criar de uma estação ecológica, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Outros decretos assinados ontem pelo Presidente Sarney são: criação da Reserva Biológica de Nova Lombardia, no Espírito Santo, e declara área de proteção ambiental no território Federal de Fernando de Noronha, Ilhas do Arquipélago e o Penedo de São Pedro e São Paulo.

O Programa Emergencial de Controle Ambiental será executado pelos Ministérios do Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente, Cultura e Planejamento. Cabe ao Rio de Janeiro recursos da ordem de

Governo também recebe críticas

Durante mais de duas horas, o verno federal recebeu uma série de críticas e denúncias relacionadas a questões ecológicas, vindas de representantes de organizações ambientalistas de todo o Brasil. O encontro foi realizado no Palácio do Planalto, quando o Presidente Sarney recebeu os participantes em um momento de diálogo.

Sarney com a assistência de vários ministros.

"Deus salve a Amazônia", por exemplo, foi o slogan lançado pelo deputado federal Celso Vinício, ao discursar no encontro. O deputado também falou sobre o Programa Grande Carajás, e a existência de reservas equivalentes a 11 milhões de hectares de madeira durante 1984, sem replantio.

Apresentar ao Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz, sobre os projetos de criação de unidades de conservação ambiental, o Programa Grande Carajás, e a existência de reservas equivalentes a 11 milhões de hectares de madeira durante 1984, sem replantio.

O Ministro Deni Schwartz assinou o decreto de criação do Programa Grande Carajás, e a existência de reservas equivalentes a 11 milhões de hectares de madeira durante 1984, sem replantio.

Furtado quer a população mais bem informada sobre questão ambiental

Saúde, Roberto Furtado, ministro do Meio Ambiente, disse que o objetivo do governo é informar a população sobre a questão ambiental. Ele afirmou que o governo quer que a população saiba mais sobre a política ambiental e que ela seja integrada à preservação da natureza.

Em um discurso, o Embaixador Aires Ararajó — um dos oradores principais na abertura do Palácio da Cidadania — pediu ao povo que fiscalizasse a aplicação de uma Política Nacional do Meio Ambiente, bem como a participação em tempo integral da preservação da natureza.

O Governador anunciou que a legislação ambiental deve ser aplicada com a participação da comunidade em sua formulação. — Esporou o Presidente para uma prática de mais de 300 milhões de brasileiros, disse Sarney, e para as casas e cidadãos preocupados com a questão ambiental.

Governador do Paraná tomba trecho de 562 mil hectares da Serra do Mar

PARANÁ — Para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, o Governador do Paraná, João Elio Ferraz de Campos, participou ontem de uma reunião do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural da Serra do Mar, em Curitiba, onde assinou o decreto de tombamento de um trecho de 562 mil hectares da Serra do Mar.

O decreto foi assinado pelo Governador do Paraná, João Elio Ferraz de Campos, e pelo Secretário de Meio Ambiente, Roberto Furtado. O decreto estabelece a criação de uma Unidade de Conservação Ambiental, a Serra do Mar, com uma área de 562 mil hectares.

No prédio 1, Rio de Janeiro, o Dia do Meio Ambiente e o Dia do Meio Ambiente

Cananéia. Imara Stallbaum

O que Sarney vai falar, em defesa do meio ambiente.

O presidente Sarney vai fazer um discurso no dia 5 (Dia Nacional do Meio Ambiente) fazendo um apelo à sociedade para que defenda nossos recursos naturais. Também deve anunciar novas medidas de defesa ao meio ambiente. O discurso será no encontro "Governo-sociedade", em Brasília, e com Sarney estarão os ministros Deni Schwartz, João Sayad e Marco Maciel. "O governo não tem compromisso com predadores", dirá Sarney.

Sarney fará encontros no Planalto

Brasília — O presidente José Sarney anunciou no programa radiofônico **Conversa ao Pé do Rádio** a criação dos “encontros Governo-sociedade”, reuniões periódicas no Palácio do Planalto entre ministros e representantes da sociedade civil, das quais poderá também participar para discussão de temas de interesse do país.

Sarney disse que decidiu oficializar os encontros por causa do sucesso da reunião que teve quinta-feira passada com especialistas em ecologia, para tratar da defesa do meio-ambiente.

— O objetivo dessas reuniões — explicou — é permitir ao Governo trocar idéias com representantes das comunidades, diretamente, sem intermediários. Minha longa experiência de deputado, senador e governador está me valendo agora, na Presidência.

Samey faz opção pela Natureza

O presidente José Sarney, sem citar o nome de frei Leonardo Boff, recorreu à principal ideia defendida pelo religioso em sua Teologia da Libertação, na mensagem do programa "Conversa ao pé do Rádio", de ontem. "Da mesma forma que fizemos a opção pelos pobres — e partimos para o combate a todas as formas de miséria — agora também o faremos com relação ao meio ambiente. Pois são os pobres as maiores vítimas da poluição", afirmou o Presidente.

O programa — transmitido todas as sextas-feiras, às 6h em cadeia facultativa de rádio — foi dedicado à defesa do meio ambiente, tema do II Encontro Governo-Sociedade, aberto por Sarney, na última quinta-feira. Explicando o objetivo deste evento, rea-

pliou que essas perdas (nossas paisagens, a pureza da água e do ar e até as cores do nosso céu) também representavam a nossa morte".

O presidente, enfático, constata que, "foi esse desprezo pelo meio ambiente, esse desinteresse pela preservação da natureza, que tanto facilitou o crescimento da poluição generalizada, quanto provocou o surgimento e crescimento das favelas e bairros miseráveis das nossas cidades". E garantiu que o seu governo não pensa assim.

Sarney explicou que, a partir de agora, "a criação de indústrias, o desenvolvimento das cidades e a exploração de recursos naturais, como o aproveitamento das águas, tudo será subordinado à exigência de que não poluam nossa natureza".

lizado no Palácio do Planalto, o presidente se disse convencido "de que a melhor assessoria do governo é o próprio povo".

Durante o II Encontro, foi lançado "o pacote ecológico" e vários atos para garantir a preservação da natureza e defender a qualidade de vida da população. "A defesa do meio ambiente, agora, é assunto do Governo, que o assume com decisão, energia e compreensão de sua importância", frisou Sarney, na mensagem aos ouvintes.

"Durante muito tempo, imaginou-se que a poluição — e as desgraças que ela causa, sob forma de doenças, desequilíbrios climáticos, mudança da paisagem e, até, extinção de riquezas naturais — era o preço do desenvolvimento. Que grande equívoco", frisou. E completou: "nunca se ex-

Sarney diz que pobres são as maiores vítimas

Brasília — O presidente José Sarney definiu, no programa radiofônico *Conversa ao pé do rádio*, o seu governo como "opção pelos pobres", prometendo que combaterá "todas as formas de miséria, inclusive as relacionadas com o meio ambiente, pois os pobres são as maiores vítimas da poluição".

— Minha longa experiência de deputado, senador e governador está me valendo agora na Presidência. Estou convencido de que a melhor assessoria do governo é o próprio povo", afirmou Sarney, acrescentando que os encontros governo-comunidade permitem uma troca de idéias, diretamente, sem intermediários. O primeiro encontro governo-sociedade, realizado no início de março, tratou do plano cruzado, e o segundo, na quinta-feira, do meio ambiente.

O presidente José Sarney comunicou, em seu programa, a assinatura de atos criando uma área de proteção ambiental envolvendo a ilha de Fernando de Noronha, o atol das Rocas e os penedos de São Pedro e São Paulo e a criação da estação ecológica de Angra dos Reis, "e até um ambicioso programa de ações básicas para a defesa do meio ambiente do Brasil que envolverão cinco ministérios e recursos de Cz\$ 82 milhões".

Entre essas ações estão os projetos para controlar a poluição de Cubatão (SP) e dos pólos petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, carboníferos, na Bahia, em Alagoas, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Pernambuco e Amazonas. "A defesa do meio ambiente agora é assunto do governo, que assume com decisão, energia e compreensão da sua importância. A defesa do meio ambiente é uma responsabilidade que o presidente da república assume em nome do governo", afirmou.

Incursão ecológica

Em poucos dias, o Palácio do Planalto iniciará intensa campanha de conscientização nacional para a questão ecológica. A idéia é demonstrar que toda a população deve ser responsável pela preservação e a melhoria de nosso patrimônio natural. Bem como, em paralelo, de que tomar essas posturas não pode ser privilégio de minorias e de partidos políticos específicos. Eles têm o seu lugar, é claro, mas o esforço precisa ser comum e, no caso, com a participação do poder público.

Por um triz

Foi graças à pressão de jornalistas políticos de Fortaleza, bem como pela interferência do senador Virgílio Távora, que acabou de ser sustado na Assembléia Legislativa do Ceará projeto de emenda constitucional concedendo pensão vitalícia a todos os ex-prefeitos de todos os municípios do Estado. Se a obscuridade passasse, logo se alastraria feito sarampo para os demais Estados. E não haveria dinheiro bastante para atender aos inúmeros ex-alcaldes, registrando-se até a hipótese de sua general acumulação: o ex-presidente e atual prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, faria jus a duas polpudas aposentadorias...

Pelo menos eles

Os buracos nas ruas e avenidas de Fortaleza estão virando folclore, pois, apesar de toda a gritaria, a prefeta Maria Lúiza não consegue evitar o verdadeiro caos em que se transformou a capital do Ceará, onde nem o lixo vem sendo recolhido das ruas. Um motorista de praça comentou, dias atrás, com um visitante: pelo menos os donos das oficinas mecânicas nunca mais deixarão de apoiar a prefeta...

A reboque?

No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola não encontra nomes popularmente em condições de se candidatarem ao Palácio Piratini. O PDT deverá seguir a reboque do PDS, com Néelson Marchezan à frente. Talvez por isso um esforço enorme esteja sendo feito, no sentido de que o ex-líder do governo na Câmara venha a se compor com o PMDB. Ele poderia ser indicado ao Senado, numa espécie de união gaúcha chefiada pelo PMDB, o que obrigaria Brizola a vir a reboque. Ou a não vir, o que seria melhor ainda para a Nova República.

Sarney lança pacote ecológico

BRÁSILIA — O presidente José Sarney convocou, na manhã de ontem, mais uma vez, seus fiscais. Desta vez para fiscalizar o meio ambiente e a qualidade de vida. Ao abrir o "II Encontro Governo-Sociedade, Cidadania e Meio Ambiente", por ocasião do Dia Nacional do Meio Ambiente, o presidente Sarney declarou:

"Convoco todos os brasileiros, não só na qualidade de fiscais da aplicação de uma política de governo, mas de titulares ativos da sua cidadania, a participarem em tempo integral da defesa do meio ambiente, seja na formulação de soluções, seja na aplicação de medidas concretas, pois essa participação, longe de ser um significado abstrato, será sem dúvida uma das mais genuínas formas da prática da liberdade".

Na solenidade, o presidente Sarney definiu um verdadeiro "pacote ecológico", com a criação do Programa Emergencial de Controle Ambiental, cujos recursos serão de Cz\$85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de cruzados), com participação direta de 21 Estados, cinco municípios, além das prefeituras das principais cidades. Além disso, o presidente Sarney resolveu dar o nome de Augusto Ruschi à estação ecológica de Santa Luzia, no município de Santa Teresa, Espírito Santo.

59 Para marcar o Dia Mundial do Meio Ambiente, o presidente José Sarney assinou ontem, uma série de projetos envolvendo os ministérios da Saúde, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Planejamento e Cultura. Minas Gerais, de imediato, foi contemplada com recursos

da ordem de Cz\$3,1 milhões, que serão repassados ao órgão estadual de meio ambiente para ações de controle ambiental.

O programa de ações básicas do meio ambiente, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, reservou para o Estado de Minas Gerais os seguintes programas: controle ambiental de usinas metalúrgicas, indústrias químicas e alimentícias, com recursos de Cz\$950.000,00, programa de cooperação técnica com os municípios para a defesa do meio ambiente, com recursos de Cz\$100.000,00.

Além desses, foram aprovados, ainda, os seguintes programas: controle ambiental de mineração Cz\$450.000,00; controle de efluentes líquidos das usinas de açúcar e destilarias de álcool e aguardente (Cz\$300.000,00) e avaliação e controle da poluição hídrica da bacia do Rio Piracicaba Cz\$1.366.655,00).

Na área do Ministério da Saúde, cinco projetos foram também aprovados. São eles: estudos das implicações para a saúde pública da situação da segurança das substâncias químicas; investigação e epidemiologia em ecotoxicologia de pesticidas; investigação epidemiológica sobre efeitos em relação à saúde humana da poluição atmosférica por material particulado e óxido de enxofre na região metropolitana de Belo Horizonte; implantação do programa de proteção à saúde do trabalhador na rede pública de serviços básicos de saúde de BH e implantação do programa de proteção à saúde do trabalhador da rede pública de serviços de saúde em Juiz de Fora.

Ainda para comemorar o Dia do Meio Ambiente, o presidente Jos é Sarney assinou decreto constituindo um grupo de trabalho para realizar estudos relativos à implantação de estação ecológica na área onde se localiza a central nuclear de Angra dos Reis e um outro denominado de "Augusto Ruschi", a reserva biológica de Nova Lombardia, no município de Santa Tereza, no Estado do Espírito Santo.

Cerca de Cz\$80 milhões serão aplicados, neste ano, no Programa Emergencial de Controle Ambiental, anunciado oficialmente, ontem, pelo presidente José Sarney, durante o "II Encontro Governo Sociedade: Cidadania e Meio Ambiente", em comemoração ao Dia Nacional do Meio Ambiente. O Ministério do Planejamento também introduz a preocupação com a ecologia no planejamento do Governo, com a criação da Comissão Sepian de Meio Ambiente.

Para o ministro do Planejamento, Joto Sayad, a série de decretos que o presidente assinou nesta quinta-feira, lançando uma ação de emergência na área de meio ambiente, demonstra que o Governo está re-direcionando o seu modelo de crescimento econômico, que procura conciliar o desenvolvimento com a preservação da ecologia, sem "maltratos e estragos à natureza".

A Comissão Sepian de Meio Ambiente, de acordo com o novo assessor da pasta para Ecologia, Icaro Atronovich da Cunha, centralizará as liberações de recursos para projetos na preservação da ecologia, além de integrar os órgãos, tanto a nível federal como municipal, de meio ambiente.

MEIO AMBIENTE

Seplan anuncia programa de apoio



Brasília — O ministro do Planejamento, João Sayad, anuncia, hoje, quando se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, um conjunto de medidas de preservação ambiental, através de uma ação conjunta

envolvendo os ministérios do Desenvolvimento Urbano, Saúde, Cultura e Agricultura. Os estados receberão o equivalente a Cz\$ 40 milhões para equipar os órgãos estaduais ligadas ao controle do meio ambiente. Sayad também poderá revelar a criação de uma nova área de proteção ambiental.

A informação é do assessor da Seplan para Meio Ambiente, Ícaro Aronovich da Cunha. Ele explicou que esse "pacote ecológico", oficialmente denominado Programa de Ações Básicas para Defesa do Meio Ambiente, também tem como meta fortalecer a Secretaria do Meio Ambiente (Sema), esvaziada durante o governo militar. Para tanto, a Seplan dará recursos adicionais de Cz\$ 10 milhões.

O Ministério da Saúde terá aproximadamente Cz\$ 10 milhões para aperfeiçoar os estudos relacionados com os efeitos da poluição ambiental sobre o organismo humano, através do Programa de Ecologia Humana e Saúde Ambiental. Além disso, os ministérios da Saúde e Agricultura também vão desenvolver vigilância epidemiológica sobre intoxicação com agrotóxicos, além de controle da qualidade da água.

Na novidade desse conjunto de medidas na área do meio ambiente é a participação do Ministério da Cultura, que

será beneficiado com Cz\$ 1 milhão para proteção do patrimônio histórico, numa ligação mais ampla com a ecologia. De acordo com Ícaro, a orientação do ministro Sayad é buscar conciliar o desenvolvimento econômico com o uso não predatório do meio ambiente.

Ainda nesta quinta-feira, Sayad também anunciará a criação da Comissão Seplan do Meio Ambiente, com o objetivo de compatibilizar as ações de funções ligadas à preservação do meio ambiente nos diversos órgãos da administração federal. Ícaro explica que essa comissão alertará as autoridades econômicas da necessidade de planejamento

aliado à preocupação com a ecologia. Por outro lado, essa comissão também centralizará as liberações de recursos na área de meio ambiente.

Cerca de 40 projetos terão recursos do Ministério do Desenvolvimento Urbano, aproximadamente Cz\$ 40 milhões, para preservação do meio ambiente. Entre eles se destacam: apoio à implantação do tombamento da Serra do Mar, em São Paulo; controle de emergência, com plano de evacuação da população, para a poluição de Cubatão; controle da poluição no Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia e Pólo Coluquímico de Alagoas.

Nogueira acredita que houve avanço

Brasília — "O Brasil já obteve expressivas vitórias em relação aos problemas do meio ambiente, mas ainda temos grandes problemas a resolver, nas várias regiões do país", afirmou ontem o secretário especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto, do Ministério do Desenvolvimento Urbano, destacando os problemas relativos ao controle do vinhoto, desmatamentos na Amazônia, tratamento de esgotos, as minas de carvão no Sul de Santa Catarina e a poluição dos rios.

Em sua opinião, o II Encontro Governo-Sociedade, que será realizado hoje, no auditório do Palácio do Planalto, se constitui no primeiro passo para uma cooperação mais ampla no encaminhamento das questões ambientais, à medida em que "as entidades da área de meio ambiente, privadas ou oficiais, vão fazer ouvir sua opinião, expressar suas críticas e fazer sugestões".

Paulo Nogueira Neto considera que alguns problemas ambientais vêm sendo tratados com resultados satisfatórios, como a área de Cubatão, em São Paulo,

"onde a situação hoje é bastante melhor" e mesmo a Grande São Paulo, que ainda enfrenta sérios problemas de poluição, mas cujos índices vêm sendo reduzidos. Outros problemas, entretanto, continuam se agravando, como a questão do tratamento de esgotos, que atinge as pequenas e grandes cidades brasileiras. Nesta área, estamos perdendo a batalha. O tratamento de esgotos é muito caro e não contamos com os resultados necessários, afirma o secretário, lembrando que em consequência os cursos de água, que passam junto às cidades, frequentemente estão mortos e não têm mais peixes.

Paulo Nogueira Neto vê com grande preocupação a questão do vinhoto. Embora identifique uma situação "bem melhor" no controle do vinhoto nas diversas regiões do país, entende que as grandes quantidades armazenadas em Pernambuco apresentam riscos. "Ele está sendo armazenado em quantidades excessivas em relação à segurança, em depósitos imensos, que poderiam causar desastres ambientais de vulto."

Voltam os fiscais de Sarney. Agora, para vigiar ambiente.

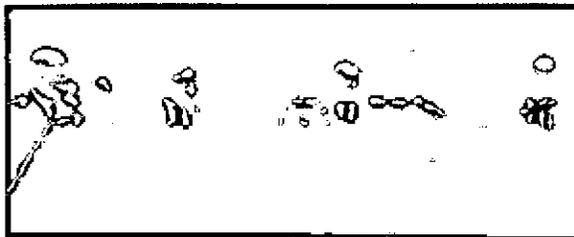
BRASÍLIA — O presidente José Sarney convocou, na manhã de ontem, seus fiscais mais uma vez. Desta vez para fiscalizar o meio ambiente e a qualidade de vida. Ao abrir o II Encontro Governo-Sociedade, Cidadania e Meio-Ambiente, por ocasião do Dia Nacional do Meio Ambiente, o presidente Sarney disse:

"Convoco todos os brasileiros, não só na qualidade de fiscais da aplicação de uma política de Governo, mas de titulares ativos da sua cidadania, a participarem em tempo integral da defesa do meio ambiente, seja na formulação de soluções, seja na aplicação de medidas concretas, pois essa participação, longe de ter um significado abstrato, será sem dúvida uma das mais genuínas formas da prática da liberdade."

O presidente Sarney criou o Programa Emergencial de Controle Ambiental, cujos recursos serão de Cz\$ 85 milhões, com participação direta de 21 Estados, cinco ministérios e prefeituras das principais cidades. O presidente deu o nome de Augusto Ruschi à Estação Ecológica de Santa Lúcia, no município de Santa Teresa, Espírito Santo.

EXERCÍCIO DA CIDADANIA

"Desejo assinalar que o fato que inspira a política de meio ambiente que o País pratica é a reconquista da liberdade política. A questão ambiental é de tal ordem e extensão que o seu tratamento transcende de muito as fronteiras da atividade do Estado, para abranger a esfera da comunidade e do cidadão. Sem a liberdade da expressão e de participação, qualquer política - e a do meio-ambiente em particular - representa, no melhor dos casos, tão somente um fato técnico, esvaziado e empobrecido do seu significado de ser uma experiência da liberdade e da cidadania" disse Sarney, acrescentando: "O Governo entende que a legitimidade de uma política nacional do meio ambiente, hoje um conceito legalmente instituído, decorre da participação da



Telefoto EBN

O presidente e os ministros no Encontro Governo-Sociedade

comunidade em sua formulação, não só porque a defesa do meio ambiente é uma forma de exercício da cidadania, mas porque é nesta instância - a da comunidade - que se encontra a informação imediata e genuína, sem a qual tal política não pode ser concebida."

"Dessa convocação e dessa participação resultou, já no primeiro dia deste Governo, um fato concreto: a criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Um fato novo da história de planejamento, um capítulo do I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República e dedicado à política ambiental, dando-lhe um caráter supra-setorial e definindo linhas de ação prioritárias. A dimensão ambiental está incorporada desde o planejamento à execução das ações do Governo."

Mais adiante, assinalou o presidente: "O homem, que se julgava objeto da criação e fora da natureza, começa a duvidar de sua primazia, e antes de salvar-se ele sabe agora que precisa salvar a Terra. O que adiantaria o desenvolvimento, a alma imortal, a vida em si mesma, se ela não mais vai ter espaço para existir?"

"Esta é a raiz de toda a dúvida que está levando as nações a pensar na natureza,

não mais em termos de sua beleza, do usufruto de suas dádivas, de sua exploração. Mas, pensar na natureza em termos de que ela pode chefiar uma rebelião impossível contra o próprio homem, criando a antixistência", assinalou.

"E neste ponto fundamental que as nações jovens não podem lavar as mãos para assistir ao incêndio, mas têm uma extraordinária autoridade para afirmar que se a Terra está doente, começa a dar sintomas de enfraquecimento, a culpa não é dos países em desenvolvimento, mas dos super-ricos que, na ânsia de exploração, se comportaram de maneira predatória", sentenciou.

"E, para terminar, vou repetir a citação com que encerrarei aquele pronunciamento sobre o meio ambiente, dizendo que o homem ainda é o principal predador da natureza. Sem que ele tenha uma consciência de sua preservação, nós faremos muito pouco." "Para alimentar nossas esperanças citemos, finalmente, Nance Newhall: De todos os recursos, o mais crucial é o espírito do homem. Não aquele espírito entorpecido, mas aquele espírito evoluído capaz de criar e de amar. O homem ainda é um caçador, embora sua caça possa ser uma esperança ou um mistério."

RONALDO DE OLIVEIRA



Ministro pede mais participação

Fiscais são convocados à ecologia

O presidente José Sarney convocou, na manhã de ontem, mais uma vez seus fiscais. Desta vez para fiscalizar o meio-ambiente e a qualidade de vida. Ao abrir o "II Encontro Governo-Sociedade, Cidadania e Meio-Ambiente", por ocasião do Dia Nacional do Meio Ambiente, o presidente Sarney declarou:

- Convoco a todos os brasileiros, não só na qualidade de fiscais da aplicação de uma política de Governo, mas de titulares ativos da sua cidadania, a participarem em tempo integral da defesa do meio-ambiente, seja na formulação de soluções, seja na aplicação de medidas concretas, pois essa

participação, longe de ser um significado abstrato, será, sem dúvida, uma das mais genuínas formas da prática da liberdade".

Na solenidade, o presidente Sarney deflagrou um verdadeiro "pacote ecológico", com a criação do programa emergencial de controle ambiental, cujos recursos serão de Cz\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de cruzados), com participação direta de 21 Estados, cinco Ministérios, além das prefeituras das principais cidades. Além disso, o presidente Sarney resolveu dar o nome de Augusto Roschi a Estação Ecológica de Santa Lúcia, no município de Santa Teresa, Espírito Santo.

Deni defende a união

O governo sozinho não conseguirá fazer uma política de meio-ambiente. Para isso é necessário, também, a participação da sociedade. O governo, cumprirá o seu papel de instrumento para a realização dos programas, afirmou ontem, o ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Deni Schwartz, durante o Encontro Governo/Sociedade.

Segundo Deni Schwartz, em tese, todos compreendem a necessidade de preservação do meio-ambiente, mas é preciso que essa compreensão teórica seja transformada em entendimento prático, entre o governo e a sociedade, capaz de gerar medidas concretas, adequadas e viáveis, no sentido de se corrigir as distorções existentes e encontrar soluções para o problema.

Uma política para a ecologia

Pela primeira vez na história administrativa do País, o Governo coordena e adota uma verdadeira política ecológica. E dessa dimensão a diretriz posta em vigor pelo presidente José Sarney, numa abrangência que vai desde a sacralização de certas áreas do meio ambiente até a vulgarização de uma cultura consciente dos valores ecológicos. A nova política também não ignora a defesa da saúde e as ações necessárias para evitar a poluição em suas várias manifestações, assim também o combate sistemático as disfunções ecológicas já diagnosticadas, como a grave saturação da atmosfera em Cubatão.

Com o nome de Programa de Ações Básicas para a Defesa do Meio Ambiente, a política inaugurada por Sarney, com suporte inicial numa verba de 85 milhões de cruzados, foi amplamente saudada por ecologistas e entidades ligadas à defesa do meio ambiente. Com efeito, os órgãos representativos da sociedade não poderiam negar solidariedade à decisão do Governo, uma vez que foi ela precedida de amplas consultas a todos os segmentos sociais interessados no problema. A abertura para as formas participativas, como tem sido uma constante na atual experiência administrativa, mais uma vez funcionou eficazmente, desde que as alternativas abarcadas nas ações previstas são aquelas defendidas pela maioria da população.

Para mostrar que o posicionamento governamental nessa matéria não se encerra apenas na re-

torica dos textos oficiais, o presidente Sarney, ao anunciar a política ecológica, decretou de imediato o Território de Fernando de Noronha, o Atol das Rocas e os penedos de São Pedro e São Paulo como áreas de proteção ambiental. A transformação desses equívocos santuários ecológicos chegou bem a tempo de bloquear os anseios latentes para aproveitá-los irracionalmente, sob os impulsos de meros interesses econômicos. Marcas atlânticas da presença nacional em seu mar fronteiriço, esses três pedaços do território não são apenas importantes por sua inigualável beleza, mas, sobretudo, por servir de abrigo a uma riquíssima e portentosa fauna subaquática e suas correspondentes manifestações florais.

Também para tocar de dinamismo a nova política ecológica, Sarney determinou o macrozoneamento ecológico da Amazônia, com destaque também para os aspectos de natureza econômica. Tal disposição oficial se insere no quadro geral do problema ecológico brasileiro com um grau superior de inovação. Não são de hoje as denúncias em torno da depredação do meio ambiente, na região amazônica, frutos das preocupações de geógrafos, engenheiros florestais, sociólogos, cientistas e ecologistas de modo geral. A demarcação proposta pelo Presidente da República, a fim de que sejam delimitadas as zonas de preservação, os termos da exploração econômica e a conciliação entre as exigências do progresso e a defesa do meio ambiente configu-

ra o primeiro programa sério para salvar a Amazônia da depredação.

Aliás, filiado a essas inspirações do Governo da União, o governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, já havia posto em ação um plano de larga envergadura para a proteção ecológica. Entre as decisões adotadas no DF, sobreleva a criação da Coordenação do Meio Ambiente e do Instituto de Tecnologia Alternativa. Há poucos dias, esse último órgão foi enriquecido com um Centro de Desenvolvimento Integral, inclusive com laboratório e núcleo de fitoterapia, cujas principais funções residem no resgate de plantas e ervas medicinais para uso na prevenção de doenças.

Quanto à criação de hábitos culturais coerentes com os valores da ecologia, convém reproduzir uma importante observação do presidente Sarney: "A identidade de uma nação é refletida no patrimônio natural e no patrimônio espiritual — a sua cultura. O estilo do desenvolvimento brasileiro há que basear-se nesses dois aspectos".

Resta, agora, que as associações civis engajadas na luta pela preservação do meio ambiente, na salvação das riquezas florais, na manutenção das qualidades ecológicas da atmosfera e na proteção às espécies animais em extinção se unam ao Governo na implementação da generosa política que acaba de adotar. Nesse sentido, vale, como no Plano Cruzado, uma fiscalização intensa sobre as agressões ecológicas e denúncias imediatas para evitá-las.

“Pacote ecológico” tem verba de 85 mi

Em comemoração ao “Dia Mundial do Meio Ambiente”, o presidente José Sarney lançou, ontem, um verdadeiro “pacote ecológico”, que prevê aplicação de Cr\$ 85 milhões na preservação do meio ambiente, ao abrir o II Encontro Governo-Sociedade. É, numa homenagem ao naturalista Augusto Ruschi — que foi enterrado ontem —, o presidente assinou decreto dando seu nome à Reserva Biológica de Nova Lombardia, no município de Santa Teresa (ES).

Sarney decretou, ainda, Áreas de Proteção Ambiental o território Fernando de Noronha, a reserva biológica do Atol das Rocas e os penedos de São Pedro e São Paulo. Em outro ato, o presidente instituiu o grupo de trabalho interministerial para estudar a implementação de uma estação ecológica na área onde se localiza a central nuclear de Angra dos Reis.

Ao abrir o Encontro, o presidente afirmou que “a identidade de uma nação é refletida no patrimônio natural e no patrimônio espiritual, a sua cultura. O estilo de desenvolvimento brasileiro há que basear-se nestes dois aspectos”. E, para legitimar uma política nacional ao setor, Sarney convocou todos os brasileiros a defenderem “em tempo integral o meio ambiente, não só na qualidade de fiscais da aplicação de uma política de governo, mas de titulares ativos da sua cidadania”.

PACOTE

A implementação dos quatro programas previstos no “pacote ecológico” (ou programa de

Ações Básicas para a Defesa do Meio Ambiente) prevê a aplicação de Cr\$ 85 milhões, cuja liberação foi autorizada pelo presidente. São eles: Programa Emergencial de Controle Ambiental, a cargo do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente; Programa de Ecologia Humana e Saúde Ambiental, Ministério da Saúde; programa de Proteção ao Patrimônio Natural e suas Relações com a Cultura, Ministério da Cultura; e Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia, Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

A Comissão interministerial criada para estudar a implementação da Estação Ecológica onde se localiza Angra dos Reis será integrada por representantes dos ministérios do Interior, Minas e Energia, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Seplan e Conselho de Segurança Nacional. A coordenação está a cargo do MDU e, a partir da instalação, terá três meses para apresentar um relatório conclusivo.

Para implantação e funcionamento da APA de Fernando de Noronha — Rocas — São Pedro e São Paulo será feito o zoneamento das atividades. Serão estimuladas ou incentivadas pelo Estado Maior das Forças Armadas e o Ministério da Agricultura. Além disso, ficam proibidas a implantação de atividades que imputem riscos ecológicos, a utilização indiscriminada de biocidas e fertilizantes e a implantação de projetos que possam provocar deslizamen-

tos de solo e outros processos erosivos.

Pelo mesmo decreto, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente no território de Fernando de Noronha. A medida adotada pelo Governo visa proteger e conservar a qualidade ambiental e as condições de vida da fauna e flora; compatibilizar o turismo organizado com a preservação dos recursos naturais, e conciliar, no território, a ocupação humana com a proteção ao meio ambiente.

CRESCIMENTO

Os ministros Marco Maciel, chefe do Gabinete Civil, e João Sayad, da Seplan, defenderam uma maior conscientização da população quanto à necessidade de preservar a ecologia brasileira e salientaram a necessidade de compatibilizar uma alta taxa de crescimento com a preservação do meio ambiente. Para Maciel, “a consciência ecológica, esta nova dimensão da cidadania, é que preservará tanto o desenvolvimento quanto o meio ambiente, constituindo-se em fator essencial de equilíbrio entre esses setores”.

O ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Demi Schwartz, informou que dos Cr\$ 85 milhões aplicados, Cr\$ 45 milhões serão repassados a 21 órgãos estaduais de meio ambiente, para resolução dos problemas mais urgentes; Cr\$ 10 milhões à Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), para implantar estações ecológicas; e o restante irá para os ministérios da Saúde, Cultura e Seplan, para implantação de seus projetos específicos.

Schwartz prefere não prometer

“Somos daqui preocupados e sem promessa alguma, porque se prometêssemos alguma coisa para resolver problemas que são centenários, estaríamos sendo irresponsáveis”, declarou ontem o ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Demy Schwartz, após o II Encontro Governo-Sociedade — Cidadania e Meio Ambiente. Ele ressaltou que a legislação e o instrumental administrativo são incipientes e falta conscientização a nível da sociedade.

— O homem é realmente um destruidor. Esse ser que se diz racional está destruindo irracionalmente. Se ele usar a natureza com a capacidade de ser

inteligente, terá a natureza para sempre. Se não, ele não a terá para logo. Afinal de contas, grande parte dos bens é não-renovável e estamos esgotando o planeta muito rapidamente — acrescentou o ministro, ressaltando, contudo, que saiu “confiante de que o governo saberá, junto com a sociedade, encontrar os caminhos”.

Schwartz lembrou que os participantes do encontro levantaram inúmeras críticas ao Executivo, ao Judiciário e ao Legislativo, não escapando nenhum dos poderes da República. “Em nome do Executivo, estamos ouvindo. A sociedade passa a

compreender, a dialogar realmente com o Governo e a participar. Discutimos hoje (ontem) no auditório do Conselho de Segurança Nacional um problema que antigamente até colocava gente na cadeia. Essa é a verdadeira abertura”, observou.

O ministro não quis adiantar idéias para a Constituinte, alegando que não cabe ao Governo frear seus rumos, mas a sociedade, que deve se expressar livremente. De qualquer maneira, deixou seu recado: “Se não todos elegermos representantes conscientes, teremos um a política de meio ambiente capáz”.

Sayad põe a ecologia no planejamento

— Brasília — O governo está preocupado com o verde, a qualidade urbana, a Amazônia e a degradação da zona costeira, e vai introduzir, definitivamente, a visão ecológica em seu planejamento econômico e social. Quem garante isto é o ministro do Planejamento, João Sayad. "O Brasil não é um distrito industrial", diz ele, ao mesmo tempo em que se mostra contrário a que a população decida, através do voto, se o país deve, ou não, utilizar a energia nuclear.

— Não acho que se deva fazer uma assembléia a cada vez que se construa um prédio.

Para Sayad, tanto as indústrias estatais, quanto as privadas, têm que corrigir seus processos produtivos e evitar a poluição "porque estão usando bens que não lhes pertencem: o ar e a água". Para resolver o que afirma ser a sua principal preocupação do momento, o caos generalizado no trânsito urbano do país, o ministro prega uma política de preços "correta" para os combustíveis.

João Sayad concedeu esta entrevista ao repórter Fernando Barros, a primeira em que um ministro da área econômica do governo discorre — e confere importância — sobre a questão ecológica.

— Pela primeira vez um ministro da área econômica do governo admite que a questão ambiental é uma variável importante do planejamento econômico e social. Na prática, o que significa isto?

— Significa, em primeiro lugar, não uma mudança de postura do ministro... mas do governo. Nos governos anteriores, chegou-se até a afirmar que o Brasil tinha vantagem comparativa de poluição. Na semana passada, o presidente da República falou na preocupação de construção de uma Nação, não em cultura e soberania. Não se pode pensar em construir uma nação como se fosse um distrito industrial. A Nova República introduziu a postura correta do que é construir uma nação, e isso entra a ecologia. Não estamos aqui para maximizar a produção ou as exportações. Estamos aqui para construir um lugar gostoso de se viver e do qual tenhamos orgulho.

— Mas, do ponto de vista prático, o que se pretende fazer?

— Do ponto de vista do governo, ecologia é uma questão política tão importante quanto qualquer outra. Dacize-se no país, hoje, quem paga o preço de leste: o governo ou o consumidor. E o congelamento determina que essa conta fica com o governo, através do subsídio. Na questão ecológica, discute-se quem é o dono do rio, quem é o dono da terra: o mineiro, o agricultor, o turista ou os nossos filhos. São questões de conflito, como a do leite e a da reforma agrária, e é função do governo resolvê-las.

— O governo está mais preocupado com os aspectos econômicos do problema — preocupado com qualquer outra? Ou com ambos os aspectos?

— Não estamos em uma situação única. O grande problema da questão ecológica é que os princípios interessados não são homogêneos, desorganizados, não têm um nível geral e as populações futuras. Ali o papel do governo é fundamental, como intermediador de dois interesses que ainda vão nascer e a população em geral, representada pelo trabalhador, pelo dono da terra, pelo empresário, ou seja, o interesse público, que surge quando se desorganiza a terra de alguma para criar uma área protegida. Quanto às populações futuras, temos que nos preocupar porque elas não estão fráguas políticas imediatas e não estão bijeladas em economias ou desenvolvimento. Uma nação é povo, cultura e a natureza.

— A natureza de que dispõe o governo para cuidar do assunto é precária. O que faz?

— Realmente a estrutura é precária. No ponto ecológico, o governo não dá 5 pelo governo foram adotadas algumas pequenas medidas, mas que já representam o início de uma ação. Foram concedidos recursos para estudos ecológicos, foi determinado o planejamento da Região Amazônica, cri-

da a polícia do pantanal, que considero importante.

— Em alguns países desenvolvidos, como a Austrália e a Suécia, a população se manifestou, em plebiscito, a respeito do uso, ou não, da energia nuclear. Como o senhor vê, no caso brasileiro, a perspectiva da sociedade interferir distantes no como, quando e onde produzir?

— Todas as decisões de investimento são tomadas ou pelo governo, ou pela iniciativa privada. As leis devem regular isso. Não acho que se deva fazer uma assembléia a cada vez que se construa um prédio e esta atividade também interfere no meio ambiente. Não acho que a população deva votar sobre se construímos, ou não, uma usina nuclear, embora o nuclear seja um caso especial. Mas, devem existir leis que determinem que essas usinas somente poderão ser construídas mediante leis e tais condições.

— O governo da Nova República prometeu, mas não encaminhou ao Congresso, um anteprojeto de lei estabelecendo o saneamento costeiro, segundo o qual os diversos lugares da costa devem ser ocupados de acordo com a sua

faca sobre o ar ou sobre a água. A indústria privada tem também que inserir isto entre seus custos. Se ela usa a água e o ar que não lhe pertencem, de certa forma ela estava vivendo de subsídios. Nesse sentido, ela não é economicamente eficiente — está mascarando a sua eficiência. No caso de Cubatão, pelo que se sei, houve grande soma de investimentos em controle da poluição e, a médio prazo, a solução será o uso do gás. Não pode ser, por causa da perspectiva do gás — cuja oferta, graças a Deus, é suficiente — reduzir o colíquio de controle que está sendo feito agora.

— Então, o governo está decidido a reduzir as emissões poluentes das empresas estatais?

— As estatais, como as empresas privadas, não têm o direito de poluir. A despeça está lá, seja através do entropo da vida de um brasileiro ou da pior das condições de vida de uma população. As estatais têm que resolver esta poluição.

— O governo tem uma postura definitiva quanto a descentralização da população industrial e a desconcentração dos grandes centros urbanos?



Sayad diz que nenhuma empresa tem direito de poluir e que "o país é também seus rios, terras e matas"

vocação: turismo, piscicultura, exploração imobiliária. O senhor aposta um projeto dessa natureza?

— Não contubo o projeto, desenvolpe a zona e talvez isso. Mas, acho que é absolutamente necessário. Não poderia ser votado pela população local, porque o interesse local não é o único a ser representado. Se a população de um lugar expor os interesses de empreendedores imobiliários, por exemplo, isto pode não ser compatível com os interesses dos turistas que visitam esporadicamente a região. Ou seja, a população brasileira não tem o seu interesse representado.

— As estatais são responsáveis por grande parcela da população industrial produzida em áreas como Cubatão, por exemplo, e nesse caso destacam-se a refinaria Presidente Bernardes e a Companhia. Como compatibilizar os investimentos necessários para o combate à poluição produzida por aquelas empresas com a prioridade governamental de redução do déficit público?

— Além de uma questão administrativa, a questão do déficit público é política. Resume-se a uma pergunta: quem vai pagar a conta? Há quem queira que a conta seja paga através da venda da Siderbrás aos estrangeiros, ou diminuindo financiamento por ajuda aumentando impostos. Isto não tem nada a ver com poluição. Para ser bem computado, o déficit público deveria incluir como despesa do governo os estragos que o governo porventura

tejam crescendo em termos de oferta de empregos, mas também no comprometimento de tráfego. Não é esta a ideia. E preciso que, desde que, cresça com o transporte coletivo. O caminho não é o de cada um com seu carro, todos os dias, nas ruas. E para isso é preciso termos um preço correto para a energia — da gasolina — e para os transportes urbanos. Se nos governos federais, estaduais e municipais — não conseguirmos gerar uma oferta adequada de transportes urbanos, nós repetimos um processo de desenvolvimento que não queremos, que é baseado no transporte e individual, no rodoviário, na abertura de ruas. Enquanto isso, a nossa preocupação maior nesse campo é com o saneamento básico, com o controle da poluição, com transporte de massa, habitação — e não com carros. De tudo o que está acontecendo no Brasil, hoje, o que mais me indigna e causa preocupação é esse congestionamento de trânsito.

— A maioria dos países que equacionaram o problema dos transportes urbanos, o fizeram através do controle do setor pelo estado. O senhor concorda com esta via?

— Não é o controle pelo estado. O fato é que existe, naqueles países, uma oferta adequada de transporte de massa. E isto depende de investimento do governo e necessário o metrô, o ônibus elétrico e o ônibus que chegue na hora certa. Isto não só para melhorar a qualidade ambiental, mas para recuperar o salário do trabalhador.

— Nesse segmento a presença da iniciativa privada pode ser perniciosa, ou não?

— Depende do caso. Transportes urbanos no Brasil formam uma questão complicada. Há linhas que dão lucro, outras que provocam déficit. Não se pode ter uma solução geral para esse caso. Nossa preocupação é que não tenhamos, no momento, recursos para fazer uma política que deixamos para esse setor. O que posso dizer é que o atendimento prioritário é:

— Na sua opinião, o raciocínio econômico deve prevalecer sobre elementos ideológicos na construção de políticas?

— Em nenhum caso o raciocínio econômico deve prevalecer sobre questões públicas. Nestas, devem prevalecer os interesses dos trabalhadores e dos pais, das Forças Armadas, dos países estrangeiros e o dos gerações futuras.

— Como o senhor vê a criação do Partido Verde?

Tudo partido tem que representar uma combinação de interesses, e os verdes representam interesses muito diversos. E bem-vinda a arena política um partido que represente a questão ecológica, mas não sei se esta deve ser a única questão de um partido. A ecologia tem que ser discutida, mas o mesmo vale para o problema do salário dos trabalhadores. O PMDB discute ecologia.

— Há uma política para a Amazônia?

— E claramente uma região delimitada do ponto de vista ecológico. Temos que adequar as políticas para a Amazônia e a comida pela mata. Mas, não adianta uma posição simplesmente voluntarista — ou alarmista — em relação a isso. Mas uma vez, a questão política é essencial. De quem é a Amazônia, do madeireiro, do brasileiro de Manaus, os americanos que é preocupado com o pulmão do mundo, do habitante de 1986 ou do brasileiro de 2010? A Amazônia é do interesse público, que não está representado adequadamente. Temos que reunir os que estão comendo peixes bordos com os que não querem comer saída e adotar uma política que reflita o interesse público.

— A Constituinte não deveria traduzir constitucionalmente o que vem a ser o verde público em termos ambientais?

— Acho que a Constituinte é o local ideal para se discutir questões básicas do país — o que o país e também seus rios, terras e matas. O fundamental é que a regra seja democrática. O que está sendo discutido é muito geral, mas não existe uma solução teórica. Estamos tratando com o mais clássico dos conflitos: o do geral e o do específico. O que eu posso garantir é que este governo não adotará a via teórica. O governo tem que assumir seu papel de liderança para garantir os direitos democráticos e que expresse o interesse público nacional.

— E qual é a capacidade de interferência do governo nesse processo?

— Podemos dar incentivos aos investimentos. Mas, ohando os últimos 20 anos, vê-se que o resultado é pequeno. Os ecologistas afirmam que o balanço energético brasileiro é desequilibrado, que se desperdiça muita energia no país. O que pensa o senhor sobre esta possibilidade de se desenvolver a conservação de energia?

— Me preocupa sobretudo que es-

DIAMUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

E uma promessa do governo: dinheiro para a ecologia.

O governo não tem... O ministro do Meio Ambiente...

A questão ecológica é prioritária, e receberá um apoio decisivo do governo federal. E, segundo o ministro do Planejamento...

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

recursos, implantar programas de ação, fiscalização e educação, o governo organizará seus próprios preservaçãoistas.

Na última página, um mapa de devastação do Brasil, Amazônia, às 23h na TV. Cultura, ecologia sobre o tema "Sintaxe".

ter má provisão, se falta de... O ministro do Meio Ambiente...

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

De cada dois de hoje, "Bom... e Secretário", pertencem...

De cada dois de hoje, "Bom... e Secretário", pertencem...

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".

de a preservar florestas, rios e mar "em de ser feita agora. Depois, ser muito tarde".



Sarney acusa países ricos de devastação

Discurso pede a ação dos fiscais

O presidente José Sarney convocou, na manhã de ontem, mais uma vez seus fiscais. Desta vez para fiscalizar o meio-ambiente e a qualidade de vida. A abertura do II Encontro Governos, Sociedade, Cidadania e Meio-Ambiente, no local do Dia Nacional do Meio-Ambiente, o presidente Sarney declarou:

"Civemos a todos os brasileiros não só na qualidade de fiscais da sua cidadania, a participarem em tempo integral da defesa do meio ambiente, seja na formulação de medidas concretas, pois essa participação, longe de ser um significado abstrato, será sempre dividida entre duas mais genuínas formas da prática da liberdade."

Na solenidade, o presidente Sarney declarou um verdadeiro "pacote ecológico" com a criação de um órgão emergencial de controle ambiental, cujo recurso seria de US\$ 80.000.000 (oitenta e cinco milhões de cruzados), com participação direta de 21 Estados, cinco municípios, além das prefeituras das principais cidades. Além disso, o presidente Sarney recebeu, de nome de Augusto Ruppert à Estação Ecológica de Santa Lúcia, no município de Santa Teresinha, Espírito Santo.

Ele a integra do pronunciamento do presidente Sarney. Ao assinalar, com esta solenidade, a passagem do Dia Mundial do Meio-Ambiente, o Governo da Nova República expressa e sustenta de que está ampliando aqui o significado corrente do termo desenvolvimento. Bem mais do que isso, quememos que esta é uma mensagem também acolhida pelo povo brasileiro como um instante de reflexão a mais sobre a dimensão da questão ambiental, uma das mais relevantes de nosso tempo.

Dejo assinalar que o fato que inspira a política de meio-ambiente que o País pratica é a reconquista da liberdade política. A questão ambiental é de caráter ético e espiritual que se tem tratamento transcendente de muita as fronteiras da atividade do Estado para abranger a esfera da comunidade e do cidadão. Sem a liberdade de expressão e de participação, qualquer política — e a do meio-ambiente não é exceção — representa, no melhor dos casos, um nomeamento seu fato recente, o abandono e o empobrecimento do significado de ser uma experiência da liberdade e da cidadania.

O Governo entende que a legitimidade de uma política ambiental do meio-ambiente, hoje um conceito legalmente instituído, decorre da participação da comunidade em sua formulação, não só porque a defesa do meio-ambiente é uma forma de exercício da cidadania, mas porque a vida humana é, em si mesma, um ato que se concretiza e informa através de gestos e ações a qual tal política não pode ser concebida.

Dessa convocação é dessa participação resultou, no primeiro dia deste Governo, um fato relevante: a criação do



ministério do desenvolvimento urbano e meio ambiente. Um fato novo na história do planejamento, um capítulo do primeiro plano nacional de desenvolvimento da Nova República, dedicado à política ambiental, dando-lhe um caráter nacional e definindo linhas de ação prioritárias. A dimensão ambiental está incorporada desde o planejamento a execução das ações do Governo.

Todos esses atos e mais o diálogo que se abre com a sociedade traduzem e formam propósito de abrir nos a dimensão as situações relacionadas ao meio-ambiente. Essa nova dimensão compreende três aspectos: o sentido social que deve preceder as preocupações conservacionistas; a forma integrada com que a questão ambiental passa a ser tratada e desenvolvida; a participação da sociedade na observação de adequados padrões de comportamento ecológico.

A identidade de uma Nação e a referência ao patrimônio natural e ao patrimônio espiritual, a sua cultura. O estilo do desenvolvimento brasileiro há que basear-se nestes dois aspectos e refletir sempre a conexão que os associa.

O homem é a riqueza mais importante do patrimônio natural e sua defesa é de natureza. E isso não pode ser dissociado nas iniciativas do Governo. A utilização nacional dos recursos naturais, a melhoria urbana e saneamento básico, a redução de doenças transmissíveis e o aumento da esperança de vida do povoado são prioridades essenciais e a ação do Governo por um modelo baseado em crescimento da justiça social.

"A identidade de uma Nação e refletida no patrimônio natural"

mando a proteção de seu próprio exemplo a terra não mais é do que um novo espaço com recursos limitados e sujeitos às restrições do seu uso. E esta proteção passa a ser a base de algumas verdades filosóficas. A partir de então os homens desconfiarão que a terra estava devendo e que havia lugar de novo espaço do sol.

"Os benefícios da civilização industrial começaram a ser vistos sob outra dimensão. Desenvolvimento econômico e expansão decoraram de ser indivíduos e sociedades de coerção e as reflexões e dúvidas sobre o caminho certo ou errado. Clava-se então ministro Ochi, do País, para a preservação do Meio-Ambiente e deu-se à conferência de Estocolmo, dia 4 seguinte: Falou malandrinho e se assomou ao partir, ao próprio Deus, dos jardins murados das lagoas placidas, das pedras reverberadas das deturcadas margens que cobrem os muros dos seus templos e mamão de contínuo, hábeis, no ponto, comparo a seu dia de hoje, com suas montanhas de deturcadas planícies, com o jardim do sol nascente do passado e exclamo:

"O povo japonês começou a perguntar-se se a brevíssima hora do aumento do Produto Nacional Bruto tem alguma coisa a ver com a felicidade do homem."

"O homem, que se julgava objeto da criação e fora da natureza, começa a dividir de sua primazia, a ansia de salvar-se ele sabe agora que precisa salvar a terra. O que adiantaria o desenvolvimento a alma isolada, a vida em si mesma, se ela não mais tem tempo para existir?"

"Esta é a traiz de toda a dívida que está levando as nações a pensar, na natureza, não mais em termos de sua beleza, do conforto de seus jardins, da sua exploração. Mas, pensa na natureza em termos de que ela pode sofrer, de um rebulido impossível, contra o próprio homem, criando um antagônico."

"Este ponto fundamental que as nações devem não podem lavar as mãos para assistir ao sofrimento, mas têm uma extraordinária autoridade para afirmar que se a terra está devendo, começa a dar sintomas de enfraquecimento, a culpa não é do país em desenvolvimento, mas dos países ricos que, na ansia de exploração, se comportaram de maneira predadora."

Para terminar, vou repetir a citação com que encerei aquele pronunciamento sobre o meio ambiente, dizendo que o homem anda e o principal propósito da natureza. Sem que ela tenha uma consciência de sua preservação, não faremos nada."

Para alimentar nossas esperanças cívicas, finalizo. Nancy Newhall

e todos os recursos, o mais crucial e o mais urgente do homem. Não se queirer interrompido, mas sempre espírito evolutivo capaz de criar e de amar. O homem anda e o caçador, embora sua natureza seja de uma esperança ou um mistério."

Muito obrigado.

A ação predadora contra o planeta Terra e de responsabilização dos países ricos. A observação foi feita ontem pelo presidente José Sarney, no momento do encontro Governo e Sociedade, criando o Dia Mundial do Meio-Ambiente. O Presidente voltou a convocar a sociedade brasileira para ser fiscal — em tempo integral, na defesa do meio ambiente. Antes do discurso o Presidente assinou ainda criando área de preservação ambiental e grupo de trabalho.

"É neste ponto fundamental — disse o Presidente citando o ministro Ochi — que as nações ricas não podem lavar as mãos para assistir ao sofrimento, mas têm uma extraordinária autoridade para afirmar que se a Terra está devendo, começa a dar sintomas de enfraquecimento, a culpa não é do país em desenvolvimento, mas dos países ricos que, na ansia de exploração, se comportaram de maneira predadora."

Ao convocar a sociedade brasileira, o presidente Sarney lembrou que todos devem ser fiscais ativos de seu progresso e para participarem em tempo integral da defesa do meio ambiente, seja na formulação de soluções, seja na aplicação de medidas concretas, pois essa participação, longe de ser um significado abstrato, será sempre dividida entre duas mais genuínas formas da prática da liberdade."

Conscientização

Neste discurso mais curto, o ministro Marco Aurélio de Góes Filho referiu-se à necessidade de conscientização do problema e também destacou a necessidade para ser vigilante na questão ambiental afirmando que "de uma sociedade mobilizada dependem em boa parte a consecução do equilíbrio."

Deste o ministro: "Cumprir agora a sociedade, com seu lema de Programa de Estabilização do presidente José Sarney, se conscientizar da igual necessidade de resguardar seu patrimônio ambiental a partir da constatação de que o País se encontra no limiar de uma etapa de desenvolvimento."

Lei define áreas de proteção ambiental

A lei de criação de Unidades de Proteção Ambiental (UPAs) de São Paulo e do Estado de São Paulo, no Paraná, Alagoas, foram decretadas ontem, em sua assinatura pelo presidente José Sarney, áreas de proteção ambiental. A assinatura do decreto ocorreu durante a solenidade de abertura do encontro Governo e Sociedade, promovido pelo Gabinete Civil da Presidência da República.

De acordo com o decreto presidencial, o Governo se revigora, deve ser organizado com a preservação dos recursos ambientais. Na área estão protegidas atividades poluidoras ou que provoquem alteração das condições ecológicas locais.

Além disso, o presidente criou ainda o grupo de trabalho interministerial para a criação e implementação do Conselho Nacional de Recursos Ambientais, integrado pelos Ministérios do Interior, Minas e Geografia, Saúde, Secretaria do Conselho de Segurança Nacional e Meio-Ambiente.

O grupo terá um prazo de 180 dias para apresentar ao presidente um relatório sobre as áreas nucleares de acordo com decreto do presidente de 17 de maio. O grupo terá 80 dias para ser instaladas em áreas delimitadas como estações ecológicas.

Furtado: "Modelo é destruidor"

Ao encerrar ontem, em Brasília o II Encontro Governo-Sociedade — Cidadania e Meio Ambiente, o ministro da Cultura, Celso Furtado, disse que os dirigentes mundiais estão chegando à conclusão de que a dívida social gerada pelo modelo econômico contemporâneo é muito maior do que os benefícios materiais por ele obtidos.

"Temos que nos render à evidência — prosseguiu o ministro — de que o modelo econômico calcado principalmente na expansão industrial é altamente destruidor. Disso, está surgindo o entendimento de que a humanidade deve encontrar outros meios para satisfazer suas ne-

cessidades materiais, evitando prosseguir na destruição do meio ambiente que o cerca e, por outro lado, voltar-se mais para sua evolução espiritual".

Celso Furtado entende que no caso brasileiro existem problemas que exigem imediata solução, representados pela insuficiência de institutos legais e pela ausência de instrumentos administrativos adequados à acção ambiental.

Para o ministro da Saúde, Roberto Santos, "todos nós devemos elogiar a atitude do presidente Sarney em promover, no próprio Palácio do Planalto, um encontro com as autoridades do setor e com os representantes das diversas entidades conser-

vacionistas. Deve-se ressaltar, também, a abrangência que o atual Governo está emprestando ao problema, nele incluindo a participação do Ministério da Saúde, pelo entendimento de que as condições ambientais determinam diretamente a qualidade de vida das populações, notadamente no que se refere ao ar, à água e às condições habitacionais".

O deputado Paulo Cesar Furiatti, do PMDB paranaense, pediu no II Encontro Governo-Sociedade, no auditório do Palácio do Planalto, o envio urgente, ao Congresso Nacional, do anteprojeto de lei que regulamenta o uso de agrotóxicos no Brasil.

Sema precisa de mais recursos

Os Cz\$ 10 milhões liberados ontem — Dia Mundial do Meio Ambiente — para a Sema representam um reforço orçamentário da ordem de 40%. Ainda assim, é muito pouco, considerando que as 24 estações ecológicas sob sua responsabilidade têm uma área total superior a 3 milhões de hectares. E para cuidar de toda essa extensão, a Sema dispõe atualmente de apenas de 320 funcionários. Precisar-se-ia de pelo menos o dobro, conforme admite o próprio secretário, Paulo Nogueira Neto.

Ele destaca que pela primeira vez na história do país que o governo promoveu uma distribuição importante de recursos extras para o meio ambiente — Cz\$ 85 milhões, contando todo o pacote —, mas insiste na necessidade de criação de um Fundo do Meio Ambiente. A idéia não é nova. Está em estudos na Secretaria de Planejamento da Presidência da República e sua receita seria proveniente das multas aplicadas pela Sema e de "pequena" (segundo o secre-

tário) participação dos setores de mineração e petrolífero.

A questão, contudo, vai além da necessidade de verbas, pelo menos no entendimento do ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Dani Schwartz. "Enquanto o motorista não tiver consciência de que estará destruindo a natureza ao jogar um cigarro pela janela, não haverá recurso suficiente para a proteção ao meio ambiente", declara, convencido de que "a natureza está tão deteriorada que qualquer número seria pequeno".

"No ano passado, nosso orçamento dava para construir quatro quilômetros de estrada asfaltada. Agora dá para um pouco mais", observa Paulo Nogueira Neto, frisando que o governo saiu da retórica nesse Dia Mundial do Meio Ambiente e resolveu realmente investir no setor. Dos Cz\$ 85 milhões, em números aproximados, Cz\$ 46 milhões serão repassados a 21 estados (Paraná, Acre e Rondônia ficaram de fora porque não

apresentaram o pedido solicitado pela Sema); Cz\$ 10 milhões permanecem na Sema; Cz\$ 10 milhões vão para o Ministério da Saúde aplicar no combate às doenças causadas por poluentes; Cz\$ 18 milhões para o IBGE definir o zoneamento econômico-ecológico da Amazônia; e Cz\$ 1 milhão para o Ministério da Cultura conservar os monumentos naturais.

Os recursos liberados para os estados deverão ser aplicados em projetos específicos, com prestação de contas trimestral à Sema e Seplan. São Paulo, por exemplo, terá Cz\$ 7,5 milhões para aplicar em Cubatão e na Serra do Mar; Santa Catarina enfrentará o problema do carvão com Cz\$ 4 milhões; os pólos petroquímicos da Bahia e do Rio Grande do Sul terão Cz\$ 3 milhões cada; o pólo cloroquímico de Alagoas, também Cz\$ 3 milhões; a recuperação do rio Capibaribe, no centro de Recife, Cz\$ 3,5 milhões; e a capital maranhense, Cz\$ 2,0 milhões.

Medidas para a proteção do meio ambiente

por César Borges
de Brasília

A passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente e o sepultamento do biólogo Augusto Ruschi, brasileiro pioneiro na luta pela defesa dos recursos naturais no País, foram marcados ontem pelo governo federal com a assinatura de diversos atos oficiais com o propósito principal de criar mecanismos de defesa ambiental no Brasil. Um dos decretos, inclusive, homenageia Augusto Ruschi, dando seu nome à reserva biológica de Nova Lombardia, no município de Santa Tereza, no Espírito Santo.

Antes de assinar os decretos, o presidente José Sarney disse em seu discurso que "devemos ter em mente que a degradação ambiental, seqüela do industrialismo, requer, para ser suprimida ou controlada, a criação de métodos novos, de novos comportamentos e de uma nova ética". E enfatizou que "o governo está ciente de que, para obter condições equilibradas de desenvolvimento, é indispensável esforço integrado de todos os seus setores".

Em um dos decretos assinados ontem pelo presidente passam a ser consideradas áreas de proteção ambiental o território federal de Fernando de Noronha, o atol das Rocas e os penedos de São Pedro e São Paulo. Outro decreto institui o grupo de trabalho interministerial para realizar estudos visando à criação de uma estação ecológica na área onde está localizada a central nuclear de Angra dos Reis.

Também foi aprovado durante a solenidade comemorativa do dia mundial de defesa do meio ambiente um programa emergencial de controle ambiental a ser desenvolvido através de convênios com vinte e um estados da Federação. Esse programa contará com recursos da ordem de CZ\$ 45 milhões. O presidente também aprovou uma dotação de CZ\$ 10 milhões para que a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) possa implantar as novas estações ecológicas e atuar na coordenação das estações estaduais de controle ambiental.

Os principais destaques são os seguintes: convênio

São Paulo-Paraná para preservação da região de Laguna; controle da poluição e emergencial em Cubatão; controle do impacto das atividades metalúrgicas e siderúrgicas em Salvador e Recôncavo Baiano; controle do pólo petrolífero do Rio Grande do Sul; controle do pólo químico de Alagoas; controle da poluição por mercúrio na mineração de Goiás; controle da poluição por mineração e metalurgia no Vale do Aço, em Minas Gerais; macrozoneamento ecológico-econômico, iniciando-se pela Amazônia; programa de avaliação das consequências da poluição na saúde, ambiente de trabalho, exposição à poluição atmosférica, água de consumo e agrotóxico; e a polícia florestal para o Pantanal.

Outros CZ\$ 29 milhões foram destinados aos Ministérios do Planejamento, Saúde e Cultura. No caso da Seplan, o presidente Sarney aprovou a exposição de motivos assinada pelo ministro João Sayad, propondo a criação da comissão de meio ambiente e recursos naturais.

Saiu o pacote ecológico

Brasília – Um verdadeiro pacote ecológico, que envolverá Cz\$ 85 milhões, foi lançado ontem pelo Presidente José Sarney, ao abrir, no Palácio do Planalto, o debate Governo-Sociedade sobre o Meio Ambiente. Entre as medidas está a transformação do Atol das Rocas, Ilha Fernando de Noronha, e Penedos São Pedro e São Paulo, em áreas de proteção ambiental.

A platéia, composta em sua maioria por preservacionistas, a princípio, aplaudiu a medida, mas, em seguida, durante os debates que se prolongaram durante o dia inteiro, passou a tratá-la com desconfiança. Pelo decreto presidencial, o Atol das Rocas pode ser explorado por empresas de turismo, embora o Governo tenha alertado para a necessidade de compatibilizar essa atividade comercial com a preservação dos recursos naturais.

Sarney criou ainda, através de atos assinados, a comissão para criar a estação ecológica de Angra dos Reis, onde se concentram as usinas nucleares brasileiras. E aprovou programas estaduais para controle e preservação do ambiente, destacando a cidade de Cubatão, em São Paulo, e Recife, Pernambuco.

A responsabilidade pelo meio ambiente, segundo o Presidente, é de toda a sociedade. Ele responsabilizou “os países ricos e a escalada industrial irracional do homem de adoecerem o planeta Terra”. Convocou a todos os brasileiros, não só na qualidade de fiscais da aplicação de uma política de Governo, mas de titulares ativos da sua cidadania, a participarem, em tempo integral da defesa do meio ambiente, “seja na formulação de soluções, seja na aplicação e medidas concretas”.

ATOS ASSINADOS

E.M. Nº 145 — EM 04.06.86

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

As diretrizes para a política ambiental do Governo foram fixadas por Vossa Excelência no I PND da Nova República, compreendendo a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais, a preservação da diversidade e riqueza do patrimônio genético, a utilização não predatória das espécies e dos ecossistemas, o atendimento às necessidades básicas de natureza ambiental das populações urbanas e a defesa do patrimônio natural e cultural.

Para assegurar a execução da política ambiental, é necessário que o Governo adote providências voltadas para melhor aparelhar-se para desempenhar eficazmente suas funções voltadas para garantir a preservação e o uso nacional dos recursos naturais e de meio ambiente, em benefício das populações atuais e futuras.

Para tanto, torna-se necessário promover o fortalecimento das instituições que atuam no setor, em especial o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), no sentido de assegurar-se o cumprimento, de maneira adequada, de suas deliberações.

Deve o Governo atuar de forma coordenada, promovendo-se a ação integrada de todas as instituições governamentais que detêm responsabilidade no tocante à questão ambiental, procurando-se, ademais, assegurar a participação da sociedade civil na execução da política ambiental. A integração interinstitucional é diretriz necessária para garantir o alcance dos objetivos dessa política.

Os mecanismos de intervenção de que dispõe o Governo, tanto de natureza legal e institucional como técnicos e financeiros, devem ser aperfeiçoados e fortalecidos, para garantir maior eficácia da ação governamental.

Em especial, a dimensão ambiental e do uso racional dos recursos naturais deve ser introduzida em todas as decisões governamentais que de alguma forma tenham consequência sobre o meio ambiente. Nesse

sentido, a aprovação de todo e qualquer projeto pelo Governo, a cargo da Administração direta ou indireta, inclusive aqueles a serem executados pelo setor privado, deve estar condicionado à análise dos seus efeitos ambientais e, se for o caso, à adoção de medidas que assegurem a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

Ao lado disso, deve o Governo contar com mecanismos financeiros apropriados para assegurar o financiamento de projetos de proteção ambiental e dos recursos naturais e para a realização de estudos, pesquisas e planos voltados para o mesmo objetivo.

Isto posto, tenho a honra de propor à elevada consideração de Vossa Excelência a adoção das seguintes medidas:

a) determinar a todos os órgãos governamentais, inclusive aqueles que apóiam projetos do setor privado, que introduzam a dimensão ambiental e de preservação dos recursos naturais na análise de projetos, os quais só deverão ser aprovados se contarem com mecanismos adequados de proteção ambiental;

b) adotar igual procedimento em relação aos projetos financiados com recursos do orçamento fiscal e das empresas estatais;

c) criar, no orçamento da União, um Programa de Apoio a Projetos de Proteção ao Meio Ambiente e aos Recursos Naturais (PAMA), a ser administrado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN);

d) criar a Comissão SEPLAN de Recursos Naturais e Meio Ambiente, com o objetivo de administrar o PAMA e promover a articulação das diversas ações do Governo no tocante à política ambiental e de recursos naturais e representar a SEPLAN no Conselho Nacional de Meio Ambiente;

e) determinar que a Comissão SEPLAN de Recursos Naturais e Meio Ambiente conte com o apoio técnico e logístico do Instituto de Planejamento (IPLAN) do IPEA.

Se de acordo Vossa Excelência, a SEPLAN adotará as providências necessárias à consecução das medidas ora propostas.

João Sayad
Ministro

DECRETO Nº 92.755, DE 5 DE JUNHO DE 1986

Declara Área de Proteção Ambiental o Território Federal de Fernando de Noronha, o Atol das Rocas e os Penedos de São Pedro e São Paulo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no artigo 8º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e artigo 9º, item VI, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, combinados com o artigo 2º da Lei nº 6.971, de 14 de dezembro de 1981, bem assim o regulamento baixado pelo Decreto nº 88.351, de 1º de junho de 1983, alterado pelo Decreto nº 89.532, de 6 de abril de 1984,

D E C R E T A :

Art. 1º Sob a denominação de APA de Fernando de Noronha — Rocas — São Pedro e São Paulo, ficam declarados Área de Proteção Ambiental o Território Federal de Fernando de Noronha, a Reserva Biológica do Atol das Rocas e os Penedos de São Pedro e São Paulo.

Parágrafo único. Compõem a Área de Proteção Ambiental referida neste artigo:

I — no Território Federal de Fernando de Noronha, a área limitada pelas seguintes coordenadas — latitude 03º45'S a 03º57'S e longitude 032º19'W a 032º41'W;

II — na Reserva Biológica do Atol das Rocas, a área limitada pelas seguintes coordenadas — latitude 03º48'S a 03º59'S e longitude 033º34'W a 033º59'W; e

III — nos Penedos de São Pedro e São Paulo, a área limitada pelas seguintes coordenadas — latitude 00°53'N a 00°58'N e longitude 029°16'W a 029°24'W.

Art. 2º A APA de Fernando de Noronha — Rocas — São Pedro e São Paulo tem por objetivos principais:

I — proteger e conservar a qualidade ambiental e as condições de vida da fauna e da flora;

II — compatibilizar o turismo organizado com a preservação dos recursos naturais;

III — conciliar, no Território Federal de Fernando de Noronha, a ocupação humana com a proteção ao meio ambiente.

Art. 3º Na implantação e funcionamento da APA de Fernando de Noronha — Rocas — São Pedro e São Paulo serão adotadas as seguintes medidas:

I — zoneamento, estabelecido pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, em coordenação com o Estado-Maior das Forças Armadas e o Ministério da Agricultura, indicando as atividades a serem estimuladas ou incentivadas, bem assim as que deverão ser restringidas ou proibidas, de acordo com a legislação aplicável;

II — divulgação à comunidade dos objetivos e política de proteção ambiental.

Art. 4º Na APA de Fernando de Noronha — Rocas — São Pedro e São Paulo ficam proibidas:

I — a implantação de atividades potencialmente poluidoras ou que provoquem sensível alteração nas condições ecológicas locais;

II — a utilização indiscriminada ou em desacordo com as normas e recomendações técnicas oficiais, de biocidas e fertilizantes;

III — a implantação de projetos que, por suas características, possam provocar deslizamento de solos e outros processos erosivos.

Art. 5º Fica criada, no Governo do Território Federal de Fernando de Noronha, uma Secretaria do Meio Ambiente, à qual, sob a supervisão da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA/MDU), competirá:

I — fiscalizar as atividades concernentes à APA de Fernando de Noronha — Rocas — São Pedro e São Paulo;

II — orientar e assistir à comunidade na defesa do meio ambiente;

III — zelar pelo cumprimento das normas legais, regulamentares e técnicas relativas à proteção do meio ambiente.

Parágrafo único. A Secretaria do Meio Ambiente atuará por si ou em coordenação com outros órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), podendo, para o cumprimento de suas finalidades, celebrar convênios com pessoas públicas ou privadas.

Art. 6.º Haverá na Secretaria do Meio Ambiente, como órgão de assessoramento, um Conselho Técnico, composto por representantes dos seguintes órgãos:

- I — Estado-Maior das Forças Armadas;
- II — Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente;
- III — Ministério da Agricultura;
- IV — Universidade Federal de Pernambuco;
- V — Universidade Federal da Paraíba; e
- VI — Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A estrutura e o funcionamento do Conselho Técnico serão estabelecidos em conjunto pelo Estado-Maior das Forças Armadas e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Art. 7.º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias destinadas ao Território Federal de Fernando de Noronha.

Art. 8.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 6 de junho de 1986; 165.º da Independência e 98.º da República.

DECRETO Nº 92.753, DE 5 DE JUNHO DE 1986

Denomina Augusto Ruschi a Reserva Biológica de Nova Lombardia, no Município de Santa Terezan, Estado do Espírito Santo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º A Reserva Biológica de Nova Lombardia, no Município de Santa Tereza, Estado do Espírito Santo, criada pelo Decreto nº 87.589, de 20 de setembro de 1982, passa a denominar-se «Reserva Biológica Augusto Ruschi».

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de junho de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

DECRETO Nº 92.754, DE 5 DE JUNHO DE 1986

Institui Grupo de Trabalho Interministerial para realizar estudos relativos à implementação de Estação Ecológica na área onde se localiza a Central Nuclear de Angra dos Reis, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 84.973, de 29 de julho de 1980,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica constituído Grupo de Trabalho Interministerial, GTI, para a realização de estudos e proposição de medidas referentes à delimitação e implementação de Estação Ecológica nos contornos da área onde se localiza a Central Nuclear de Angra dos Reis.

Art. 2º O GTI será integrado por representantes dos Ministérios do Interior, das Minas e Energia, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, designados pelos respectivos titulares.

Parágrafo único. Mediante designação do Governador do Estado do Rio de Janeiro e do Prefeito do Município de Angra dos Reis, poderão integrar também, o GTI, um representante do Estado e um da Municipalidade.

Art. 3º O GTI será coordenado pelo representante do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e terá o prazo de 90 dias, a contar de sua instalação, para apresentar relatório conclusivo, incluindo levantamento de custos.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de junho de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

DECRETO Nº 92.752, DE 5 DE JUNHO DE 1986

Aprova o Programa de Ações Básicas para a Defesa do Meio Ambiente, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Programa de Ações Básicas para Defesa do Meio Ambiente, que acompanha este decreto.

Parágrafo único. O Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente — MDU, coordenará as ações necessárias à implementação do Programa, a que se refere este artigo.

Art. 2º O Programa será executado com recursos estimados em Cz\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de cruzados), à conta do Tesouro Nacional, alocados pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 5 de junho de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

PROGRAMA DE AÇÕES BÁSICAS PARA A DEFESA DO MEIO AMBIENTE

1. PROGRAMA EMERGENCIAL DE CONTROLE AMBIENTAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

Metas para 1986/87

— Implantar e/ou ampliar o controle da qualidade do ar em áreas críticas de poluição;

— Obter controle efetivo das principais fontes de poluição existentes no País;

— Promover a implantação de Sistemas Estaduais de Licenciamento de Atividades Potencialmente Poluidoras;

— Prover os Órgãos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente de condições mínimas para o desenvolvimento de ações de levantamento e controle da qualidade ambiental;

— Promover o desenvolvimento de Planos de Emergência, para atendimento a acidentes na área ambiental;

— Implantar e/ou ampliar o controle da qualidade de água, de contenção de erosão, de recuperação de bacias hidrográficas e aquíferos subterrâneos, utilizados para abastecimento público;

— Prover o Órgão Central do Sistema Nacional de Meio Ambiente dos recursos necessários à implantação das áreas preservadas, e ao desenvolvimento de ações supletivas de controle ambiental;

— Incentivar a implantação e operacionalização dos órgãos locais (municipais) de meio ambiente, sobretudo nas capitais e cidades críticas do ponto de vista ambiental.

SUBPROGRAMAS/PROJETOS

1. PRESERVAÇÃO, CONTROLE E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

- 1.1 Implantação e Complementação de Estações Ecológicas.
- 1.2 Estudos de Impacto Ambiental e Levantamento da Qualidade Ambiental.
- 1.3 Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente — SINIMA.
- 1.4 Produção, Aquisição e Divulgação de Materiais Informativos sobre Proteção do Meio Ambiente.
- 1.5 Licenciamento de Atividades Poluidoras.

2. APOIO À ÓRGÃOS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE PARA AÇÕES DE CONTROLE AMBIENTAL

- 2.1 Controle de Poluição
- 2.2 Proteção de Mananciais de Abastecimento Público.
- 2.3 Pesquisa Técnico-Científica.

SUBPROGRAMA I

PRESERVAÇÃO, CONTROLE E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Projeto I — Implantação e Complementação de Estações Ecológicas.

Objetivos — Consolidar a preservação de ecossistemas representativos da fauna e flora brasileira.

Metas — Construção de sedes, posto de vigilância, aquisição de materiais permanentes e ampliação da capacidade de fiscalização das áreas das Estações Ecológicas de Guaraqueçaba (PR) e Juréia (SP).

Órgão Executor — *Secretaria Especial do Meio Ambiente.*

Valor — Cz\$ 5.000.000,00.

1) *Projeto — Estudos de Impacto Ambiental e Levantamento da Qualidade Ambiental.*

2) **Objetivo** — Conhecer o estado das condições ambientais mediante estudos, pesquisas científicas e tecnológicas.

3) **Metas para 1986** — Promover a avaliação da qualidade das águas subterrâneas; avaliar o impacto causado pela formação de reser-

vatórios de água; levantar a qualidade das praias e da poluição do ar no Brasil e avaliar os impactos ambientais decorrentes das atividades industriais.

4) **Órgão Executor** — *Secretaria Especial do Meio Ambiente.*

5) **Valor do Projeto** — Cz\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzados).

1) **Projeto** — *Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente — SINIMA.*

2) **Objetivo** — Instrumentalizar a ação de planejamento do setor meio-ambiente, com um sistema capaz de coletar, processar e disseminar informações, ampliando a capacidade gerencial e científica na área ambiental.

3) **Metas para 1986** — Implantação do Centro de Processamento de Dados; Desenvolvimento de Programas e Sistemas para o assentamento do Centro; Treinamento de pessoal para as atividades do Centro; Implantação dos módulos de cadastramento.

4) **Órgão Executor** — *Secretaria Especial do Meio Ambiente.*

5) **Valor do Projeto** — Cz\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzados).

1) **Projeto** — *Produção, Aquisição e Divulgação de Materiais Informativos sobre Proteção do Meio Ambiente.*

2) **Objetivo** — Produzir, adquirir e divulgar informações relacionadas com a proteção do Meio-Ambiente para os Órgãos responsáveis pela implementação da Política Nacional do Meio Ambiente e para a comunidade em geral.

3) **Metas para 1986** — Produzir e/ou adquirir materiais informativos sobre a problemática ambiental: Consultorias especializadas; livros; folders; cartazes; filmes e outros.

4) **Órgão Executor** — *Secretaria Especial do Meio Ambiente.*

5) **Valor do Projeto** — Cz\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzados).

1) **Projeto** — *Licenciamento de Atividades Poluidoras.*

2) **Objetivo** — Exercício da atividade supletiva de licenciamento de indústrias e outras atividades de impacto ambiental previstas em lei.

3) **Metas para 1986** — Cadastrar e acompanhar a implantação de atividades potencialmente poluidoras. Análise e acompanhamento de projetos de tratamento de efluentes. Análise e acompanhamento de relatórios, de impacto ambiental.

- 4) **Órgão Executor** — *Secretaria Especial do Meio Ambiente.*
- 5) **Valor do Projeto** — Cz\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzados).

SUBPROGRAMA II

APOIO AOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE AÇÕES DE CONTROLE AMBIENTAL

Projeto I — *Controle de Poluição.*

Objetivo — Apoiar os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente no desenvolvimento de ações que visem:

- a) a capacitação operacional;
- b) a conhecer a qualidade ambiental e seus efeitos no homem e meio ambiente;
- c) o atendimento à população;
- d) a adoção de medidas preventivas e corretivas de controle ambiental.

Metas:

- a) Promover o conhecimento e a adoção de medidas de controle de qualidade ambiental nas capitais e principais núcleos urbanos críticos sob o ponto de vista ambiental;
- b) promover a capacitação operacional de 7% dos Órgãos Estaduais;
- c) promover a implantação de sistemas de atendimento emergencial para acidentes em quatro Estados;
- d) promover a implantação e/ou operacionalização dos Sistemas Estaduais de Licenciamento de Atividades Potencialmente Poluidoras e a adoção de Programas de controle de fontes poluidoras nos demais Estados da União.

Estados Beneficiados com o Projeto — *Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Pará.*

Valor — Cz\$ 26.523.853,00.

Órgãos Executores — Órgãos Estaduais de Meio Ambiente.

Subprojetos — Ver Anexos I, II e III.

Projeto II — *Proteção de Mananciais de Abastecimento Público de Água.*

Objeto — Apoiar os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente no desenvolvimento de ações que visem o conhecimento e o controle da qualidade de águas utilizadas para abastecimento público.

Metas — Promover o conhecimento da qualidade das águas e a elaboração de programas de controle em mananciais que servem às Regiões Metropolitanas e núcleos urbanos considerados críticos sob o ponto de vista ambiental, que sejam afetados principalmente por atividades industriais e mineradoras em 13 Estados da União.

Estados Beneficiados pelo Projeto — *Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Sergipe.*

Valor — CzS 13.900.300,00.

Órgãos Executores — Órgãos Estaduais de Meio Ambiente.

Subprojetos — Ver Anexos II e III.

Projeto III — *Pesquisa Técnico-Científica.*

Objetivo — Apoiar os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente no desenvolvimento de tecnologias alternativas de controle de poluição, detecção de contaminantes, de normas e de estudos de ecossistemas locais.

Metas:

a) Promover o estudo de estuários e baías representativas;

b) Incentivar o estudo de ecossistemas representativos no Estado de São Paulo/Paraná;

c) Promover a elaboração de normas de uso do solo em Regiões Metropolitanas.

Estados Beneficiados — *Pernambuco, São Paulo, Paraná e Espírito Santo.*

Valor — CzS 5.239.000,00.

Subprojetos — Ver Anexos II e III.

ANEXO I

**SUBPROGRAMA: APOIO AOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE MEIO
AMBIENTE PARA AÇÕES DE CONTROLE AMBIENTAL**

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR ESTADO E PROJETO

Estado	Controle Poluição	Prot. Mananciais	Pesq. Téc. Científica	Total
1. Amazonas	1.013.733,00	X	X	1.013.733,00
2. Alagoas	3.000.000,00	X	X	3.000.000,00
3. Bahia	2.904.000,00	X	X	2.904.000,00
4. Ceará	600.000,00	X	X	600.000,00
5. Distrito Federal	676.170,00	X	X	676.170,00
6. Espírito Santo	X	X	600.000,00	600.000,00
7. Goiás	400.000,00	1.600.000,00	X	2.000.000,00
8. Maranhão	231.760,00	1.332.487,00	X	1.564.247,00
9. Mato Grosso	X	800.000,00	X	800.000,00
10. Mato Grosso do Sul	X	3.281.372,00	X	3.281.372,00
11. Minas Gerais	1.050.000,00	2.116.655,00	X	3.166.655,00
12. Paraná	3.000.000,00	1.000.000,00	X	4.000.000,00
13. Pernambuco	2.404.690,00	994.142,00	119.000,00	3.517.832,00
14. Pará	334.000,00	X	X	334.000,00
15. Piauí	X	454.300,00	X	454.300,00
16. Rio de Janeiro	1.609.500,00	X	X	1.609.500,00
17. Rio Grande do Sul	2.150.000,00	690.000,00	X	2.840.000,00
18. Rio Grande do Norte	X	911.344,00	X	911.344,00
19. Santa Catarina	4.000.000,00	X	X	4.000.000,00
20. São Paulo	3.000.000,00	X	4.520.000,00	7.520.000,00
21. Sergipe	150.000,00	720.000,00	X	870.000,00
Total	26.523.853,00	13.900.300,00	5.239.000,00	45.663.153,00

ANEXO II

Subprograma: *Apoio aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente para Ações de Controle Ambiental*

RELAÇÃO DOS SUBPROJETOS

Projeto: 1 — *Controle de Poluição.*

Subprojetos

1. Controle de uso dos agrotóxicos no Estado de Goiás
Valor: Cz\$ 400.000,00.
2. Capacitação do Laboratório da Cia. Pernambucana de Controle Ambiental
Valor: Cz\$ 869.290,00.
3. Controle da Qualidade do Ar na Região Metropolitana de Recife
Valor: Cz\$ 285.400,00.
4. Acompanhamento e Controle das Condições de balneabilidade das praias do Estado de Pernambuco
Valor: Cz\$ 250.000,00.
5. Implantação do Sistema de Licenciamento de Atividades Potencialmente Poluidoras no Estado do Amazonas
Valor: Cz\$ 1.013.733,00.
6. Avaliação e Controle do Impacto de Atividades Metalúrgicas e Siderúrgicas no homem e no meio ambiente, na Região Metropolitana de Salvador e Recôncavo Baiano
Valor: Cz\$ 2.429.000,00.
7. Programa de Controle de Poluição Acidental — emergencial — no Estado do Rio de Janeiro
Valor: Cz\$ 1.609.500,00.
8. Implantação da infra-estrutura física do Órgão de Meio Ambiente do Estado de Alagoas
Valor: Cz\$ 3.000.000,00.
9. Controle Ambiental de Usinas Metalúrgicas, Indústrias Químicas e Alimentícias no Estado de Minas Gerais
Valor: Cz\$ 950.000,00.
10. Emergência para Recuperação da Serra do Mar (São Paulo)
Valor: Cz\$ 1.500.000,00.

Projeto: 1 — *Controle de Poluição.*

Subprojetos

11. Controle da Poluição Ambiental em Cubatão
Valor: Cz\$ 1.500.000,00.

12. Diagnóstico da situação ambiental do Distrito Federal
Valor: Cz\$ 676.170,00.
 13. Preservação do meio ambiente no Estado do Maranhão
Valor: Cz\$ 231.760,00.
 14. Programa de controle de poluição atmosférica no Estado do Paraná
Valor: Cz\$ 3.000.000,00.
 15. Combate à poluição acidental no Estado da Bahia
Valor: Cz\$ 175.000,00.
 16. Monitoramento da qualidade ambiental no Estado do Ceará
Valor: Cz\$ 600.000,00.
 17. Análise de impacto ambiental de áreas de mineração no Estado de Sergipe
Valor: Cz\$ 150.000,00.
 18. Controle ambiental para área crítica de poluição gerada por atividades carboníferas no Estado do Rio Grande do Sul
Valor: Cz\$ 2.150.000,00.
 19. Programa de cooperação técnica com os Municípios para a defesa do meio ambiente no Estado de Minas Gerais
Valor: Cz\$ 100.000,00.
 20. Programa de recuperação da Bacia Carbonífera do Estado de Santa Catarina
Valor: Cz\$ 4.000.000,00.
 21. Implantação do sistema de licenciamento de atividades potencialmente poluidoras no Estado do Pará
Valor: Cz\$ 334.000,00.
 22. Projeto «Vida no Capibaribe» no Estado de Pernambuco
Valor: Cz\$ 1.000.000,00.
- Subtotal:** Cz\$ 26.523.853,00.

Projeto: 2 — Proteção de Mananciais de Abastecimento Público de Águas

Subprojetos

1. Proteção de mananciais de abastecimento público de água de Goiânia/GO
Valor: Cz\$ 400.000,00.
2. Controle da degradação ambiental provocada pela mineração/garrimpagem de ouro no Estado de Goiás
Valor: Cz\$ 1.200.000,00.
3. Monitoramento, com inspeção sistemática das fontes, das Bacias Hidrográficas Litorâneas do Estado de Pernambuco
Valor: Cz\$ 994.142,00.

4. Controle ambiental de mineração do Estado de Minas Gerais
Valor: Cz\$ 450.000,00.
5. Controle do efluentes líquidos das Usinas de Açúcar e Destilarias de Álcool e Aguardente no Estado de Minas Gerais
Valor: Cz\$ 300.000,00.
6. Avaliação e controle da poluição hídrica da Bacia do Rio Piracicaba, no Estado de Minas Gerais
Valor: Cz\$ 1.366.655,00.
7. Revegetação do Morro do Careca em Natal
Valor: Cz\$ 356.711,00.
8. Estudo da evolução da contaminação, por Nitrato, do aquífero de Barreiras em Natal
Valor: Cz\$ 554.633,00.
9. Avaliação e controle ambiental em áreas de extração de ouro no Estado de Mato Grosso
Valor: Cz\$ 800.000,00.

Projeto: 2 — *Proteção de Mananciais de Abastecimento Público de Águas*

Subprojetos

10. Controle de poluição nos principais ecossistemas aquáticos do Estado do Mato Grosso do Sul e implantação do Parque dos Poderes
Valor: Cz\$ 3.281.372,00.
11. Impacto ambiental de resíduos sólidos do Pólo Petroquímico do Sul, sobre os recursos hídricos
Valor: Cz\$ 690.000,00.
12. Parque Estadual da Bacanga, no Estado do Maranhão
Valor: Cz\$ 1.332.487,00.
13. Implantação de área de Proteção Ambiental da Serra das Mangabeiras, no Estado do Piauí
Valor: Cz\$ 454.300,00.
14. Estudo do comportamento, funcionamento e utilização dos açudes da Região Semi-árida do Estado de Sergipe
Valor: Cz\$ 320.000,00.
15. Levantamento das condições ambientais e bióticas dos Rios Poxim e Pitanga, no Estado de Sergipe
Valor: Cz\$ 400.000,00.
16. Recuperação e conservação de mananciais Tibagi e Cafezal, no Estado do Paraná
Valor: Cz\$ 1.000.000,00.

Subtotal: Cz\$ 11.900.300,00.

Projeto III — Pesquisa Técnico-Científica

Subprojetos

1. Revisão das normas para o Sistema Final de Esgotamento Sanitário no Estado de Pernambuco
Valor: Cz\$ 35.000,00.
 2. Elaboração de normas de loteamento no Estado de Pernambuco
Valor: Cz\$ 84.000,00.
 3. Estudo da dinâmica dos estuários e baías da Grande Vitória/ES
Valor: Cz\$ 600.000,00.
 4. Elaboração e Implantação do Plano Diretor da Região Costeira de São Paulo
Valor: Cz\$ 4.520.000,00.
- Total: Cz\$ 5.239.000,00.**

ANEXO III

RELAÇÃO DOS SUBPROJETOS POR ESTADO

1. Amazonas			
Cont. de Poluição	Implantação do sistema de licenciamento de atividades potencialmente poluidoras	Cz\$ 1.013.733,00	
	TOTAL	Cz\$ 1.013.733,00	
2. Alagoas			
Cont. de Poluição	Implantação da infraestrutura do órgão de Meio Ambiente do Estado de Alagoas	Cz\$ 3.000.000,00	
	TOTAL	Cz\$ 3.000.000,00	
3. Bahia			
Cont. de Poluição	Avaliação e controle de atividades metalúrgicas e siderúrgicas, no homem e no meio ambiente, na Região Metropolitana de Salvador e Recôncavo Baiano	Cz\$ 2.429.000,00	
	Combate à poluição acidental no Estado da Bahia	Cz\$ 475.000,00	
	TOTAL	Cz\$ 2.904.000,00	
4. Ceará			
Cont. de Poluição	Monitoramento da qualidade ambiental no Estado do Ceará	Cz\$ 600.000,00	
	TOTAL	Cz\$ 600.000,00	
5. Distrito Federal			
Cont. de Poluição	Diagnóstico da situação ambiental do Distrito Federal	Cz\$ 676.170,00	
	TOTAL	Cz\$ 676.170,00	
6. Espírito Santo			
Pesq. Téc. Cientif.	Estudo da dinâmica dos estuários e baías da Grande Vitória	Cz\$ 600.000,00	
	TOTAL	Cz\$ 600.000,00	

7. Goiás			
Cont. de Poluição	Controle de uso de agrotóxicos no Estado de Goiás	Cz\$	400.000,00
Prot. Mananciais	Proteção de mananciais de abastecimento público de água de Goiânia	Cz\$	400.000,00
	Controle da degradação ambiental provocada pela mineração/garimpagem de ouro em Goiás	Cz\$	1.200.000,00
	TOTAL	Cz\$	2.000.000,00
8. Maranhão			
Cont. de Poluição	Preservação do meio ambiente no Estado do Maranhão	Cz\$	231.760,00
Prot. Mananciais	Parque Estadual do Becanga	Cz\$	1.332.187,00
	TOTAL	Cz\$	1.564.247,00
9. Mato Grosso			
Prot. Mananciais	Avaliação e controle ambiental em áreas de extração de ouro no Estado do Mato Grosso	Cz\$	800.000,00
	TOTAL	Cz\$	800.000,00
10. Mato Grosso do Sul			
Prot. Mananciais	Controle de poluição nos principais ecossistemas aquáticos do Estado do Mato Grosso do Sul e implantação do Parque dos Poderes (fiscalização)	Cz\$	3.281.372,00
	TOTAL	Cz\$	3.281.372,00
11. Minas Gerais			
Cont. de Poluição	Controle ambiental de Usinas Metalúrgicas, Indústrias Químicas e Alimentícias no Estado de Minas Gerais	Cz\$	950.000,00
	Programa de cooperação técnica com os municípios para a defesa do meio ambiente	Cz\$	100.000,00
Prot. Mananciais	Controle ambiental de minerações no Estado de Minas Gerais	Cz\$	450.000,00
	Controle dos efluentes líquidos das Usinas de Açúcar, Destilarias de Alcool e Aguardente	Cz\$	300.000,00
	Avaliação e controle da poluição hídrica da Bacia do Rio Piracicaba, no Estado de Minas Gerais	Cz\$	1.366.655,00
	TOTAL	Cz\$	3.166.655,00
12. Paraná			
Cont. de Poluição	Programa de controle da poluição atmosférica no Estado do Paraná	Cz\$	3.000.000,00
Prot. Mananciais	Recuperação e conservação de mananciais	Cz\$	1.000.000,00
	TOTAL	Cz\$	4.000.000,00
13. Pernambuco			
Cont. de Poluição	«Vida ao Capibaribe»	Cz\$	1.000.000,00
	Capacitação do Laboratório da Cia. Pernambucana de Controle Ambiental	Cz\$	869.290,00

	Acompanhamento e controle das condições de balneabilidade das praias do Estado de Pernambuco	Cz\$	250.000,00
	Controle da qualidade do ar na Região Metropolitana de Recife	Cz\$	285.400,00
Prot. Mananciais	Monitoramento, com inspeção sistemática das fontes, das Bacias hidrográficas litorâneas de Pernambuco	Cz\$	994.142,00
Pesq. Téc. Cientif.	Revisão de normas do Sistema Final de Esgotamento Sanitário	Cz\$	35.000,00
	Elaboração de normas para loteamentos em Pernambuco	Cz\$	84.000,00
	TOTAL	Cz\$	3.517.832,00
14. Pará	Implantação do sistema de licenciamento de atividades potencialmente poluidoras	Cz\$	334.000,00
	TOTAL	Cz\$	334.000,00
15. Piauí			
Prot. Mananciais	Implantação da área de proteção ambiental da Serra das Mangabeiras	Cz\$	454.300,00
	TOTAL	Cz\$	454.300,00
16. Rio de Janeiro			
Cont. de Poluição	Programa de controle de poluição acidental-emergencial no Estado do Rio de Janeiro	Cz\$	1.609.500,00
	TOTAL	Cz\$	1.609.500,00
17. Rio Grande do Sul			
Cont. de Poluição	Controle ambiental para área crítica de poluição gerada por atividades carboníferas no Estado do Rio Grande do Sul	Cz\$	2.150.000,00
Prot. Mananciais	Impacto ambiental de resíduos sólidos do Pólo Petroquímico do Sul, sobre os recursos hídricos	Cz\$	690.000,00
	TOTAL	Cz\$	2.840.000,00
18. Rio Grande do Norte			
Prot. Mananciais	Revegetação do Morro do Careca	Cz\$	356.711,00
	Estudo da evolução da contaminação, por nitrato, do aquífero de Barreiras em Natal	Cz\$	554.633,00
	TOTAL	Cz\$	911.344,00
19. Santa Catarina			
Cont. de Poluição	Programa de recuperação da Bacia Carbonífera de Santa Catarina	Cz\$	4.000.000,00
	TOTAL	Cz\$	4.000.000,00
20. São Paulo			
Cont. de Poluição	Emergência para recuperação da Serra do Mar	Cz\$	1.500.000,00
	Controle de poluição ambiental de Cubatão	Cz\$	1.500.000,00

Pesq. Téc. Cient.	Elaboração e implantação do Plano Diretor de Ilha Comprida	Cz\$ 4.520.000,00
	TOTAL	Cz\$ 7.520.000,00
21.	Sergipe	
Cont. de Poluição	Análise do impacto ambiental das áreas de mineração no Estado de Sergipe	Cz\$ 150.000,00
Prot. Mananciais	Levantamento das condições ambientais e bióticas dos rios Poxim e Pitanga	Cz\$ 400.000,00
	Estudo do comportamento, funcionamento e utilização dos açudes da região semi-árida de Sergipe	Cz\$ 320.000,00
	TOTAL	Cz\$ 870.000,00
	TOTAL	Cz\$ 45.663.153,00

2. PROGRAMA DE ECOLOGIA HUMANA E SAÚDE AMBIENTAL

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Os projetos de proteção à ecologia humana, saúde ambiental e saúde do trabalhador têm por objetivo identificar e avaliar os riscos e os efeitos nocivos à saúde, decorrentes da degradação ambiental, a que estão expostos os cidadãos brasileiros, principalmente nas áreas mais críticas de poluição.

O conhecimento destes riscos e a avaliação precisa dos danos causados à saúde por meio de fatores ambientais são indispensáveis para orientar programas de controle ambiental com preocupações de defesa da saúde pública.

O reconhecimento do papel da poluição ambiental no desencadeamento de patologias agudas (como intoxicações de agricultores por agrotóxicos) e de doenças crônicas e degenerativas (como o câncer e as doenças cardiovasculares nas grandes cidades) é fundamental para orientar as medidas preventivas e curativas a serem desenvolvidas pelos órgãos de saúde pública.

Subprograma — *Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano*

Avaliação sistemática da qualidade da água servida à população e certificação da sua compatibilidade com as normas e padrões de potabilidade estabelecidos pelos órgãos de saúde pública, com o objetivo de prevenir doenças de veiculação hídrica.

Valor — Cz\$ 1.250.000,00

Subprograma — *Proteção ao Ambiente de Trabalho*

Implantação de um registro nacional que permita diagnosticar e conhecer de maneira adequada a magnitude das doenças geradas no ambiente de trabalho e aquelas decorrentes da poluição ambiental.

Promover a ação interinstitucional adequada e engajar os órgãos da rede pública básica de saúde no desenvolvimento de ações preventivas e de atenção aos trabalhadores, no combate aos acidentes de trabalho e às doenças profissionais.

Valor — Cz\$ 3.200.000,00

Subprograma — *Avaliação da Exposição Humana à Poluentes Ambientais*

Identificação e avaliação dos riscos e dos efeitos nocivos à saúde a que estão expostos os habitantes das grandes cidades brasileiras, decorrentes da poluição ambiental, da contaminação do ar, das águas e dos alimentos, inclusive nos ambientes domésticos e de trabalho.

Valor — Cz\$ 1.850.000,00

Subprograma — *Programa Nacional de Segurança das Substâncias Químicas*

Realização de investigações epidemiológicas e toxicológicas que permitam aferir as conseqüências adversas para a saúde do emprego de substâncias químicas tóxicas no País, que conduzam à adoção de medidas preventivas de proteção à saúde da população.

Valor — Cz\$ 4.000.000,00

PROGRAMAS E PROJETOS DAS ÁREAS DE ECOLOGIA HUMANA, SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR, INCORPORADOS AO CONJUNTO DE MEDIDAS GOVERNAMENTAIS QUE SERÃO ANUNCIADAS NO II ENCONTRO GOVERNO-SOCIEDADE — CIDADANIA E MEIO AMBIENTE, A REALIZAR-SE NO DIA 05.06.86, NO AUDITÓRIO DO PALÁCIO DO PLANALTO

I — PROGRAMA HEALs — «LOCAIS DE AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO HUMANA A POLUENTES AMBIENTAIS

Projeto n.º 1 — HEAL — Porto Alegre — Avaliação da Exposição Humana a Poluentes Ambientais na cidade de Porto Alegre — RS.

- Projeto nº 2 — HEAL — Salvador — Avaliação da Exposição Humana a Poluentes Ambientais na cidade de Salvador — BA.
- Projeto nº 3 — HEAL — Rio de Janeiro — Avaliação da Exposição Humana a Poluentes Ambientais na cidade do Rio de Janeiro — RJ.
- Projeto nº 4 — Implantação e organização de serviço de documentação técnica sobre efeitos nocivos do ambiente em relação à saúde humana.

II — PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

- Projeto nº 5 — Estudo das implicações para a Saúde Pública da Situação da Segurança das Substâncias Químicas no Estado da Bahia.
- Projeto nº 6 — Estudo das implicações para a Saúde Pública da Situação da Segurança das Substâncias Químicas no Estado de Pernambuco.
- Projeto nº 7 — Estudo das implicações para a Saúde Pública da Situação da Segurança das Substâncias Químicas no Estado do Rio de Janeiro.
- Projeto nº 8 — Estudo das implicações para a Saúde Pública da Situação da Segurança das Substâncias Químicas no Estado de Minas Gerais.
- Projeto nº 9 — Estudos das implicações para a Saúde Pública da Situação da Segurança das Substâncias Químicas no Estado do Rio Grande do Sul.
- Projeto nº 10 — Reorganização, ampliação dos serviços e extensão da cobertura do Sistema Nacional de Informações Tóxico-farmacológicas (convênio Ministério da Saúde — Fundação Oswaldo Cruz).
- Projeto nº 11 — Realização de estudos básicos para a montagem e implantação de um sistema nacional de vigilância epidemiológica de intoxicações por agroquímicos.
- Projeto nº 12 — Investigação epidemiológica de intoxicações por agrotóxicos no Vale do Ribeira — São Paulo.
- Projeto nº 13 — Investigação epidemiológica em ecotoxicologia de pesticidas: experiência piloto no município de Baldim — Minas Gerais.
- Projeto nº 14 — Investigação epidemiológica sobre efeitos em relação à saúde humana da poluição atmosférica por material particulado e óxidos de enxofre na região metropolitana de Belo Horizonte.

- Projeto nº 15** — Identificação das áreas críticas no País em relação à poluição atmosférica por hidrocarbonetos e avaliação dos riscos para a saúde pública a ela associados.
- Projeto nº 16** — Identificação dos grupos de risco no País, a nível ocupacional e ambiental («latu-sensu»), a intoxicações por mercúrio, chumbo, solventes orgânicos e radiações ionizantes.
- Projeto nº 17** — O papel dos órgãos de Saúde Pública em situações de emergência e acidentes causados por agentes químicos: identificação de áreas e grupos de risco na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.
- Projeto nº 18** — Levantamento de áreas críticas e grupos de risco quanto aos efeitos da disposição final inadequada de resíduos tóxicos e/ou perigosos no País.

III — PROGRAMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

- Projeto nº 19** — Implantação da vigilância e certificação da qualidade da água para consumo humano no Estado de São Paulo (em aplicação do Decreto nº 79.367, de 9 de março de 1977, que dispõe sobre normas e o padrão de potabilidade da água, e Portaria nº 56/Bsb, de 14 de março de 1977, que aprova as Normas e o Padrão de potabilidade da água a serem observados em todo o território nacional.).
- Projeto nº 20** — Implantação da vigilância e certificação da qualidade da água para consumo humano no Estado do Paraná.
- Projeto nº 21** — Implantação da vigilância e certificação da qualidade da água para consumo humano no Estado da Bahia.
- Projeto nº 22** — Implantação da vigilância e certificação da qualidade da água para consumo humano no Estado do Rio de Janeiro.
- Projeto nº 23** — Implantação da vigilância e certificação da qualidade da água para consumo humano no Estado do Rio Grande do Sul.

IV — PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO AMBIENTE DE TRABALHO

- Projeto nº 24** — Realização de estudos básicos para a organização, implantação e manutenção de um Sistema Nacional

- de Vigilância Epidemiológica de doenças ocupacionais e ambientais.
- Projeto nº 25 — Investigação epidemiológica sobre silicose nas indústrias de cerâmica do município de Pedreira — São Paulo.
- Projeto nº 26 — Investigação epidemiológica sobre silicose e organização de serviço público integrado de atenção à saúde nas indústrias de extração de carvão de Criciúma — Santa Catarina.
- Projeto nº 27 — Investigação e controle de intoxicações ocupacionais por mercúrio em área de garimpagem de ouro no município de Crixás — Goiás.
- Projeto nº 28 — Prevenção e controle dos efeitos da exposição ao chumbo em populações ocupacional e não-ocupacionalmente expostas do Estado da Bahia.
- Projeto nº 29 — Atenção à saúde do trabalhador químico do ABC, na Região Metropolitana de São Paulo.
- Projeto nº 30 — Estudo epidemiológico sobre acidentes de trabalho em Porto Alegre — RS.
- Projeto nº 31 — Implantação de um programa de assistência médico-sanitária e de vigilância epidemiológica para os problemas de saúde decorrentes da poluição ambiental e das condições de trabalho da população trabalhadora de Cubatão.
- Projeto nº 32 — Implantação do programa de proteção à saúde do trabalhador na rede pública de serviços básicos de saúde em Belo Horizonte — MG.
- Projeto nº 33 — Implantação do programa de proteção à saúde do trabalhador na rede pública de serviços básicos de saúde em Juiz de Fora — MG.
- Projeto nº 34 — Implantação do programa de proteção à saúde do trabalhador na rede pública de serviços básicos de saúde em Goiânia — GO.

3. PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO PATRIMÔNIO NATURAL E SUAS RELAÇÕES COM A CULTURA — MINISTÉRIO DA CULTURA

É inquestionável a indissociabilidade entre a produção cultural e o meio natural em que se realiza.

Os fatos culturais, registrados ao longo da história, estão necessária e intimamente ligados aos recursos naturais; em outras palavras: o

cultural é sempre um resultado da interação do homem com a natureza e suas condições próprias, assim como, reciprocamente, a natureza é condicionante desta mesma ação.

A proteção à natureza não se efetiva apenas mediante ações voltadas para a sua preservação exclusiva mas, principalmente, por meio de seu uso não-predatório. Esta, uma forma de conservação que, em suas diversas expressões e sentido de evolução, constitui legado a ser resgatado e fortalecido como uma prática capaz de atender às necessidades de nosso País, caracterizado por culturas e ambientes diferenciados.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Ações prioritárias relativas ao Programa de Proteção ao Patrimônio Natural e suas relações com a Cultura

	Valor
1. Restauração da paisagem e conservação do meio natural, jardins e entorno de monumentos e bens históricos que importa manter.	Cz\$ 310.000,00
2. Delimitação de entorno e conservação do patrimônio natural urbano representando pelo «Sítio do Físico» em São Luís — MA.	Cz\$ 125.000,00
3. Estudos e levantamentos dos sítios arqueológicos do Estado do Maranhão.	Cz\$ 73.000,00
4. Estudos e levantamentos dos sítios arqueológicos do Estado do Piauí.	Cz\$ 100.000,00
5. Revisão da Zona de Preservação Histórica de Conjuntos Arquitetônicos e Naturais do Estado de Goiás.	Cz\$ 250.000,00
6. Trabalhos de restauração física e de divulgação dos aspectos culturais ligados à Lagoa do Abaeté, Salvador — BA.	Cz\$ 150.000,00
Total	Cz\$ 1.008.000,00

4. MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
DA AMAZÔNIA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
DA AMAZÔNIA — 1ª ETAPA

SEPLAN — IPEA — IBGE

VALOR: CzS 18.000.000,00

Consolidação dos dados básicos disponíveis no RADAM-BRASIL e levantamento de dados complementares, estabelecendo-se a proposta de melhor localização para as atividades econômicas, em função dos potenciais dos ecossistemas, bem assim as áreas que, por sua vulnerabilidade, devem ser preservadas.

A preocupação com o desenvolvimento não-predatório da Amazônia se justifica pela existência, na região, de 78% da cobertura vegetal do País e de 30% da cobertura vegetal do Planeta.

CONVERSA AO PÉ DO RÁDIO — 06.06.86

Brasileiras e brasileiros, bom dia!

Aqui vos fala o Presidente José Sarney.

Quero começar nossa «Conversa ao Pé do Rádio» desta sexta-feira com um aviso: decidi promover, aqui no Palácio do Planalto, periodicamente, o que chamei de encontros Governo-Sociedade.

Trata-se de uma reunião simples, que dura apenas um dia, em que se sentam na mesma sala ministros e funcionários do Governo — e, quando possível, o próprio Presidente da República também comparece, como fiz ontem, bem como membros de associações comunitárias ou sociedades científicas, professores, especialistas, enfim, todos que tenham contribuição a dar — para discutir assuntos pre-determinados.

Ontem, por exemplo, o assunto foi a Defesa do Meio Ambiente.

O objetivo dessas reuniões é permitir ao Governo trocar idéias com representantes das comunidades, diretamente, sem intermediários.

Minha longa experiência de deputado, senador e governador está me valendo agora na Presidência. Estou convencido de que a melhor assessoria do Governo é o próprio Povo.

No Encontro Governo-Sociedade de ontem tratou-se profundamente da defesa da qualidade de vida do povo brasileiro, com a preservação da nossa natureza, de que tanto dependemos.

Como era o Dia do Meio Ambiente, aproveitei para assinar uma série de atos que prevêm desde a criação de uma área de proteção ambiental envolvendo a Ilha de Fernando de Noronha, o Atol das Rocas e os Penedos de São Pedro e São Paulo e a criação da Estação Ecológica de Angra dos Reis até um ambicioso programa de ações básicas para Defesa do Meio Ambiente no Brasil que envolverão cinco ministérios e recursos de 82 milhões de cruzados.

Entre essas ações estão projetos para enfrentar a poluição de Cubatão, controles de pólos industriais petroquímicos, siderúrgicos, cloroquímicos, carboníferos, na Bahia, em Alagoas, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Pernambuco, a Amazônia em geral.

A defesa do meio ambiente agora é assunto do Governo, que o assume com decisão, energia e compreensão da sua importância.

Durante muito tempo, imaginou-se que a poluição — e as desgraças que ela causa, sob forma de doenças, desequilíbrios climáticos, mudança da paisagem e, até, extinção de riquezas naturais — era o preço do desenvolvimento.

Que grande equívoco!

Se queríamos a riqueza e o desenvolvimento, tínhamos que sacrificar nossa saúde, nossas paisagens, a pureza da água e do ar, e até as cores do nosso céu.

Nunca se explicou que essas perdas também representavam a nossa morte.

E aí de quem dizia o contrário!

Quem protestava era acusado de alienado, adversário do crescimento econômico, da criação de novas oportunidades de trabalho e da modernização industrial do Brasil.

Agora, mudou.

A defesa do meio ambiente é uma responsabilidade que o Presidente da República assume em nome do Governo.

A criação de indústrias, o desenvolvimento das cidades, a exploração de recursos naturais, como o aproveitamento das águas, tudo será subordinado à exigência de que não poluam nossa natureza.

Foi esse desprezo antigo pelo meio ambiente, esse desinteresse pela preservação da natureza, que tanto facilitou o crescimento da poluição generalizada quanto provocou o surgimento e crescimento das favelas e bairros miseráveis das nossas cidades.

Dizia-se, e há quem diga até hoje, que tanto um caso quanto o outro são resultados do progresso, o preço do desenvolvimento.

Quero dizer ao povo brasileiro que o meu governo não pensa assim.

Da mesma forma que fizemos a opção pelos pobres — e partimos para o combate a todas as formas de miséria — agora também faremos com relação ao meio ambiente, pois são os pobres as maiores vítimas da poluição.

Espero que todos me ajudem e apóiem nessa nova meta do Governo: a defesa do meio ambiente e da qualidade de vida do povo brasileiro.

Vamos preservar a natureza. O homem não pode ser o predador, aquele que destrói, mas o defensor daquilo que lhe oferece condições de viver.

Até sexta-feira.

Muito obrigado.

AGRADECIMENTOS

Além dos nomes anteriormente citados, cumpre registrar e agradecer, de modo especial, a colaboração prestada na organização do II Encontro pelo Coronel ROMILDO CANHIM; Professora MARGARIDA DE OLIVEIRA CANTARELLI; Secretário FERNANDO JACQUES DE MAGALHÃES PIMENTA; Professor ELIAS MOACY DE OLIVEIRA FREITAS; LÚCIA PARREIRAS; MARIA ABADIA DA SILVA; MÁRCIA NEVES NORÕES, CECÍLIA MARIA SILVA DONNICI, CILMA SOLON RIBEIRO OLIVEIRA; HELMUTH FRITSCHÉ; MARIA DA GLÓRIA SOUZA MENDES; FRANCISCO NOGUEIRA DOS SANTOS; JUPIRA BARBOSA GHEDINE; FRANCISCO DE ASSIS VILHENA DOLABELA; DANILO CARLOS GOMES; CALIXTO DE OLIVEIRA SABINO; MAGDA EUCLIDES DA CUNHA; DRA. MARIA ESTER DE CARVALHO; DR. JAIR SARMENTO DA SILVA; DR. CARLOS ALBERTO XAVIER; DR. ROBERTO MESSIAS FRANCO; Cmte. DICK SILVEIRA MELLO; Professor AFONSO DE LIGUORI LIMA; Dr. ÍCARO ARONOVICH DA CUNHA; Dra. REGINA GUALDA; Dr. EULER MATHEUS; e CARLA MAESTRALI.

A série de Encontros Governo-Sociedade, inspirada na convicção do Presidente José Sarney de que a melhor assessoria do governo é a própria sociedade, foi instituída como forma de dar continuidade à nova fase de relacionamento e diálogo com os diversos setores sociais, permitindo maior sintonia entre a agenda governamental e as preocupações, necessidades e anseios dos cidadãos.